

**A PREVIDÊNCIA
DE TODOS NÓS**

Paulo César de Souza

**A PREVIDÊNCIA
DE TODOS NÓS**



Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

2004

Agradecimentos

Aos membros dos Conselhos Curador, Fiscal e Diretor da FUNPREV (Fundação ANASPS):

Aos membros do Conselho Diretor da Anasps, composto de todos os diretores estaduais e vice-diretores;

Aos membros da Diretoria Executiva e Suplentes;

Aos membros do Conselho Fiscal e Suplentes;

Aos Funcionários e Empresas que prestam assessorias a ANASPS em todo Brasil;

O agradecimento especial à família pela compreensão, pelo carinho, pelo apoio nos momentos de dificuldades e na ausência constante, devido aos longos deslocamentos de minha residência em Florianópolis-SC a Brasília, sedes da ANASPS e da FUNPREV.

A Razão em continuar lutando por um Brasil melhor: o nascimento de minha linda neta NICOLLE.

*“Quando alguém sonha temos apenas um sonho.
Quando muitos sonham a realidade começa”*

Göethe

© ANASPS - Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

Capa: HMP Comunicação
Editoração Eletrônica: HMP Comunicação
Revisão:

Todos os direitos reservados à
ANASPS - Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

2004
Impresso no Brasil
Printed in Brazil
ISBN -

Prefácio

Os artigos que compõem este livro, assinados pelo presidente da ANASPS, são de grande atualidade para a reflexão sobre a Previdência Social e seus problemas ao longo dos tempos, mas particularmente quanto aos decorrentes da polêmica reforma aprovada pelo governo petista que mudou seu discurso dos tempos de oposição, em que se bateu corretamente contra a contribuição dos inativos - inédita dos regimes previdenciários das democracias - a redução perversa das pensões a 70% do seu valor, e à extinção da aposentadoria integral dos servidores públicos, existente desde Getúlio Vargas.

Detenho-me na tentativa de explicação dada pelo então ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, em documento oficial inconvincente, publicado pela Universidade de Brasília. Ele escreve, referindo-se ao pagamento de aposentadorias e pensões : “ Em 2002, a arrecadação tributária do setor público destinou R\$56 bilhões ao pagamento desses benefícios nos dois sistemas previdenciários existentes. O regime do INSS precisou de R\$17 bilhões para fechar suas contas e cumprir seus compromissos com 19 milhões de beneficiários. O sistema do setor público precisou de R\$39 bilhões mais que o dobro, para pagar benefícios a 3,2 milhões de pessoas, menos que um quinto. Foram R\$ 894 para cada beneficiário do INSS e R\$12.187 para cada beneficiário dos regimes dos servidores. Reduzir essa desigualdade e a pressão sobre os Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios significa liberar esses recursos orçamentários para outras finalidades, como moradia, saneamento, educação, saúde e segurança, além de melhor política de remuneração dos servidores públicos e o aumento do salário mínimo”. Aí está, sob a capa de denúncia da injustiça social - favorecimento dos servidores públicos em detrimento dos celetistas - o que o presidente Paulo César chama de “ saco de maldades com o roteiro e a produção da era de FHC ”.

Vale aprofundar o exame dos “ rombos ” o dos 17 bilhões explica-se pelos benefícios concedidos sem custeio, pela adoção da Seguridade Social e pela economia informal. Os benefícios sem custeio foram gerados a partir de medidas de alto alcance social, que deveriam ter fonte própria ou pagos pelo Tesouro. É o caso da aposentadoria dos trabalhadores rurais. Em 1969, corretamente, no governo Costa e Silva, foi criado o Plano Básico da Previdência Rural, o que nenhum governo anterior fizera. Mas havia a fonte prevista de recurso, para os quatro únicos benefícios concedidos,

a aposentadoria inclusive. No governo Médici, fixou-se o valor da aposentadoria rural à metade do maior salário mínimo. A Constituinte de 87/88 duplicou para 1 salário mínimo. O ex-presidente FHC chegou a dizer publicamente que o Funrural (como equivocadamente é chamado) “ é o maior programa de renda mínima do mundo”. À aposentadoria do trabalhador rural, o presidente Geisel acrescentou a Renda Mensal Vitalícia, para atender aos maiores de 70 anos, residentes nas áreas urbanas, sem poder prover sua subsistência, isto é, sem renda. Outro aumento de despesa-justa como assistência social - mas paga pelos contribuintes do INSS. A Constituição agravou isso, com a adoção da Seguridade Social, um passo muito maior do que nossas pernas podem dar. Igualamos o “Welfare State” da Suécia, que assiste o povo do berço ao túmulo. Um país de apenas 8 milhões de habitantes, com renda per capita de 20 mil dólares Talvez até mais do que a Suécia, pois que com o conceito de Seguridade Social o INSS tem que assistir à toda a população brasileira, sem distinção dos que contribuem ou não para ele, inclusive os 40 milhões da economia informal.

O “ rombo ” do serviço público é uma decorrência de uma irresponsabilidade. A ministra da Economia do governo Collor, em 1991, decidiu abusivamente retirar da responsabilidade do Tesouro o pagamento da aposentadoria dos servidores públicos civis e dos militares. Ambos não contribuíam, desde a era Vargas, para suas aposentadorias, mas apenas para pensão, os civis para o IPASE, e os militares para suas Forças Singulares. Tratava-se de uma vantagem específica, para quem entrava no serviço por concurso universal, não tinha sindicato, não ganhava horas extras de trabalho nem outras vantagens previstas na CLT editada por Getúlio Vargas. Que fez a ministra da Economia? Determinou - como se fosse seu direito - ao INSS que assumisse a despesa, outra vez sem custeio próprio. Já eram mais de 900 mil os aposentados e pensionistas que o INSS teve de bancar - sem nunca haverem contribuído - , ao mesmo tempo em que impôs a contribuição pelos servidores ativos. Aumentando o problema, a Constituição criou o Regime Jurídico Único, que a ministra implantou. Com isso, centenas ou milhares de servidores celetistas, não concursados, ingressaram no serviço público gerando outro aumento com as aposentadorias integrais. Daí o “ rombo ’, insisto. Mas no artigo do então ministro da Previdência, dizia ele ser um grande êxito da reforma a diminuição de 10% das despesas com pessoal. Isso o ministro Berzoini, ainda novo na Pasta, decerto assinou o artigo que seus assessores lhe levaram, para justificar as perversas medidas tomadas na reforma previdenciária, a título de justiça social.

O IPEA concluiu que a reforma em 20 anos daria ao Orçamento da Previdência uma economia de menos de 50 bilhões de reais, o que significa dizer que será de 2 bilhões por ano, grosso modo. Logo, o déficit diminuirá, em média, 2 bilhões por ano. Como é atualmente de 56 bilhões, o “ saco de maldades ” não se extinguirá tão cedo. O pagamento dos inativos contribuirá para diminuir o déficit com muito pouco, porque ele é causado pelo estoque de cerca de 900 mil inativos. A única possibilidade de zerar o déficit será pedir que esses prejudiciais aposentados morram mais depressa...

No artigo do então ministro, a economia seria resultado da “ redução das despesas desse sistema previdenciário velho, ineficiente, injusto e concentrador para que, já no Orçamento de 2004 possamos ampliar os investimentos nas áreas que garantam melhoria de indicadores sociais e propiciem crescimento econômico e geração de empregos ”. É o que estamos vendo...

Jarbas Passarinho

Ex-Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, ex-Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social e ex-Ministro de Estado da Justiça, ex-Deputado Federal, ex-Senador, ex-Presidente do Senado Federal e ex-Governador do Estado do Pará, Membro do Conselho de Notáveis da FUNPREV.

Brasília, março de 2004.

Sumário

MUITAS LUTAS EM 11 ANOS DE ANASPS	11
APRESENTAÇÃO	29
ARTIGOS 2004	31
ÍDOLO DOS PÉS DE BARRO	31
APOSENTADO, IDOSO OU “VAGABUNDO”?	33
COMO SALVAR NOSSA PREVIDÊNCIA	34
OH! COMO O POVO SOFRE E COMO EU SOFRO!	37
REFORMA DA PREVIDÊNCIA: DEU BINGO NA CABEÇA	39
AS CONTRADIÇÕES DO GOVERNO LULA	40
O LADO BOM DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA	43
A MUDANÇA NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	44
FILAS, DEMOCRACIA E DIGNIDADE	46
AINDA A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO	48
PREVIDÊNCIA NÃO RIMA COM POLÍTICA	50
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	52
PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRA 2004 AMEAÇADA	54
ARTIGOS 2003	56
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	56
A REFORMA DOS COMPANHEIROS	58
OS DADOS DO DIAGNÓSTICO DA PREVIDÊNCIA	60
MAIS ALGUNS PONTOS PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA	62
SERVIDOR PÚBLICO; TODOS TRATAM MAL, TODOS PRECISAM DELE	64
NÃO SE FALA DAS CAUSAS DA CRISE DA PREVIDÊNCIA	67
PROMESSAS E BRAVATAS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA	69
A DÍVIDA DO INSS E A 2ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA	71
A 2ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA. QUE DECEPÇÃO!	72
A REFORMA QUE PREJUDICA 104 MILHÕES DE BRASILEIROS	74
RAZÕES DA GREVE DOS SERVIDORES	76
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SÓ FAVORECE A PRIVATIZAÇÃO	78
RAINHA DA INGLATERRA	80
POR QUE NÃO AUMENTAR OS BENEFÍCIOS DO INSS?	82

SERVIDOR PÚBLICO – APOSENTAR OU NÃO?	84
FUNDOS DE PENSÃO; RUIM PRA AMERICANO, BOM PRA BRASILEIRO!	86
DESEMPREGO; REFLEXOS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	87
GOVERNO DO UM POR CENTO	89
FATOR PREVIDENCIÁRIO	91
A FALSA NOÇÃO DE PRIMOROSO	92
ARTIGOS 2002	95
A PREVIDÊNCIA PÚBLICA É VIÁVEL	95
O SUPERÁVIT DA RECEITA FEDERAL E O DÉFICIT DO INSS	97
A PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	99
O QUE A PREVIDÊNCIA FAZ PELO PAÍS E OS BRASILEIROS DESCONHECEM	102
A PREVIDÊNCIA DE TODOS NÓS	103
A PRIVATIZAÇÃO DO INSS SEGUE SUA VIA RÁPIDA	105
CONQUISTAS DA PREVIDÊNCIA	107
MAIS UMA CPI PARA A PREVIDÊNCIA	109
A PREVIDÊNCIA E O DÉFICIT PÚBLICO	110
A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	112
UM NOVO DESENHO PARA O INSS	113
REFORMA DA PREVIDÊNCIA, MAS QUAL REFORMA?	115
ARTIGOS 2001	117
A CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INATIVOS	117
A REFORMA DO ESTADO NO PAÍS DOS BOTOCUDOS	119
UMA PROPOSTA OUSADA PARA A PREVIDÊNCIA	121
A PREVIDÊNCIA PÚBLICA SEGUE RESISTINDO	123
A PREVIDÊNCIA DE ALTO RISCO	125
A FACE MAIS CRUEL DA CRISE DO INSS	127
A ANASPS E A PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	129
ALERTA GERAL: ESTÃO ACABANDO COM A NAÇÃO!	131
ANASPS QUER MELHORIAS SALARIAIS PARA SERVIDORES DO INSS	133
A ANASPS E A DEFESA DO PCCS	135
APOSENTADORIA VIA INTERNET E A VIA DA SONEGAÇÃO	137
UMA NOVA PROPOSTA PARA O INSS	139
AS PRÓXIMAS VÍTIMAS DO INSS	141
QUEM GANHOU E QUEM PERDEU COM A GREVE NA PREVIDÊNCIA.	142
ARTIGOS 2000	145
A CRISE DA PREVIDÊNCIA	145
O QUE A PREVIDÊNCIA FAZ PELO BRASIL	
E QUE OS BRASILEIROS DESCONHECEM	147
APOSENTADORIA É COM A PREVIDÊNCIA	149
A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA	151
O LADO ESQUECIDO DA PREVIDÊNCIA	152
A RECEITA PARA UM BOM REGIME	154
A ANASPS E A GREVE DOS SERVIDORES FEDERAIS	156
A PREVIDÊNCIA SOCIAL PODERIA ARRECADAR MAIS?	157
O ROMBO DA PREVIDÊNCIA	159
O LADO BOM E ESQUECIDO DA PREVIDÊNCIA	161
A REVOLUÇÃO SILENCIOSA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	163
28 DE OUTUBRO: DIA DO SERVIDOR ?	165
A PREVIDÊNCIA SE MANTÉM DE PÉ	166

Muitas lutas em 11 anos de Anasps

Em 1992, a Diretora de Recursos Humanos do INSS, Maria Cecília Landim, reuniu diversas entidades para formar uma comissão para estudo de um Plano de Carreira, Cargos e Salários a ser apresentado ao então Ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, e ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Ao solicitar que cada representante das entidades presentes se apresentasse com nome, categoria funcional e órgão de lotação, vimos que havia representantes dos Fiscais, dos Procuradores do INSS, e de entidades de servidores da Saúde e Trabalho. Como estes últimos poderiam discutir Plano de Carreira se sequer trabalhavam no Órgão?

As demais categorias de servidores do INSS de nível superior, como Assistente Social, Médicos Peritos, Engenheiros, Administradores, bem como servidores de nível médio, não tinham representantes.

A Diretora de Recursos Humanos convocou uma reunião no seu gabinete para discutir o Plano com os membros de um Grupo de Trabalho que estava em Brasília trabalhando no Regimento Interno do INSS, José Mario Teperino, Márcia Regina Horta Piva, José Luiz Francisco, Luiz Augusto do Espírito Santo, Verônica Pereira Gonçalves, Verônica Maria Monteiro, Júlio Pinheiro de Carvalho, Francisco das Chagas Camara Rayol, Carmem Camilo, Luiz Carlos Boeting, Maria Emilce Alves Coelho, Paulo César de Souza e Maria Cecília Landim.

Na discussão nasceu a nova Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social – ANASP, cuja diretoria provisória foi eleita e instalada em 18 de agosto de 1992, sendo eleito o Sr. Júlio Pinheiro de Carvalho presidente da Diretoria Executiva Provisória com duração de 180 dias e aprovado o estatuto social.

Iniciava-se ali uma trajetória vitoriosa daquela que seria a maior associação de servidores da Previdência Social.

Sem uma sede própria, a ANASP alugou o 15º andar do Edifício Paulo Maurício, totalmente abandonado, de propriedade do INSS. Lá fizemos as primeiras reuniões, sem as mínimas condições, pois não tinha mesa, cadeira, bebedouro, nada.



Reunião na Sede da ANASPS

*Dr. Paulo César de Souza -
Presidente da ANASPS, Dr.
José Mario Teperino - Vice
Presidente da ANASPS,
Deputado Reinhold Stephanes
- Ministro do MPAS, Dr.
Francisco das Chagas Câmara
Rayol - Vice Presidente da
ANASPS.*

Reunião na Sede da ANASPS

*Dr. Paulo César de Souza -
Aluizio Davis Filho, Chefe do
gabinete do MPAS, Presidente
da ANASPS, Dra. Judith Ize
- Auditora Fiscal da Previdência
Social, Dr. Serra Gurgel -
Coordenador de Comunicação
Social do MPAS.*



Lançamento do Cartão Afinidade ANASPS/CEF

*Dr. Cresio de Matos Rolim -
Presidente do INSS, Dr. Sérgio
Cutolo - Presidente da Caixa
Econômica, Deputado Reinhold
Stephanes - Ministro do MPAS,
Dr. Paulo César de Souza -
Presidente da ANASPS.*

Como em toda primeira diretoria, os servidores do INSS, com muitos afazeres e praticamente todos de fora de Brasília, foi difícil registrar estatuto, pagar as despesas com cartório etc. Tivemos que nos cotizar para fazer face às primeiras despesas.

Paulo César de Souza foi encarregado para, em conjunto com Verônica Gonçalves, registrar o estatuto e convocar as reuniões. Verônica era Diretora de Recursos Humanos no Espírito Santo e, tendo que retornar a Vitória, Paulo César ficou responsável pela Associação.

De início, o primeiro problema, o nome ANASP já existia - era de uma associação que trabalhava somente com empréstimos - então resolvemos acrescentar mais um "S" mudando a sigla para ANASPS.

O grande desafio era dar credibilidade à ANASPS para conquistar associados, pois só tínhamos os 92 sócios fundadores e contribuintes.

Nossos primeiros colaboradores, sem remuneração, foram o Sr. Edmilson Cado de Albuquerque que trabalhava com desenho e com quem criamos a primeira logomarca "ANASPS", a Sra. Solange de Almeida Castro que datilografava todos os expedientes, após o seu horário de trabalho, inclusive todo o Estatuto e o Sr. Isac Martins dos Reis, que colaborou envelopando as primeiras correspondências e endereçando à mão para todos os postos do INSS.

Nosso primeiro informativo teve a colaboração do Sr. Waldin Rosa de Lima e da nossa coirmã ANFIP, através dos amigos Pedro Dittrich, Vera França e Cyro Franca.

Nos 180 dias da Diretoria provisória pouco se pôde fazer por falta de associados e recursos orçamentários.

No dia 17 de fevereiro de 1993, em Assembléia Geral, foi eleita a nova Diretoria Executiva da ANASPS composta pelos seguintes membros:

Presidente

Paulo César de Souza;

Vice-Presidente de Política de Classe

Verônica Maria Monteiro da Rocha;

Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas

José Mario Teperino;

Vice-Presidente de Planejamento, Orçamento e Finanças

Márcia Regina Horta Piva;

Vice-Presidente de Administração e Patrimônio

José Luiz Francisco;

Vice-Presidente de Comunicação Social

Francisco das Chagas Camara Rayol;

Vice-Presidente de Relações Parlamentares

Luiz Augusto do Espírito Santo;

Vice-Presidente de Assuntos Judiciais

Maria Emilce Alves Coelho;

Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Júlio Pinheiro de Carvalho;

Vice-Presidente de Desenvolvimento Cultural e Recreativo

Ivone Resende Paniago;



**Posse da Diretoria
Executiva**

*Diretoria Executiva da
ANASPS.*



**Entrega do
Prêmio Criatividade**

*Ministro Ubiratan Aguiar, Dr.
Joaquim José de Carvalho - Vice
Presidente da ANASPS, Dr.
Paulo César de Souza -
Presidente da ANASPS.*



*Diretoria Executiva da Anasps
conhece nova sede.*

Suplentes:

Zoroastro Torquato Araújo, Maria Cecília Soares da Silva Landim, José Afonso Pires Ferreira Junior, Verônica Pereira Gonçalves, João Alves da Costa, Zuila Pereira de Azevedo, Therezinha da A. Silva, Maria Regina Campos, Salvador Marciano Pinto.

Conselho Fiscal:

Presidente

Edson Dias Pinheiro;

Membros:

João Ricardo Arcoverde de Moraes, Elizabeth Custódio;

Suplentes:

Ronaldo Renê de Souza, Francisco Gomes de Araújo, Nilo da Luz Gutenberg.

Com a nova Diretoria precisávamos ir à busca dos sócios, o que sabíamos não seria tarefa fácil.

A primeira providência foi contratar assessorias que tivessem experiência no Congresso, no Judiciário, nos Ministérios da Previdência e da Administração, no movimento sindical, projetos de lei, emendas, medidas provisórias, pessoal para ANASPS, enfim uma entidade representativa que tivesse uma estrutura ágil, dinâmica, em prol do associado.

Contratamos na área Jurídica o renomado escritório de advocacia do Dr. Antonio Torreão Braz Filho para promover várias ações na Justiça.

Contratamos a empresa Link Comunicação e Projetos Sociais para dar o suporte administrativo à ANASPS no Poder Executivo, Legislativo e outras atividades.

As dificuldades eram muitas: não tinha recursos para hospedagem na Diretoria Executiva, para pagar as passagens do Presidente da ANASPS e sua Diretoria, para material de consumo e expediente, então o Presidente saía em busca de ajuda nas associações co-irmãs munido de fichas de filiação para filiar todos os amigos dele e dos seus amigos fiscais, procuradores etc. Pernoitava em hotéis diferentes, sempre dividindo a diária ou gratuitamente quando a hospedagem era paga por outras entidades.

Procurava alimentar-se sempre nos bandejões do Ministério da Saúde e da Previdência, quando não se convidava para almoçar com seus amigos, naturalmente que gratuitamente.

De pires na mão, procurava sempre de alguma maneira elaborar ofícios, informativos, fichas de filiação e outras comunicações através de ajuda.

Visitava diariamente o Congresso Nacional, o INSS, o MPAS, e o MARE, passando por várias humilhações não só de parlamentares com infundáveis **chás de cadeira**, como também, de “colegas” que não acreditavam na associação, às vezes dando até informações erradas criando dificuldade para a credibilidade do Presidente.

Sem caixa, o Presidente só podia viajar para casa uma vez por mês para visitar sua família.

Talvez a figura do Presidente da ANASPS, Agente Administrativo, de calça jeans surrada, com um só paletó azul, muito magro, não passasse aos colegas o mesmo efeito que os representantes de outras entidades sempre em ternos impecáveis. Infelizmente, na capital do país aparência vale muito. Com meu traje me ofereciam o elevador de serviço e horas de espera nas ante-salas. Com terno completo, já passava a ser chamado de Doutor.



*Apartamentos Goiânia (construção)
Convênio ANASPS / VEGA.*



*Reunião da Diretoria Executiva
da ANASPS no Bristol Hotel.*



Audiência no Congresso Nacional

*Dr. Paulo César de Souza -
Presidente da ANASPS, Dr.
Joaquim José de Carvalho - Vice
Presidente da ANASPS,
Deputado José Anibal -
Presidente PSDB, Dr.
Alexandre Barreto Lisboa - Vice
Presidente da ANASPS, Dr.
Loyola, Assessor Parlamentar
da ANASPS.*

Para ilustrar, elaboramos nossa primeira emenda a um projeto de Lei e fui ao Congresso Nacional tentar obter a assinatura do Deputado Valdir Pires, nosso ex-ministro e deputado federal eleito pela Bahia. Como tinha trabalhado com o Presidente Paulo Macarini no IAPAS, no Rio de Janeiro, na gestão Waldir Pires, achei que era fácil a inclusão da emenda. Fiquei na ante-sala durante quatro horas sem ser atendido. Para sorte minha chegou a Vera França, vice-presidente da ANFIP e minha conhecida através dos inúmeros pedidos de hospedagem nos hotéis conveniados ou apart hotel da Entidade, e imediatamente foi chamada pelo ilustre deputado. Não me fiz de rogado, entrei com ela e peguei a assinatura do homem.

Mas nada disso me tirava da meta que estabeleci para o meu trabalho, sabia que os servidores da previdência estavam totalmente desamparados, exceto fiscal e procurador. Surgiu então a primeira luz no fim do túnel, uma gratificação de produtividade para a área de engenharia proposta pelo João Ricardo à Diretoria de Recursos Humanos do INSS e que imediatamente foi encampada pela ANASPS.

Num trabalho conjunto, eu e o João Ricardo, que era o Coordenador de Engenharia, encaminhamos as fichas de filiação a todos os servidores da área e conseguimos assim um grande número de filiados, pois junto com eles também se filiaram os servidores da área de Serviços Gerais.

Elaboramos então o primeiro projeto de gratificação de produtividade para os servidores do INSS, chamada GDAP, em 1993, e o apresentamos como emenda a um projeto de lei que tramitava no Congresso. Fomos em seguida ao general Romildo Caim, ministro do MARE, e conseguimos um aumento no vale-alimentação, depois um aumento no auxílio-creche, e entramos na Justiça com várias ações judiciais.

Com a pequena quantia arrecadada mensalmente dos ainda poucos sócios, saímos então do 15º andar para o 6º andar do mesmo edifício Paulo Maurício, compramos móveis, telefone e um fax, e começamos mais uma empreitada difícil: conseguir com que algum colega nos estados aceitasse ser representante da ANASPS. A primeira pergunta era “o que eu ganho com isso”. Diante das dificuldades, procuramos novamente a Diretora de RH do INSS para que nos socorresse e indicasse os seus chefes de RH para serem nossos representantes. Não satisfeitos, fomos buscar ajuda dos superintendentes conhecidos para indicar o representante e também filiar seus conhecidos. Melhoramos um pouco, mas ainda não o suficiente para realizar minhas primeiras palavras quando de minha posse como presidente: “A ANASPS se tornará uma entidade com papel marcante no âmbito do Serviço Público Nacional”.

A partir da nomeação de alguns Diretores Estaduais, precisávamos de alguém com conhecimento na área de RH para responder as diversas solicitações de informações sobre processos e ações judiciais. Então convidamos a Elienai Ramos Coelho para colaborar conosco. Conhecia a Eli trabalhando com a Neusa Vieira Lopes no RH do INSS, em Brasília, e com bom trânsito entre todos os colegas da Direção Geral bem como os servidores das Superintendências.

A Eli começou respondendo as cartas dos associados, passando em seguida a gerenciar a área administrativa da ANASPS, elegendendo-se mais tarde Vice-Presidente.

Precisávamos de alguém na área de projetos (plano de carreira, gratificação de produtividade etc), também na área de RH. Conseguimos então a liberação de ponto e disponibilidade para a ANASPS da Verônica Maria Monteiro da Rocha.

Mesmo tendo contrato com o escritório do Dr. Torreão éramos carentes na área Jurídica. Precisávamos de alguém que, sendo servidor, levantasse o prejuízo dos servidores, estudasse a possibilidade de ação e com que tipo de ação deveríamos entrar. Fomos então buscar o Dr. Alexandre Barreto Lisboa que também tinha trabalhado no RH do Rio de Janeiro. Conseguimos então sua liberação de ponto e disponibilidade para a ANASPS.



Diretoria da ANASPS recebida pelo Deputado Inocêncio Oliveira.

Inauguração da Sede 1999

Dr. Paulo César de Souza - Presidente da ANASPS, Deputado Reinhold Stephanes - Ministro do MPS, Ministro Arnaldo Prieto, Professor Celso Barroso Leite



Inauguração da Sede - Homenagem Dra. Cecília Landim 1999

Ministro Jarbas Passarinho, Dr. Alexandre Barreto Lisboa - Vice Presidente da ANASPS, Dr. Paulo César de Souza - Presidente da ANASPS.

Mas permanecia ainda o grande problema que era a busca de nossos representantes nos estados. Ninguém queria, pois não acreditava numa associação nova. Todos pareciam acostumados com o sindicato. Resolvemos lançar uma campanha para indicação de representantes.

Como não tínhamos recursos para ir aos estados, procurávamos participar de todos os eventos de RH, Arrecadação, Serviços Gerais, Seguro Social, Financeiro, Auditoria, Comunicação Social e outros em busca do nosso representante. Sempre tínhamos alguns minutos para apresentar a ANASPS e fazíamos o convite aos colegas para serem colaboradores nos seus estados.

A associação é nacional mas sabíamos da importância de sua presença nos estados, com um servidor que tivesse credibilidade para repassar as informações, participar de seminários, representar a ANASPS em solenidade, enfim, aparecer, existir, ser vista.

Mas nosso número de associados era muito pequeno com arrecadação irrisória, para podermos montar uma sede em cada estado. Novamente recorremos aos colegas superintendentes para colaborar conosco, permitindo que os representantes atuassem dentro dos prédios do INSS. Fomos atendidos por todos em uma reunião na Ermida Dom Bosco, onde estavam discutindo orçamento com a Presidência do INSS.

A partir daí fiz uma boa amizade não só com os superintendentes, mas também com os fiscais, porque a maioria era fiscal e estavam sempre na ANFIP. Comecei então a freqüentar a ANFIP todos os dias não só para fazer sócios como para **filara bóia**, até que o Presidente de então descobrisse que eu não era fiscal e estava usando o apart deles, lavando roupa no hotel, e, ainda, almoçando. Fui logo cortado, mas continuei freqüentando a sede e fazendo novos amigos e foi daí que com a ajuda do Pedro, Cyro e Vera criamos o primeiro folder com ficha de filiação e encaminhamos a todos os servidores da Previdência. Omito aqui, estrategicamente, como conseguimos os endereços e como pagamos o correio, pois essas coisas não se confessa jamais, só posso dizer que não foi nada ilegal ou irregular.

Criamos mais um problema: a ficha era com porte pago e para retirar tínhamos de pagar o Correio. Utilizei então o meu cheque especial pela primeira vez e paguei do meu próprio bolso as primeiras, na esperança que com a arrecadação do mês seguinte pudesse retirar todas as fichas.

Com uma proposta de Plano de Carreira, de gratificação de produtividade, algumas ações ajuizadas e os sócios que conquistava nas reuniões, a associação começou a ficar conhecida, o retorno foi surpreendente. Dos 92 sócios fundadores, passamos para 360, logo após 1360 com o pessoal da Engenharia e Serviços Gerais e com o folder explicando nosso trabalho recebemos mais de 5000 filiações. Para quem tinha a pretensão em ser a maior associação era muito pouco num universo de 90 mil servidores. Contamos novamente com a colaboração da diretora de RH do INSS, que passou a divulgar nos contra-cheques as ações da ANASPS e solicitou aos coordenadores de RH nos estados uma ação de filiação junto aos servidores aposentados. Chegamos a 23 mil sócios entre ativos e aposentados.

Podíamos contratar uma empresa de comunicação para elaboração do jornal, releases para imprensa e divulgação de artigos de interesse da ANASPS, o que fizemos com a empresa JMMC CONSULTORIA, do jornalista Luiz Joca, começando um novo meio de comunicação vitorioso com os associados, o JORNAL DA ANASPS, levando a notícia mensalmente e prestação de contas dos trabalhos da Diretoria Executiva nos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Nossa arrecadação era ainda pequena, pois só cobrávamos um percentual sobre o vencimento básico, aproximadamente R\$ 4,00 reais em média por associado, porém as despesas, à medida que a associação crescia, aumentavam com a criação de uma Diretoria Estadual totalmente equipada com, telefone, fax, computador, secretária, móveis etc e para o equipamento e pessoal necessário para suporte. Na Nacional, contratação de serviços de CPD, pagamento de correio de



Lançamento FUNPREV

Professor Celso Barroso Leite, Ministro Arnaldo Prieto, José Cechin - Secretário Geral do MPS, José Eduardo Sabo - Curador de Fundações - DF, Dr. Paulo César de Souza - Presidente da ANASPS/FUNPREV, Dr. Alexandre Barreto Lisboa - Presidente do Conselho Curador da FUNPREV, Ministro Jarbas Passarinho, Ministro Reinhold Stephanes.

Curso Formadores em Previdência Social

Dr. Marcelo Viana - Secretário Executivo do MPS, Dr. Paulo César de Souza - Presidente da FUNPREV, Dr. Vinicius Carvalho - Secretário de Previdência Social, Dr. Álvaro Solon, Assessor do Ministro do MPS, Dr. Alexandre Barreto Lisboa - Presidente do Conselho Deliberativo da FUNPREV.



Dr. Paulo César de Souza saudando aos treinandos do INSS, no auditório da ANASPS.

encaminhamento de jornais, elaboração e gráfica na confecção do jornal, ficando o correio em R\$ 0,38 centavos por postagem e R\$ 1,00 real por jornal na gráfica. Começamos então uma parceria com a Diretoria de Recursos Humanos do INSS nos diversos cursos com a confecção de pastas, blocos e canetas, onde poderíamos dar palestras e levar aos nossos associados os trabalhos e levantar suas angústias e necessidades para apresentarmos então projetos no Executivo e no Legislativo.

Com a posse do Dr. Alexandre na área jurídica iniciamos o ajuizamento de diversas ações judiciais, algumas vitoriosas, como as do abono pecuniário, impedimento do aumento da contribuição previdenciária para ativos e aposentados, do não corte do ponto dos grevistas, e outras com liminares concedidas, ações com sentença transitada em julgado do 28,86%, onde numa luta de Davi contra Goliás enfrentamos a Procuradoria Geral do INSS, totalmente contrária ao pagamento de um valor já reconhecido pelo governo. Felizmente, encontramos um juiz sério que não se curvou à grosseria de um procurador e o obrigou a encaminhar os cálculos devidos a todos os sócios da ANASPS e agora só depende dos cálculos de juros e correção para pagamento. Além dessas, entramos com mais de 62 ações não só para ganhar aumento salarial, mas também para manter direitos que os diversos governos tentam sempre retirar dos servidores.

Conseguimos então credibilidade e aumentamos nosso quadro para 50 mil sócios de todas as categorias funcionais da Previdência Social.

Apresentamos em diversas oportunidades, por intermédio da Verônica Maria Monteiro, vários projetos de planos de carreiras, gratificação de produtividade e contestamos as várias reformas que tentavam deformar a maior seguradora e distribuidora de renda do país, a Previdência Social.

Trabalhamos incansavelmente no Congresso Nacional acompanhando nossos diretores estaduais nas lutas pela manutenção dos direitos sociais e garantias constitucionais dos ativos, aposentados e pensionistas.

Participamos de todos os eventos e palestras de todas as áreas do INSS.

Criamos o projeto VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR, com cursos, palestras e convênios com Faculdades, Universidades, Sesc, Senac, Sebrae e outros para melhorar a formação dos nossos servidores.

Lançamos o projeto CRIATIVIDADE, onde os servidores poderiam apresentar trabalhos para melhorar suas condições de trabalho ou contar seus “causos” ou estórias do seu dia-a-dia no trabalho.

Procuramos, sempre em parceria com os dirigentes do MPS e do INSS, apresentar ao Legislativo projetos em benefício dos servidores para melhorar ou manter seus direitos adquiridos.

Contamos sempre com o apoio dos Superintendentes e Gerentes Executivos, respaldando os projetos em favor do servidor.

Nossas ações para os servidores associados da ANASPS eram grandes e demandavam tempo, porém não contávamos com governos tirando direitos.

Tivemos então que abandonar alguns planos para tentar na Justiça manter o que tínhamos conseguido ao longo de 80 anos de Previdência.

Criamos a Fundação ANASPS de Previdência - FUNPREV para dar ao servidor condições de educação mais barata e com qualidade, criando a Escola de Previdência. Porém, os “intelectuais” do INSS resolveram criar a UNIPREV e dar a uma empresa da Bahia o direito de treinar todos os servidores a preço muito mais caro que o de mercado, boicotando nossos sonhos, temporariamente. A idéia era a de ministrar cursos profissionalizantes para servidores e seus filhos, nas diversas áreas, com parcerias com as Escolas Técnicas Federais, Cursos de Processamento de Dados com o



Negociação PCCS no Ministério

*Dr. Paulo César de Souza -
Presidente da ANASPS, Dr.
Hamilton Silveira - Diretor de
Recursos Humanos, Dr. Cresio
de Matos Rolim - Presidente do
INSS, Senador Waldeck
Órnelas - Ministro do MPS.*

Gratificação Produtividade MP 2093-23

*Deputado Roberto Pessoa fala
aos dirigentes da ANASPS.*



Negociação Plano de Carreira

*Dr. Paulo César de Souza -
Presidente da ANASPS,
Deputado Roberto Brant -
Ministro do MPS, Dr.
Alexandre Barreto Lisboa - Vice
Presidente da ANASPS.*

Sesc, Cursos de Pós-Graduação, Doutorado, Mestrado com as Universidades Federais, Faculdades, Fundação Getúlio Vargas, Universidade Mackenzie e outras, Cursos de ensino à distância. Demos um treinamento a 102 Gerentes do INSS, que foi um sucesso, elogiado não só pela diretoria do INSS e pelos gerentes treinados, mas também pelo Ministro, dada à qualidade do conteúdo do curso.

Criamos uma cooperativa de crédito, sem fins lucrativos, em fase final de aprovação pelo Banco Central para ampliar os nossos serviços; implantamos o microcrédito para darmos empréstimos a juros mínimos.

Ao final de 1999, contratamos o prof. JB Serra e Gurgel, que acabara de se aposentar no MPS, entregando-lhe a missão de gerenciar a Comunicação Social da ANASPS.

Nosso objetivo inicialmente era deixarmos de ser pauta para nos transformarmos em fonte de informação. Para isso, precisávamos de uma informação fluente, lógica, verdadeira, correta, isenta, imparcial, objetiva, impessoal, de interesse público. Quando tivéssemos que emitir opinião, nos fundamentaríamos em dados irrefutáveis.

Produzimos uma virada, através de um contato corpo-a-corpo com repórteres, editores, coordenadores, colunistas, editorialistas – geralmente com a ajuda de uma estagiária de Jornalismo (tivemos cinco no período, Marcela, Beatriz, Camila, Luanna Livia e Carla) - em rádios, televisões, jornais, revistas e agências de notícias.

Somos hoje indiscutivelmente a associação mais consultada através do nosso site criado há três anos e que já tem mais de 5 milhões de visitas, constituindo-se num megaportal, com múltiplos links de informação sobre as questões estruturais da Previdência e sobre as questões de interesse dos servidores públicos, em especial, da Previdência Social.

Além do Jornal ANASPS, temos ANASPS On-Line, ANASPS ON LINE/extra, ANASPS Brasil, Clipping ANASPS, Notícias ANASPS, Artigos ANASPS e o Gex/ANASPS para bem informar nacional e regionalmente todos os associados e servidores do INSS. São informativos que, na sua versão eletrônica, são enriquecidos com as ferramentas disponíveis, agregando valor com sua qualidade editorial e de oportunidade.

Nossos informativos têm credibilidade por só darem notícias devidamente documentadas.

Em quatro anos, publicamos mais de 90 artigos com 480 publicações nos jornais de todo Brasil. Nos jornais com circulação auditada fomos lidos por mais de 10 milhões de leitores/ano. Nos não auditados, 8 milhões.

Em 2003, numa ação sem precedentes, lançamos o LIVRO NEGRO DA PREVIDÊNCIA, para contraditar o LIVRO BRANCO DA PREVIDÊNCIA, publicado pelo Ministério da Previdência Social, com informações nada verdadeiras sobre os feitos e as glórias dos oito anos de FHC no âmbito da Previdência. Na mesma linha, lançamos uma publicação contra a 2ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

Criamos um site para cada Diretoria Estadual poder divulgar os projetos, convênios e outras informações do seu Estado.

A ANASPS começou então sua nova luta a partir do governo FHC, luta que era só dos sindicatos: reivindicar através de greve e ganhamos na Justiça o primeiro mandado de segurança para garantir o direito à greve sem corte de ponto.

Nossos sonhos continuam, alguns em andamento, outros a se realizar, como a casa do servidor, que seria basicamente um lugar para abrigar o grande número de servidores que diariamente vêm à Brasília para executar algum projeto, onde o servidor, com a diária baixa paga pelo governo, pagaria somente uma taxa de manutenção. Estamos também criando nossa cooperativa para que



**Inauguração Sede
OISS Brasil e Filiação da
FUNPREV/OISS**

Dr. José Cechin - Secretário Executivo do MPS, Dr. Renato Follador - Representante OISS/Brasil, Deputado Roberto Brant - Ministro do MPS, Dr. Carlos Garavelli - Representante OISS, Dr. Paulo César de Souza - Presidente da ANASPS, Dr. Vinicius Carvalho - Secretário de Previdência Social do MPS.



**Encontro do Conselho
Diretor da ANASPS**

*Conselho Diretor da ANASPS
(Diretoria Executiva e Diretores
Estaduais).*



Encontro Aposentados

*Entrega do Prêmio em Manaus/
AM.*

o associado fuja dos agiotas e consiga empréstimos a juros reais. Pretendemos também criar nossa cooperativa educacional e habitacional.

Trabalhamos muito para a melhoria da nossa antiga Patronal, hoje Geap, para que os nossos sócios tivessem atendimento adequado e merecido, pois entendemos que o servidor paga em dia sua contribuição, descontada mensalmente em seu contra-cheque.

Infelizmente, administrações desastrosas levaram a Geap a uma intervenção não menos desastrosa e em seguida ao desmonte quase total do bom atendimento a sua clientela, abandonando ou descredenciando os melhores profissionais, clínicas e hospitais.

Temos denunciado os desmandos dos administradores da GEAP com compras de sede milionária em Brasília, saída dos prédios gratuitos do INSS para pagar aluguel, péssima administração do pecúlio quase o levando à falência, superfaturamento de despesas, e incompetência na assistência médica, hospitalar e ambulatorial. Denunciamos ao TCU, ao Ministério Público Federal, à Secretaria de Previdência Complementar e de todos recebemos a promessa de apuração das denúncias. Estamos no aguardo e vigilantes.

No INSS não foi diferente, nossas divergências com a administração foram várias, entre elas:

- a luta contra a terceirização de mão-de-obra e contra a portaria que permitia ao terceirizado e cedido conceder benefício, prerrogativa somente de servidor concursado;
- a modelagem da gestão previdenciária, financiada com recursos externos, elaborada por “técnicos” fora dos quadros e estranhos à Previdência, a peso de ouro, e sub-locada a servidores, por conta de passagens e diárias;
- a implantação de um Plano de Carreiras elaborado pelas entidades de servidores, jogado no lixo enquanto o governo contratou a FIA-USP, comprando um Plano que igualmente foi abandonado;
- o concurso de Gerente Executivo, insistindo para que fossem todos da casa, acabando com a farra política do QI (Quem Indica);
- a autorização para que Correios e Prefeituras concedessem benefícios;
- a insistência contra a ampliação da renúncia contributiva através do SIMPLES, das filantrópicas e da baixa contribuição dos produtores rurais,
- a premiação dos caloteiros através do REFIS I e REFIS II,
- as “inovações” restritivas de direitos, como o fator previdenciário;
- a não cobrança dos devedores; e
- o desmanche das estruturas de combate às fraudes; a não reposição dos quadros de pessoal, fazendo com que o INSS em dez anos tenha perdido 10 mil servidores e tenha mais de 17 mil vagas na sua lotação ideal.

Nossa realidade hoje é:

- 1 - 27 Diretorias Estaduais com instalações físicas, secretária, equipamentos, móveis etc, para receber nosso associado e transmitir a todo o Estado as informações sobre o trabalho da Nacional, inclusive com a criação de um Site Estadual;
- 2 - duas sedes próprias em Brasília, uma da ANASPS e outra locada em comodato à FUNPREV, todas devidamente equipadas para informar e atender bem nossos associados;
- 3 - três sedes próprias nos estados da Paraíba, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais;
- 4 - 24 sedes alugadas;
- 5 - um automóvel Parati ano 2003;

Entrega do Pêmio Criatividade em Manaus-AM

Dr. Alexandre Barreto Lisboa - Vice Presidente da ANASPS, Dra. Elzula Ferreira, Diretora da ANASPS/PI, Dr. José Gonçalves Campos, Diretor ANASPS/AM, Dra. Maria Leide Câmara - Diretora ANASPS/RN, Dr. Vinícius Carvalho - Secretário de Previdência Social MPS, Dr. Severino - Gerente Executivo ANASPS/AM, Dr. Paulo César de Souza - Presidente da ANASPS, Dr. José Julio Martins de Queiroz - Vice Presidente de Cultura e lazer ANASPS.



Reforma da Previdência 2004

*ANASPS em manifestação no
Senado.*



- 6 - dois auditórios equipados com cadeiras, equipamentos de informática, áudio visual etc, para cursos e palestras aos associados da ANASPS e sempre disponíveis para os servidores da Previdência;
- 7 - 62 ações Judiciais;
- 8 - uma assessoria parlamentar atuando diariamente no Congresso Nacional acompanhando todos os projetos de lei e MPs de interesse do servidor;
- 9 - uma assessoria de Comunicação para elaborar releases, acompanhar as informações dos meios de comunicação impressos e eletrônicos, elaborar os informativos e manter contatos para publicação dos nossos artigos e de matérias de interesse do servidor;
- 10 - um setor de acompanhamento e informação jurídica sobre as várias ações;
- 11 - um setor financeiro para manter nossa contabilidade, informando ao Ministério Público e registrando em cartório nossos balanços;
- 12 - um centro de processamento de dados que cuida de toda a vida do associado com equipamentos em rede de computadores;
- 13 - uma empresa contratada (a LINK) de consultoria/assessoria, que dá suporte à ANASPS nas diversas áreas de interesse do associado, tanto no Executivo quanto no Legislativo, e que presta bons serviços à entidade praticamente desde sua fundação.

Paulo César de Souza, presidente

Apresentação

Este livro representa um esforço da ANASPS no sentido de manter viva a discussão sobre a Previdência Social brasileira que cada vez mais ganha relevância no país, dada sua importância para milhões de pessoas de todas as idades, bem como para a própria economia nacional, diante do crescente vulto das receitas e despesas previdenciárias.

Três objetivos são perseguidos nesta obra:

- contar, de forma sucinta, a partir do relato cheio de vida e dedicação, de quem desde o primeiro momento participou intensamente da história da construção e consolidação da ANASPS;
- transcrever parte dos numerosos artigos publicados pela ANASPS na imprensa nacional e regional, versando sobre Previdência Social, reforma previdenciária, previdência complementar, servidores públicos e outros temas de grande interesse público;
- publicar artigos de ex-ministros da Previdência Social e de especialistas na área, focados de forma especial no futuro dos regimes previdenciários no Brasil.

A fundação da ANASPS e, posteriormente, a da FUNPREV, no relato do servidor previdenciário Paulo César de Souza, busca caracterizar, especialmente, a capacidade de aglutinação das pessoas em torno de objetivos comuns, embora as dificuldades que se apresentam a cada momento o que, antes de desanimar o grupo, acaba por alavancar a vontade coletiva no rumo dos objetivos (ou melhor, sonhos) colimados.

Os artigos da ANASPS aqui transcritos foram publicados em importantes jornais de circulação nacional e regional, alcançando, segundo dados chegados à Entidade, cerca de 10 milhões de leitores / ano, na imprensa auditada, e de 8 milhões / ano, nos jornais não auditados. Isso, por si só, revela o peso da opinião da ANASPS, entidade máxima de representação dos servidores previdenciários, relativamente a uma temática de grande relevância pública.

Por outro lado, é importante que o leitor possa ter acesso à palavra de ilustres dirigentes da Previdência, bem como de notórios especialistas na área, relativamente ao futuro dos regimes

previdenciários brasileiros e quais as providências devam ser adotadas com vistas ao permanente equilíbrio financeiro e atuarial desses regimes, de forma que eles mereçam crescente credibilidade do conjunto da população.

A ANASPS procura, com esse livro, dar início a uma série de obras voltadas para uma intensa interação entre dirigentes, especialistas profissionais liberais, universidades, servidores previdenciários, sindicalistas e outros, com a finalidade de discutir ampla e democraticamente a Previdência brasileira.

Artigos 2004

ÍDOLO DOS PÉS DE BARRO

Por Paulo César de Souza

Em 15 de novembro de 2002 o Brasil elegeu o primeiro Presidente oriundo da classe trabalhadora o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, metalúrgico, sindicalista, ex-presidente e fundador da CUT e do PT, perseguido e preso no regime militar por liderar as maiores greves, não só no setor metalúrgico, como por reivindicar em favor das minorias.

Sua plataforma: aumento de salário de acordo com a inflação do período; salário mínimo de US 100 dólares; jornada de trabalho condizente com as atribuições do trabalhador; previdência social pública para todos os trabalhadores; garantia dos direitos constitucionais; respeito ao serviço público e ao servidor público; diminuição dos níveis de pobreza; geração de empregos; melhor distribuição de renda; colocar na cadeia os devedores, sonegadores, corruptos; respeito aos direitos adquiridos; garantia de recursos para as empresas brasileiras concorrerem com as multinacionais; revisão dos processos de privatização dos governos anteriores; incentivo a agricultura e reforma agrária para os sem-terra; habitação para os sem-teto; educação para tirar das ruas crianças, futuros inquilinos da FEBEM; segurança pública; combate à fome e aumento das exportações.

Com os 20 pontos acima elencados a população brasileira votou em massa em LULA, acreditando que veria o espetáculo do crescimento.

LULA presidente tornou-se ídolo das massas. Por onde passasse multidões pediam autógrafos, tentavam agarrá-lo, abraçá-lo, beijá-lo. Esperavam horas em frente ao Alvorada só para vê-lo. Nos estados, verdadeiros delírios quando passava, cumprimentava ou acenava.

Seus discursos de Robin Hood inebriavam a todos, pela sinceridade e espontaneidade.

Ganhou projeção além mar e simpatia de governantes no mundo inteiro, pois reivindicava para os pobres, sendo agraciado inclusive pela ONU com uma quantia de fazer inveja a qualquer brasileiro desempregado.

Para nós brasileiros, tornou-se nosso Ghandhi, nosso ÍDOLO, salvador da pátria, homem com competência para unir a situação e oposição, pois tinha o respaldo e apoio popular.

Na Presidência da República, Lula mudou e como mudou!

Nosso ÍDOLO começou então suas viagens pelo mundo, sempre com o mesmo discurso da erradicação da pobreza, solicitando ao G-7 que ajudasse os países do terceiro mundo e pediu ajuda a Cuba, Venezuela, Líbia, Síria...

Nosso ÍDOLO encaminhou sem ouvir a população a reforma da previdência, montou a base aliada com verbas e cargos e passou o rolo compressor, tirou direitos sociais e conquistas constitucionais dos servidores públicos, não corrigiu automaticamente as aposentadorias dos segurados da previdência, conforme prometido e mandou os velhinhos com mais de 90 anos provarem que estavam vivos, amargando filas em sol escaldante;

Nosso ÍDOLO não consegue conter seus ministros que vivem se digladiando, inclusive com palavras de baixo calão; um disse que não o aguenta e de outro falou que era mole.

Nosso ÍDOLO concordou em cassar o que tinha de melhor no PT, militantes antigos e fundadores; associou-se aos seus antigos inimigos deixando de ouvir suas bases; abandonou aqueles que o projetaram.

Nosso ÍDOLO aumentou a única comida barata do brasileiro, o FRANGO, de R\$ 1,00 para mais de R\$ 3,00; elevou o número de desempregados para 12 milhões; não criou os 2,5 milhões de empregos no 1º ano de governo.

Nosso ÍDOLO para salvar seu principal 1º ministro fechou bingos e caça-níqueis e não permitiu a abertura de CPI para apurar irregularidades (propinas) do Sr. Waldomiro Diniz, funcionário comissionado da Casa Civil, nas campanhas políticas e na Gethec/Caixa; não esclareceu a morte do prefeito de Santo André e o massacre de garimpeiros em Rondônia; permitiu a invasão e a tensão no campo.

Nosso ÍDOLO manteve na Previdência Social o FATOR PREVIDENCIÁRIO que diminui aposentadorias, não colocou os 40 milhões de informais no INSS, que precisa de 8.000 fiscais e temos somente 3.500, necessitamos de 3.000 procuradores, foram todos para AGU, necessitamos de Médicos Peritos, de 8.000 servidores de nível médio.

Nosso ÍDOLO fomentou várias greves por não negociar com as categorias (MÉDICOS PERITOS, PREVIDENCIÁRIOS, ENGENHEIROS DA AGRICULTURA, POLÍCIA FEDERAL, AUDITORES FISCAIS, SERVIDORES DA AGU, UNIVERSIDADES, INCRA, DA SAÚDE e etc).

Nosso ÍDOLO paga rigorosamente em dia o FMI quando prometeu priorizar a dívida externa e interna, o superávit fiscal e o arrocho salarial; não criou um emprego; não corrigiu a tabela do imposto de renda, prejudicando milhões de trabalhadores e aumentou os impostos.

A vida dos brasileiros passou a ser bem mais difícil, pelo menos para alguns, exceto banqueiros e mais 10% de abastados protegidos pela política globalizada.

Nosso ÍDOLO tem os pés de barro e está se desmanchando, suas promessas foram transformadas em bravatas, as pesquisas que antes demonstravam o descontentamento com o governo já o alcançam.

A bem da verdade nosso ÍDOLO criou um primeiro emprego. Parabéns.

*Paulo César de Souza é Vice-Presidente da
Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.*

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro, RJ. Data de Publicação: 1º a 15.06.2004

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT. Data de Publicação: 09.07.2004

APOSENTADO, IDOSO OU “VAGABUNDO”?

Por Paulo César de Souza

Essa deve ser a grande pergunta do idoso brasileiro.

No governo FHC os aposentados e pensionistas, públicos e privados, foram chamados de vagabundos pelo próprio, após terem trabalhado 35 anos, contribuindo para a Previdência Social da União e do INSS para ter direito a uma aposentadoria e pensão, no mínimo, de acordo com seus vencimentos e salários.

Os PHD's de plantão do MPS, terceirizados já naquela época, tinham proposto a 1ª Reforma da Previdência para reduzir o déficit da União e do INSS. Como o déficit não caiu criaram no INSS o Fator Previdenciário, uma reforma dentro da reforma, com o objetivo de achatar aposentadorias no INSS. Ninguém receberia para o que pagou e o teto de 10 SM virou hipótese, reduzido no máximo a 7 SM.

Com o Fator Previdenciário o trabalhador que sempre contribuiu pelo teto do salário de contribuição não receberia o salário de benefício previsto.

Usaram das variáveis da idade e da contribuição para enganar e ludibriar os segurados.

Não há a menor dúvida que colocaram um novo “esqueleto no armário”, pois chegará o dia em que a Justiça reconhecerá o direito do segurado receber o valor para o qual contribuiu. É um passivo que vem do governo FHC e já gerou mais de 1 milhão de benefícios na era Lula.

Vejamos como funciona o Fator Previdenciário: a aposentadoria do trabalhador é calculada em duas etapas. Primeiro é apurada a média dos 80% dos salários de contribuição, os maiores a partir de julho de 1994 e sobre a média é aplicado o fator previdenciário de acordo com idade, tempo de contribuição, alíquota de recolhimento e expectativa de vida.

Exemplo: Homem com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição para o INSS.

Seu Fator Previdenciário é 0,7744.

Aplicando a média dos 80% sobre o salário contribuição de R\$ 2.165,31, sua aposentadoria será de R\$ 1.676,82.

O aposentado terá uma perda de 22,55% do seu salário exatamente quando ele mais precisa de renda para se manter e manter os seus, já que está fora de sua capacidade produtiva.

Outro flagrante desrespeito: o idoso, aposentado ou pensionista que obteve sentença favorável para a reposição do IRSM de fevereiro de 1994, de 39,67% o juizado Especial Federal só pode julgar causas no valor de 60 SM (R\$ 14,4mil) portanto para ter direito ao juizado o aposentado terá de renunciar ao valor superior.

Se a previdência e a justiça reconhecem a dívida, o correto seria pagar os R\$ 14,4 mil e a diferença poderia ser paga através de precatório, que permite ao INSS saldar o débito no ano seguinte.

Os beneficiários do INSS que recebem o mínimo penaram oito anos para receber os reajustes pelo salário mínimo recebendo os índices oficiais de inflação. Os que recebem além do mínimo, acumularam perdas e foi colocado novo esqueleto no armário, com um passivo que cedo ou tarde terá que ser pago.

No serviço público, não foi diferente, os inativos e pensionistas também foram execrados e apresentados como o grande ônus da nação, ameaça à estabilidade e ao déficit público.

As tentativas de prejudicá-los foram muitas. Tínhamos à época um defensor ferrenho, o PT, incansável na manutenção do direito adquirido, das cláusulas pétreas contidas na Constituição

onde os ativos e inativos têm os mesmos direitos. Deputados e senadores do PT protegiam os servidores, organizavam greves, incentivavam as ações do MOSAP e da COBAP.

O governo para não dar o aumento devido conforme a inflação, criou vários artifícios para enganar a sociedade e esmagar os servidores. Foram oito anos de aumentos baixíssimos para os ativos, que acumularam perdas de 127%, e de recomposições ínfimas para os inativos com perdas superiores a 200%.

Aposentado, idoso e “vagabundo” reagiram, vingaram-se votando em massa no PT elegendo Lula, vários senadores e deputados dando assim o troco ao governo FHC, o governo da privatária, dos grandes escândalos, da corrupção, da desnacionalização, da globalização.

Lamentavelmente, Lula e PT deram as costas aos trabalhadores do setor público e privado, aos aposentados e pensionistas do INSS e do setor público, e aos militares ativos e reformados.

A desesperança começou quando classificou de bravatas o que antes eram promessas.

Dá pra frente foi um festival de decepções: aumento de 1% para os servidores, taxaço de inativos em 11%, redução das pensões em 70%, manutenção do Fator Previdenciário, não pagamento dos passivos, entrega da máquina pública a políticos sem passado nem futuro, criação de 35 ministérios, repressão da PM/DF no Congresso Nacional, convocação dos maiores de 90 anos para provar que estavam vivos, indução dos servidores e aposentados a se endividar, aprovação turbulenta, com troca de verbas e cargos da 2ª reforma da previdência, nas madrugadas, fim da isonomia entre civis e militares, fim da paridade entre ativos e inativos e aumento de R\$ 20 para os beneficiários do INSS, de um mínimo. Um rosário de crueldades cujo preço menor é a vertiginosa queda de popularidade de Lula.

Mas outubro está chegando e, novamente, daremos o troco.

Lembrem-se: as vítimas do futuro poderão ser os senhores, seus filhos, seus netos, pois o tempo é implacável e Deus é justo. Todos envelhecemos, aposentamos e seremos idosos, ou melhor, quase todos! Para eles a certeza: com o saco de maldades do PT morrer antes talvez fosse lucro para a União e o INSS! Deus me perdoe! Deus me livre!

Paulo César de Souza é vice-presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, ANASPS, entidade de 53 dos 89 mil servidores do INSS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro, RJ. Data de Publicação: 15 a 31.05.2004

Jornal: A GAZETA, Cuiabá/MT. Data de Publicação: 29.05.2004

Jornal: O Liberal, Belém/PA. Data de Publicação: 31.05.2004

Jornal: DIARIO DE NATAL, Natal/RN. Data de Publicação: 11.06.2004

Jornal: O Estado do Maranhão, São Luís/MA. Data de Publicação: 24.06.2004

Jornal: Diário da Amazônia, Porto Velho/RO. Data de Publicação: 10.07.2004

Jornal: Folha de Pernambuco, Recife/PE. Data de Publicação: 09.07.2004

Jornal: Diário da Região, São José do Rio Preto/SP. Data de Publicação: 11.07.2004

Jornal: Folha de Londrina/Londrina/PR. Data de Publicação: 23.07.2004

COMO SALVAR NOSSA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Em 2001 elaboramos um projeto, que apresentamos como sugestão de quem há muitos anos trabalha na Previdência Social e conheceu os antigos IAP'S, que deram origem ao INPS, hoje INSS.

Nosso projeto tinha o intuito em ajudar as reformas que a previdência necessitava, mas os políticos não faziam, ou melhor, faziam remendos e estes só para prejudicar os segurados e beneficiários.

Nossa preocupação era com relação ao enorme déficit apresentado diariamente à população pelos nossos governantes sem nenhuma solução.

O quadro terrível é:

1. SONEGAÇÃO:

2003 R\$ 24 bilhões.

2004 = R\$ 27 bilhões. (previsão)

2. RENÚNCIA FISCAL:

2003 = R\$ 12 bilhões.

2004 = R\$ 15, 4 bilhões (previsão).

3. DÍVIDAS A RECEBER:

2003 = R\$ 200 bilhões

2004 = R\$ 250 bilhões (previsão)

4. REVISÃO DE APOSENTADORIAS:

R\$ 12 bilhões

5. REFIS II: Parcelamento da dívida de pessoa jurídica e física que passem, se confessarem a dívida, tranca o processo penal por sonegação, quer dizer não vão para a cadeia e podem pagar com 50% de desconto da multa e correção pela TJLP, em 15 anos.

6. 40 MILHÕES DE INFORMAIS: São trabalhadores que não contribuem para o INSS, sem carteira de trabalho, mas que um dia vão querer se aposentar.

7. CRIAÇÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS: (aposentadoria para índio, dona de casa, pai de santo, mãe adotiva, homossexual inclusive pensão etc.), SEM FONTE DE CUSTEIO.

No projeto apresentado pela ANASPS criávamos inicialmente um número previdenciário para todos os brasileiros com idade de 18 anos, ou no momento em que iniciasse sua contribuição, onde ele só poderia ter os benefícios dados pelo governo nas diversas áreas com o seu cartão, que poderia ser o CIC adicionado de mais um dígito. (Saúde, Educação Pública entre outros serviços).

Com uma População Economicamente Ativa de 87 milhões não podemos ter a metade de trabalhadores informais, ameaça real ao Tesouro e à Previdência, pois todos vão se aposentar ou receber um benefício assistencial.

Necessitamos, imediatamente, criar mecanismos de contribuição atrativa e com a credibilidade da Previdência Social que durante 81 anos paga em dia seus beneficiários.

Os trabalhadores que hoje não contribuem com nada passariam a recolher sobre um salário mínimo formando um pecúlio corrigido e resgatável na aposentadoria, se preferível, ou recebendo uma aposentadoria de um salário mínimo mensal, com direito ao seguro acidente, auxílios doença, maternidade, reclusão e funeral, podendo ou não ser instituidor de pensão.

Noutra ponta, poderia ser criado o Ministério da Seguridade Social, com um comando unificado, controlando todos os recursos oriundos do trabalhador público e privado para formar um caixa de garantia, transformando tudo em grande FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL, que poderia ser administrado pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, agrupando as diferentes fontes.

1. PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA

2. FGTS

3. COFINS

4. FAT

5. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO

Cobrar via banco toda a dívida passada e toda contribuição futura para com a Seguridade Social, depois de identificada e formatada por auditores e procuradores.

Mais ainda:

Permitir ao INSS operar no mercado de Previdência Complementar aberta, inclusive oferecendo planos nas mesmas condições de bancos e seguradoras e com a garantia do Fundo de Seguridade Social e do governo federal.

Fechar todos os ralos de renúncia contributiva, tais como os do SIMPLES, FILANTRÓPICAS, RURAIS, CLUBES DE FUTEBOL, etc.

Restabelecer a condição dos Procuradores Autárquicos do INSS, com poderes inclusive de quebrar sigilo bancário de sonogador e de prender sonogador, apropriador indébito e depositário infiel, sem direito a fiança e se aumentaria o número de Procuradores (5.000) através de concurso público específico para o INSS, bem como de Auditores Fiscais (8.000) dando a eles também mais poderes específicos.

Fazer com que a DATAPREV, melhore a qualidade dos serviços e dados, interligando as plataformas da Previdência Social (arrecadação, procuradoria, seguro social) e dos demais órgãos do governo responsáveis pela receita da Seguridade Social (Receita Federal, Caixa Econômica Federal) bem como os Cartórios etc.

Criar uma Conta Previdência para cada trabalhador e cobrar diretamente como consignação em folha a parte do trabalhador, evitando que as empresas se apropriem dos 8% cobrados e não recolhidos.

Profissionalizar a gestão da Seguridade Social, excluindo qualquer politização ou partidarização, estabelecendo carreiras e restabelecendo o império da meritocracia.

Certamente, com mais ação e menos discurso, haveria diminuição da carga tributária, hoje uma das maiores. Para um empregado com salário de R\$ 100 reais a empresa paga de tributo R\$ 103 reais. Com mais as horas extras fica impossível as empresas absorverem mais gente e gerar empregos.

Paulo César de Souza é vice-presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade de 53 mil dos 89 mil servidores do INSS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro, RJ. Data de Publicação: 1º a 15.05.2004

Jornal: Diário do Grande ABC, São Bernardo do Campo/SP.

Data de Publicação: 16.05.2004

Jornal: O Jornal, Maceió/AL. Data de Publicação: 18.05.2004

Jornal: Diário de Nordeste, Fortaleza/CE. Data de Publicação: 24.05.2004

Jornal: O GLOBO, Rio de Janeiro/RJ. Data de Publicação: 31.05.2004

Jornal: SindJustiça-RJ. Data de Publicação: maio de 2004

Jornal: FATORAMA, Brasília/DF. Data de Publicação: 01.08.2004

OH! COMO O POVO SOFRE E COMO EU SOFRO!

Por Paulo César de Souza

Greve na perícia médica do INSS, com milhares de segurados nas filas para obter sua aposentadoria ou outros benefícios, mas necessitava do sim ou não do médico. O governo insensível deixou a população penando durante 76 dias sem atender aos médicos peritos, com salário aviltado durante 10 anos e pagando altos salários aos terceirizados. A greve só foi deflagrada por causa da intransigência em não se cumprir promessas do PT, antes de ser governo e defendidas por eles no Congresso Nacional. Quem sofre é o povo.

Greve no INSS contra a reforma previdenciária que só tirou direitos adquiridos ao longo dos anos todos, parte deles com apoio do PT. O governo do PT passou o rolo compressor sobre os servidores, rasgou a Constituição, aprovou tudo prejudicando os inativos, cobrando 11% de seus vencimentos, eles que pagaram durante 25/30 anos, tirando o direito adquirido dos ativos de se aposentarem pela legislação até então em vigor, reduzindo as pensões a 70% e rompendo o contrato de trabalho. O governo do PT não negociou e não atendeu os grevistas seus antigos aliados. Quem sofre é o povo.

Greve na Polícia Federal, filas nos aeroportos, demora nos inquéritos e na expedição de documentos. Quem sofre é o povo.

Greve dos fiscais agropecuários, prejudicando as exportações. Quem sofre é o povo.

Greve dos procuradores federais, liminares concedidas não são defendidas pelo governo, devedores e caloteiros do erário público não são cobrados nem acusados. A roubalheira aumenta. Quem sofre é o povo.

Greve da Receita Federal. Quem sofre é o povo.

Altas taxas de desemprego, saúde ruim, educação ruim, segurança ruim, sem terras invadindo fazendas. Quem sofre é o povo.

Taxa de juros em 16,25%, milhares de empresas pedindo concordata e falência, filas nos bancos e nas financeiras com juros escorchantes. Quem sofre é o povo.

Compra de um avião por US\$ 46 milhões de dólares, dinheiro suficiente para milhões de empregos e cestas básicas para o fome zero. Quem sofre é o povo.

Passeata de centenas de prefeitos com pires na mão, em Brasília, tentando salvar seus municípios da falência, pois a fatia do bolo dos Estados e Municípios diminui a cada dia enquanto a do Governo Federal só aumenta, transformando as cidades em ruas esburacadas, sem água, esgotos e estradas. Quem sofre é o Povo.

Cadeias públicas em estado deplorável sem as mínimas condições, em celas para quatro pessoas vivem 20 a 40, transformados em verdadeiros animais, com suas famílias passando por privações e necessidades. Quem sofre é o povo.

Guerra no Haiti, o governo anuncia o envio de 1.200 soldados às custas da sociedade, enquanto no Rio e em São Paulo seqüestros relâmpagos, guerra de traficantes, bloqueios de avenidas e bairros, toques de recolher, assaltos e assassinatos são maiores que a guerra do Iraque. Quem sofre é o povo.

Waldomiro negocia milhões no 4º andar do Palácio do Planalto em Brasília para o “seu bolso”, projetos de interesse do Brasil no Congresso Nacional, prometendo não sei o que, contratos milionários para a Caixa Econômica Federal, e liberação do bingo e das loterias eletrônicas, em nome do governo que não quer CPI mesmo ele não sendo filiado ao PT. Quem sofre é o povo.

Governo manda os velhinhos de 90 anos para uma fila no sol escaldante, muitos nem podiam andar, outros em cadeiras de rodas obrigados a provarem que estão vivos. Quem sofre é o povo.

Bancos têm os maiores lucros da história do Brasil, mas as filas e o atendimento, péssimos, continuam apesar de leis determinando tempo mínimo de 15 minutos na fila. Quem sofre é o povo.

Fizeram uma reforma na previdência prometendo acabar com as filas, o déficit, aumentar o valor da aposentadoria porém querem criar nova contribuição para pagar dívida do INSS. A revisão automática dos benefícios que o Lula prometeu vai ser efetuada sem prazo e sem dinheiro. Quem sofre é o povo.

O Banco Central e as Universidades federais tiraram indicativos de greve reivindicando plano de cargos e salários, prometidos pelo atual governo antes de assumir. Quem sofre é o povo.

Uma nova greve dos servidores públicos federais se avizinha em função dos baixos salários, 10 anos sem aumento, 127% de perdas, péssimas condições de trabalho, excesso de trabalho por falta de pessoal concursado, contratação de mão-de-obra terceirizada sem qualificação e com salário acima dos servidores concursados, sem uma política salarial definida. Quem sofre é o povo.

Por incompetência e intransigência do governo do PT, que não cumpre promessas de campanha e que não tem projeto para o país. Governo que deu apenas 1% de aumento salarial em 2003 e oferece 2,67% em 2004.

Os prejuízos de uma nova greve geral serão enormes para o governo, pois a previdência presta serviço a 4 milhões de empresas, 28 milhões de segurados e 22 milhões de beneficiários, a saúde atende a milhões de brasileiros no SUS que humilha e degrada e o trabalho que não gera empregos, só aumenta o desemprego.

Os prejuízos não serão só materiais, mas de credibilidade, pois as promessas do PT eram muitas, no entanto só vemos desemprego, violência, greve e desesperança. Quem sofre é o povo.

Paulo César de Souza é vice-presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro, RJ. Data de Publicação: 15 a 30.04.2004

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES. Data de Publicação: 28.04.2004

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF (1ª parte). Data de Publicação: 29.04.2004

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF (2ª parte). Data de Publicação: 30.04.2004

Jornal: Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ. Data de Publicação: 11.05.2004

Jornal: Jornal de Santa Catarina, Florianópolis/SC. Data de Publicação: 14.05.2004

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: DEU BINGO NA CABEÇA

Paulo César de Souza

Suponhamos que César, tão honesto quanto sua honestíssima esposa, tivesse convocado ao Palácio um centurião amigo, para estreitar as relações do Império com os senhores senadores. Tal cidadão empolgado com a proximidade do poder entregou-se aos prazeres do tráfico de escravos e de vendas de bens expropriados dos vencidos. O centurião agia em nome de César, nos negócios e no Senado. Comprou casa, apartamento, chácara e foi flagrado com saco de dracmas. Surpreendido, jurou inocência, mas foi entregue aos leões.

Temos pensado muito seriamente sobre o que aconteceu durante a tramitação da proposta de reforma da previdência.

Não em função dos dados falsos utilizados pelas equipes terceirizadas do Ministério da Previdência. Não por causa de um ex-ministro inimigo dos servidores e velhos, dos insensíveis relatores, deputado José Pimentel e senador Tião Viana, e dos comissários prof. Luizinho e Arlindo Chinaglia, das aprovações na calada da noite, geralmente de madrugada, quando a platéia tinha debandado, vencida pelo desprezo de senadores e deputados e pelo cansaço do desencanto.

Não pela vexaminosa atitude do Senado de endossar, sem emendas, o projeto da Câmara, deixando de exercer sua função revisora ou pela performance dos traidores dos servidores públicos que agora pedem votos nas eleições municipais.

O que nos leva a pensar é sobre quanto custou a reforma, o seu preço, em termos de verbas e cargos, de acertos e desacertos.

Principalmente porque o processo foi conduzido pelo ministro chefe da Casa Civil, deputado José Dirceu, seu fiel escudeiro, então Subchefe de Articulação Parlamentar, o saudoso, para muitos senadores e deputados, que o mimavam de “ministro”, Waldomiro Diniz, jogado às feras pelo governo que o acolheu e lhe deu status, próximo ao gabinete presidencial, e hoje chamado de “elemento”, “indivíduo” pelo Alto Comissariado do PT.

Depois do que fizeram na previdência, substituindo servidores nos postos, não fiscalizando, não cobrando, não prendendo, REFIS II, SIMPLES, filantrópicas, - mais de R\$ 220 bilhões em jogo - como moeda de troca para aprovação da reforma, por pressão da “base aliada”, custa acreditar que Waldomiro Diniz fosse um arrivista, que fora alçado à alta hierarquia do Planalto, sem que ninguém do PT o conhecesse e não fosse do Partido. A falha é primária para ser verdadeira.

Isto sem dúvida coloca todo o processo da reforma da previdência sob suspeição.

Suspeição porque não sabemos o que efetivamente foi dado em troca. Imagina-se pelo fisiologismo da base aliada e pela goela dos envolvidos.

A aprovação da reforma, exigida pelo FMI, bancos, seguradoras e mercado, igualmente ficou manchada.

Como estão manchados os dedos, as mãos, de todos que meteram os pés pelas mãos, em verbas e cargos.

Difícilmente uma CPI apuraria o que houve, os arranjos, o que foi dado, o que foi recebido, se a comissão foi de apenas 1% ou algo mais, etc.

Nós servidores tivemos nossas conquistas constitucionais e nossos direitos sociais suprimidos pela batuta de Waldomiro Diniz que reunia seus “comandados”, acenando com as benesses do Poder, e dava as ordens sobre texto, emendas aditivas, supressivas, substitutivas, que

Pimentel e Viana, sem desconfiar das “perigosas ligações de Waldomiro”, acatavam em tom obediente, pois ignoravam tais “suspeitas ligações”. Sabiam da força que representava, pois falava em nome do Chefe, do 1º Ministro, de Lord Cromwell, do Cardeal Richilieu, de Stalin, como era conhecido na Esplanada o ex-todo poderoso José Dirceu.

Não queremos crer que a reforma tenha sido decidida num bingo qualquer.

Muito menos que cada quadrinho das cartelas representou quanto ganhou cada político da base aliada.

Menos ainda que a bolada tenha representado apenas 1% de todo o preço pago. O ridículo do prêmio não atenua a prática do crime de extorsão.

O que precisa ficar claro para a sociedade brasileira é que não se pode minimizar o papel de um alto dignitário do Planalto, exibido como um borra botas, quando lhe coube influir e decidir sobre a taxaço dos inativos e da redução das pensões. Ele mexeu com gerações, acabou com a cláusula pétrea do Direito Adquirido, varreu a expectativa de Direito, frustrou a vida de milhões de brasileiros que perderam esperança e dignidade. Foram dormir com sonhos e acordaram desencantados. Convenhamos que foi muito longe o borra botas e só foi porque o dono das botas não era ele.

As suspeitas que recaem sobre ele por seus gestos espúrios em relação a bingos e loterias são as mesmas que permearam seus entendimentos e negociações para aprovação da reforma.

Num país sério, o chefe teria sido demitido junto. Punir o “elemento” ou “o indivíduo” não é nada. O chefe do chefe não precisaria pedir desculpas pelos acertos feitos com senadores e deputados mas deveria ter convocado uma rede de rádio e tevê e ido ao Congresso pedir desculpas aos contribuintes, aposentados e pensionistas, servidores e trabalhadores, pelo resultado expresso pelos números do globo, nas madrugadas da reforma. Deu bingo na cabeça.

Paulo César de Souza é vice presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, a entidade dos 53 mil servidores da Previdência Social.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro, RJ - Data de Publicação: 1º a 15.04.2004

Jornal: Correio Popular, Campinas/SP - Data de Publicação: 11.04.2004

Jornal: A Gazeta/Cuiabá/MT - Data de Publicação: 15.04.2004

Jornal: O Girassol, Palmas/TO - Data de Publicação: 20.04.2004

Jornal: Tribuna do Norte, Maringá/PR - Data de Publicação: 22.04.2004

Jornal: Tribuna de Minas, Juiz de Fora/MG - Data de Publicação: 23.04.2004

Jornal: Fatorama, Brasília/DF - Data de Publicação: 02.05.2004

Jornal: O Estadão, Porto Velho/RO - Data de Publicação: 10.05.2004

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF. Data de Publicação: 27.06.2004

AS CONTRADIÇÕES DO GOVERNO LULA

Por Paulo César de Souza

Lula melhora os salários dos servidores. Deu 1% de aumento aos servidores em 2003 e ameaça com 2,6% em 2004, elevando as perdas para mais de 128%.

O FMI impôs, Lula propôs e o Congresso impôs cobrar 11% de inativos que estão há anos sem aumento e com mais de 128% de perdas salariais. Além disso, reduziu as pensões à 70%. O

Brasil se tornou o único país do mundo a cobrar contribuição de inativo, mas ele recebe aposentadoria de “anistiado” e se lhe atribuiu isenção de IR.

Lula isentou caloteiros que devem mais de R\$ 400 bilhões ao Tesouro e ao INSS e evitou a prisão de sonegadores através do REFIS II.

O espetáculo do crescimento virou decepção. Haja desemprego, fome, miséria, educação, saúde, segurança e estradas foram reduzidas a escombros.

Berzoini mandou cadastrar velhinhos de 90 anos para que provassem, em filas imensas, que estavam vivos! Um horror!

Ainda Berzoini: após tanta maldade contra os servidores públicos, ativos e inativos, por sua fidelidade ao PT, demitido da Previdência, foi realocado no Ministério do Trabalho para fazer a reforma do “trabalho” ou seja, diminuir o emprego, acabar com o FGTS, férias, 13°, aumentar os informais e acabar de matar os desempregados. Levou torta.

João Paulo tornou-se o primeiro presidente da Câmara a autorizar a polícia invadir o Congresso e bater em funcionário público em greve. Levou vaia.

Aloizio Mercadante era o maior cobrador do governo FHC por uma política econômica com mais e melhor distribuição de renda, menos impostos, juros baixos, crescimento, emprego. Tudo o que o governo do PT não fez.

Cristóvão Buarque, referência no PT na educação, votou a favor da cassação da senadora e dos três deputados do PT, por ser homem de partido, e foi demitido, por telefone, num bar de Lisboa, de tanto reclamar de falta de dinheiro para seus projetos.

Humberto Costa transformou o INCA, instituição de referência em balcão de influências.

“Professor” Luizinho elegeu-se às custas das entidades de classe dos professores de São Paulo para proteger e melhorar o salário dos professores tão sofridos quanto ele, e tornou-se o maior inimigo de seus eleitores votando tudo contra eles na reforma da Previdência, mas não esqueceu de aumentar o salário dele de deputado e de receber um extra pela convocação extraordinária para novamente trocar o giz pela caneta da maldade contra os servidores.

Henrique Meirelles, do Banco Central, elegeu-se pelo PSDB a peso de ouro, porém foi escolhido a dedo pelo PT para atender os banqueiros internacionais com juros de 16,5% enquanto nos Estados Unidos é 1,5% ao ano!

Paulo Paim finge que ajuda os servidores durante o dia com várias reuniões e à noite vota contra – aliás todas as vitórias do PT no Congresso foram obtidas na calada da noite, ou nas madrugadas - enquanto aproveita as entidades de servidores para divulgar o estatuto do idoso, amplamente desrespeitado pelo governo que aplaude de pé.

Eduardo Suplicy abraça e chora com senadora Heloisa Helena dizendo que a postura dela era certa, mas votou todos os projetos a favor do governo e todas as decisões contra os dissidentes.

Palocci disputa o poder com José Dirceu e criou a COFINS cumulativa, aumentando a carga tributária de 3% para 7.6%.

José Dirceu, o superministro, o 1° ministro, algoz dos servidores públicos, suspeito de envolvimento no caso Celso Daniel, em Santo André. Segundo publicado pela “Folha de São Paulo”, agora é suspeito de ter o seu PC Farias de nome WD (Waldomiro Diniz) que cobrava propina de bicheiro, bingueiro e caçador de níquel para a caixa de campanha do PT e sabe-se lá mais o que Waldomiro passou de quase ministro a “elemento”.

José Genoino, ex-guerrilheiro no Araguaia, agora passa por dedo duro de seus companheiros mortos. Levou torta.

PT tinha o monopólio da ética na política. Privatizou tudo a taxa de 1%.

PT não corrigiu a tabela Imposto de Renda, o que era uma das bandeiras do Partido, punindo os assalariados.

PT useiro e vezeiro em criar CPI agora é contra todas (Banestado, bingos, Waldomiro, Santo André etc).

PT criticava o uso de MP, no entanto usa a mesma para qualquer medida “urgente” de governo.

PT criticava a terceirização no serviço público agora é a favor e mantém mais de 5000 só INSS, além de ter criado um “trem da alegria” com 2 mil cargos e funções de confiança para atender à base política.

PT criticava o fatiamento do governo. Não fez outra coisa, entregando verbas e cargos a políticos corruptos – antes execrados por eles - de todos os partidos da base aliada.

Na Previdência Social apregoavam uma nova era:

- 1 - Incorporar os 40.000 informais à previdência;
- 2 - Aumentar o número de fiscais (3500) para poder fiscalizar melhor as quatro milhões de empresas;
- 3 - Colocar na cadeia os caloteiros que não pagam o INSS especialmente os que cobram dos empregados e não recolhem (apropriação indébita);
- 4 - Realizar concurso público para o INSS, preenchendo os mais de 20 mil cargos vagos;
- 5 - Criar novos postos de atendimento do INSS, acabando definitivamente com as filas;
- 6 - Ocupar todos os cargos e funções comissionadas do INSS com servidores da casa, que seriam treinados sem utilizar métodos politiqueiros. Infelizmente a Previdência foi fatiada e ocupada por uma leva de pelegos sem o menor conhecimento em previdência e que tem de legislar para 22 milhões de aposentados e os 28 milhões de segurados; e
- 7 - Fortalecer a SPC para fiscalizar melhor a previdência privada.

Infelizmente criaram o REFIS 2, o rombo aumentou e beira os R\$ 25 bilhões, a dívida a receber cresceu mais de R\$ 50 bilhões e bateu os R\$ 200 bilhões, a sonegação passou dos R\$ 32 bilhões, as renúncias estão chegando a 15 bilhões .A previdência virou um queijo suíço, está nas páginas policiais e teme-se sua privatização.

Estas são algumas das contradições do PT. Por enquanto, o que reforça a tese segundo a qual nada mais se parece com o governo do que a oposição no governo.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro, RJ - Data de Publicação: 15 a 31.03.2004

Jornal: Tribuna do Norte, Natal/RN - Data de Publicação: 07.04.2004

Jornal: Jornal da Cidade, Bauru/SP - Data de Publicação: 09.04.2004

Jornal: Folha do Estado, Cuiabá/MT - Data de Publicação: 14.04.2004

Jornal: o Progresso, Dourados/MS - Data de Publicação: 15.04.2004

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF - Data de Publicação: 15.04.2004

Jornal: Diário de São Paulo, São Paulo/SP - Data de Publicação: 03.05.2004

Jornal: FATORAMA, Brasília/DF. Data de Publicação: 27.06.2004

O LADO BOM DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Por Paulo César de Souza

A maioria dos brasileiros não tem uma imagem positiva do INSS e da Previdência Social.

Mesmo porque, o governo que o administra, muito mal, todos os dias colabora para que seja mostrado apenas o lado ruim. Tudo o que é público, em princípio, é ruim, complicado, suspeito, mal visto.

Para nós servidores, o INSS tem múltiplos lados bons.

Geralmente desconhecidos por seus 50 milhões de usuários (contribuintes, aposentados, pensionistas, servidores) quase um terço da população brasileira. E igualmente por seus futuros usuários, para os quais se ressaltam em cores vivas e alegres da previdência privada e apresentam o INSS como o centro de poder de governos incompetentes e corruptos!

Vejamos entretanto o mundo bom da previdência.

Seus benefícios previdenciários: aposentadorias - por idade, invalidez, tempo de contribuição - pensão por morte, auxílios - doença, reclusão e acidente, salários-maternidade, acidentários, aposentadoria, pensão por morte, auxílios - doença, acidente e suplementar.

Temos 28,2 milhões de contribuintes. São 21,7 milhões de empregados, 1,6 milhão de trabalhadores domésticos, 4,2 milhões de contribuintes individuais, 561,1 mil contribuintes facultativos, 23,2 mil segurados especiais. Poucas seguradoras do mundo possuem uma carteira com um estoque tão exuberante.

Há uma lenda segundo a qual teríamos 38/42 milhões de informais, excluídos da previdência.

Temos 21,7 milhões de aposentados e pensionistas que mensalmente recebem seus benefícios, em dia e sem atraso. São 14,7 milhões urbanos e 7,0 milhões rurais.

Temos ainda uma rede de prestadores de serviços, constituída por bancos, cartórios, correios, lotéricos, etc. superior a 40 mil unidades.

O Banco de Dados dispõe de 40 milhões de registros.

Entre receitas e despesas globais, o INSS movimentou, em 2003, R\$ 245 bilhões (US\$ 80 bilhões), sendo que, as receitas e despesas líquidas se situaram em torno de R\$ 187 bilhões (US\$ 60 bilhões). É um volume de recursos para deixar qualquer banco ou qualquer seguradora com um apetite ainda mais voraz.

Em 2003, as receitas de contribuição chegaram a R\$ 80,7 bilhões (5,37% no PIB) e as despesas com benefícios alcançaram R\$ 107,1 bilhões (6,6% no PIB).

O valor médio do benefício ainda em 2003 foi de R\$ 451,05. Os urbanos receberam, R\$ 533,47 e os rurais, R\$ 234,80.

Nos estados mais ricos, o valor médio dos benefícios sobe: chega a R\$ 1.114,40 em São Paulo e a R\$ 1.048,26 no Rio de Janeiro. Nos Estados mais pobres, o valor médio cai: R\$ R\$ 509,00 em Tocantins e R\$ 540,45 no Acre.

O tempo de concessão de um benefício no INSS está abaixo dos 30 dias, oscilando entre 26/27 dias. Já esteve em 18 dias.

Em 2003, foram concedidos 3,5 milhões de benefícios. Média de 295,4 mil benefícios mensais ou de 13,4 mil por dia útil.

Só em novembro de 2003, foram concedidos 263,5 mil, cessaram 264,9 mil, outros 25,5 mil foram suspensos, 188,6 mil requerimentos de benefícios foram indeferidos, 404 mil estavam repesados, 56 mil aguardavam perícia médica.

O conjunto de concessão, cessação, suspensão, indeferimento, represamento e perícia médica movimentada mais de 1 milhão e 400 mil processos em 1054 unidades de atendimento com 39 mil servidores, com 40 horas semanais.

Entre 1990 e 2004 o INSS perdeu mais de 20 mil servidores. Seus serviços multiplicaram por três. A remuneração média do servidor é de R\$ 500,00, o que é menor do que o benefício médio pago em São Paulo e Rio de Janeiro, embora hajam carreiras (12% do total) com níveis de R\$ 6/8 mil. O custo histórico da gestão do INSS é inferior a 3% de sua gestão, o que é irrisível, se compararmos com a taxa de administração de gestão cobrada em diversos segmentos privados, sempre superior a 4%.

A Previdência funciona também como notável instrumento redistribuidor da renda interna.

O Sudeste contribuiu com 61,04% da receita e recebeu 46,08% de benefícios; o Sul contribuiu com 15,32% e recebeu 7,34%. O Nordeste contribuiu com 7,85% e recebeu 27,33%, três vezes mais; o Centro Oeste contribuiu com 6,99% e recebeu 4,76%. O Norte contribuiu com 2,54% e recebeu 4,49%, quase duas vezes. Seja: Sudeste e Centro Oeste financiaram o desenvolvimento social do Sul, Norte e Nordeste.

Todos os Estados das regiões Norte e Nordeste receberam duas ou três vezes mais do que contribuíram. Em muitos municípios dessas regiões, os ingressos da Previdência superaram as transferências constitucionais.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade dos 53 mil servidores entre os 88 mil ativos e inativos do INSS.

Jornal: Jornal de Uberaba, Uberaba/RS - Data de Publicação: 17.02.2004

Jornal: ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte/MG - Data de Publicação: 04.03.2004

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 1º a 15.03.2004

Jornal: Folha do Estado, Cuiabá/MT - Data de Publicação: 03.03.2004

Jornal: Jornal do Povo de Três Lagoas, Três Lagoas/MS - Data de Publicação: 13.03.2004

Jornal: O DIA, Teresina/PI - Data de Publicação: 15.03.2004

Jornal: Diário dos Campos, Ponta Grossa/PR - Data de Publicação: 16.03.2004

Jornal: Tribuna do Norte, Apucarana/PR - Data de Publicação: 20.03.2004

Jornal: A GAZETA, Cuiabá/MT - Data de Publicação: 21.03.2004

Jornal: A TARDE, Salvador/BA - Data de Publicação: 22.03.2004

Jornal: Jornal da Manhã, Ijuí/RS - Data de Publicação: 23.03.2004

Jornal: O Estado do Maranhão, São Luís/MA - Data de Publicação: 23.03.2004

Jornal: Jornal Notícias, Barueri/SP - Data de Publicação: 25.03.2004

Jornal: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 26.03.2004

Jornal: Diário da Tarde, Belo Horizonte/MG - Data de Publicação: 05.04.2004

Jornal: Fatorama, Brasília/DF - Data de Publicação: 02.05.2004

A MUDANÇA NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César de Souza

Técnicos “terceirizados” do MPS escreveram um tratado para justificar o que rotularam “desoneração da folha de pagamento para financiamento da Previdência Social”. É o que dá quando

leigos decidem escrever sobre Previdência Social. Fazem um esforço inútil para agradar o FMI e o mercado, como se a Previdência Social fosse causa do chamado “custo Brasil”. Por que não procurar na agiotagem oficial, na corrupção, na impunidade?

O objetivo primeiro desses “terceirizados anônimos” foi o de agradar os chefões do Ministério da Fazenda, da Fiesp, e todas as espécies vivas de caloteiros públicos e privados que embutiram na reforma tributária a possibilidade “da redução da alíquota de contribuição patronal das empresas à Previdência Social, incidente sobre a folha salarial”.

Os “terceirizados” utilizam ainda o argumento de que o custo da Previdência Social (empregado e empregador) é de 31%; Espanha, 28,3%; Argentina, 28,3%; Alemanha, 19,5%; Estados Unidos, 12,4%; Suíça, 8,4%; Canadá, 7%; e Venezuela, 6,8%. Compararam banana e abóbora, nada a ver, dadas as realidades sociais e econômicas amplamente distintas. Mas tais exemplos cumprem a trajetória de mostrar que o sistema INSS é oneroso ao capital e ao trabalho. Tudo engodo.

É um discurso surrado que visa a substituir, total ou parcialmente, a contribuição sobre a folha (22%) pela contribuição sobre receita ou faturamento. A tese tem muitos adeptos dentro e fora do governo.

Não julgamos ser a questão central da causa do déficit da Previdência Social (INSS). O princípio é falso. A intenção igualmente é falsa: incentivar a formalização das relações de trabalho pela redução do custo da mão-de-obra e transformação da relação capital-produto. A formalização e a transformação não virão pela substituição da contribuição. É falácia, falsidade ideológica, farsa.

Nós da ANASPS vamos direto ao ponto da questão e o ponto do ideário liberal e globalizado é:

- a) Privatizar e acabar com a Previdência Social pública e implantar a previdência privada aberta (dos planos de previdência vendidos por bancos e seguradoras) e a previdência privada fechada (dos fundos de pensão);
- b) Privatizar o seguro de acidente do trabalho e entregar a bancos e seguradoras.
- c) Privatizar e extinguir o INSS, transferindo os servidores para outros órgãos, assumindo o Tesouro Nacional o passivo dos 27 milhões de contribuintes (com deságio, carência, financiamento do BNDES, privataria e gordas comissões para a modelagem e intermediação, bancos e seguradoras comprariam esta carteira!), e dos 22 milhões de beneficiários através do orçamento fiscal (da mesma forma poderiam cair nas graças de bancos e seguradoras).

Acabaria a contribuição para a previdência social sobre folha, faturamento ou receita (simples!) e quem quizesse se aposentar que fosse buscar no mercado o seu plano, pagando por ele o que o mercado julgar atuarialmente correto. Quanto as peças de formalização das relações de trabalho e transformação da relação capital-produto seriam mandadas para as calendas. Os 42 milhões de informais também, ampliando a base da infortunística nacional.

Todos os dias, lemos no noticiário que o INSS está mal, cheio de fraudes, com déficit crescente, etc. Reparem que todo o noticiário sobre a previdência privada aberta e fechada é cor de rosa, como se o mundo desta gente fosse da mesma cor. Para nós o inferno; para eles, o paraíso!

O problema é que o governo todos os dias, por incompetência, deliberação, má fé, omissão e gestão perigosa, agrava as dificuldades da Previdência Social e passa longe de encontrar uma solução estratégica e estrutural para as crises que atingem tal como aconteceu na 1ª e na 2ª reforma, de FHC e Lula, em que apenas dois pontos básicos foram considerados: tempo de contribuição e idade mínima. O PT que foi inimigo jurado da globalização hoje é porta estandarte!

O ponto de financiamento parece que foi transferido para a reforma tributária com migração

da Previdência Social para a Receita Federal ou o Tesouro Nacional. A tese da desoneração da folha é parte deste jogo sujo.

Sejamos objetivos e admitamos que a Previdência Social tem mais de R\$ 200 bilhões (US\$ 66,0 bilhões) de créditos a receber, renúncia contributiva (apesar de deficitária) de R\$ 15 bilhões (US\$ 3 bilhões), convive com sonegação, evasão, elisão, etc., de 40% da receita (90x40) mais ou menos R\$ 36 bilhões (US\$ 12 bilhões). Sem falar que tem 42 milhões de informais fora do sistema o que é potencial muito grande.

Ao invés do debate sobre desoneração da folha, porque não se acabar com o modelo declaratório de contribuição, responsável pelo calote e pela renúncia, e não se implantar um modelo de contribuição na fonte. Cada empresa e cada trabalhador teriam uma conta. Todo mês, seriam creditados os valores respectivos. Seria uma só GFIP, com os valores individualizados, podendo ser acompanhado por cada empregador e trabalhador, por CPF. Este sistema seria completado apenas com um código. Empresário que não pagou Previdência Social não poderia abrir nem ser sócio de outra empresa, até quitar sua dívida. Cometeríamos um matricídio, pois matariamos a mãe de todas as fraudes.

O sistema de repartição simples e o financiamento sobre a folha não se esgotaram no Brasil. Teriam vida longa. Há espaço para isso. Ainda não é o momento de se substituir o modelo existente, buscar elevação de alíquota ou de imaginar novos adicionais de financiamento, apesar da pressão etária e do alongamento da longevidade das pessoas. Isto seria desejável se o objetivo fosse melhorar o valor dos benefícios. Seguramente, a justiça social e proteção não consta da pauta do mundo globalizado.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Diário Regional, Juiz de Fora/MG - Data de Publicação: 08.02.2004

Jornal: O DIA, Teresina/PI - Data de Publicação: 09.02.2004

Jornal: Diário do Nordeste, Fortaleza/CE - Data de Publicação: 10.02.2004

Jornal: O NORTE, João Pessoa/PB - Data de Publicação: 11.02.2004

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 15 a 29/02 de 2004

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC - Data de Publicação: 14.02.2004

Jornal: Folha da Região, Araçatuba/SP - Data de Publicação: 17.02.2004

Jornal: Jornal da Manhã, Ponta Grossa/PR - Data de Publicação: 09.03.2004

Jornal: Diário de Araguari, Araguari/MG - Data de Publicação: 29.04.2004

Jornal: Monitor Mercantil, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 01.04.2004

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES - Data de Publicação: 01.04.2004

Jornal: Jornal NH, Novo Hamburgo/RS -Data de Publicação: 07.04.2004

FILAS, DEMOCRACIA E DIGNIDADE

Por Paulo César de Souza

A frase não é minha, mas dizem que a fila é um dos lugares mais democráticos do mundo, onde não se cobra nada para ficar nela, tem gente de todas as camadas da sociedade, religiões, partidos políticos, cor, sexo, idade, naturalidade, nível de escolaridade e é livre, fica nela quem quer.

Tem gente que gosta, pois é uma oportunidade de reencontro com velhos companheiros, outros odeiam como é o caso do Ministro Berzoini que tem ojeriza, mas obrigou os aposentados

com mais de 90 anos a ficarem nas filas para provarem que estão vivos e os que têm direito a correção de seus benefícios por conta de índices divergentes anteriores a 1.988. Só voltou atrás após merecidos puxões de orelhas!

Seus assessores terceirizados não se cansam de criar dificuldades, para vender facilidades, e por pouco não cometeram outra anomalia contra os velhinhos, que pagaram em dia suas contribuições para um dia receberem seus míseros trocados pela Previdência que mal dá para comprar seus remédios, levaram o ministro a baixar portaria que obriga a todos que recebessem mais de 750 reais a irem ao banco abrir nova conta bancária. A banca agradeceu, mas as imensas filas no INSS levaram o governo a desistir da medida.

Berzoini, Doris & Cia esqueceram que os velhinhos pagaram sobre 2, 3, 4 SM até o máximo de 10 e hoje recebem sete SM ou menos, apesar de o atual governo pregar durante a campanha que iria corrigir todos os benefícios sem que os aposentados precisassem sair de casa. Era mais uma bravata do Lulalá que insiste em exigir que busquem correção na Justiça, que apesar de reconhecer, está sendo entulhada em 3 milhões de processos.

O mais grave, o governo do PT parte do pressuposto, desumano e ignominioso, que dando cinco anos de prazo, muitos morrerão antes e não receberão em vida suas correções. É cruel.

Se os companheiros conhecessem um pouco da legislação Previdenciária com certeza a aberração cometida contra os aposentados e pensionistas não teria acontecido. Aqui vão algumas informações preciosas que não respeitaram.

A simples observância da Lei Orgânica da Previdência Social evitaria o constrangimento a que foram submetidos os idosos maiores de 90 anos, pelo Ministério da Previdência Social, por ocasião do malfadado recadastramento.

A lei n.8.212/90 em Título VIII – Das Disposições Finais e Transitórias, determinou a criação de uma série de medidas e criação de organismos que agilizariam e inverteriam o ônus da prova dos segurados da previdência social, de demonstrarem estarem vivos.

Preceitua o artigo 63 e seguintes do citado diploma legal a Criação do Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador, que reuniria todas as informações necessárias para um controle eficaz dos dados dos segurados.

Além das medidas já elencadas, o artigo 67 da Lei n.8.212/90 estabelece o pleno acesso aos demais cadastros de todas as esferas da Administração Pública que possibilitariam, através de seu cruzamento comprovar, na grande maioria dos casos, a prova de vida dos idosos em questão, seja através de cadastros de hospitais, de planos de saúde, movimentação de contas bancárias onde fossem titulares ou cadernetas de poupança, ou até mesmo cadastros dos planos de saúde tão em moda nos dias de hoje.

Deverão também ser promovidas ações de fiscalização e auditoria nos Cartórios de Registro Civil para que cumpram o disposto no artigo 68, comunicando os óbitos, nos prazos previstos em lei, na formatação exigida.

Os benefícios pagos através de procurações deverão ser constantemente auditados, devendo ser criados mecanismos que impeçam uma mesma pessoa ser procuradora de mais de um beneficiário, desde que entre esses beneficiários não haja relação de parentesco.

A comunidade deverá estar envolvida nessas ações através da implantação de Conselhos Municipais que poderiam proceder em suas comunidades e fornecer a prova de vida desses idosos.

O Ministério da Previdência Social poderia também lançar mão do seu Regulamento, Decreto n.3048/99, em especial os artigos 311 e 357, abaixo transcritos:

“art.311. A empresa, o sindicato ou entidade de aposentados devidamente legalizada poderá,

mediante convênio com a previdência social, encarregar-se, relativamente a seu empregado ou associado e respectivos dependentes, de:

I- processar requerimento de benefício, preparando-o e instruindo-o de maneira a ser despachado pela previdência social;

II- submeter o requerente a exame médico, inclusive complementar, encaminhando à previdência social o respectivo laudo, para posterior concessão de benefício que depender de avaliação de incapacidade, se for o caso; e

III- pagar benefício.

Parágrafo único. O convênio deverá dispor sobre o reembolso das despesas da empresa, sindicato ou da entidade de aposentados devidamente legalizada, correspondente aos serviços previstos nos incisos II e III, ajustado por valor global conforme o número de empregados ou associados.

Tal dispositivo permitiria uma ampla gama de cobertura dos idosos de terem seus anseios e necessidades atendidas sem o constrangimento das filas.

A realização de perícias médicas e diligências por servidores e credenciados da previdência social, inclusive as relacionadas no Art. 357 deveria ser utilizada antes de obrigar idosos a realizarem as obrigações da previdência. Teriam sido competentes e não cometeriam as indignidades.

*Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-
ANASPS, entidade que reúne
53 mil dos 88 mil servidores ativos e inativos da Previdência.*

Jornal: FATORAMA, DF - Data de Publicação: 25.01.2004

Jornal: Jornal do DIA, Manaus/AM - Data de Publicação: 07.02.2004

Jornal: Diário Catarinense, Florianópolis/SC - Data de Publicação: 08.02.2004

Jornal: Correio Popular, Campinas/SP - Data de Publicação: 13.02.2004

Jornal: Meio Norte, Teresina/PI - Data de Publicação: 15.02.2004

Jornal: Folha de Pernambuco, Recife/PE - Data de Publicação: 20.02.2004

Jornal: Gazeta do Povo, Curitiba/PR - Data de Publicação: 23.02.2004

Jornal: O Jornal/Maceió/AL - Data de Publicação: 11.03.2004

Jornal: Folha de São Borja, São Borja/RS - Data de Publicação: 10.03.2004

Jornal: Folha Popular, Palmas/TO - Data de Publicação: 10.03.2004

Jornal: Correio de Sergipe, Aracaju/SE - Data de Publicação: 20.03.2004

Jornal: O LIBERAL, Belém, PA - Data de Publicação: 22.03.2004

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF - Data de Publicação: 29.03.2004

Jornal: O TEMPO, Belo Horizonte/MG - Data de Publicação: 26.03.2004

AINDA A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO

Por Paulo César de Souza

A questão de mudança no financiamento da Previdência Social suscita uma questão relevante que sempre foi deixada a margem de todas as discussões: - Quem deve pagar e quem tem direito.

Todos devem pagar? Ou só uma parte?

Um dos fundamentos do sistema previdenciário é de que deve ser contributivo. Ou de contribuição definida. A atuária é que define o tempo de contribuição, seja para financiar um benefício de R\$ 240,00 ou de R\$ 1.869,34. Como se infere é a mesma definição do benefício.

Há muitos brasileiros que não pagam nem para ter direito a um salário mínimo e acabam recebendo o benefício mínimo. Abaixo deste só a linha da pobreza onde estão os desafortunados que não tem acesso aos benefícios assistenciais, também de piso mínimo.

Como isso acontece e por que não pagam?

Vou ser didático: vejamos os rurais: são 7,0 milhões de aposentados e pensionistas, que em 2003 receberam R\$ 20,9 bilhões, com valor médio de R\$ 241,93. A contribuição dos rurais foi de R\$ 2,9 milhões correspondendo a pouco mais de 13,8% do valor pago. É inacreditável, mas é a realidade. Isto porque a empresa rural entra apenas com 2,5% sobre a produção (?), contra 22% da empresa urbana sobre a folha. Claro que está implícito um elevado subsídio de toda a sociedade para que isso aconteça, é o que se chama renúncia contributiva do INSS. Em síntese os rurais contribuem para um benefício muito abaixo dos R\$ 240,00, mas a lei proclama que o benefício mínimo é de R\$ 240,00.

Vejam também as filantrópicas, que como o agrobusiness, prestam imensos serviços ao país. Estas não pagam os 22% sobre a folha, mas seus trabalhadores se aposentam e obviamente não o caixa do INSS terá que gerar o que as filantrópicas não pagaram para financiar os benefícios. A renúncia contributiva do INSS chega a 15 bilhões.

O mesmo acontece com as empresas do SIMPLES que também não recolhem os 22%, mas 2%, gerando uma renúncia contributiva de 4,6 bilhões. Igualmente o INSS terá que financiar a parte das empresas para pagar os benefícios.

A lista alcança outros grupos igualmente contemplados por isenções e renúncias, coisa do tempo em que se criavam benefícios sem a devida contrapartida de financiamento. Esta cultura sempre existiu na Previdência Social e ainda hoje há políticos que querem assegurar aposentadoria para dona de casa sem que tenham contribuído para isso, deixando implícito que a previdência social deve financiar tais benefícios.

Uma coisa é benefício previdenciário e outra é benefício assistencial. Para estes últimos, não precisa contribuição. Tornou-se dever do Estado suprir as necessidades mínimas dos cidadãos que não souberam prover e não tem como se manter.

O certo seria adotar uma medida radical: eliminar toda sorte de renúncia contributiva sobre a previdência, já que as pessoas deverão se aposentar um dia e gostariam de ter seu benefício igualmente definido. Ocorre que sua contribuição não cobre o benefício.

Daí o déficit na previdência social.

Daí uma das razões para o achatamento dos benefícios, o fator previdenciário, múltiplas exigências, travas na concessão.

Se tiver que haver renúncia que haja sobre a área fiscal de impostos, o que é universal.

Portanto, temos que priorizar a discussão da questão de financiamento da previdência social, estabelecendo ;

- a) se todos terão que pagar ou se só alguns;
- b) se vamos manter a estrutura de renúncia contributiva ou não;
- c) se se dá um basta na cultura do calote;
- d) se os devedores vão pagar ou não;
- e) se o INSS será mantido ou não;
- f) se a previdência social será mesmo privatizada e só teremos planos privados de previdência,

Ou isto implica na redefinição do nosso Estado e do nosso Governo, em pleno reinado da globalização e do neoliberalismo.

Paulo César de Souza é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade de 53 dos 88 mil servidores da previdência social, ativos e inativos.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 01 a 15/02 de 2004

Jornal: Jornal de Santa Catarina, Blumenau/SC - Data de Publicação: 09.02.2004

Jornal: Diário do Nordeste, Fortaleza/CE - Data de Publicação: 10.02.2004

Jornal: Tribuna de Minas/Juiz de Fora/MG - Data de Publicação: 15/16.02.2004

Jornal: Diário de Natal, Natal/RN - Data de Publicação: 17.02.2004

Jornal: Fatorama, Brasília/DF - Data de Publicação: 29.02.2004

Jornal: Jornal de Tocantins/ Palmas/TO - Data de Publicação: 12.03.2004

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT - Data de Publicação: 19.03.2004

PREVIDÊNCIA NÃO RIMA COM POLÍTICA

Paulo César de Souza

Uma cruel sina persegue os ex-presidentes do INSS, desde que deixou de ser INPS e passou a INSS.

Basta ver o que aconteceu com todos eles, desde 1990, nos planos pessoal e profissional. Vamos poupá-los de constrangimentos.

Todos enfrentam dificuldades, em maior ou menor grau.

O mesmo não aconteceu com os ministros da Previdência, pelo menos no plano pessoal, salvo o primeiro deles, Rogério Magri, de infausta glória, recaindo sobre os demais, no plano profissional, pesados ônus, com uma ou duas exceções, por enquanto.

Insistimos há muito tempo que Previdência não rima com política. Na Previdência pública, a política é feita de dentro pra dentro consumindo como um câncer suas entranhas, com muita corrupção, fraude, sonegação, elisão, omissão, erros, desacertos, incompetência e má-fé. Na Previdência privada, a política é de fora pra dentro, mas ainda subsistem filtros e mecanismos defensivos muito fortes à sanha devoradora da política.

A solução para tudo isso seria, a meu ver, considerar a Previdência uma área de gestão técnica e profissional e a exclusão da Previdência do fatiamento político partidário.

Seria saudável para o país. A cultura previdenciária, com seus 81 anos, guarda relação com quatro gerações de pessoas que construíram o maior sistema previdenciário do planeta, com quase 22 milhões de beneficiários e 25 milhões de contribuintes e que resistiu a todos os tipos de invasões, agressões, saques e pilhagens. Este pessoal – com profissionalização, carreira, cargos, salários, segurança, continuidade administrativa e gerencial – teria condições de reverter o horizonte de incertezas que persiste na Previdência.

A proposta soa a uma utopia, numa sociedade assistencialista, proselitista, fisiológica, permissiva e que patrocina o pacto da miséria e da desonra do país, responsável pelas sucessivas crises na Previdência Social Pública, que nenhuma reforma resolverá.

Afirmo que as reformas não foram feitas para melhorar a Previdência, mas para inviabilizá-la e privatizá-la.

Parece inofensivo a uma instituição que um deputado indique um servidor para receber gratificação.

Parece inofensivo que os deputados indiquem 12 mil servidores para que recebam gratificação. O servidor diz que é protegido de fulano e fulano espalha que o INSS está na cota dele, em troca do apoio político ao governo. Mas o que parece inofensivo atinge a medula da instituição.

O mais grave é que o exemplo aplicado ao servidor mais simples, da carreira, também se aplica aos servidores de níveis mais elevados, aqueles que são responsáveis pela gestão do INSS. As chefias foram colocadas no fatiamento dos políticos, alcançando a concessão de benefícios, a fiscalização, arrecadação e cobrança da dívida administrativa e dívida fiscal. O resultado tem sido dramático.

Acrescente-se que para os níveis mais elevados, que compreendem a formulação estratégica e o mando operacional (não a gestão de dia a dia) geralmente são convocadas pessoas de fora da instituição, não servidores de carreira – comissionados com cargos de alta chefia ou terceirizados, (tudo na forma da Lei), mas que não tem conhecimento histórico da questão Previdenciária, não trazem compromisso com a instituição, mas com que nos indicou, não estabelecem vínculos e responsabilidades com a missão do INSS, inventam programas oportunistas e com a cara dos chefes, torpedeiam a continuidade administrativa e gerencial, enquanto podem ser demitidos a qualquer tempo e duram pouco tempo nos cargos.

Essas pessoas – não os servidores – são diretamente responsáveis pelo crescimento do déficit (R\$ 31,0 bilhões em 2004) e da dívida administrativa e ativa, mais de R\$ 200 bilhões. Em 2003, ao invés de cobrar devedores os premiaram com o REFIS II. Certamente, em 2004, continuarão não cobrando – proclamam que a dívida é incobrável – e darão o REFIS III.

Em sua defesa, esta escumalha geralmente cria um ranking de demissão de servidores da Casa por improbidade administrativa, numa manobra diversionista. Punem alguns pobres coitados, enquanto os elefantes voam! Chocaria o país se fizéssemos um ranking dos “terceirizados” e “paraquedistas” (não servidores), avalizados por seus padrinhos, que desembarcaram na Previdência e cometeram as maiores roubalheiras, protegidos pelo manto da impunidade.

Não é sem razão que a Previdência tenha sido sacudida por inúmeras CPIs nos seus 81 anos. Algumas foram fundo nas investigações, outras a maioria parlamentar impediu apuração ou abafou escândalos. As práticas mais escabrosas e desidiosas não foram engendradas pelo conjunto dos servidores, mas por uma minoria arrivista, uma “certa legião estrangeira” a soldo de interesses escusos.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social – ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ -

Data de Publicação: 1º a 15 de fevereiro de 2004

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF - Data de Publicação: 02.02.2004

Jornal: Diário do Grande ABC, São Bernardo do Campo/SP -

Data de Publicação: 09.02.2004

Jornal: Jornal da Cidade, Bauru/SP - Data de Publicação: 10.02.2004

Jornal: A Notícia, Joinville/SC - Data de Publicação: 10.02.2004

Jornal: Diário do Comércio, Belo Horizonte/MG - Data de Publicação: 12.02.2004

Jornal: Jornal Agora, Divinópolis/MG - Data de Publicação: 13.02.2004

Jornal: Jornal de Londrina, Londrina/PR - Data de Publicação: 16.02.2004

Jornal: Folha do Norte, Feira de Santana/BA - Data de Publicação: 20.02.2004

Jornal: Diário da Manhã, Goiânia/GO - Data de Publicação: 24.02.2004

Jornal: A Tribuna, Vitória/ES - Data de Publicação: 25.02.2004

Jornal: Diário Popular, Pelotas/RS - Data de Publicação: 03.03.2004

Jornal: O Progresso, Dourados/MG - Data de Publicação: 13.03.2004

Jornal: O Globo, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 15.03.2004

Jornal: Fatorama, Brasília/DF - Data de Publicação: 21.03.2004

Jornal: Jornal de Tocantins/ Palmas/TO - Data de Publicação: 12.03.2004

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT - Data de Publicação: 19.03.2004

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César de Souza

O Presidente Lula assumiu o solene compromisso de promover nova reforma da previdência.

Não antecipou o que deve ser reformado, no plano do regime geral (INSS) e no Plano de Seguridade Social do Servidor-PSSS.

Seu governo, entretanto, incorporou o ideário do bom e do ruim que constituiria a reforma da previdência, na concepção da era FHC, principalmente o ruim, focado na premissa neoliberal.

O que nos parece bom é a fixação de uma idade mínima, dentro de padrões demográficos.

O que nos parece ruim é quase tudo que se diz sobre a reforma para os dois sistemas.

Por que? Como já manifestei em diversas oportunidades, os reformistas neoliberais, limitam-se a repetir o que está no receituário do FMI e dos analistas do governo invisível que assalta a civilização contemporânea – o mercado.

A crise universal da previdência é derivada da crescente elevação das expectativas de vida e a escassez de recursos para o financiamento da sobrevida.

A alternativa global de acabar com o Estado do bem estar social – o “welfare state” - que foi a base de criação da previdência, no século XIX, e sustentação do sistema de repartição simples, se chocou com a falência do sistema de capitalização, com a progressiva desvalorização das ações no mercado que gera intranquilidade e insegurança aos poupadores desestabilizando os fundos de pensão.

No caso brasileiro, o regime geral (INSS) tem uma larga folga que não é considerada: Se no passado existiam 17 contribuintes para um aposentado/pensionista - quando as entradas eram maiores do que as saídas, e hoje existe praticamente um para um, ainda há um grande espaço representado por mais de 40/50 milhões de informais que não pagam o INSS mas que um dia vão se aposentar. Este espaço não existe entre europeus, norte-americanos e asiáticos.

Não se ouve nem se vê menção ao escabroso e escandaloso na previdência:

- a) cobrança da dívida ativa de R\$ 150 bilhões e que é ascendente;
- b) renúncia fiscal que poderá chegar aos R\$ 12,0 bilhões em 2003, maior do que todo o gasto com os 7 milhões de aposentados e pensionistas rurais, que pouco contribuíram;
- c) sonegação, elisão, evasão, brechas legais de 40% ao ano em relação à receita;
- d) artifícios de redução consentida na receita de contribuição dos produtores rurais, da pequena empresa e da terceirização da mão-de-obra;
- e) expansão do SIMPLES e estímulo aos caloteiros através do REFIS.

Um simples choque de seriedade fechando este monte de ralos daria recursos ao INSS.

O que se ouve é o aplicativo do saco de maldades do governo FHC que pode se transformar em saco de maldades do novo governo:

- a) dificuldade de elevação do benefício mínimo do salário mínimo;
- b) não reposição das perdas dos que ganham acima do mínimo, uma ignomínia (esqueleto) de oito anos e que tudo indica poderá chegar aos 12, gerando um passivo que um dia deverá ser pago;
- c) redução progressiva do valor do teto das aposentadorias, hoje abaixo de oito salários mínimos;
- d) a emblemática manutenção do fator previdenciário, recomendado pelo FMI, para retardar e achatar o valor do benefício.

Isto nos preocupa, pois estamos vendo que o eixo da reforma da previdência tem a cara da era FHC, nada a ver com as expectativas criadas pelas mudanças da era Lula. O mais grave: transformaram a previdência em um problema fiscal, quando o problema fiscal é fiscal mesmo, ou seja, os recursos arrecadados são carimbados para pagar a dívida interna e externa. Já que o problema é fiscal por que não se fazer a reforma fiscal e a tributária logo?

Na reforma da previdência aflora a crueldade neoliberal de penalizar ainda mais os servidores.

Colocam no mesmo saco servidores da União, dos Estados e dos Municípios, com sua diversidade de entes federativos (este princípio é flagrantemente desrespeitado), sem se ater as características históricas, atuariais, jurídicas e financeiras dos regimes. Repetem a monocórdica assertiva que poucos milhões de servidores recebem mais que os muitos milhões do INSS. Não tem nada a ver, mas repetem com base na múltipla inverdade que foi numa técnica de propaganda usada à exaustão por FHC. A múltipla inverdade usa de uma mentira como se fosse verdade!

É certo que a União respeita os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e não gasta 50% com os servidores ativos e inativos. A despesa em 2002 correu abaixo de 38%.

Até 1990, o Estado brasileiro não cobrava contribuição de seus servidores (salvo dos celetistas) para aposentadorias e eles não são responsáveis por isso. É certo que a ampla maioria dos servidores federais, mais de 60%, recebe menos de mil reais/mensais. É certo que historicamente a União não recolhe a sua parte, o PSSS-órgão. Mal recolhe – não se sabe ao certo – o PSSS-servidor.

Se o problema é de se promover um acerto, manda a ética, a razão e a seriedade que se faça daqui pra frente, sem punir os que têm direito adquirido, promessa de campanha do Presidente Lula.

Cobrar contribuição de inativos é inócuo. Fere o princípio contributivo e a doutrina previdenciária. Não se contribui sem expectativa de contrapartida.

Implodir expectativa de direito e direito adquirido dos atuais servidores em relação suas aposentadorias integrais é uma vilania e uma afronta que acabará em batalhas judiciais.

Tememos por isso que as esperanças estejam sendo soterradas pelo medo que começa a se espalhar.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade de 53 mil servidores do INSS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ -

Data de Publicação: 15 a 31 de Janeiro de 2004

Jornal: Fatorama, Brasília/DF - Data de Publicação: 11.01.2004

PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRA 2004 AMEAÇADA

Por Paulo César de Souza

Apesar da reforma da Previdência, imposta pelo FMI, desejada por bancos, seguradoras, bolsa e mercado, e formatada no Relatório José Pimentel, com a colaboração da assessoria terceirizada do ministro Berzoini, o horizonte da Previdência Social pública (INSS) para 2004 continua sendo muito ruim.

O mesmo se pode afirmar em relação ao Plano de Seguridade Social do Servidor Público, PSSS-órgão e PSSS-servidor.

Nada, absolutamente nada, foi feito em 2003 para uma solução estrutural da crise nos dois regimes, o Geral (INSS) e Servidor.

A reforma do governo Lula e do PT, como a de FHC, centrou-se na cessação de direitos sociais e humanos e de garantias constitucionais, abrindo um amplo e generoso espaço para a privatização do INSS e o vertiginoso crescimento da previdência privada aberta, a que vende planos de previdência.

As causas da crise estrutural nos dois regimes permaneceram inalteradas.

No INSS:

- o déficit projetado para 2004 é de R\$ 31,5 bilhões, (US\$ 11 bilhões) devendo alcançar os R\$ 45 bilhões em 2005;
- a dívida a receber bateu os R\$ 200 bilhões (US\$ 65 bilhões) e poderá chegar a R\$ 250 bilhões em 2004 (US\$ 83 bilhões);
- a sonegação, evasão, elisão, brechas legais, fraudes estão estimadas para 2004 em R\$ 27 bilhões (US\$ 9 bilhões);
- a renúncia contributiva foi calculada para 2004 em R\$ 15,4 bilhões (US\$ 5 bilhões);
- 42,0 milhões de brasileiros continuaram excluídos da Previdência.

O Presidente Lula, num dos seus arroubos de oratória e paixão, classificou de “primorosa” a gestão de Berzoini no INSS. Com dados nas mãos, contraditamos, pois a consideramos desastrosa. Ouso a afirmar que o custo de Berzoini ao país foi astronômico: passou dos R\$ 10 bilhões/mês ou de R\$ 120 bilhões/ano! (US\$ 40 bilhões).

O INSS foi fatiado, mal administrado, pessimamente gerenciado, precisa de 17 mil servidores, usa processos ultrapassados, tem baixa recuperação de crédito e foi mantido em “low profile”, isto é, longe das questões centrais da própria Previdência. Ficou, como a Receita e a Polícia Federal, só com a seção de escândalos, roubos, fraudes e furtos.

No setor público:

- o governo segue considerando o servidor ativo e inativo, civil e militar, como despesa material quando o servidor é parte da contraprestação de serviço do Estado brasileiro;
- continua não reconhecendo que deveria recolher sua parte de 22% sobre a folha dos ativos;
- insiste em não abrir a caixa preta sobre o recolhimento do que foi descontado dos ativos;
- drena para o pagamento da dívida externa e interna toda a poupança nacional;
- mantém mais de 100 mil servidores terceirizados, estimulando a parceria público-privada em mão-de-obra.

Nenhum governo, na Monarquia, Império ou República, dissociou o servidor do Estado,

selando-o com uma rubrica de déficit. Nenhum ousou desmoralizá-lo, denegri-lo, ridicularizá-lo. Salvo os governos FHC e Lula.

Querer empurrar o servidor para a previdência complementar fechada, sem garantia efetiva de contribuição patronal, (só com bravatas) ou levá-lo ao desespero de comprar planos de previdência, bancando o risco, parece-nos privatária!

De tudo quanto foi feito na Previdência em 2003, na era Lula, a vitalização dos planos de previdência serviu para confirmar aquilo que a ANASPS denunciou de forma permanente, durante os debates da reforma: bancos, seguradoras, bolsa e mercado seriam beneficiados. Eles comemoraram marcas nunca imaginadas: variação de 54,4% na carteira em 2003, chegando a R\$ 43,4 bilhões: variação de 55,6% nas reservas técnicas, batendo R\$ 39,7 bilhões e variação (até set) de 61,7% nas receitas, alcançando R\$ 9,8 bilhões. Um dirigente da Sul América exultou: “vivemos o ano da previdência privada”.

Os resultados foram obtidos na mesma velocidade em que se desestabilizaram o INSS e a Previdência do Servidor, reduzidas a escombros, caos, déficit, filas, humilhações a aposentados e pensionistas, inclusive maiores de 90 anos, ativos e inativos.

Aprovada a reforma, a preço de cargos e verbas, espera-se que o governo não volte em 2004 a falar em crise na Previdência. A reforma resolveria tudo, proclamaram os companheiros. A ANASPS advertiu que não seria assim. O foco da reforma, com dados falsos, estava errado. Logo constatarão que a reforma foi um erro.

No palanque, na lua de mel, no desbunde, ou em expedições pelo mundo, o PT nem desconfia do mal que fez ao país, no seu primeiro ano de governo, especialmente nos campos da previdência e da administração públicas. Isto sem falar nas maldades de taxar os inativos, reduzir pensões e aposentadorias e constanger os maiores de 90 anos!

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade com 53 mil associados entre os 88 mil servidores da Previdência.

Jornal: Teveiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 1º a 15 de janeiro de 2004

Jornal: Estado de Minas, Belo Horizonte/MG - Data de Publicação: 04.02.2004

Jornal: O Estadão, Porto Velho/RO - Data de Publicação: 13.02.2004

Jornal: Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: 18.02.2004

Jornal: SindJustiçaRJ, Rio de Janeiro/RJ - Data de Publicação: março de 2004

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF - Data de Publicação: 30.03.2004

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF - Data de Publicação: 31.03.2004

Artigos 2003

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César de Souza

O Presidente Lula assumiu o solene compromisso de promover nova reforma da previdência.

Não antecipou o que deve ser reformado, no plano do regime geral (INSS) e no Plano de Seguridade Social do Servidor-PSSS.

Seu governo, entretanto, incorporou o ideário do bom e do ruim que constituiria a reforma da previdência, na concepção da era FHC, principalmente o ruim, focado na premissa neoliberal.

O que nos parece bom é a fixação de uma idade mínima, dentro de padrões demográficos.

O que nos parece ruim é quase tudo que se diz sobre a reforma para os dois sistemas.

Por que? Como já manifestei em diversas oportunidades, os reformistas neoliberais, limitam-se a repetir o que está no receituário do FMI e dos analistas do governo invisível que assalta a civilização contemporânea – o mercado.

A crise universal da previdência é derivada da crescente elevação das expectativas de vida e a escassez de recursos para o financiamento da sobrevida.

A alternativa global de acabar com o Estado do bem estar social – o “welfare state” - que foi a base de criação da previdência, no século XIX, e sustentação do sistema de repartição simples se chocou com a falência do sistema de capitalização, com a progressiva desvalorização das ações no mercado, que gera intranquilidade e insegurança aos poupadores desestabilizando os fundos de pensão.

No caso brasileiro, o regime geral (INSS) tem uma larga folga que não é considerada: se no passado existiam 17 contribuintes para um aposentado/pensionista - quando as entradas eram maiores do que as saídas, e hoje existe praticamente um para um, ainda há um grande espaço representado por mais de 40/50 milhões de informais que não pagam o INSS mas que um dia vão se aposentar. Este espaço não existe entre europeus, norte-americanos e asiáticos.

Não se ouve nem se vê menção ao escabroso e escandaloso na previdência:

- a) cobrança da dívida ativa de R\$ 150 bilhões e que é ascendente;
- b) renúncia fiscal que poderá chegar aos R\$ 12,0 bilhões em 2003, maior do que todo o gasto com os 7 milhões de aposentados e pensionistas rurais, que pouco contribuíram;
- c) sonegação, elisão, evasão, brechas legais de 40% ao ano em relação à receita;
- d) artifícios de redução consentida na receita de contribuição dos produtores rurais, da pequena empresa e da terceirização da mão-de-obra;
- e) expansão do SIMPLES e estímulo aos caloteiros através do REFIS.

Um simples choque de seriedade fechando este monte de ralos daria recursos ao INSS.

O que se ouve é o aplicativo do saco de maldades do governo FHC que pode se transformar em saco de maldades do novo governo:

- a) dificuldade de elevação do benefício mínimo do salário mínimo;
- b) não reposição das perdas dos que ganham acima do mínimo, uma ignomínia (esqueleto) de oito anos e que tudo indica poderá chegar aos 12 gerando um passivo que um dia deverá ser pago;
- c) redução progressiva do valor do teto das aposentadorias, hoje abaixo de oito salários mínimos;
- d) a emblemática manutenção do fator previdenciário, recomendado pelo FMI, para retardar e achatar o valor dos benefícios.

Isto nos preocupa, pois estamos vendo que o eixo da reforma da previdência tem a cara da era FHC, nada a ver com as expectativas criadas pelas mudanças da era Lula. O mais grave: transformaram a previdência em um problema fiscal, quando o problema fiscal é fiscal mesmo, ou seja, os recursos arrecadados são carimbados para pagar a dívida interna e externa. Já que o problema é fiscal, por que não se fazer a reforma fiscal e a tributária logo?

Na reforma da previdência aflora a crueldade neoliberal de penalizar ainda mais os servidores.

Colocam no mesmo saco servidores da União, dos Estados e dos Municípios, com sua diversidade de entes federativos (este princípio é flagrantemente desrespeitado), sem se ater as características históricas, atuariais, jurídicas e financeiras dos regimes. Repetem a monocórdica assertiva, que poucos milhões de servidores recebem mais que os muitos milhões do INSS. Não tem nada a ver, mas repetem com base na múltipla inverdade que foi numa técnica de propaganda usada à exaustão por FHC. A múltipla inverdade usa de uma mentira como se fosse verdade!

É certo que a União respeita os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e não gasta 50% com os servidores ativos e inativos. A despesa em 2002 correu abaixo de 38%.

Até 1990, o Estado brasileiro não cobrava contribuição de seus servidores (salvo dos celetistas) para aposentadorias e eles não são responsáveis por isso. É certo que a ampla maioria dos servidores federais, mais de 60%, recebe menos de mil reais/mensais. É certo que historicamente a União não recolhe a sua parte, o PSSS-órgão. Mal recolhe – não se sabe ao certo – o PSSS-servidor.

Se o problema é de se promover um acerto, manda a ética, a razão e a seriedade que se faça daqui pra frente, sem punir os que têm direito adquirido, promessa de campanha do Presidente Lula.

Cobrar contribuição de inativos é inócua. Fere o princípio contributivo e a doutrina previdenciária.

Não se contribui sem expectativa de contrapartida.

Implodir expectativa de direito e direito adquirido dos atuais servidores em relação a suas aposentadorias integrais é uma vilania e uma afronta que acabará em batalhas judiciais.

Tememos por isso que as esperanças estejam sendo soterradas pelo medo que começa a se espalhar.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade de 53 mil servidores do INSS.

Jornal: Estado do Maranhão, São Luís/MA, Data de Publicação: 14/01 de 2003 - Jornal: O Liberal, Belém/PA, Data de Publicação: 15/01 de 2003 - Jornal: Gazeta Mercantil, São Paulo/SP, Data de Publicação: 15/01 de 2003

Jornal: Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 15/01 de 2003 - Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 31/01 de 2003 - Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 18/01 de 2003 - Jornal: Jornal do Comércio, Porto Alegre/RS, Data de Publicação: 20/01 de 2003 - Jornal: O Imparcial, São Luís/MA, Data de Publicação: 21/01 de 2003 - Jornal: A Notícia, Joinville/SC, Data de Publicação: 23/01 de 2003 - Jornal: Diário de São Paulo, São Paulo/SP, Data de Publicação: 24/01 de 2003 - Jornal: O Globo, Rio de Janeiro/RJ (Choque de Seriedade), Data de Publicação: 30/01 de 2003 - Jornal: Tribuna do Norte, Natal/RN, Data de Publicação: 28/02 de 2003 - Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 13/02 de 2003 - Jornal: Jornal da APAFERJ, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: Fevereiro de 2003 - Jornal: Folha do Estado/Cuiabá/MT (Choque de Seriedade, transcrito de O GLOBO), Data de Publicação: 28/02 de 2003 - Jornal: Gazeta do Povo, Curitiba/PR, Data de Publicação: 04/03 de 2003 - Jornal: Folha do Estado, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 07/03 de 2003 - Jornal: Folha do Estado, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 10/03 de 2003 - Jornal: O PROGRESSO, Dourados/MS, Data de Publicação: 17/03 de 2003 - Jornal: A Gazeta/MT, Data de Publicação: 26.07 de 2003

A REFORMA DOS COMPANHEIROS

Paulo César de Souza

O governo do Presidente Lula elegeu como prioridade de seu governo, a reforma da Previdência.

Mas se o problema da Previdência é fiscal, que se faça, primeiro, a reforma fiscal.

Os últimos governos (Collor, FHC) e agora Lula decidiram que o problema do país é a Previdência.

Numa sucessão de maldades e erros o que fizeram foi:

1. aumentar a idade para aposentadoria, sem adotar a idade mínima;
2. adotar o tempo de contribuição de 35 anos;
3. acabar com aposentadorias por tempo de serviço, por idade, proporcional e especial (de professor); o abono por tempo de serviço e o pecúlio;
4. diminuir o valor da aposentadoria, por achatamento e pelo fator previdenciário;
5. diminuir o teto da aposentadoria – antes se aposentava com 10 salários, hoje, está abaixo de oito;
6. achatar a recomposição dos benefícios acima de um salário mínimo;
7. manter a sonegação, elisão, evasão e fraudes em cerca de 40% da receita anual do INSS;
8. instituir a “indústria do calote”, pelo REFIS, perdão de juros, multa e correção, permitindo que crescesse o valor dos créditos em favor do INSS, chegando a R\$ 150 bilhões;
9. ampliar a renúncia fiscal/contributiva, que beira os R\$ 10/12 bilhões/ano;

10. aumentar o custeio criando novos benefícios: mãe adotiva, mãe-crecheira, pajé, pai de santo, prostituta, sem fonte de custeio.

11. financiar a previdência rural com recursos da previdência urbana;

12. utilizar o “Fundo de Reserva” da Previdência para outros fins.

A bem da verdade os “companheiros do PT” sempre se posicionaram contra os projetos de “Reforma da Previdência” apresentadas pelos governos Collor e FHC. Agora, defendem e mancham suas biografias.

Podemos até aceitar mais reforma da Previdência, aliás não se fez outra coisa nos 80 anos da Previdência.

A reforma não deverá punir os servidores, considerando:

- Uma coisa são os servidores ativos e inativos da União;
- Outra coisa são os servidores dos estados e municípios, entes federativos, com regimes diferentes;
- As despesas federais com pessoal correm em 36% abaixo dos 50% da Receita Corrente Líquida como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- A União não recolheu a parte dela no Plano de Seguridade Social do Servidor- PSSS-órgão;
- Os servidores não têm culpa se no passado não contribuíam de forma atuarial e muito menos de ter conquistado em 1941 (há 62 anos) a aposentadoria integral;
- Os servidores estatutários sempre contribuíram acima do teto do INSS, mesmo com 6% para pensões, antes de 1990 e os celetistas sempre contribuíram muito acima do teto do INSS.

Igualmente é preciso deixar claro quais os objetivos da Reforma:

- cumprir determinação do FMI, do mercado, de bancos e seguradoras;
- desviar a atenção para continuar a transferência dos recursos fiscais para a banca;
- execrar os servidores públicos, submetendo-os a humilhações e pressões, liquidando com mais direitos e conquistas sociais e reduzindo sua remuneração;
- desmanchar o serviço público, favorecendo à terceirização de mão-de-obra e à privatização da Previdência;
- expor a magistratura e o Legislativo à execração pública e nivelar por baixo os servidores militares;
- instituir a contribuição do inativo;
- acabar definitivamente com a isonomia no reajuste dos servidores aposentados, há oito anos sem reajustes.

Penso que na discussão da reforma cabem as seguintes propostas:

- Preservar o direito adquirido e a expectativa de direito na aposentadoria integral;
- instituir um novo regime com teto de 20 salários mínimos, sem teto de contribuição;
- admitir o novo regime para os novos servidores que vão entrar no sistema a partir de 2003;
- instituir um fundo de pensão ou permitir que o INSS assuma a complementação, mediante contribuição acima do teto de 20 mínimos, definindo a contribuição atuarial para o nível pretendido de benefício definido;
- instituir a idade mínima;
- auditar as contas do governo: quanto recolheu sobre sua parte, se recolheu, antes de 90, dos estatutários (6%) e celetistas (20%);

- auditar as contas do governo: quanto recolheu sobre sua parte, se recolheu, depois de 90, dos servidores do RJU (11% sobre a folha).
- desagregar as contas dos estados e dos municípios da conta da União;
- manter o teto, moralmente defensável, que ninguém receberá como aposentado mais do que o ministro do Supremo; transformando o excedente (privilégio?) em recolhimento à conta do PSSS-órgão;
- não aceitar a contribuição do inativo por ser moralmente indefensável: não há contribuição quando não há expectativa de qualquer retorno;
- não admitir como princípio o fim da isonomia para os reajustes de ativos e inativos;
- melhorar a gestão e a profissionalização do INSS, livrando-o do espartilhamento político, implantando um novo PCCS e uma nova GDAP e substituindo os terceirizados;
- melhorar a qualidade da receita do INSS, reduzir a renúncia fiscal, reduzir a sonegação, evasão, elisão, brechas legais e erradicar a corrupção, malversação e fraudes;
- colocar mais fiscais, tem 3.900 e precisa de 8.000; e mais procuradores, tem 1.200 e precisa de 3.000;
- criar mecanismos para incorporar os 40 milhões de informais que estão fora da previdência;
- acabar com o fator previdenciário, que está empurrando mais de 1 milhão de aposentados e pensionistas para a faixa de um salário mínimo;
- estudar uma forma de recomposição do valor dos benefícios acima de um salário mínimo, admitindo que se criou um esqueleto com aumento abaixo da inflação do Plano Real que foi de 137,9%.

Como não há hipótese de se fechar a conta da Previdência dos servidores, é bom deixar claro para a sociedade que ela vai pagar toda a conta. Serão efetivos os riscos de privatização e de quebraadeira, transferindo-se o problema para 20 milhões de aposentados e 25 milhões de contribuintes.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 01 a 15/02 de 2003 - Jornal: A Gazeta,

Vitória/ES, Data de Publicação: 04/03 de 2003

Jornal: O LIBERAL, Belém/PA, Data de Publicação: 13/02 de 2003

Jornal: CORREIO URBANO, Aracaju/SE, Data de Publicação: 12/05 de 2003 - Jornal: JORNAL DE

TOCANTINS, Palmas/TO, Data de Publicação: 16/05 de 2003 - Jornal: O PROGRESSO, Dourados/MS,

Data de Publicação: 13/06 de 2003 - Jornal: TRIBUNA DE BRASÍLIA/DF, Data de Publicação: 18/06

de 2003 - Jornal: TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ, Data de Publicação: 26/06 de 2003

OS DADOS DO DIAGNÓSTICO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

O ministro Ricardo Berzoini apresentou o que chamou de “Diagnóstico do Sistema Previdenciário Brasileiro”, na 87ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social, em 24.01.2003.

Acredito que lhe deram o texto errado para ler ou foi induzido, na sua boa fé, ao erro. Parecia

uma exposição do ex-ministro, com o roteiro e produção da era FHC, com sua tática da “múltipla inverteza” (fazer com que a mentira fosse apresentada como verdade) e com seu “saco de maldades” contra os servidores. O texto foi elaborado pelos mesmos técnicos, sem vínculo com o Ministério e descompromissados com a Previdência. Um time de franco-atiradores.

Esclareceu de saída o que já se sabia, a inviabilidade na implantação do regime de capitalização no Brasil, apesar de todas as pressões do FMI, banqueiros e seguradoras, pois se fosse viável, FHC teria feito, sob aplausos dos beneficiados!

Suas dificuldades começaram quando falou sobre receita, despesa e necessidade de financiamento dos regimes previdenciários, o Geral do INSS, o dos Servidores e sua relação com o PIB. Caberia antes um outro quadro: o do custo da dívida externa, dívida interna, da corrupção, da malversação, etc, e sua relação com o PIB. Seria mais impactante e mais importante. A dívida interna e externa são maiores do que o PIB, mais de 100%! Mostrar que a contribuição da União para a Previdência representa 0,3% do PIB e que os gastos estão em 2,4% do PIB é apenas jogar para a platéia, pois não apresentou outro quadro, igualmente fundamental: a despesa de Pessoal da União corre abaixo dos 50% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Exatos 36%, havendo, portanto, folga.

O ministro exibiu dados da renúncia contributiva, mas deixou de exibir outros dois dados igualmente relevantes para se entender o nó da questão: um, sobre a sonegação consentida na Previdência, era só pegar no site do Tribunal de Contas da União, que o estimou em 40% da receita anual, e um outro, sobre a não cobrança da montanha de créditos do INSS, mais de R\$ 150 bilhões, 15% do PIB, equivalentes a duas vezes a despesa com benefícios e mais de duas vezes a receita líquida do INSS. O grotesco é que o ministro foi levado a considerar como saldo o que é déficit. Houve ainda uma grave omissão, pois não deu importância ao fato de que para uma despesa de R\$ 17,0 bilhões/ano na clientela rural, 1,7% do PIB, a receita é de apenas R\$ 2,3 bilhões/ano, um pouco mais de 10% ou 0,23% do PIB!

O ministro falou da Previdência como distribuição de renda, o que data de 80 anos e não de FHC pra cá, e explicitou o fato de 65,9% dos beneficiários (13,9 milhões) receberem um salário mínimo, sem se ater à perversidade do fator previdenciário e ao aumento abaixo da inflação para os benefícios acima do mínimo que estão empurrando os beneficiários para um salário mínimo. Exaltou o nivelamento por baixo, como se fosse algo espetacular, a sobrevivência com R\$ 200, menos de US\$ 70.

Faltou um outro dado: ninguém se aposenta mais com 10 salários mínimos. O FMI fixou um teto de R\$ 1.561,00 que hoje corresponde a menos de oito salários mínimos. Não custa recordar que a política previdenciária do FMI arrebentou as previdências de todos os países da América Latina que a adotaram.

O ministro usou o número mágico de seu antecessor de 40,0 milhões que estão fora do sistema, numa população de 173 milhões, dos quais há 22 milhões de beneficiários e 28 milhões de contribuintes e identificou 18,7 milhões de contribuintes potenciais. De um estalo excluiu definitivamente da Previdência 21,3 milhões!

Em relação à Previdência no serviço público, o nível de inconsistência dos dados passou despercebido não por nós. Reafirmamos o que há anos proclamamos: estão misturando ouro e pó, laranja e areia. Uma coisa são os servidores da União, outra são os dos 27 estados e dos 5.559 municípios (?), dos quais 3.419 estão vinculados ao INSS, a quem devem e não pagam. A União tem uma receita de R\$ 3,6 bilhões/ano para uma despesa de R\$ 33 bilhões/ano. Dividindo-se a receita pelos 852,9 mil ativos dá R\$ 4.250,00/ano ou R\$ 354,00 mês, divididos entre servidores e União! Não haverá reforma que feche as contas. Só se desaposentar, desreformatar e despensionizar todo mundo. É necessário que se auditem, primeiro, as contas de contribuição da União, que jamais pagou sua parte, seja quando era de 6% e hoje de 11%.

Assinale-se que o ministro admitiu que o reajuste dos inativos está atrelado à paridade dos ativos. É o que a Lei manda, mas FHC nunca cumpriu com sua política seletiva de gratificações por desempenho, excluindo os inativos, há oito anos recebendo as migalhas dos reajustes lineares e achatando seus benefícios.

Insistimos na tese de que a Previdência do servidor é efeito e não causa. A causa é a crise fiscal. O Estado deve arrecadar inclusive para pagar suas despesas de pessoal e não para fazer a felicidade dos bancos com juros de 22,5% ao ano para uma inflação de 10%.

O “saco de maldades” nem escondeu que o número de ativos caiu de 981,9 mil para 852,9 mil sem explicitar causas: a reforma da Previdência de 95/98, as privatizações e a cruel terceirização de pessoal na área pública, (especialmente no nível de serviços gerais) para que o Estado não pague Previdência. Isto é uma vergonha para os brasileiros! Um Estado que promove esta prática com seus filhos mais humildes merecia ser levado aos fóruns internacionais de violação dos direitos humanos!

As comparações de benefícios entre servidores públicos e INSS foi o emblema do “saco de maldades” da era FHC para submetê-los à execução pública.

Um outro quadro para impressionar incautos é o relativo a soma do descasamento entre contribuições e benefícios. Trata-se de uma projeção tão falsa como uma nota de 3 dólares ou 3 reais.

Lamentou-se ainda que na exposição do ministro não houvesse uma linha sobre a Previdência Complementar, que a exemplo da Previdência do INSS e dos Servidores, foi submetida a uma verdadeira pilhagem, especialmente na década de 90, por diferentes governos, sendo usada como instrumento de política monetária e de política pública de corrupção e malversação!

Proponho ao ministro Berzoini mandar recolher o “diagnóstico” e refazê-lo com uma postura mais ética e profissional. A argumentação e os dados da era FHC eram frágeis e mentirosos. É preciso mudar o discurso. A manipulação tem pernas curtas.

O que não se pode é dar ênfase desmesurada aos efeitos, minimizando as causas. Seria bom que, em novo Diagnóstico, o ministro explicasse as causas da falência do Estado brasileiro, clamasse pela punição de seus responsáveis e trouxesse dados mais exatos para justificar a reforma. Se quiser, podemos ajudar nesta missão.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade que representa 53 mil dos 88 mil servidores da Previdência.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 28/02 de 2003

MAIS ALGUNS PONTOS PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Pegue um ministro de um Tribunal Superior, que muito fez para chegar ao topo de sua carreira, e lhe diga:

- Caro ministro, o senhor pagou mas não vai mais se aposentar com R\$ 10 mil, mas com apenas R\$ 2 mil.
- Pegue um oficial superior, das três forças armadas, que fez o dever de casa, ao longo de 35 anos, e lhe diga:

- Caro oficial, o senhor pagou mas não vai se reformar com R\$ 8 mil, mas com apenas R\$ 2 mil.
- Pegue vários servidores das carreiras de Estado, diplomatas, gestores, fiscais, auditores, procuradores, delegados, etc e lhes diga:
- Caros senhores, os senhores pagaram mas não vão se aposentar com R\$ 8/10 mil, mas com apenas R\$ 2 mil.

Acrescente para todos eles:

- Façam uma previdência privada, se quiser ter uma velhice segura e tranquila. Ou dane-se, porque o Tesouro não tem nada com seu futuro.

Voces pensam que toda essa gente vai morrer rindo?

O que vai acontecer ao país quando lhes retirarem o ar que respiram, a água que bebem, a segurança do futuro e esperança de uma velhice digna? Nada?

É preciso pedir calma aos políticos que correm atrás das verbas do Palácio.

Imaginem agora o caso dos professores das IES federais.

Perderam a aposentadoria especial aos 25 anos e estão na 1ª regra de transição, trabalhando mais para receber o mesmo. Agora, deverão ser submetidos a uma 2ª regra de transição para receber menos!

Agora vamos para as questões essenciais da reforma:

a) o lado fiscal

O governo da União gasta com pessoal menos do que a Lei de Responsabilidade Fiscal lhe faculta: 36% dos 50%.

Poderia gastar menos? Sim.

Se a União pagasse a sua parte no Plano de Seguridade Social do Servidor-órgão. Quanto? O mesmo valor que desconta dos servidores. Seja: os Encargos Previdenciários da União deveriam ter duas fontes: a do órgão e dos servidores. A do órgão, a União nunca pagou, nem no caso dos celetistas que era 20% sobre a folha. No caso do servidor, teme-se que a União nem recolha nem contabilize.

Por imposição do FMI e contra o princípio da República Federativa, a União quer controlar as contas dos Estados e Municípios que já tiveram contabilidade previdenciária (caixa único=contabilidade única) e ainda devem ao INSS R\$ 25 bilhões! Lideram o pelotão do calote de R\$ 125 bilhões, criminosamente admitido contra o INSS. Nunca pagaram, só rolam as dívidas.

Recentemente, o MPS inventou fundo de pensão para estados e prefeituras. Não vão além do outro lado da rua! O rombo deles já passa dos R\$ 20 bilhões!

Isto nos leva a uma conclusão óbvia: os dados sobre a conta da Previdência dos servidores são rigorosamente falsos! Divulgá-los na forma de “rombo” e de “déficit” de x% do PIB fazem parte de uma estratégia insidiosa. A patuléia aplaude e não entende nada.

b) o lado da previdência complementar

Neste ponto, vamos aos dados críticos:

- os servidores em vias de se aposentar não terão condições de buscar (pagar) benefícios próximos dos seus em perspectiva;
- nenhum fundo vai aceitar servidores em vias de se aposentar, pois não poderiam bancar o risco atuarial do benefício;
- o governo da União, dos Estados e dos Municípios não pagam atualmente a sua parte na Previdência.

De onde nascerá o dinheiro para pagar a sua parte nos fundos de pensão? Qual a garantia? O mais certo é admitir que não vão pagar.

Quem foi que disse que os fundos de pensão, públicos, são “bem administrados” no Brasil, quando há um rombo atuarial impagável e quando são usados e abusados pelo governo como instrumentos de política monetária? Não há sinais de mudança nisto.

O futuro dos fundos de pensão, públicos ou privados, é incerto em todo mundo, face à crise das ações e das bolsas. No Brasil, a incerteza se acentua com o risco país e o risco da dívida interna, em que os fundos de pensão tem aplicações compulsórias elevadas em títulos públicos. Qualquer crise, os ativos virarão pó.

Todas questões nos induzem a pensar que o Estado brasileiro se tornou inimigo do cidadão. Acabou o respeito ao servidor público.

Alias, já acabara quando, na 1ª reforma da Previdência, dividiram o serviço público em dois: a carreira de Estado e o resto.

No “resto” estão todos os humildes servidores que foram parar nas “carreiras em extinção”. Estes continuarão na Previdência pública até que sejam extintos. Ou sejam, morram.

Os terceirizados, que estão substituindo os humildes, estarão fora da Previdência pública, irão para o INSS onde lhes espera o fator previdenciário com a aposentadoria de um salário mínimo. Para favorecer a terceirização de mão-de-obra, uma lei foi aprovada pelo Congresso.

Somos obrigados a concluir que um Estado que impõe, deliberadamente, discriminação e sacrifícios a seu povo mais pobre, inegavelmente está falindo. Insistimos que o governo que faz isto deve ser denunciado aos tribunais mundiais de desrespeito aos direitos humanos!

Tudo é feito para que se obtenham ridículos indicadores de superávit fiscal que faz a riqueza dos bancos e espalha a miséria entre os humildes, mesmo com o assistencialismo, o paternalismo, a demagogia e o marketing da exclusão e da diversidade!

O medo está se espalhando.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, a entidade dos 53 mil servidores da Previdência Social.

Journal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ Data de Publicação: 01 a 15/03 de 2003

SERVIDOR PÚBLICO; TODOS TRATAM MAL, TODOS PRECISAM DELE

Por Paulo César de Souza

Muitos brasileiros ignoram o que se passa no serviço público, da União, dos Estados e Municípios. O governo FHC, com o recurso da múltipla inverdade, pintou um quadro crítico dos servidores para favorecer a privatização, a terceirização, a flexibilização trabalhista e a privatização da saúde e da previdência.

Vejamos alguns pontos:

- 1) O Servidor Público está há oito anos sem aumento salarial. Ainda agora clama por 46,95% de reposição das perdas de jan de 98 a abr de 2003. As perdas de jan de 95 a abr de 2003 se elevam a 122,35%. O governo anuncia aumento de 2,5%. O empregado privado recebe todo ano a inflação do período, no dissídio coletivo;

- 2) O Servidor Público paga 11% do total bruto de seu salário para a Previdência. O empregado privado paga 8% até o teto de R\$ 1.561,00;
- 3) O Servidor Público trabalha de 8 a 12 horas por dia em atendimento ao público, sem periculosidade, insalubridade, hora extra, adicional etc. O empregado privado recebe periculosidade, insalubridade, hora extra, adicional, etc e pode se aposentar com aposentadoria especial, de acordo com as normas da OMS;
- 4) O Servidor Público é execrado através da mídia inclusive pelos ministros e dirigentes como ineptos, incompetentes e corruptos, sem direito ao mesmo espaço para se defender ou provar sua inocência;
- 5) O Servidor Público paga 3,8% do seu salário para o pior plano de saúde - a GEAP- ou é atendido como indigente pelo SUS. Pelo atendimento médico, cirúrgico e exames, o servidor paga uma parte, e dentário paga integral. A maioria das empresas privadas paga pelos planos de saúde e ainda mantém profissional médico, dentista, assistente social na própria empresa;
- 6) Muitas das conquistas dos Servidores Públicos foram obtidas através das greves, apoiadas pelas associações e pelos sindicatos, com apoio do PT. Os empregados privados também têm suas conquistas preservadas através das greves;
- 7) O Servidor Público ao ser demitido ou aposentado não tem direito ao FGTS. O empregado privado tem direito ao FGTS, quando demitido sem justa causa ou se aposenta e pode usá-lo para financiamento habitacional;
- 8) O Servidor Público não tem direito ao Seguro Desemprego, mesmo que peça demissão e fique desempregado. O empregado da empresa tem direito ao Seguro Desemprego, podendo fazer cursos e se qualificar para outra atividade;
- 9) A maioria dos Servidores Públicos concursados já tem mais de 40 anos, portanto sem perspectivas de reingressar no mercado de trabalho ou de sair para outro emprego;
- 10) Muitos dos direitos e muitas das conquistas sociais dos Servidores Públicos inseridos na Constituição de 1988 os foram conseguidos, na grande maioria, através de emendas apresentadas pelo PT, sendo que 60 foram retirados na 1ª reforma da Previdência de FHC;
- 11) O Servidor Público recebe apenas R\$ 4,00 de vale refeição há 15 anos. As grandes empresas privadas dão além do vale refeição, café da manhã e às vezes, lanche;
- 12) O servidor público da Previdência Social atende a 4 milhões de empresas, 25 milhões de segurados contribuintes e 21 milhões de beneficiários numa população de 180 milhões; Somos 35 mil – proporção 1 para cada mil / 1,4 mil empresa, contribuinte e segurado e 1 para cada 5 mil habitantes. O Brasil ocupa o 58º no ranking da OIT de 64 países com 11,5 da força de trabalho total no serviço público. Os Estados Unidos tem 16%, Grã-Bretanha, 18,9%, Alemanha 19,2 e Suécia 37,9%;
- 13) O servidor público da previdência tem de se reciclar permanentemente pois são muitas as normas escritas (Leis, Decretos, MPs, Portarias ministeriais, Instruções Normativas, Ordens de Serviço etc);
- 14) Mais de 80% dos Servidores Públicos têm nível superior e ganham salário de nível médio.

O déficit da Previdência bateu R\$ 13,0 bi em 2002 por má administração, corrupção, malversação, sonegação, evasão, elisão, brechas legais e desvio de recursos para outras áreas, mas o culpado é o servidor público.

O endividamento público elevou-se a 55,9% do PIB em dez de 2002, fechando em R\$ 881,1 bi, equivalentes a 10 anos de pagamentos de aposentadorias e pensões do INSS. Os juros consumiram R\$ 113,9 bilhões, quase duas vezes a folha de pessoal anual da União, mas o culpado é o servidor público.

O governo criou vários impostos, COFINS, CPMF, Imposto na gasolina etc. O dinheiro seria para a saúde e áreas sociais, porém foi desviado e não cobre os déficits destas áreas, mas o culpado é o servidor público.

O governo FHC queria privatizar a previdência, o PT foi contra mas agora é a favor para beneficiar os planos privados que já venderam R\$ 31 bilhões em seguros para 10 milhões de desesperados. O PT sonha também em indicar 500 dirigentes de fundos (Previ, Petros, etc).

Se todos os servidores se aposentassem hoje e fossem para a Previdência Social com teto de R\$ 1.500,00 reais, a Previdência ganharia, pois os servidores públicos pagaram para os cofres do governo não para a Previdência.

O confisco seria de bilhões, pois os servidores públicos pagaram 11% do bruto de seu salário e a parte do governo de 11% não repassará ao INSS. A sociedade é que vai pagar a conta. Além do que teremos servidores aposentados de primeira categoria, os atuais. Os futuros serão de 2ª categoria e perderão qualidade de vida, dignidade, poder de compra, enfim.

E o regime de solidariedade, o atual ativo paga para manter o aposentado. De onde o governo pretende tirar o dinheiro para pagar os atuais aposentados que segundo eles geram o déficit da previdência? É no mínimo uma incoerência do PT.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade apolítica que reúne 53 mil dos 88 mil servidores da Previdência Social.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 01 a 15/04 de 2003

Jornal: Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR - Data de Publicação: 01.05.2003

Jornal: Diário da Amazônia, Porto Velho/RO, Data de Publicação: 29/04 de 2003

Jornal: O Imparcial, São Luís/MA, Data de Publicação: 04/05 de 2003

Jornal: Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 04/05 de 2003

Jornal: Diário Popular, Pelotas/RS, Data de Publicação: 05/05 de 2003

Jornal: A Tribuna, Vitória/ES, Data de Publicação: 06/05 de 2003

Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 06/05 de 2003

Jornal: Gazeta Mercantil, São Paulo/SP, Data de Publicação: 07/05 de 2003

Jornal: Cruzeiro do Sul, Sorocaba/SP, Data de Publicação: 06/05 de 2003

Jornal: Correio Urbano, Aracaju/SE, Data de Publicação: 02/05 de 2003

Jornal: O Estado, Florianópolis/SC, Data de Publicação: 10/11.05 de 2003

Jornal: Correio Popular, Campinas/SP, Data de Publicação: 16/06 de 2003

Jornal: Diário de Pernambuco/Recife, Data de Publicação: 31/05 de 2002

Jornal: FOLHA DE BOA VISTA, Boa Vista/RO, Data de Publicação: 01/05 de 2003

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/Acre, Data de Publicação: 01/07 de 2003

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 14/07 de 2003

NÃO SE FALA DAS CAUSAS DA CRISE DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Li mais uma centena de artigos publicados sobre a reforma da Previdência.

Li também inúmeras declarações do ministro da Previdência sobre a reforma.

Nestas centenas de informações publicadas sobre a reforma, o que mais impressiona é a voragem impetuosa de se punir os servidores públicos. Beira ao irracionalismo a profusa e difusa preocupação contra os direitos adquiridos e a expectativa de direito dos servidores.

O mais impressionante é que a chuva de manifestações se volta para os efeitos da reforma. São poucas, escassas mesmo, as que se voltam para as causas, que não são causas da crise estrutural da previdência, mas causas da crise estrutural fiscal, imposta pelo modelo neoliberal e globalizante.

Em todo mundo, a esquerda bate firme no modelo neoliberal e globalizante. No Brasil, inacreditavelmente, a esquerda que empalmou o poder em 1º de janeiro de 2003 esqueceu suas bandeiras e desfralda justamente a bandeira neoliberal e globalizante.

A crise estrutural da previdência, agudizada pelo neoliberalismo e pela globalização, tem algumas causas clássicas:

- a) Desequilíbrio econômico-financeiro, resultado no mal ou péssimo gerenciamento da Previdência, especialmente de 1994 pra cá, quando foi fatiada e entregue ao desmando da base política de FHC, tanto no INSS como nos fundos de pensão;
- b) Desequilíbrio atuarial, a cada dia menos ativos contribuem para o financiamento e a manutenção dos inativos. O efeito é perverso: são 25 milhões a caminho dos benefícios do INSS, mais de 40 milhões fora do INSS e já 10 milhões pendurados, no desespero, nos planos de previdência privada, de altíssimo risco;
- c) Desequilíbrio demográfico, com a melhoria da qualidade de vida, a expectativa de vida se ampliou, o que alonga o tempo de duração do benefício;
- d) Desequilíbrio patrimonial, de 1994 pra cá, cresceram desmedidamente as renúncias contributivas (R\$ 10 bi) sobre a Previdência, o estoque da dívida (R\$ 150 bi), ampliaram-se os favorecimentos através do SIMPLES e do REFIS, a corrupção (R\$ 28 bi), sonegação, elisão e fraudes.

Se aprofundarmos a análise desses desequilíbrios chegaremos ao déficit do INSS.

Nada, rigorosamente nada, foi feito ou anunciado, para corrigir toda sorte de infortúnios que desabou sobre o INSS nos últimos nove anos. Parece que FHC continua mandando, pois as mudanças não acontecem.

Não li nenhuma linha – salvo inoportunas mudanças no sistema de contribuição, sem modelo consistente de substituição - sobre as intervenções da reforma que se fazem necessárias para se recuperar o INSS.

Deixar o INSS em situação crítica interessa aos neoliberais e globalizantes! Não se pensa nos 25 milhões de contribuintes, nos 21 milhões de aposentados e pensionistas do INSS, nos 40 milhões de excluídos. É seguramente uma irresponsabilidade monumental.

Como o leitor pode perceber, governo, analistas, consultores, prepostos de banqueiros e seguradores, voltaram-se quase que exclusivamente para a Previdência do Servidor Público, misturando dados da União, Estados e Municípios. Tais dados (feijão com pedra) são extrapolados e manipulados pelos neoliberais e globalizantes do PT, tal como faziam seus antecessores no

poder. Esquecem-se que a 1ª. Reforma da Previdência, de FHC, atingiu duramente os servidores, deles retirando-se 60 direitos e conquistas sociais, daí resultando:

- a) sucateamento do setor público, nas áreas de saúde, segurança, educação, transporte, comunicações;
- b) colocação de milhares de servidores humildes em humilhantes cargos em extinção;
- c) terceirização dos setores de apoio, segurança, transporte, copa, cozinha, portaria, recepção, atendimento, carpintaria, manutenção, conservação e limpeza, para que brasileiros humildes nunca mais entrem no serviço público;
- d) exclusão desses brasileiros da possibilidade de ter uma aposentadoria pública – isto, num país sério, seria motivo de denúncia do governo aos órgãos multilaterais de defesa dos direitos humanos;
- e) desestruturação do setor público, para que os serviços sendo de péssima qualidade, sejam privatizados, tal como ocorreu na saúde, com 45 milhões de planos de saúde 10 milhões de planos de previdência.

A 2ª reforma da Previdência, que nem FHC ousou, tende a ser mais cruel, pois quer fulminar com o direito adquirido e a expectativa de direito; quer liquidar com a aposentadoria integral; quer acabar com a paridade de aumento entre ativos e inativos; quer uniformizar civis e militares; quer cobrar contribuição de inativo revogando um princípio universal da doutrina previdenciária.

Parece até que a crise fiscal está nos gastos com pessoal, quando na União, corre rigorosamente abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas isto é intencional e deliberadamente ignorado.

Mas ninguém quer discutir a reforma fiscal. A poupança brasileira desde 1994 vem sendo ostensivamente drenada para financiar a dívida externa e interna. O que sobrou foi apropriado pela base política na corrupção desvairada que expropriou inclusive os bilhões de dólares da “privataria”!

Imaginar que a fixação de um teto máximo e mandar todos os servidores da União, 26 Estados, DF e 5.700 municípios para fundos de pensão vai resolver o problema das contas públicas é como imaginar que vamos trazer petróleo da lua! A União, Estados, DF e municípios nunca pagaram a sua parte na Previdência e não vão pagar. São devedores de honra do INSS, com mais de R\$ 25 bilhões. Tais fundos nascerão falidos, sem falar que serão bases de operação para a base política dominante.

Insistimos na tese de que o medo está se espalhando e a esperança, como a paciência, se esgotando.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade apolítica que reúne 53 mil dos 88 mil servidores da Previdência Social.

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 08/04 de 2003

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 30/04 de 2003

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 13/02 de 2003

Jornal: O Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 27/04 de 2003

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data de Publicação: 13/02 de 2003

Jornal: Gazeta do Povo, Curitiba/PR, Data de Publicação: 02/05 de 2003

Jornal: Jornal do SINDI/SEAB, Curitiba/PR, Data de Publicação: maio de 2003

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 14.06 de 2003

Jornal: Tribuna do Norte, Maringá/PR, Data de Publicação: maio de 2003

Jornal: O Estado do Paraná, Curitiba/PR, Data de Publicação: 24/06 de 2003

Jornal: Diário Popular, Pelotas/RS, Data de Publicação: 24/06 de 2003

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 03/07 de 2003

PROMESSAS E BRAVATAS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

O presidente Luíz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista que nos ensinou, com competência, a reivindicar nossos direitos, brigar por nossas causas e a fazer greve, sem temer quem fosse o governante, ditadura militar ou democracia à Sarney, Collor, Itamar e FHC, durante 20 anos nos fez várias promessas.

Votei no Lula, meu filho, meus pais, minha família, meus amigos, como os 64% da população brasileira que votamos, porque acreditávamos naquele que nos prometia:

- 1 - não se curvaria ao FMI;
- 2 - não cederia às oligarquias e aos coronéis que mandaram e mandam nos currais eleitorais do país;
- 3 - não governaria com os “300 ladrões” do Congresso Nacional, imortalizados pelos “Paralamas do Sucesso”;
- 4 - não deixaria o salário mínimo abaixo dos 100 dólares;
- 5 - não permitiria que a saúde continuasse sucateada;
- 6 - não privatizaria o que é patrimônio do povo, saúde, previdência, segurança, bancos, etc;
- 7 - não reformaria a Previdência Social.

Já que o Sr. Presidente da República (ex-metalúrgico) e ex-sindicalista (classe média) acabou de anunciar, em discurso para todo o povo brasileiro, que tudo quanto dizia quando estava na oposição eram bravatas, estamos perplexos e nos sentimos enganados.

Sou presidente de uma entidade representativa, de classe, que reúne 53 mil dos 90 mil servidores da Previdência Social, reivindico direitos, em nome da esperança. Não reivindico promessas e muito menos bravatas. Reivindico inclusive que seja preservada a maior distribuidora de renda do país, nos últimos 80 anos, a Previdência Social.

Sei que ela corria e corre o risco de ser privatizada, em nome da bravataria, que poderá ser irmã gêmea da privatária.

Por isso mesmo peço ao sr. Presidente da República para não permitir que a bravataria se instale na maior seguradora da América Latina, que é o INSS, fique na mão de políticos ou seja privatizado.

A proposta de reforma previdenciária tem tudo a ver com o processo de privatização. Em oito anos de FHC faturaram mais de R\$ 36 bilhões e venderam planos a 10 milhões de brasileiros desesperados.

Querem dobrar, chegar aos R\$ 72 bilhões e vender planos a 20 milhões de desesperados. O FMI faz no Brasil o mesmo que fez na América Latina e implodiu a Previdência Social em quase todos os países.

A reforma da Previdência Social que precisa ser feita, não é a aprovada por governadores incompetentes e por um Conselho de “espertos senhores feudais”, mas a de recuperação do INSS, cobrando a dívida de R\$ 150 bilhões, inclusive R\$ 25 bilhões de Estados e Prefeituras, acabando com a renúncia fiscal de R\$ 10 bilhões/ano, fechando o ralo da sonegação de R\$ 24 bilhões/ano (40% da receita de R\$ 60 bilhões), liquidando com a sonegação, evasão, malversação, corrupção, brechas legais, trazendo os 40 milhões informais que estão fora para dentro do INSS, não dando incentivos aos caloteiros e não lhes perdendo multas e correção.

Permita também que o INSS venda planos de Previdência, nas mesmas condições dos bancos e seguradoras, com a garantia do Tesouro.

Faça a reforma para fortalecer o INSS e não bancos e seguradoras.

Ouçã a experiência dos que há 80 anos construíram a Previdência e não os intermediários de bancos e seguradoras, que se escudam na reforma para trair o país e entregá-lo à globalização e ao neoliberalismo.

Tenha coragem e denuncie a pressão do FMI, exclua o item Previdência da Carta de Intenções ou do Acordo com o FMI, em nome da soberania nacional e do respeito aos brasileiros.

Não aceite que se faça bravata com o que restou do patrimônio do povo brasileiro. Já fomos a 8ª economia do mundo, hoje somos a 12ª e ao final de seu governo, com tantas bravatas, poderemos ser a 20ª.

Os 27 milhões de contribuintes, inclusive 4 milhões de empresas, e 21 milhões de beneficiários agradecerão.

Gostaria de formular algumas perguntas aos “ardorosos” defensores e que até, dezembro último, eram “fanáticos” críticos da reforma da Previdência:

- Será que a migalha que será descontada dos inativos reduzirá o déficit da Previdência do governo, que confunde com o déficit público?
- Será que a reforma vai criar os 10 milhões de empregos prometidos ou bravatados?
- Será que vai acabar com a fome?
- Será que vai diminuir os horrorosos índices de criminalidade?
- Será que vai reduzir a dívida externa e interna?
- Será que vai baixar os juros para a classe média e os assalariados?
- Será que vai construir 5/6 milhões de habitações?
- Será que vai melhorar os perversos indicadores de Desenvolvimento Humano, de pobreza e de distribuição de renda?

Claro que não.

A reforma só vai aumentar os lucros de bancos e seguradoras, que já detém 8% do PIB.

É uma pena que o Sr. Presidente Lula esteja renegando suas promessas e transformando a esperança em bravata.

O último Presidente que renegou seu passado, negando o que escrevera, chamou os aposentados de vagabundos.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade apolítica que representa 53 mil dos 88 mil servidores da Previdência Social.

Jornal: Tercero Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 01 a 15/05 de 2003

Jornal: Correio de Sergipe, Aracajú/SE, Data de Publicação: 24/05 de 2003

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 28/05 de 2003

Jornal: Cruzeiro do Sul, Sorocaba/SP, Data de Publicação: 08/07 de 2003

Jornal: O Jornal, Macéio/AL, Data de Publicação: 17/07 de 2003

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 07/06 de 2003

Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 12/06 de 2003

Jornal: Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 21/06 de 2003

Jornal: O Dia, Teresina /PI, Data de Publicação: 04.11.2003

A DÍVIDA DO INSS E A 2ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Há três anos que a ANASPS, com base nos documentos do TCU, relatórios do ministro Adylson Motta, vem batendo forte e em vão pela melhoria da qualidade da arrecadação da receita previdenciária.

Atravessamos três ministros que não moveram uma palha nessa direção e ficaram aborrecidos conosco: Waldeck Ornellas, Roberto Brant e José Cechin. No período deles, a dívida expandiu-se de forma vigorosa, passando de R\$ 60,8 bilhões em 1998 para R\$ 150,0 bilhões, e a recuperação de crédito baixou a pifios 0,2% do estoque da dívida!

A montanha de créditos cresceu quase três vezes com previsão de chegar a R\$ 500 milhões e sem tendência de inversão.

Da mesma forma condenávamos a renúncia contributiva que beira os R\$ 10-12 bilhões, sendo a maior a dos rurais. A empresa rural paga ridículos 2,5% sobre a folha contra 22% das empresas urbanas. Os 7 milhões de aposentados e pensionistas rurais custam R\$ 14 bilhões/ano e a receita é de R\$ 4,0 bilhões/ano, com déficit de R\$ 10 bilhões.

A ANASPS tanto insistiu na tese de que a sonegação na arrecadação era de 40% que o TCU, num estudo histórico e raro, comprovou que a sonegação não era de 40% , mas de 39%. Se a receita é de R\$ 70 bilhões, 40% batem os R\$ 28 bilhões.

Insistíamos que a dívida deveria ser cobrada, com a mudança dos sistemas corporativos do INSS e da DATAPREV, contratação de mais fiscais e procuradores, em ações efetivas .

Se o MPS cobrasse a dívida de R\$ 150 bilhões, acabasse com a sonegação (+ R\$ 28 bilhões) e com renúncia contributiva (+R\$ 10-12 bilhões), o INSS estaria equilibrado.

Mas a espuma do ministro Ricardo Berzoini não tem cara de recuperação de dívida. Ele não está na Previdência para isso.

A lista dele não tem os dados completos, mas pela metade. Varig, Transbrasil e Vasp, não pagaram um tostão, e pelos dados dele a dívida é menor da que, na verdade, está registrada nas carteiras fiscal e judicial. Toda a listagem precisa ser revista e deve haver mais seriedade na divulgação. Em respeito aos devedores, inclusive, pois o governo de que faz parte acaba de concordar com o REFIS 3, que vai ampliar o calote na Dívida do Tesouro e da Previdência. Talvez o ministro não saiba que o Tesouro e o INSS tem a receber R\$ 600 bilhões, US\$ 200 bilhões. São 6 milhões de devedores, dos quais 800 mil no INSS.

O sr. Berzoini está no MPS para fazer uma reforma modelada pelo FMI, para acabar com direitos, garantias e conquistas constitucionais dos trabalhadores e servidores. Se FHC acabou com 60, Lula vai acabar com o que restou. Estará enterrada a era Getúlio Vargas, que foi um dos maiores reformadores da República.

Dizia-se que o INSS não podia cobrar, pois o Código Penal tinha “brechas ou furos legais” que beneficiavam os caloteiros. Em 2000, o Congresso mudou o Código Penal. Basta aplicar o art. 168.

A reforma - como aconteceu no Chile e na Argentina onde deu tudo errado - vai implodir a Previdência, do INSS e do Servidor, com benefícios de baixo valor, obtidos através de uma corrida de obstáculos. Antes calculava-se pela média das últimas contribuições. No serviço público, o último salário. Agora, será a média dos 35 anos com todas as moedas e correções. Isto é fator previdenciário. Qual o servidor terá tranquilidade para trabalhar recebendo na ativa R\$ 3/5 mil,

sabendo que se aposentará com R\$ 2.400. Como ficam os servidores com mais de 25-30 anos de serviço e que não terão condições de entrar em fundo de pensão? Será que o governo transferiria para este fundo, com portabilidade, toda a sua contribuição acumulada? Claro que não.

E para aprovar a reforma, certamente, o governo vai gastar mais do que os R\$ 150 bilhões.

Com os “acordões” para aprovar a 2ª reforma, com a partidarização e a “petização” do INSS, com a infiltração de inúmeros leigos no Ministério e no INSS, a tendência natural é levar a Previdência ao chão do poço, favorecendo sua privatização, sonho e realidade de bancos e seguradoras, que esperam recheiar suas carteiras de planos com mais 10 milhões de desesperados e incautos, que lhes darão uma montanha de US\$ 35,0 bilhões ou R\$ 105 bilhões.

Mas há um devedor que não está na listagem do INSS. Está em outra lista que o Governo esconde: o Governo Federal.

O Brasil precisa saber quanto o Governo Federal pagou de Previdência, a contribuição patronal, e quanto descontou dos servidores públicos, e se recolheu o que descontou, de 1990 pra cá. Disto o sr. Berzoini não fala.

A razão é simples: não há dados contábeis. Mas que é uma dívida monumental, é.

Confundir despesa de pessoal com déficit, cobrar imposto de inativo, revogar a expectativa de direitos gerada pelo contrato de trabalho, achatador aposentadorias e pensões é acabar com a esperança. Dar 1% de aumento aos servidores, humilhar publicamente o senador Paulo Paim, levar milhares (150 mil) brasileiros produtivos a correr para se aposentar são agravos indesculpáveis. Não é só o narcotráfico que agride a consciência da nação. O medo que contagiou a classe média na Venezuela está entrando em nossos lares e ameaçando nossas famílias.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS, entidade apolítica.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 30 de junho de 2003

A 2ª REFORMA DA PREVIDÊNCIA. QUE DECEPÇÃO!

Por Paulo César de Souza

Para nós da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS, Entidade apolítica que se orgulha de representar 53 dos 88 mil servidores ativos e inativos da Previdência Social, com a proposta da 2ª reforma da Previdência, o Presidente Lula rasgou a Constituição de 88, a reforma constitucional de 1998 (EC n.º 20), seu Programa de Governo, o Programa do PT e frustrou as esperanças da maioria esmagadora dos servidores públicos que nele votaram.

A maior decepção foi colhida pelos inativos. Jamais esperavam que após nove tentativas, de Collor e FHC, de taxá-los, em vão, e tendo o PT em todos os momentos se manifestado contra, o Presidente, Presidente de Honra do PT, para ficar de bem com o FMI, decidiu taxá-los.

A ANASPS expressa sua intenção de ir à luta contra as principais agressões assacadas contra os servidores na 2ª reforma, especialmente:

- 1 - cobrança dos inativos. Eles já contribuíram com 6% ou 11% do seu salário bruto. Em nenhum país do mundo, inativo contribui. O PT quer, agora, revogar um princípio universal de Previdência;

- 2 - desmoralização do Supremo Tribunal Federal. O STF já decidiu que não cabe cobrança de inativos. Decisão do STF é para ser respeitada;
- 3 - redução do valor da pensão para 70%. Pensionista não é brasileiro de 2ª classe;
- 4 - o teto de R\$ 2.400,00. O governo vai pagar o teto e vai cobrar acima dele. Vai fazer mais superávit fiscal às custas da âncora dos servidores para segurar a política econômica do neoliberal PT;
- 5 - fim de aposentadoria integral para os atuais servidores. É quebra de contrato. É desconhecer a expectativa de direito e o direito adquirido. Muitos servidores já estão prestes a se aposentar. Pagaram mas não vão levar. O novo regime poderia valer para os servidores que ainda vão entrar para o serviço público;
- 6 - idade mínima, como está posta. A definição da idade mínima deve ser acompanhada de mecanismos compensatórios para os idosos. Não custa lembrar que muitos servidores, para evitar a exclusão social, só se aposentam compulsoriamente para não perder o plano de saúde;
- 7 - pressão do Executivo sobre o Legislativo. Os poderes da República têm de manter sua independência e respeito;
- 8 - na Câmara. Da mesma forma, repudiamos ameaças de expulsão do PT. Isto é macartismo, é stalinismo;
- 9 - perguntamos: serão revistas as várias aposentadorias de FHC, Sarney e Lula. Ficarão com o teto de R\$ 2.400?
- 10 - fim da paridade entre ativos e inativos. Com isso ao longo dos tempos vão se reduzindo os valores dos benefícios dos inativos;
- 11 - fundo de pensão dos servidores públicos. Não confiamos que o governo vá honrar sua contribuição. É o mesmo governo que jamais pagou sua parte na Previdência pública.

A 2ª reforma é, de fato, uma nova investida contra a Previdência Pública, reformando o que interessa ao FMI, bancos e seguradoras, para depois fazer a privatização do INSS. Hoje, são 4/5 milhões de brasileiros com planos de previdência privada, movimentando R\$ 36 bilhões, mais de US\$ 10 bilhões. Amanhã, serão 10/15 milhões movimentando R\$ 72 bilhões, mais de US\$ 20 bilhões. Um negócio da China!

Não seria melhor cumprirem suas promessas de campanha e criarem os 10 milhões de empregos, aumentarem o salário mínimo, como foi bravatado?

Não seria melhor fecharem os ralos da sonegação, elisão, evasão de receitas (Rurais, Filantrópicas, Simples, Refis, etc.), quase R\$ 40 bilhões/ano de rombo no INSS?

Não seria melhor primeiro cobrar os grandes devedores (empresas privadas, Estados e Municípios) que devem mais de R\$ 150 bilhões e querem transferir suas dívidas para a sociedade.

Não seria melhor primeiro rever os benefícios criados sem a devida fonte de custeio, principalmente a aposentadoria dos rurais (o último foi auxílio mãe adotiva)?

Não seria melhor criar mecanismos para arrecadar do inadimplente, aumentando o número de Fiscais e Procuradores?

Não seria melhor ir buscar os 40 milhões de informais para a Previdência já que hoje não contribuem com nada e um dia vão se aposentar?

Enfim estão reformando o que não precisa só para atender FMI, bancos e seguradoras, que querem pegar mais essa fatia do mercado (os servidores públicos).

A 2ª Reforma, teve inclusive a chancela de um Conselho sem legitimidade, sem especialistas na área e com vários caloteiros da Previdência (pode?). Sua argumentação poderia ser assinada por FHC, já que é uma cópia fiel do Livro Branco da Previdência de seu governo, e os dados usados são, na sua maioria, falsos e forjados.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS.

*Jornal: Terceiro Tempo, Edição 263, de 16 a 31 de maio de 2003
Jornal: Correio de Sergipe, Aracaju/SE, Data de Publicação: 30/06 de 2003
Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 15/08 de 2003*

A REFORMA QUE PREJUDICA 104 MILHÕES DE BRASILEIROS

Por Paulo César de Souza

A 2ª reforma da previdência, defendida por Lula e pelos “companheiros” prejudica 104 milhões de brasileiros:

- 1 - os atuais 21 milhões aposentados e pensionistas do INSS;
- 2 - os 25 milhões atuais contribuintes do INSS que um dia vão se aposentar;
- 3 - os atuais 2,6 milhões de aposentados e pensionistas da União, Estados e Municípios;
- 4 - os 3,7 milhões de servidores ativos da União, Estados e Municípios.

Se multiplicarmos 52,3 milhões por apenas dois familiares serão 104 milhões de pessoas!

Este é o mais grave efeito de uma reforma do FMI e para fazer a alegria de bancos e seguradoras!

FHC orgulhava-se do seu “saco de maldades”, que acabou com 60 direitos dos servidores públicos, na 1ª reforma da Previdência, criou, por ordem do FMI, o “fator previdenciário”, empurrando 1 milhão de aposentados do INSS para o nível de um salário mínimo, próximos da linha da pobreza, levou 10 milhões de brasileiros a comprar planos de previdência de bancos e seguradoras, colocou 150 mil trabalhadores terceirizados no Governo Federal, só para que não tivessem um dia aposentadoria integral, colocou como “carreiras em extinção” todas as carreiras que tinham pessoas humildes no Serviço Público Federal e passou oito anos sem dar aumento aos servidores públicos ativos e inativos, sendo que os inativos foram mais punidos.

Lula já pode se orgulhar do seu “saco de maldades”. Um sacão maior do que o de FHC!

Eleito com o apoio maciço de milhões de votos da massa trabalhadora e dos 6,1 milhões de servidores da União, dos Estados e dos Municípios, ativos e inativos, sua primeira atitude foi virar as costas, dizer que suas promessas eram bravatas!

O resultado é no mínimo surpreendente para um Presidente que está fraudando seu eleitorado.

Vejamos, somente na Previdência.

No INSS:

- 1 - mantém o “fator previdenciário” que nos quatro anos de seu governo, poderá empurrar mais de 2 milhões para um salário mínimo e próximos da linha da pobreza;

- 2 - mantém os 25 milhões de segurados atuais sem perspectivas de uma aposentadoria de 10 salários mínimos (R\$ 2.400,00), mas fixada entre sete e oito, como estabeleceu FHC;
- 3 - mantém 40 milhões de brasileiros fora do sistema previdenciário, muito embora um dia ou se aposentarão ou irão para a Renda Mensal Vitalícia, instituída pelo Presidente Geisel, muito embora tenha mudado de nome com FHC.
- 4 - mantém o INSS sob a pressão de banqueiros e seguradores estimulando a corrida desesperada à compra de planos de previdência. Se com FHC, 10 milhões embarcaram nesta “canao furada”, com Lula outros 10 milhões poderão embarcar.
- 5 - mantém o INSS com a base política, frustrando sua profissionalização. Desde Vargas, está provado que Previdência não rima com política.
- 6 - mantém a sonegação de 40% da receita no INSS;
- 7 - recebeu uma herança de R\$ 150 bilhões de dívidas a cobrar, que crescem a uma velocidade/dia de R\$ 20 a 40 milhões;
- 8 - mantém a renúncia contributiva superior a R\$ 12 bilhões/ano;
- 9 - ampliou o déficit de caixa do INSS;
- 10 - mantém a contribuição dos rurais em 2,5% o que gera R\$ 10 bilhões de déficit anuais;
- 11 - mantém os 7 milhões de rurais na folha do INSS, sem que nunca tivessem contribuído para o benefício;
- 12 - reduziu ainda mais a estrutura do INSS;
- 13 - mantém o INSS nas páginas policiais para que se afirme que é inviável e abra espaço definitivo à privatização.

Na Previdência Pública:

- 1 - usa e abusa da “múltipla inverdade de FHC”, quer dizer da mentira diária, para mostrar que servidor público dá prejuízo a nação, é responsável pelo déficit público, todos ganham milhões, são privilegiados, não contribuíram e não contribuem para a aposentadoria integral, inativo não pode receber o mesmo aumento do ativo, civil não pode ter isonomia com militar;
- 2 - pratica o “terrorismo de Estado” proclamando que o Tesouro não vai ter dinheiro para pagar pensões e aposentadorias, quando todo o Brasil sabe que a poupança pública está sendo drenada para bancos e seguradoras;
- 3 - acena com a possibilidade de transferir os 3,7 milhões de servidores ativos para fundos de pensão e planos de previdência, impossível para quem tenha mais de 50 anos e impraticável para um Governo que jamais pagou sua parte em Previdência;
- 4 - rejeita uma auditoria nas contas, pois se sabe que o Governo, no Brasil Reino, Império e República, nunca pagou sua parte na previdência;
- 5 - ignora que despesa de pessoal é custeio e que a receita do Estado é inclusive para pagar seu custeio;
- 6 - ignora que a despesa de pessoal (ativo e inativo) da União está rigorosamente no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, correndo até abaixo dos 50%;
- 7 - mantém acuados 1 milhão de servidores inativos, sem aumento há oito anos;
- 8 - deu um ridículo e humilhante reajuste de 1% em 2003, quando se pedia um mínimo de 46,95%; com base no índice do custo de vida projetado pelo DIEESE entre janeiro de 1998 e abril de 2003. As perdas dos servidores de janeiro de 1995 a abril de 2003, ainda segundo o DIEESE, são de 122,35%;

- 9 - quer acabar com a aposentadoria integral;
- 10 - que acabar com a isonomia entre ativos e inativos, para que os inativos recebam sempre menos; e com a isonomia entre civis e militares;
- 11 - quer acabar com a expectativa de direito dos atuais 3,7 milhões rasgando e ignorando os seus contratos de trabalho que lhe asseguravam o direito à aposentadoria integral;
- 12- quer cobrar contribuição de inativo, o que não existe em nenhuma previdência do mundo!
- 13 - quer instituir o teto de R\$ 2.400,00;
- 14 - quer implantar o fator previdenciário no setor público mudando o critério de aposentadoria, passando a ser a média de 35 anos de contribuições em todas as moedas;
- 15 - quer reduzir a pensão a 70% do segurado;
- 16 - quer fazer no Brasil o que o FMI fez na Argentina e no Chile e que deu tudo errado;
- 17 - monta no Senado e na Câmara uma tropa de choque (Collor) ou rolo compressor (FHC) para aprovar a reforma, com dinheiro público, cargos, verbas, e certamente “maracutaias” que cedo ou tarde virão à tona. A adesão da banda podre do PMDB à reforma não será de graça!

O que o PT e Lula estão fazendo é uma violência.

O “pacto de gerações”, criado no século XVIII, está sendo rasgado.

É bom que não esqueçam a máxima brasileira de que “aqui se faz, aqui se paga”. Estão mexendo com 104 milhões de pessoas, no mínimo, fazendo maldades e perversidades, expropriando direitos e garantias, estrçalhando o “contrato social” de trabalho, a “relação de confiança”, e a “expectativa de direitos” entre cidadãos e o Estado.

Se querem reformar ou revolucionar o mundo que o façam daqui pra frente.

Direitos e garantias, sejam individuais ou sociais, se não forem respeitados, implodem a ordem jurídica ao capricho de governantes arbitrários, discricionários e autoritários.

*Paulo César de Souza, presidente da
Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS*

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1º a 15 de julho de 2003

RAZÕES DA GREVE DOS SERVIDORES

Por Paulo César de Souza

As iniciais: afastamento de parlamentares das comissões da Câmara, proposta expulsão da ala rebelde do PT, tropa de choque contra os deputados que votaram contra a reforma da Previdência, na Comissão de Constituição e Justiça, promessas de campanhas transformadas em bravatas, como no aumento salarial (recuperação das perdas ou inflação do período FHC - 120 %) quando deram apenas 1%.

Na década de 70 quem fortaleceu os sindicatos foram os movimentos grevistas, principalmente os do serviço público. A CUT e o PT nasceram com apoio e dinheiro dos servidores públicos e sindicatos.

Daí em diante todas as reivindicações de servidores, com greve ou sem, foram feitas através dos parlamentares do PT que apresentaram aos montes projetos de leis e emendas aos projetos e MPs.

Lula e muitos integrantes do movimento sindical foram perseguidos e presos mas jamais foram abandonados pelos seus companheiros. Uns fugiram para outros países, outros fizeram plástica para se esconder e outros mais continuaram aqui lutando.

Trinta anos depois, Lula, após perder as eleições presidenciais por três vezes, foi eleito com apoio da CUT, de todos os sindicatos, principalmente dos servidores públicos.

PT e CUT defendiam, inclusive com greves, direitos legítimos dos servidores. No governo, PT e CUT consideram agora privilégios o que antes eram direitos.

Não foram os sindicatos nem as entidades associativas dos servidores que mudaram; estes, continuam unidos, reivindicando os mesmos direitos, que o atual governo e seus parlamentares apoiavam no passado.

A sociedade em nada vai ser beneficiada com a Reforma da Previdência apresentada, muito pelo contrário, vai piorar e o governo fará caixa e aumentará os lucros dos bancos e seguradoras.

Infelizmente esse governo não quer negociar com ninguém, seu rolo compressor é pior que o de FHC, e ameaça inclusive retaliar, expulsando os rebeldes e não recebendo e dialogando com os sindicatos e entidades.

Dizem que a greve compromete a governabilidade e enxovalha a credibilidade do atual governo.

Entendemos que o que enxovalha a credibilidade do atual governo são seus ministros e alguns parlamentares que rasgaram seus discursos, que mancharam suas biografias e que enganaram seus eleitores com promessas ou bravatas, como disse o Presidente Lula.

Prometeram acabar com a fome, criar 10 milhões de empregos, aumentar o salário mínimo para 200 dólares, fazer a reforma agrária, aumentar o salário dos servidores conforme a inflação e repor perdas do Governo FHC, não se aliar à ALCA, não pagar dívida externa, não aceitar proposta nem dinheiro do FMI, não aumentar luz, água, telefone, gasolina, gás de cozinha, cesta básica, Imposto de Renda, não cobrar INATIVO, não diminuir a pensão para 70% do salário, acabar com CPMF e com o seguro apagão, cobrar devedores da Previdência e cumprir a lei que manda devedor do INSS para a cadeia.

Inventaram crise e déficit na Previdência para alterar a Constituição e não garantir direitos justos, conquistados ao longo dos anos.

Comparar um ministro do Supremo a um cortador de cana, sem observar o papel de cada um, dizer que para ser Presidente do Brasil não precisa falar inglês nem ser formado em nenhuma universidade, é estimular a ignorância.

Tratar os servidores públicos como párias da sociedade, criar o Fome Zero e o Primeiro Emprego sem qualquer estrutura e aumentar a carga tributária das empresas, é um contra-senso. Na realidade, vai crescer o número de informais, hoje 42 milhões, que não contribuem para a Previdência mas que um dia vão se aposentar

Seguir à risca determinações do FMI, que faliu a Previdência da Argentina e do Chile, não cobrar os R\$ 160 bilhões dos grandes devedores, fazer vista grossa com a renúncia contributiva de R\$ 10/12 bilhões/ano e com a sonegação que é de 40% da receita, querer multiplicar por três a carteira de Previdência Complementar, faz parte da privatização do INSS.

É por estas razões adicionais aqui expostas que os servidores públicos voltaram a fazer greve.

Queremos os companheiros do PT e da CUT na luta contra a PEC-40 e a favor de uma Reforma da Previdência com visão de futuro, não acabando com o direito adquirido e a expectativa de direito, bem como um Governo decente, sério, competente e cumpridor de suas promessas.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 15 A 31 de julho de 2003

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 18/07 de 2003

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 18/07 de 2003

Jornal: O Dia, Teresina/PI, Data de Publicação: 18/07 de 2003

Jornal: Folha de Londrina, Paraná/DF, Data de Publicação: 19/07 de 2003

Jornal: Diário da Amazônia, Porto Velho/RO, Data de Publicação: 19/07 de 2003

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 19/07 de 2003

Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 20/07 de 2003

Jornal: Cinform, Aracajú/SE, Data de Publicação: 21/07 de 2003

Jornal: Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR, Data de Publicação: 21/07 de 2003

Jornal: Diário Popular, Pelotas/RS, Data de Publicação: 24/07 de 2003

Jornal: Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 01/08 de 2003

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SÓ FAVORECE A PRIVATIZAÇÃO

Por Paulo César de Souza

Enquanto o governo Lula trabalha pela privatização da previdência, implosão do INSS, que fechará 2003 com um déficit de caixa reestimado de R\$ 26,1 bilhões contra R\$ 17,0 bilhões, com aumento de 53,5%, por culpa do próprio governo que não cobra os R\$ 160 bilhões que lhe devem, mantém a sonegação e a evasão anual de R\$ 28 bilhões e aprova a renúncia contributiva anual de R\$ 10/12 bilhões, premia a previdência privada aberta, de bancos e seguradoras, solta foguete e faz festa.

Não satisfeita com os esforços empreendidos pelos ministros Berzoini e Gushinken, movimenta-se a previdência privada, com sua voracidade de lucros, para obter a elevação do desconto do imposto de renda na fonte do PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) para além dos atuais 12%. O PGBL perdeu espaço para o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) que em um ano teve o crescimento espetacular de 856,4%.

Com R\$ 31,6 bilhões em carteira e 10 milhões de brasileiros, que perderam a esperança de uma aposentadoria digna pelo INSS, graças ao desmanche empreendido por Collor, FFHHCC e Lula, a previdência privada aberta, espera faturar em 2003 cerca de R\$ 12,3 bilhões com um crescimento de 102% sobre 2002, quando foram arrecadados R\$ 9,7 bilhões. De janeiro a março, arrecadaram R\$ 3,0 bilhões, sobre os quais cobram taxa de administração de 1,3% a 10,0% e taxa de carregamento de 2,5% a 6%.

Nada menos de 42 milhões de brasileiros estão fora do INSS e não têm razão nenhuma ou apelo nenhum para entrar. A promessa (pode-se acreditar?) de um benefício mínimo de um salário

mínimo, não é nada, pois mais adiante, no fim da vida, terá o mesmo salário mínimo, como Renda Mensal Vitalícia, de benefício assistencial.

A reforma de FHC introduziu o fator previdenciário – é lamentável que a classe dominante, inclusive petista, ignore este fato ignominioso – que deve empurrar dois milhões de beneficiários do INSS para o benefício mínimo de um salário mínimo. Isto, a liquidação do teto de 10 salários mínimos, o achatamento do valor máximo da aposentadoria para seis salários mínimos desesperam os atuais 25 milhões de segurados do INSS e favorecem a previdência privada aberta.

Não é à toa que o Citibank, com ativos de US\$ 450 bilhões em recursos de terceiros em 50 países, está investindo US\$ 3,0 milhões para disputar os clientes preocupados com a aposentadoria, o futuro, a família.

Todos os cálculos atuariais comprovam que o modelo de repartição simples, com o nosso modelo contributivo (o velho e o novo), permitiria ao INSS ter vida longa, não fosse a pilhagem, a corrupção, a fraude, sonegação, renúncia, evasão, brechas legais, prevaricação, impunidade, etc. Mais de US\$ 500 bilhões foram saqueados da Previdência, nos últimos 40 anos! Do mesmo modo que todos os cálculos atuariais asseguram que os servidores públicos contribuindo, sem teto, com 11% sobre o que ganham, podem aspirar com tranquilidade a aposentadoria integral, desde que haja contribuição patronal. Da mesma maneira que não há cálculo atuarial para assegurar que a previdência privada aberta pagará benefícios daqui a 35 anos. Isto é um sonho.

Em que pese o mundo descontrolado em que operam as empresas de previdência privada aberta, que as beneficia, estão umbilicalmente atreladas à bomba de efeito retardado que é a dívida interna de R\$ 1 trilhão. Qualquer descompensação, virarão pó e os sonhos dos desesperados se transformarão em fumaça de gelo seco.

Já a previdência complementar, no Brasil, padece de um desajuste estrutural, provocado pelo próprio governo, mesmo com ativos de R\$ 171,6 bilhões, 15% do PIB. Comparar com o modelo americano, com US\$ 3,0 trilhões de ativos, é uma pilhéria. Os fundos de empresas privadas não prosperaram. Os fundos de estatais sempre foram usados pelos governos como instrumentos de política monetária. O PT está fazendo a festa. Sua gestão é política partidária. Pessoas despreparadas e apadrinhadas foram escaladas para administrá-los (???) Aguardem e verão! O descasamento dos fundos – isto é o que têm em ativos e obrigações contratadas - supera os R\$ 200 bilhões e é crescente.

O governo Lula quer colocar os servidores públicos em fundos de pensão. Para que isso ocorra o governo teria que pagar sua parte. Mas, em 503 anos de país, o governo nunca cumpriu sua parte. Mais recentemente, de 1938 (data de criação do IPASE) aos nossos dias, deixou de cumprir. Não recolhendo a sua parte nem computando a dos servidores! Quem garante que vai cumprir? O governo? Com que credibilidade. Particularmente, “estou convencido” de que não contribuirá e deixará furo. Tem mais, com quadros amadores e politicando, vai dar errado.

O mais grave é que o servidor com 20/30 anos de serviço terá ampla dificuldade para entrar num fundo.

Se não entrar e ganhar mais de R\$ 2.400 (há 237.578 servidores, 26,9% dos 883.192 servidores ativos, na União, ganhando mais de R\$ 2.400,00) terá que aposentar com este teto. Daria certo, caso o governo transferisse para o Fundo o que o servidor descontou para o próprio Tesouro, corrigido, nos seus 20/30 anos, mais a contribuição do Tesouro, corrigida. Mas isto não está na reforma, a portabilidade também não, e o governo não quer é pagar nada ao servidor.

Esses 237 mil que optaram pelo serviço público, - e que não são cortadores de cana! - hoje são humilhados por um governo que os põe de joelhos perante a nação, mesmo sabendo que o Estado arrecada para pagar servidores, que pagar servidores não é déficit e que a despesa de pessoal corre abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Este é um dado relevante e omitido.

Governo, PT, mídia, FMI, bancos e seguradoras ganharão. Os servidores e a nação perderão. Só nos restará aguardar um novo governo para promovermos a nova reforma da previdência que reerguerá o Estado brasileiro.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade apolítica, que reúne 53 mil dos 88 mil servidores da Previdência Social.

*Jornal: TERCEIRO TEMPO, Rio de Janeiro/RJ,
Data de Publicação: 1 A 15 de agosto de 2003*

RAINHA DA INGLATERRA

Por Paulo César de Souza

Antes das eleições, escrevi um artigo com o título “Esperança” porém meus amigos e colegas me demoveram da idéia de publicar por acharem que eu estava enganado e exagerando na dose.

Bem, o artigo era sobre um cidadão que passava por mim com uma bandeira com a inscrição, AGORA É LULA. Vestia-se de maneira humilde, bermuda surrada, sandália gasta, camiseta vermelha do PT. Ao vê-lo, comentei com meu amigo: ali vai o símbolo da esperança de muitos brasileiros, trabalhadores, classe média, pobres, miseráveis, endividados, subempregados, desempregados, sem terra, sem teto, funcionários públicos, empresários sérios, empresários levados à falência, enfim, a grande massa brasileira já cansada de tantas promessas dos diversos políticos.

A esperança chamava-se LULA.

No entanto, o que vê hoje o “cidadão-esperança” ?

Vê um LULA deslumbrado com o poder, que dança ballet bolshoi, toca violino, usa frases de efeito, joga futebol, faz trocadilhos, bota boné, põe chapéu, beija crianças, afaga velhos, abraça fãs e fanáticos, viaja o mundo inteiro, repete refrões e bordões sindicais e não cumpre suas promessas.

Vê uma rainha da Inglaterra que reina mas não governa, que prometia (bravatava) dez milhões de empregos, terra para todos (reforma agrária), teto para todos, saúde funcionando, segurança contendo a violência, estradas consertadas, escolas para todos, não ao FMI (usaria o dinheiro dos juros para acabar com a fome, o projeto FOME ZERO).

Vê um LULA que mata o aposentado; destrói o serviço público; dá aumento de 1% aos servidores após oito anos sem aumento, achata as aposentadorias; diminui a pensão da viúva, aumenta o imposto de renda; torna permanente a CPMF, aumenta a gasolina; cria novos impostos; vai ao FMI pedir empréstimo, vai ao Nordeste somente uma vez (onde prometeu ir todo mês com o Ministério inteiro); trai seus companheiros (mandando cassar a senadora Heloísa Helena e deputados do PT); prende e bate em servidores públicos; prende e bate em sem terra e sem teto.

Cadê o LULA da camiseta-esperança em que votamos? Ele hoje reforma o que não precisa: reforma da previdência e reforma tributária, só pra agradar o FMI, bancos, seguradoras e bolsa, a malta dos especuladores.

O que apresenta não é uma reforma mas um remendo.

As reformas necessárias são a fiscal, a política, a do Estado e a ética. Melhor do que reformar é sustar a privatização e a terceirização, em nome da globalização e da ganância do lucro fácil.

Na Previdência, reformar é buscar os 42 milhões de informais que não pagam previdência e que não têm como pagar ou por que pagar, é cobrar a dívida de 160 bilhões de sonegadores, é reduzir a renúncia contributiva de 10/12 bilhões anuais, é acabar com a evasão de 40% da receita anual, é acabar com a fraude estimulada, é recuperar e profissionalizar a gestão do INSS, que precisa de mais 4 mil fiscais, 2 mil procuradores e 10 mil servidores de nível médio, é botar na cadeia empresários que cobram de seus empregados impostos e não repassam ao governo, é acabar com a farra financeira (juros 26%), é sustar a terceirização da mão-de-obra e de serviços.

Fazer reforma tributária para arrecadar mais R\$ 42 bilhões para aumentar superávit fiscal ou distribuir com a base política é uma afronta ao país.

A reforma que o Brasil precisa é enfim governar, trabalhar e voltar a crescer, coisa que esse governo não faz desde que assumiu nem sinaliza como pretende fazer.

Caro Presidente Lula, jogue fora a coroa de rainha da Inglaterra, imposta pelos que mandam e desmandam no seu governo, como fazem Lord Cromwell e as bandas podres de sua base política. Volte a ser o Lula que despontou como a esperança de gerações de brasileiros.

Acredite que o desapontamento com seu governo é geral. Os aduladores não lhe dizem isso. Mais cedo do que o senhor pensa as pesquisas lhe confirmarão o desconforto e a impopularidade que corrói e desmonta os governos que não governam, ou que transformam em meras bravatas as promessas feitas em campanha.

Do contrário, poderemos ver o cidadão da camiseta, junto com outros cidadãos, fazendo sua revolução contra o atual governo, exigindo o cumprimento de seus sonhos, contra a mentira, a hipocrisia, os desmandos, a ilusão, as bravatas, a fome, a miséria, o desemprego, a violência, a parcialidade, o analfabetismo.

Use o boné do Brasil...

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade de 53 mil associados.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 15 a 31 de agosto de 2003

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 28.08 de agosto de 2003

Jornal: O Progresso, Dourados/MS, Data de Publicação: 04.09 de 2003

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data de Publicação: 05.09 de 2003

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 06.09 de 2003

Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 06.09 de 2003

Jornal: Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 06.09 de 2003

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF, Data de Publicação: 13.09 de 2003

Jornal: Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR, Data de Publicação: 15.09 de 2003

Jornal: Fatorama, Brasília/DF, Data de Publicação: 21.09 de 2003

Jornal: Correio da Paraíba, João Pessoa/PB, Data de Publicação: 03.10 de 2003

Jornal: O Norte, João Pessoa/PB, Data de Publicação: 05.11 de 2003

POR QUE NÃO AUMENTAR OS BENEFÍCIOS DO INSS?

Por Paulo César de Souza

A população brasileira ainda não entendeu as razões da Reforma da Previdência.

O que entendeu é que os servidores ganham muito e os aposentados e pensionistas do INSS ganham pouco!

O que se deveria fazer? Reduzir aposentadorias e pensões dos servidores igualando-as ao que recebe um cortador de cana? Esta é a última das bravatas!

O governo não faz outra coisa: despertar ódio e indignação dos trabalhadores contra os servidores.

Como é dono da verdade, não diz que a reforma da Previdência, imposta pelo FMI, está destruindo o serviço público, terceirizando o Estado, privatizando a Previdência e o INSS, acabando com direitos e garantias constitucionais, achatando pensões e aposentadorias do INSS, produzindo superávit fiscal, espalhando a miséria e aumentando receitas e lucros de bancos, seguradoras e bolsas.

O governo não diz que as despesas com pessoal da União estão muito abaixo do que estipula a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O governo não diz que Estados e Municípios – os que tinham regimes próprios eram desestruturados, com baixa contribuição e sem a contrapartida deles – os que não tinham devem mais de R\$ 20 bilhões ao INSS.

O governo domina parte da mídia e seus fanáticos seguidores que a patrulham e “plantam” diuturnamente a farsa contra os servidores: o mínimo que afirmam é que somos marajás, embora 70% dos servidores federais percebam menos de R\$ 1.500 reais mensais.

Comparar Previdência do Estado com a do INSS é comparar laranja com pedra!

Comparar os ganhos dos aposentados da União e do INSS é uma vilania.

Os 539,8 mil aposentados e os 408,0 mil pensionistas da União contribuíram sobre o que ganharam e não têm culpa se União nunca recolheu sua parte. Nunca. Dos 22 milhões do INSS, 7 milhões nunca ou pouco contribuíram, os rurais, e os 15 milhões contribuíram sobre um teto baixo e não recebem a correção devida, transformada em passivos ano a ano.

Evidentemente quem se aposenta pelo INSS fica indignado de receber pouco.

Os atuais 25 milhões contribuintes do INSS devem ficar mais indignados pois a tendência hoje é de se aposentar no máximo com 7,5 salários mínimos e mais na frente com 4/5 salários mínimos. Tudo por ordem do FMI, que criou um tal de “fator previdenciário” para achatar benefícios – não de forma atuarial – mas de forma fiscal, para reduzir o déficit do INSS e promover superávit fiscal para alegria da banca privada.

A questão nos remete a uma nova discussão.

É justo que os beneficiários da União recebam (salvo as exceções de praxe) o que recebem? Creio que sim.

É justo que os beneficiários do INSS recebam o que recebem? Não.

Mas o INSS – que tem 80 anos – poderia estar pagando muito mais. E por que não paga? Porque foi pilhado por políticos nestes 80 anos. Definitivamente Previdência não rima com política. Estima-se que a pilhagem da Previdência ronda os US\$ 500 bilhões (1 trilhão e 500 bilhões de reais).

Lula, como Getúlio, colocou políticos na gestão da Previdência. O desastre é total: o déficit este ano deve bater os R\$ 28,0 bilhões. A gestão Berzoini já custou ao país mais de R\$ 2 bilhões ou mais de R\$ 300 milhões mensais, R\$ 10 milhões por dia corrido ou R\$ 15 milhões por dia útil. Um desastre.

Lula, ao invés de viabilizar o INSS, de recuperá-lo, restaurá-lo, optou, como FHC, por sua implosão.

Quem vai querer se aposentar com 4/5 salários mínimos? Ninguém.

Quem vai querer entrar num sistema que mais parece um queijo suíço, cheio de furos, administrado por políticos que mais parecem raposas de galinheiro? Ninguém.

Resultado prático: quem pode, corre para a Previdência privada aberta e compra planos de previdência. dez milhões já o fizeram e pelo andar da carruagem outros 10 milhões poderão fazê-lo.

Por outro lado, 40 milhões não entraram e não têm nenhuma razão para entrar no INSS, esperar 35 anos, receber um salário mínimo. Além do que a Lei Orgânica da Assistência Social assegura aos brasileiros, sem renda, e maiores de 70 anos, um benefício assistencial de um salário mínimo. Pronto.

O que fazer diante de tanta perversidade?

- a) tirar os políticos da Previdência;
- b) profissionalizar o INSS, como se fosse o Banco Central, Ministério Público, Receita Federal;
- c) permitir (não impedir) que sejam cobradas as dívidas de R\$ 160 bilhões, acabar com a sonegação e a evasão de 40% da receita, acabar com a renúncia contributiva de R\$ 10/12 bilhões;
- d) permitir que o INSS ofereça , acima do teto, planos de previdência privada, com a garantia do Tesouro, de acordo com a capacidade de pagamento das pessoas, de 10, 20,30, 50 salários mínimos, com base em cálculos atuariais, não fiscais;
- e) trazer os 42 milhões de informais para a Previdência;
- f) começar a trabalhar. Desde janeiro que o governo só faz política e reuniões.

Esta alternativa tem que ser posta na mesa: os atuais 10 milhões que têm planos de previdência bancam o risco, pagam caro a administração dos mesmos, não têm a menor garantia. Qualquer turbulência econômica, perderão o que pagaram e o governo fatalmente será chamado a cobrir o rombo de bancos e seguradoras.

Querer desconhecer a elite do setor público, com o argumento idiota de que ganha mais do que um cortador de cana, é uma agressão a quem superou todas as dificuldades para chegar ao topo da pirâmide social: um ministro do Supremo que recebe R\$ 21,0 mil mensais – deixa 11% para a Previdência – R\$ 2.300 (equivalentes aos salários de 10 cortadores de cana) e 27,5% de Imposto de Renda - R\$ 5.775,00 (equivalente aos salários de 26 cortadores de cana). Num ano, o ministro terá dado ao governo mais de R\$ 97 mil reais ou o equivalente aos salários de 441 cortadores de canal

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social – ANASPS.

Jornal: Tereiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de setembro de 2003
Jornal: |A GAZETA, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 12.09 de 2003

SERVIDOR PÚBLICO – APOSENTAR OU NÃO?

Por Paulo César de Souza ()*

O servidor público está num impasse sobre sua aposentadoria, seu futuro, a sua tranquilidade na velhice e da sua família. Não sabe se deve aposentar-se agora ou se confia no governo que, antes prometia respeitar a expectativa de direito e os direitos adquiridos, e na primeira “reforma” rasgou a Constituição e enganou a todos os servidores, trabalhadores, aposentados e pensionistas, praticando um verdadeiro estelionato eleitoral.

O Estado brasileiro tem um contrato com cada uma dessas pessoas que pressupõe, pela legislação até então em vigor, o integral respeito às suas cláusulas.

Acreditava-se que a reforma alcançaria apenas os futuros servidores, que assinariam seus contratos sob novas regras. No entanto, sabemos que 27% dos servidores públicos federais ativos (878,0 mil nos três poderes) têm condições para se aposentar mesmo perdendo 5% do seu salário, a cada ano, até chegar à idade mínima de 60 anos. Claro que a ampla maioria vai optar pela aposentadoria, evitando assim nova reforma e novas mudanças contratuais, de forma tempestiva e unilateral, e novas humilhações.

Há um clima de terror, frustração e medo entre os servidores, traído por um governo que ajudaram a eleger. Temem serem ainda mais prejudicados haja vista que o atual governo além de mexer na aposentadoria e pensão deu somente 1% de aumento em 2003 – depois de oito anos sem aumento - (quando se reclamava 46,95% para repor parte das perdas de 122,35%) não prevendo praticamente nada no orçamento de 2004 para o servidor público. Desconforta inclusive um aumento de 500% em 2004 que equivaleria a ridículos 5%!

Não há esperança, estímulo, ambiente, recompensa para o servidor permanecer na ativa. Ele prefere pagar mais 11% de contribuição para Previdência (como inativo), mesmo tendo pago 11% sobre seu salário integral na ativa, a confiar num governo que esta a mercê do FMI, como comprova documento exibido pelos parlamentares da oposição quando da votação da reforma da Previdência.

Não entendemos o governo que antes era contra a reforma hoje é a favor! Ele sabe e ignora que a mão-de-obra que vai se aposentar é especializada e difícil de repor em curto prazo: professores universitários com mestrado e doutorado pagos pelo Tesouro, cientistas, pesquisadores, juizes, promotores, engenheiros, médicos, fiscais, procuradores, delegados, enfim especialistas que a iniciativa privada vai absorver sem precisar pagar pela sua especialização. Conclusão: a sociedade vai pagar pela especialização dos novos que provavelmente serão terceirizados.

O governo parece não estar preocupado com a perda de qualidade no serviço público, pois empenhou-se na reforma que só prejudica o servidor, não melhora em nada o atendimento aos 22 milhões de aposentados e pensionistas, 25 milhões de segurados do INSS, 3,5 milhões de empresas, 6 milhões de servidores federais, estaduais e municipais e os 170 milhões de usuários dos serviços públicos.

Na Previdência, o governo não cobra os R\$ 160 bilhões de dívidas dos caloteiros, ao contrário, com o REFIS II eles não vão para a cadeia nem mesmo tendo praticado a “apropriação indébita”.

Não melhora em nada a fiscalização e a arrecadação do INSS, que continua com 40% de sonegação sobre uma receita de R\$ 80 bilhões, seja R\$ 32 bilhões! O INSS tem apenas 3.500 fiscais para fiscalizar. Impossível: um fiscal para mil empresas.

Não melhora em nada a Procuradoria. São 2 mil procuradores para 600 mil débitos: um para cada 300.

Não melhora a renúncia fiscal, não combate a fraude, não moderniza os sistemas corporativos, e ainda fatia a Previdência com a sua voraz base política que se alimenta de verbas e cargos!

Sem perspectiva de melhora no serviço público e nenhuma expectativa de futuro no serviço público, a mão-de-obra especializada com certeza se vai aposentar e não são poucos. Estimativas dão conta de que serão mais de 10.000 com direito a aposentadoria integral só no serviço público federal, fora os estaduais e municipais.

Para se ter uma idéia do problema, na Previdência Social, o número de servidores de nível superior é de 70% (39,9% no Executivo). Além do conhecimento sobre a vasta legislação previdenciária que não se aprende em nenhuma escola, muitos já completaram 35 anos de contribuição e têm mais de 53 anos de idade, portanto com condições de se aposentar. Não o fizeram antes porque acreditavam no respeito ao contrato de trabalho e à legislação que os regia, com a quebra do contrato irão apressar sua aposentadoria.

Nas outras áreas do governo não é diferente da Previdência, exemplos como universidades federais, ministérios, autarquias, fundações, tribunais, bancos, polícia federal, etc, o desastre será o mesmo.

O medo da privatização, a pressão da terceirização, a flexibilização, a globalização, o FMI, a corrupção, o fatiamento dos entes públicos, a quebra de contrato e outras mazelas com certeza levarão o serviço público ao fundo do poço, com perda de qualidade, resolutividade e eficiência para a população, vai ser um forte indutor às aposentadorias precoces de quem ainda queria trabalhar mais e ser útil ao Estado e ao país. O pior é que se aposentará com prejuízo no vencimento, e ainda poderá pagar 11% de contribuição.

Lamentavelmente se confunde o servidor público, de carreira, do Estado, com servidor de um governo. É mais grave: autoriza-se a distribuição dos cargos com políticos e seus protegidos, sem qualquer compromisso com as instituições, mas com seus próprios interesses. Invariavelmente esta gentinha foi, é e será responsável pela má qualidade do governo brasileiro, ruim em todos os rankings mundiais, da educação à saúde, do emprego à produtividade, do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) à corrupção.

Gente que não precisa ser servidor público, nem de carreira, nem do Estado. Gente que nem se aposenta, nem teme a impunidade: dá uma tacada, enche os bolsos e vai em frente.

É uma pena que o PT tenha se voltado contra os servidores e tenha abraçado a causa e a bandeira dessa gente.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: O Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 14.09 de 2003

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ,

Data de Publicação: 16 a 30 de setembro de 2003

Jornal: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 25.09 de 2003

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data de Publicação: 04.10 de 2003

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 06.10 de 2003

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 08.10 de 2003

Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 16.10 de 2003

Jornal: Fatorama, Brasília/DF, Data de Publicação: 07.12 de 2003

Jornal: O Globo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 08.12 de 2003

FUNDOS DE PENSÃO; RUIM PRA AMERICANO, BOM PRA BRASILEIRO!

Por Paulo César de Souza

Não sabemos o que se passa na cabeça da nova nomenclatura da Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência, empenhada em criar novos fundos de pensão a torto e a direito e de usar e abusar dos fundos existentes.

Felizmente malogrou a primeira investida de obrigar os fundos de pensão, públicos e privados, em investir em infraestrutura de estados e municípios, velhos e conhecidos caloteiros do FGTS, da Receita e do INSS. Nunca pagaram um centavo. Só rolaram.

No caso do FGTS, do que foi para água, esgoto e habitação, desde 1966, quando obrigaram-nos a emprestar aos estados e municípios, nunca voltou um réis.

Abriam a janela do mundo e pensaram: poderemos atrair os fundos de pensão dos Estados Unidos com 4,0 trilhões de dólares de ativos. Lembra a história dos produtores de café do Brasil que diziam que se o Brasil convencesse os chineses a tomar café, poderíamos quintuplicar a produção. Se esqueceram de que chinês não bebe café. No caso dos fundos de pensão, o esquecimento foi duplo: nem eles são tão desinformados sobre o nosso calote e nem estão com essa bola toda.

Vamos aos fatos.

Os nossos fundos têm R\$ 206,0 bilhões de ativos, 14,6 % do PIB, R\$ 11,0 bilhões de receitas e 6,3 milhões de participantes. O descasamento entre ativos e compromissos é superior a R\$ 80 bilhões. Se houver o calote da dívida externa ou interna, os fundos virarão pó e o governo federal terá que socorrer com, um mínimo, de R\$ 206 bilhões.

A trêfega previdência complementar aberta, herança dos montepios, tem ativos de R\$ 39,2 bilhões, receitas de R\$ 9,8 bilhões e 5,6 milhões de desesperados participantes, empurrados pelo governo que quer acabar com o INSS. A nomenclatura e a SUSEP fiscalizam. Ou seja ninguém. Qualquer turbulência econômica, os planos virarão nitrato de pó e o governo não socorrerá, pois o risco é exclusivo dos compradores.

A Previdência americana que já foi o Colosso de Rodes hoje é um Colosso de Falências. O descasamento lá entre os ativos de 1,6 trilhão de dólares e de 42 milhões de participantes já é de 300 bilhões de dólares ou 900 bilhões de reais! Há gurus da nomenclatura que falam em 4 trilhões de dólares de ativos e 80 milhões de participantes, no total!

Desde 1980 que entraram em crise. Já tentaram mudar os planos de benefícios definidos para contribuição definida, mas das mil maiores empresas 81% não aceitaram a mudança – tal como estão fazendo no Brasil – e estruturalmente a crise não se resolveu. Longevidade das pessoas, produtividade, downsizing e lucratividade estão levando os fundos à ruína e os participantes ao desespero. A crise se agravou em toda a década 1990 com as fraudes contábeis, forçadas pela necessidade de geração de lucros e elevação das ações.

O Pension Benefit Guaranty Corporation (PBGC), nos EEUU, que não é administrado por sindicalistas nem foi utilizado por ex-Presidentes para certas traquinagens, administra rombos e mais rombos nos fundos da Bethlehem Steel, LtV Steel, National Steel, Pan Am, TWA, Eastern Airlines, Weeling Pitt Steel, Polaroid, US Airways, Kmart, GM, sem falar nas corporações que se escaferam no mercado, como a Enron e a World Com.

Resultado prático: há 145 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não conseguem entrar nos encantos da aposentadoria de planos e fundos e aguardam os 800 dólares que o governo

dá no Social Security. Por aqui, são 45 milhões já remetidos ao salário mínimo, da Assistência Social, e outros 25 milhões que estão entre um e seis salários no INSS. Os que estão querendo acima disso, 11,9 milhões ou têm o governo como sócio (fundos) e bancam uma parte de risco dos fundos ou arcam com todos os riscos dos planos.

Mas a nomenclatura acredita que vai resolver o problema dos futuros servidores públicos através de fundos de pensão. Trata-se de uma vã filosofia: o Estado brasileiro (leia-se União, Estados e Municípios) nunca pagou sua parte para a Previdência e se apropriou como pôde da contribuição dos servidores para fins jamais revelados. Como se admitir que só a União vá pagar R\$ 4 bilhões, no primeiro ano, para um fundo de pensão dos servidores.? Delírio! Isto representa 10% da folha.

Como se imaginar que os Estados e Municípios – que devem R\$ 25 bilhões ao INSS – criem fundos ou participem de fundos multipatrocinados, por exemplo?

Nem pensar em fundos de pensão de Estados. Os iaps dos Estados fariam. Os fundos criados na era FHC estão na bancarrota. Os governadores, que perderam os bancos como instrumentos emissores de moeda, sacaram os ativos dos fundos.

Resumo do que gostaria de dizer. Em tese, fundos de pensão ou planos de previdência podem ser solução para as futuras aposentadorias aqui e em todo o mundo. Fora daqui, há problemas estruturais que fizeram os fundos e os planos a entrar em crise. Aqui, temos o agravamento de um Estado e de uma nomenclatura intervencionista. Enquanto os fundos de pensão forem administrados com a irresponsabilidade dos últimos 13 anos, em que o Planalto nomeia do presidente ao porteiro (com base na militância e não na competência) e a nomenclatura anda e bajula os “traders”, “dealers” e “brokers”, operadores de mercado, sem falar na compulsoriedade e direcionamento dos investimentos, os fundos estarão vulneráveis. Quanto aos planos de previdência, o risco é total para quem aplica. Os tomadores estão livres para voar em qualquer bússola da nomenclatura, ávida de benesses e generosidades.

Paulo César de Souza, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade com 53 mil associados entre os 88 mil servidores do INSS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de outubro de 2003

Jornal: Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 11/11 de 2003

Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF, Data de Publicação: 18/12 de 2003

DESEMPREGO: REFLEXOS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César de Souza

O noticiário nacional tem apresentado dados alarmantes sobre as altas taxas de desemprego no país registradas pelos diversos institutos de pesquisas.

Para o IBGE o desemprego em agosto de 2003 subiu para 13% em relação a agosto de 2002. Para o Seade/Dieese a taxa de desemprego na Grande São Paulo em julho de 2003 foi de 20% em relação a 2002.

As pesquisas indicam temos 2 milhões de trabalhadores desempregados só na Grande São Paulo e mais de 14 milhões no país.

Lula prometeu criar 10 milhões de empregos, 2,5 milhões anuais, e ao que se sabe seu governo já gerou mais de 1 milhão de desempregados, considerando-se que o mercado não absorveu o contingente que deveria ingressar entre jan-set de 2003.

O superávit de 18 bilhões dólares na balança comercial e os superávit primário não ajudam muito. Trouxe para nós o efeito “Orlof” da Argentina que, na bancarrota, tinha superávit nas contas do agrobusiness.

Hoje temos no mercado informal de trabalho aproximadamente 42 milhões de trabalhadores, sem carteira, sem vínculo, sem estímulos e condições para ingressar no INSS. Mesmo reduzindo a contribuição de 20% para 8% do mínimo, 20 milhões não ingressariam, por penúria extrema!

Os reflexos do desemprego estão por todo lado, expandindo-se descontroladamente: violência, criminalidade; casos de corrupção na Receita, na Previdência e Polícia Federal, inadimplência; mortalidade infantil; agiotagem nos bancos oficiais e nas financeiras; crescendo o número de pessoas sem terra, sem teto, sem comida, sem água, sem esgotos, sem letras, sem crédito, etc. A estabilidade social está esgarçada!

Na Previdência Social não é diferente, os reflexos são assustadores tendo em vista que as vítimas do desemprego e os trabalhadores informais um dia vão querer se aposentar ou caminhar para a assistência social. A queda da massa salarial, consequência direta da recessão e do desemprego, agudiza o caixa do INSS, de resto todos os dias assediado por todo tipo de sonegadores, inclusive os “legais”, patrocinados pela base política do governo, entes públicos, REFIS II e SIMPLES.

Não custa lembrar que o INSS tem a receber R\$ 176 bilhões em créditos e, em 2004, vai engolir uma renúncia de R\$ 15,2 bilhões, uma sonegação, evasão, elisão, brechas legais e fraudes de R\$ 28 bilhões e um déficit de R\$ 31,5 bilhões!

Não custa repetir que a Previdência é um pacto entre gerações: os contribuintes de hoje pagam os aposentados e pensionistas. Ontem eram 20 pagando e um recebendo, hoje é praticamente, um por um.

Para 22 milhões de aposentados e pensionistas temos 27 milhões de contribuintes. Se incorporássemos aqueles 42 milhões, o INSS voltaria a ser viável, desde que ficasse livre da gestão política.

Não adianta criar fórmulas mirabolantes e incidentais (fator previdenciário), que só prejudicam os que pagam, como as previstas nas reformas de FHC e os remendos do LULA.

Para salvar a Previdência e o país, precisamos urgentemente retomar o crescimento, criar os 10 milhões de empregos prometidos na campanha, baixar as taxas de juros, reduzir os impostos sobre os salários e a produção, combater a corrupção e a sonegação, bem como seus apêndices.

Façamos as contas:

Os 42 milhões de excluídos do INSS, se formalizados fossem, com salário de R\$ 240/mês, uma utopia, gerariam para o INSS R\$ 9,6 bilhões/ano de contribuição de 8% e mais R\$ 26,6 bilhões/ano de seus empregadores. Perdas do INSS: R\$ 36,6 bilhões/ano.

Os atuais 14 milhões de desempregados, se voltassem a trabalhar, com salário de R\$ 240/mês, gerariam para o INSS R\$ 3,2 bilhões/ano de contribuição de 8% e R\$ 8,8 bilhões/ano de seus empregadores. Perdas do INSS: R\$ 12,0 bilhões/ano.

Os 10 milhões de empregos prometidos por Lula, com salário de R\$ 240/mês, gerariam para o INSS R\$ 2,3 bilhões/ano de contribuição de 8% e R\$ 6,3 bilhões/ano de seus empregadores. Perdas do INSS: R\$ 8,6 bilhões/ano.

Os 2 milhões de desempregados em São Paulo, se tivessem emprego, com salário de 240/

mês, gerariam para o INSS R\$ 460,0 milhões/ano de contribuição de 8% e 1,2 bilhão/ano de seus empregadores. Perdas do INSS: 1,6 bilhão/ano

Vejam o que Previdência Social pública (INSS) está perdendo, além das demais perdas colossais por causa da ausência de administração pro-ativa que não sabe e não quer fiscalizar, cobrar e arrecadar.

Tais perdas colossais são superiores a R\$ 210 bilhões ou US\$ 70 bilhões!.

Se soubesse e quisesse fiscalizar, cobrar e arrecadar não fariaria o INSS com sua base política, não inventaria REFIS II, não ampliaria o SIMPLES, não estimulava o descasamento das contribuições do agrobusiness em relação aos benefícios, não seria permissivo com os devedores, evitando que fossem presos, contra o qual se ergueu o dr. Claudio Fonteles com ADIN no Supremo. Teria ainda um programa de recuperação de crédito, sistemas corporativos inteligentes e interligados à Receita Federal, ao CAGED, ao FGTS, à RAIS e que se falassem no INSS, mais fiscais e mais procuradores e lhes daria condições de formulação e execução.

Não é por acaso que enquanto o INSS afunda, em ritmo de festa do governo, mais e mais a previdência privada vende planos. Cresceu 64,5% entre jan-ago de 2003 em relação ao mesmo período de 2002, acumulando ativos de R\$ 42,0 bilhões, livres de fiscalização e transparência. Uma farra.

O governo Lula está numa camisa de força. Oscila entre o sonho e fantasia, entre o bêbado e o equilibrista. “Estou convencido”, falta ele reconhecer.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 31 de outubro de 2003

Jornal: Folha da Imprensa, Curitiba/PR, Data de Publicação: 16 a 31 de outubro de 2003

Jornal: Jornal de Brasília Brasília/DF, Data de Publicação: 10.11 de 2003

Jornal: Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 08.11 de 2003

Jornal: O Tempo, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 26.12 de 2003

GOVERNO DO UM POR CENTO

Por Paulo César de Souza

O nosso ilustre presidente LUIZ INACIO LULA DA SILVA do alto de sua simplicidade de ex-sindicalista disse que até agora só conseguiu realizar 1% de suas promessas (bravatas): melhorar a vida do aposentado, aumentar o salário mínimo para 100 dólares, criar 10 milhões de empregos, diminuir a criminalidade, oferecer segurança pública, aumentar o número de escolas e universidades públicas e gratuitas, recuperar as estradas, prestar saúde pública de qualidade através do SUS, pagar melhor os professores, dar um aumento decente aos funcionários públicos massacrados pelos últimos governos, corrigir o imposto de renda para que somente pagasse imposto quem realmente tivesse renda e não salário, não aumentar a carga tributária da empresas para que não houvesse desemprego, não criar novos impostos como a CIDE, acabar com a CPMF, colocar na cadeia os sonegadores, cobrar os grandes devedores que se apropriam dos impostos da RECEITA e do INSS, acabar com o déficit e não prorrogar o REFIS.

O País está pasmo diante de tanta incompetência para administrar e pergunta quando o Presidente vai parar com as bravatas e administrar realmente, já que até agora só fez politicagem e marketagem, enganando o povo, viajando e reformando o que não era preciso.

O que vemos é o total abandono das forças armadas, do Itamaraty, das áreas de educação, saúde, transportes, segurança, Polícia Federal e total desmantelamento do Serviço Público.

O que vemos é o acordo com a base política, que se nutre de verbas e cargos, com os escândalos na Receita Federal, INCA, FUNASA, INSS, Correios, Banco do Brasil, fundos de pensão, INCRA etc.

Para a população ainda resta a figura carismática do Presidente que finge nada ter a ver com o que se passa à sua volta, nas suas barbas, enquanto sua popularidade despenca. Até parece que ele é uma coisa e o governo dele é outra. Seus 35 ministros (Deodoro tinha sete!) não seriam seus!. Talvez de Lorde Cromwell e do núcleo duro do PT.

Lula foi eleito para presidir um governo de esquerda e hoje é mais de direita que o governo que lhe antecedeu.

No 1% que fez estão as viagens ao redor do mundo, inclusive à Venezuela e Cuba, sem criar um único emprego, querendo espalhar o FOME ZERO, a Bolsa Família, apresentar-se com o novo estadista do mundo e conquistar o Prêmio Nobel da Paz.

No 1% que fez está ajoelhar-se junto à ONU para desmoralizar o nosso Judiciário que não comunga do ponto de vista do governo em rasgar a Constituição e fazer reforma que não melhora o país em nada e subtrai direitos adquiridos.

A continuar nesse ritmo teremos ao final de quatro anos minguaos 4% de promessas (bravatas) cumpridas.

Será que o povo brasileiro votou na expectativa de ver seus anseios, seus sonhos resumidos a meros 4% em quatro anos de governo?

A nossa da Previdência Social em 80 anos de existência tem 27,5 milhões de segurados contribuintes, 22 milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas), 4,5 milhões de empresas e contribuintes individuais, 43 mil servidores ativos, 70% de nível universitário, arrecada 5,37% do PIB, paga 6,66% do PIB, tem 102 gerências executivas e 1.300 postos e agências de atendimento. Malgrado o saque, a pilhagem, a roubalheira dos governos, é considerado o melhor e maior programa de distribuição de renda do mundo.

Que reforma necessita a Previdência Social:?

Aumentar o número de fiscais, procuradores e servidores para melhor atender a população; revogar imediatamente a MP do REFIS II que tirou da cadeia os sonegadores que se apropriaram das contribuições dos trabalhadores ;cobrar através dos bancos em conta salário os 8% do empregado evitando-se a apropriação indébita ;cobrar a dívida de R\$ 176 bilhões dos 600 mil débitos das empresas ou tomar seus bens em pagamento; melhorar os sistemas de informação entre os diversos órgãos do governo para que falem entre si; vender todos os imóveis e colocar o dinheiro em um fundo de Previdência Social; criar o Ministério da Seguridade Social para administrar todos os recursos dos trabalhadores.

O 1% que o atual governo está fazendo na Previdência é uma reforma para prejudicar trabalhadores e servidores públicos, privatizar o INSS e levar todos para uma previdência privada de lembranças tristes no passado distante e no recente, onde lesaram grande parcela da população brasileira. Quase 6 milhões de brasileiros, desesperados, já compraram planos de previdência privada, pagam caro e bancam todo o risco dos ativos de R\$ 42,0 bilhões, que não tem fiscalização e blindagem.

() Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.*

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de novembro de 2003

Jornal: Jornal do Comércio, Porto Alegre/RS, Data de Publicação: 10/11 de 2003

Jornal: O Progresso, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 08/11 de 2003

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Por Paulo César de Souza

Ao criar o fator previdenciário, o governo de FHC apregoou que todos os problemas previdenciários estariam resolvidos. Os segurados não sofreriam nenhum prejuízo e estaria garantida uma aposentadoria decente.

O fator previdenciário foi imposto pelo FMI como fecho da reforma da previdência de FHC.

Seu efeito porém foi perverso. Sabe por que? Antes, o benefício era calculado sobre as 36 últimas contribuições. Agora, são consideradas contribuições dos 35 anos, em todas as moedas.

Não resolveu nada da crise estrutural da Previdência, hoje com déficit de R\$ 20 bilhões e com previsão de R\$ 34 bilhões em 2004.

Mas serviu para dificultar a concessão e achatar o valor dos benefícios. Ninguém pôde mais se aposentar com 10 salários mínimos, hoje está em sete salários e ao final do governo Lula estará em cinco. Serviu também para empurrar mais de 1 milhão de aposentados para a faixa de um salário mínimo. Isto depois de implantar o tempo de contribuição de 35 anos, acabando com aposentadoria por idade e tempo de serviço, e aumentar a idade mínima.

O que prometia a reforma da previdência de FHC?

Recuperar e dar liquidez a previdência do servidor público e ao regime geral (INSS).

O que aconteceu, na prática?

Nada.

Foram oito anos de perseguições aos servidores públicos, de privatização e terceirização do serviço público; oito anos sem aumento salarial para os servidores; salário mínimo aviltado sem o devido reajuste; implantação de quiosques do INSS previdência em Shoppings Centers, a peso de ouro; pagamento de 5.000 terceirizados com aumento de fraudes nas aposentadorias; aumento da dívida em número e valor; aumento da apropriação indébita pois cobravam dos empregados e não recolhiam; com o Refis I ampliou-se o déficit pois o dinheiro da previdência é recolhido para o Tesouro, tem hora para ir mas não tem para voltar; elevação da renúncia fiscal com o SIMPLES, empregadores rurais e filantrópicas; não cobraram um tostão da imensa dívida das grandes empresas que bateu os R\$ 180 bilhões.

O que prometia o governo Lula na previdência?

Só promessas (bravatas!): prometeu revisar todas as aposentadorias e pagar o realmente devido aos aposentados e pensionistas; prometeu acabar com a filas no INSS e aumentar o número de servidores; prometeu cobrar dos grandes devedores aumentar o número de fiscais e procuradores e colocar na cadeia os ladrões; prometeu criar mecanismos para filiar ao INSS os 42 milhões de informais; prometeu criar 10 milhões de empregos com carteira assinada; prometeu não tirar direitos sociais e garantias constitucionais dos servidores públicos e dos segurados do INSS; prometeu rever o fator previdenciário.

O que aconteceu nestes 11 meses de governo?

Manteve o fator previdenciário, endossou nova proposta do FMI contra os servidores públicos e os segurados do INSS; favoreceu escancaradamente bancos, seguradoras na venda de previdência privada; rasgou a Constituição nos seus direitos e garantias aos servidores e aos segurados; não melhorou em nada o INSS; aumentou a idade e tempo de contribuição para aposentadoria dos servidores; impôs a taxação dos inativos, o que não ocorre em nenhum país do mundo; impôs a redução das pensões das viúvas; criou o Refis II (vetado por FHC) parcelando as dívidas indefinidamente e isentando de culpa e prisão sonegadores, fraudadores e os que praticaram o crime de apropriação indébita; fechou postos de benefícios; fatiou e partidizou o INSS, não criou um emprego, o desemprego aumentou 20%; não incorporou um informal ao INSS; aumentou a carga tributária; não cobrou um centavo dos grandes devedores, aumentou a renúncia fiscal e ensaiou uma insólita e estúpida revisão de benefícios para os maiores de 90 anos.

Enquanto isso nossos governantes estão querendo criar empregos em Cuba, Venezuela, Angola, Moçambique. Pergunto: devemos recorrer a quem? Provavelmente ao Papa. Que Deus nos salve!

O Presidente Lula sancionou o Estatuto do Idoso, que não foi obra de seu governo, mas que já nasceu com a mancha das punições aos inativos e às pensionistas, com a afronta impune de seu ministro da Saúde e com a agressão impune de seu ministro da Previdência que ousou pedir a presença dos velhos nas filas do INSS para provar que estavam vivos. Quem deveria ir para a fila do INSS – e jamais foram chamados pelo ministro – são os 600 mil devedores. Poderiam começar chamar os 100 maiores devedores. Seria, no mínimo inusitado.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16/11 a 30/11 de 2003

A FALSA NOÇÃO DE PRIMOROSO

Por Paulo Cesar de Souza

O ministro Berzoini pôs em marcha o recadastramento dos maiores de 90 anos partindo de uma suposição de sua assessoria terceirizada de que 20,7 mil benefícios estavam sendo pagos em nome de beneficiários já falecidos e que os pagamentos indevidos chegavam a 6,7 milhões mensais. Em 12 meses, R\$ 80,4 milhões.

Se o ministro tivesse ouvido a ANASPS teríamos certamente sugerido uma alternativa e rasgado todas as suas justificativas e explicações.

A ação voltou-se contra ele, o PT e o Governo.

O Presidente Lula saiu em defesa do companheiro argumentando que realizava “um trabalho primoroso” na Previdência.

Trata-se de mais uma das incontáveis gafes do Presidente.

Antes do constrangimento aos maiores de 90 anos, o Governo Lula já agredira deliberadamente os idosos propondo a taxação dos inativos, reduzindo em 30% as pensões das viúvas, aumentando a carga tributária e não reajustando a tabela do Imposto de Renda!

O saco de maldades contra os idosos, tão criticada pelo PT na era FHC, virou política pública de violação dos direitos humanos, na era Lula, com a conivência da base política, transformada em rolo compressor, com arrogância e truculência.

O Estatuto do Idoso virou letra morta nas questões objetivas e letra viva na fila de banco e nos passes dos ônibus urbanos!

Os 105 mil velhinhos que têm a ventura de passar dos 90 anos não são responsáveis pelas fraudes na Previdência, nem pelos déficits e rombos colossais. Os responsáveis estão de gravata nos seus gabinetes ou viajando pra cima e pra baixo, fingindo que governam.

A economia de R\$ 6,7 milhões em cima do constrangimento dos velhinhos é ridícula para os bilhões perdidos na “desadministração” de Berzoini na Previdência.

Vejamos:

- a sonegação será de R\$ 24 bilhões em 03 (R\$ 27 bilhões em 04), 298,5 mil vezes a economia dos velhinhos.

- A renúncia contributiva será de R\$ 12 bilhões em 03 (R\$ 15,4 bilhões em 04), 149 mil vezes a economia dos velhinhos.

- A dívida a receber será os R\$ 200 bilhões em 03 (R\$ 250 bilhões em 04), 2 milhões 487 mil vezes a economia dos velhinhos.

- O déficit do INSS será de R\$ 26 bilhões em 03 (R\$ 31,5 bilhões em 04) 323, 3 mil vezes a economia dos velhinhos.

Pelos nossos cálculos, o custo da gestão Berzoini, só em 2003, somados os furos acima, será de R\$ 128 bilhões ou se quiserem, US\$ 43 bilhões de dólares. Dinheiro que daria para reerguer Angola, Cuba, Moçambique e outras nações. Dinheiro que daria para reequilibrar o INSS e tornar inútil a reforma da previdência. O custo mensal da gestão Berzoini será de R\$ 10,6 bilhões mensais, o suficiente para falir qualquer grande banco, petrolífera, seguradora etc. Nem a Microsoft resistiria a tanta “primorosa competência”!

Classificar isso de “primoroso” é um lapso.

Igualmente é lapso classificar de “primoroso” o REFIS II, a revogação do dispositivo legal que mandava para cadeia quem praticasse a apropriação indébita, descontando e não recolhendo a contribuição previdenciária, o fatiamento do INSS.

Lamentavelmente falta massa crítica a boa parte das elites e dos dirigentes para entender o que se passa na previdência.

Repercute-se a “economia de palito” na fraude dos velhinhos. Enchem a boca nos milhões da fraude, mas calam-se vergonhosamente no sumiço de bilhões. Ignoram os rombos, os déficits, as fraudes, os desacertos, induzidos e consentidos por quem desembarcou na Previdência sem um projeto de trabalho!

A reforma da previdência, elaborada pelo FMI, virou bandeira do PT, rasgando sua história e manchando seu passado.

Nós da ANASPS ficamos perplexos com o que a cada dia se passa na previdência.

Tudo para desestabilizar o INSS. Tudo na trilha de favorecer bancos, seguradoras e bolsa. Tudo para favorecer a venda de planos de previdência privada, que ultrapassaram a marca de 5,6 milhões de participantes em planos individuais , 92 mil em planos coletivos, receitas de contribuições de R\$ 8,6 bilhões em 2003 e ativos de R\$ 42,0 bilhões.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 21.11 a 15.12 de 2003

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data de Publicação: 22.11 de 2003

Jornal: O Progresso, Dourados/MS, Data de Publicação: 22.11 de 2003

Jornal: O Jornal, Maceió/AL, Data de Publicação: 26.11 de 2003
Jornal: Folha de Londrina, Londrina/PR, Data de Publicação: 28.11 de 2003
Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF, Data de Publicação: 02.12 de 2003
Jornal: Folha da Imprensa, Curitiba/PR, Data de Publicação: 02.12 de 2003
Jornal: Diário da Amazonas, Data de Publicação: 20.11 de 2003
Jornal: O Globo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 08.12 de 2003
Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 08.12 de 2003
Jornal: Jornal do Comércio, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 12.12 de 2003
Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 12.12 de 2003
Jornal: Jornal do Comércio, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16.12 de 2003

Artigos 2002

A PREVIDÊNCIA PÚBLICA É VIÁVEL

Por Paulo César de Souza ()*

As contas da Previdência Social pública não fecharam em 2001 e não fecharão em 2002.

O déficit não cresceu tanto, permanecendo acima R\$ 12,0 bilhões, apesar do fator previdenciário e da greve de 108 dias, mas cresceu embalado por duas causas estruturais:

- a) as despesas se expandiram, apesar da redução nominal e real do valor dos benefícios;
- b) as receitas aumentaram, mas foram anuladas pelas renúncias contributivas que chegaram aos R\$ 10 bilhões.

Eis o círculo perverso que se fechou sobre a previdência social pública: para operar tem que conviver com o achatamento do volumoso estoque de benefícios – de 20 milhões, metade da população da Argentina, quase a do Peru, maior do que a do Chile, do Equador, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia. O volume é tão grande que é maior que a soma das populações do Paraguai, Uruguai e Bolívia. Sem falarmos no passivo previdenciário de quase R\$ 20 bilhões que aguarda decisão judicial.

Ainda mais grave: acenar para o achatamento para quem está se aposentando ou vai se aposentar nos próximos 12 meses, cerca de 2 milhões, (com sete salários mínimos, quando até bem pouco chegava-se a dez - o teto é de R\$ 1.430,00); sinalizar com perspectivas sombrias para as gerações atuais que já estão no sistema (que tenderão a receber menos de seis salários, talvez quatro) e inibir que as futuras gerações se aposentem pelo INSS, já que a tendência é de nivelar por baixo e igualar ao benefício mínimo de um salário mínimo. Este certamente é o extrato mais cruel de todo o processo, legado de um governo absolutamente omissivo na reforma da Previdência Social.

Não se fez a reforma da Previdência, mas a reforma fiscal da Previdência.

Pessoas leigas em Previdência limitaram-se a fazer um enquadramento fiscal, como queria o Fundo Monetário Internacional bem como analistas, especialistas e economistas de bancos e seguradoras globalizados.

Aliás um enquadramento fiscal incompetente: pois se centrou na redução do conjunto de oferta de benefícios, muitos deles conquistas sociais relevantes do povo brasileiro, deixando de lado a ponta da arrecadação e fiscalização, mantendo-se a sonegação de 40%, elevando o estoque de créditos em cinco vezes, passando de R\$ 30 bilhões para R\$ 150 bilhões, entre 94 e 01, ampliando a renúncia contributiva, aprofundando a evasão, brechas legais e fraudes.

O que se fez de reforma da Previdência foi a fixação do tempo de contribuição, deixando-se de lado a outra ponta da idade mínima.

A maior vilania, entretanto, foi a redução do valor dos benefícios, em nome do equilíbrio fiscal, pressionando os brasileiros, desinformados ou mal informados, a correr desesperados para a previdência privada aberta, como se esta fosse a alternativa. Acredita-se que 4 milhões já fazem a alegria de bancos e seguradoras, que tem risco zero na gestão deste negócio e estão impondo que a sociedade lhes pague, com renúncia fiscal, os incentivos do Imposto de Renda.

O governo aposta todas as fichas no desmanche do INSS, como modelo previdenciário.

Só não efetivou nos dois mandatos do Presidente FHC porque o estoque de benefícios, a massa velha é muito elevada e o ministro Pedro Malan, à volta com o pagamento da dívida interna e externa, não dispôs de recursos para financiá-lo.

Mas, cabe a pergunta:

O INSS é viável?

Respondemos, sim. A Previdência Social pública é viável, desde que sua gestão seja profissionalizada.

O mesmo acontece com os fundos de pensão fechados. A pressão política transformou esses fundos em instrumento de política monetária e de balcão de negociatas.

Não nos parece difícil profissionalizar a gestão do INSS. Já temos um plano de Carreiras, a GDAP. Temos excelentes quadros, com uma cultura previdenciária proativa e competente.

O que não temos é o comando da gestão. Esta sempre foi entregue a oportunistas e aventureiros de todos os calibres.

Se entregássemos, por exemplo, a cobrança das dívidas aos bancos privados, certamente o retorno de crédito aliviaria o déficit. Estados e prefeituras devem R\$ 30 bilhões, nunca pagaram, não pagam, não pagarão e vão rolando em reparcelamentos que já duram 30 anos. As companhias aéreas não deveriam R\$ 2 bilhões. O que a Previdência tem a receber equivale a quase três folhas anuais de benefícios.

Outro passo importante seria permitir que o INSS oferecesse títulos de capitalização para quem deseja se aposentar com 10, 20,30 ou 40 salários mínimos. Com a garantia do INSS e de um comitê gestor das aplicações, com controle externo e sem que o governo possa lançar mão desses recursos para financiar bolsas, sacolas, vales, enfim toda a demagogia social democrata. A credibilidade do INSS, ainda que abalada, é bem maior que a de bancos e seguradoras que correm atrás de favores fiscais e financiam campanhas partidárias.

As múltiplas intervenções na Previdência, por força das pretensas reformas, voltaram-se quase que exclusivamente para frustrar as expectativas de direitos e garantias sociais. Neste sentido, observou-se a preocupação de acabar o “welfare state”, com a proteção social, com o pacto de gerações. O princípio histórico de que os aposentados de ontem são sustentados pelos trabalhadores

de hoje foi arranhado, mas continua válido. Não são os neobobos que mudarão o curso da História.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

- Jornal: O Dia, Teresina/PI, Data de Publicação: 24 e 25/01 de 2002*
Jornal: Folha do Estado, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 28/01 de 2002
Jornal: Correio da Paraíba, João Pessoa/PB, Data de Publicação: 31/01 de 2002
Jornal: Correio do Sul, Varginha/MG, Data de Publicação: 02/02 de 2002
Jornal: Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR, Data de Publicação: 14/02 de 2002
Jornal: Terceiro Tempo – Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1º a 15 de fevereiro 2002
Jornal: Diário do Amazonas, Manaus/AM, Data de Publicação: 19/03 de 2002
Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data de Publicação: 20/03 de 2002
Jornal: A Gazeta, Rio Branco/AC, Data de Publicação: 22/03 de 2002
Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 25/03 de 2002
Jornal: Gazeta Mercantil, Florianópolis/SC, Data de Publicação: 01/04 de 2002
Jornal: O Liberal, Belém/PA, Data de Publicação: 03/04 de 2002
Jornal: O Progresso, Campo Grande/MS, Data de Publicação: 03/04 de 2002
Jornal: Tribuna do Norte, Natal/RN, Data de Publicação: 14./04 de 2002
Jornal: Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 25/04 de 2002
Jornal: Tribuna do Brasil, Brasília/DF, Data de Publicação: 24.05 de 2002
Jornal: Diário Regional, Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 26.05 de 2002
Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 26.05 de 2002
Jornal: Amazonas em Tempo, Manaus/AM, Data de Publicação: 29.05 de 2002
Jornal: Folha de Londrina/Londrina/PR, Data de Publicação: 30.05 de 2002
Jornal: Gazeta do Povo/Curitiba/PR, Data de Publicação: 05.06 de 2002
Jornal: Jornal do Comércio/Porto Alegre/RS, Data de Publicação: 06.06de 2002
Jornal: A Gazeta/Cuiabá/MT, Data de Publicação: 06.06 de 2002
Jornal: A Tarde, Salvador/BA, Data de Publicação: 07.06 de 2002
Jornal: Diário do Nordeste/Fortaleza/CE, Data de Publicação: 22.07 de 2002
Jornal: Diário do Comércio/Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 23.08 de 2002
Jornal: O JORNAL/Maceió/AL, Data de Publicação: 01.09 de 2002
Jornal: A Notícia/Joinville/SC, Data de Publicação: 01.09 de 2002

O SUPERÁVIT DA RECEITA FEDERAL E O DÉFICIT DO INSS

Por Paulo César de Souza

A Receita Federal trombeteou os resultados de sua ação arrecadatória que chegou em 2001 aos R\$ 196,7 bilhões, com um crescimento real de 0,88% , descontada a inflação. A previsão inicial era de R\$ 182,0 bilhões. O crescimento nominal foi de 11,28%. Os “excelentes resultados” foram em detrimento dos salários e do consumo.

Certamente a fúria meio esquizofrênica do Leão serviu para cobrir as crescentes necessidades de pagamento das dívidas interna e externa, que rondam R\$ 1 trilhão, dos quais R\$ 624,0 bilhões só na interna, cinco vezes a receita.

O que sobra serve para atender aos justos anseios da bancada do governo, sempre ávida no desperdício de dinheiro público.

Para as necessidades do país, invariavelmente, o governo afirma que não tem dinheiro. Não teve para saúde, estradas, habitação, energia elétrica, emprego, segurança pública.

Acrescente-se ainda que a carga tributária do país bateu novo recorde, com R\$ 401,0 bilhões, representando em 33,72% do PIB. Em 2000, chegara a R\$ 355,0 bilhões ou 32,67% do PIB. Desde 1998 que a carga cresce a 1% do PIB ao ano.

A Previdência Social confirmou, por sua vez, um déficit recorde de R\$ 12,8 bilhões.

A receita da Previdência foi de R\$ 62,5 bilhões, com crescimento nominal de 12,2%, maior do que o da própria Receita Federal.

As despesas da Previdência cresceram mais, 14,5%, alcançando R\$ 75,3 bilhões.

Mas há quem afirme que não existe déficit na Previdência.

São os que trabalham com o conceito constitucional de Seguridade Social e que se apropriam de todas as receitas e todas as despesas da Seguridade. Neste conceito, há superávit, considerando-se que as receitas compreendem: os R\$ 62,5 bilhões do INSS; mais R\$ 46,3 bilhões do COFINS; os R\$ 17,1 bilhões da CPMF, os R\$ 9,3 bilhões da Contribuição sobre o Lucro Líquido. Neste particular, o total das receitas foi de R\$ 135,2 bilhões.

As despesas alcançaram R\$ 75,3 bilhões no INSS, R\$ 20,0 bilhões na Saúde, R\$ 1,0 bilhão na Assistência Social, R\$ 25,0 bilhões nas aposentadorias e pensões de civis e militares da União, atingindo R\$ 121,0 bilhões.

É um conceito que o governo não segue, como não admite discutir a dívida histórica do próprio governo para com a Previdência Social. Nem mesmo as dívidas mais recentes, quando o INSS financiou os benefícios dos trabalhadores rurais que eventualmente ou pouco contribuíram, os assistenciais e o seu próprio custeio. Da mesma forma que o governo jamais considerou e ainda não considera o pagamento de sua parte, os 20% sobre sua própria folha, para financiar a Previdência de seus servidores ativos e inativos. Esta contribuição – sonogada – é mais relevante que a dos inativos que vez por outra insiste em impor. São questões técnicas aparentemente irrelevantes que deverão ser reexaminadas a qualquer tempo, na medida em que a arrecadação do Governo não dá para pagar os inativos e a do INSS está ficando cada vez mais longe de cobrir os 20 milhões de pensões e aposentadorias.

A Previdência Social brasileira, pública e privada, está fazendo 79 anos.

O modelo de repartição simples, que os ativos de hoje financiam os inativos de ontem, não se esgotou. A alternativa de capitalização, como seguro previdência, é uma ilusão, sem garantias efetivas e com o risco sendo bancado pelo cidadão.

O problema estrutural é que os contribuintes do INSS – 26,7 milhões – já não financiam a folha de benefícios de 20 milhões de aposentados e pensionistas, com dispêndios mensais de R\$ 6,0 bilhões. Temos entretanto uma População Economicamente Ativa de 86,9 milhões de brasileiros. Se o MPS insiste que há 40 milhões de brasileiros fora da Previdência, insistimos nós, no conceito PEA, que são 60 milhões, o dobro dos contribuintes atuais e que um dia se aposentarão.

De 94 a 01, o número de empregados com carteira assinada despencou de 49,2% para 44,9%, os empregados sem carteira passaram de 23,7% para 27%, os que trabalham por conta própria, de 21,8% a 23,1%, os empregadores se mantiveram em 4,2%. Só em São Paulo, a indústria perdeu 570 mil empregos no Plano Real.

A tendência é o agravamento do déficit, esmagando o modelo, em que pesem as medidas de redução do valor dos benefícios, já que hoje não mais se aposenta com dez salários mínimos, (R\$ 2.000,00, mas tão somente R\$ 1.430,00) o que dá apenas sete salários mínimos. Na cabeça das pessoas ainda subsiste a crença de que contribuíram para dez salários mínimos de benefícios.

Do lado da receita, não podemos acusar auditores fiscais e procuradores do INSS pelo distanciamento crescente da receita em relação à despesa.

Lembremo-nos que trabalham em condições adversas e têm poderes escassos quando não limitados na formulação e execução de políticas de arrecadação e fiscalização. Há dez anos pelo menos que clamam por lap-tops e há anos que pedem sistemas mais consistentes nas suas esferas de competência. Também fogem da competência de auditores fiscais e procuradores as renúncias contributivas que bateram os R\$ 10,0 bilhões em 2001, as decisões e as autorizações para os Refis da vida, que é uma sangria permanente na receita no INSS, os parcelamentos de Estados e Municípios que devem cerca de R\$ 20,0 bilhões, a morosidade do processo judicial de cobrança da dívida de R\$ 150,0 bilhões.

Os 79 anos da Previdência Social tiveram bons e maus momentos. Algumas gerações dele se beneficiaram, quando mais precisaram. Hoje, as perspectivas são desanimadoras, para as atuais e as futuras gerações, mas reversíveis.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social – ANASPS.

- Jornal: Estado do Maranhão, São Luís/MA, Data de Publicação: 28/01 de 2002*
Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 30/01 de 2002
Jornal: Tribuna do Norte, Apucarana/PR, Data de Publicação: 06/02 de 2002
Jornal: Diário do Nordeste, Fortaleza/CE, Data de Publicação: 10/02 de 2002
Jornal: O Liberal, Belém/PA, Data de Publicação: 13/02 de 2002
Jornal: Terceiro Tempo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1º a 15 de março de 2002
Jornal: O Dia, Teresina/PI, Data de Publicação: 24 e 25/03 de 2002
Jornal: Jornal do Tocantins, Palmas/TO, Data de Publicação: 28/03 de 2002
Jornal: A Razão, Santa Maria/RS, Data de Publicação: 30.31/03 de 2002
Jornal: Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 01/04 de 2002
Jornal: Diário Popular, Pelotas/RS, Data de Publicação: 07/04 de 2002
Jornal: A Tribuna, Vitória/ES, Data de Publicação: 13/04 de 2002
Jornal: Jornal do Brasil/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 22/04 de 2002
Jornal: Gazeta Mercantil/São Paulo/SP, Data de Publicação: 4.05 de 2002
Jornal: Jornal de Piracicaba/SP, Data de Publicação: 22.05 de 2002
Jornal: Diário de Natal, Natal/RN, Data de Publicação: 24.05 de 2002
Jornal: Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR, Data de Publicação: 30.05 de 2002
Jornal: Gazeta Mercantil/SUL/PR/SC/RS, Data de Publicação: 31.05 de 2002
Jornal: O Progresso, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 28. 06 de 2002
Jornal: O Paraná, Cascavel/PR, Data de Publicação: 29 06 de 2002
Jornal: Gazeta do Paraná/PR, Data de Publicação: 10.07 de 2002
Jornal: Jornal Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 18.08 de 2002
Jornal: Jornal Hoje em Dia/Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 18.08 de 2002
Jornal: Jornal Tribuna do Brasil/Brasília/DF, Data de Publicação: 20.08 de 2002
Jornal: CINFORM/Araçaju/SE, Data de Publicação: 01.09 de 2002

A PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Por Paulo César de Souza

Preocupa-nos sem dúvida a questão previdenciária dos 27 estados e dos 5.500 municípios brasileiros.

Preliminarmente, acreditamos ser impossível uma solução.

Criar uma previdência em mais de 5.527 entes federativos é uma tarefa complexa. Beira a um sonho de um burocrata bem intencionado, mas fora de sintonia com o mundo.

Sempre houve idéias brilhantes na área da Previdência, especialmente entre os fraudadores.

Conhecemos cerca de 300 tipos de fraudes, entre manuais e eletrônicas.

Essa previdência de estados e municípios é preocupante.

Vamos aos fatos:

1º - Estados e municípios devem mais de R\$ 21 bilhões ao INSS, como devem outro tanto ao FGTS e a Receita Federal, etc. No caso do INSS, a dívida é resultado do não recolhimento das contribuições descontadas dos trabalhadores celetistas e da contribuição patronal. Portanto, dívida líquida e certa e que está contabilizada nos R\$ 150 bilhões que o INSS tem a receber e não recebe, sendo R\$ 15,3 dos municípios e R\$ 5,6 bilhões dos Estados;

2º - Não pagaram, não pagam e não pagarão, com base nas duas molas propulsoras do calote: o parcelamento e reparcelamento em 240 meses (20 anos!) e a rolagem das dívidas públicas;

3º - Estados e municípios não recolhiam para o INSS sobre os seus estatutários. Tinham regimes próprios para eles, com contribuições diferenciadas, benefícios distintos, etc, recolhimentos historicamente em atraso, administração próxima do caos e da pilhagem. Bahia recolhia de 5 a 12%, São Paulo e Goiás recolhiam 6%, Acre, de 8 a 10%, Piauí, de 8 a 11%, Santa Catarina, de 8 a 12%, Paraná de 10 a 14%, Minas Gerais, 11,5%. O peso dos aposentados na folha é muito diferenciado: em 97, acima de 20% estavam Amazonas, Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Sergipe; acima de 30% estavam Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Em 97, eram mais de 4 milhões de servidores ativos e inativos só nos Estados;

4º - O estoque de aposentados e pensionistas dos estados seria de 1,5 milhão que custaram R\$ 23,8 bilhões em 2000 com um déficit de R\$ 12,8 bilhões. Em 2001, há o dado de que 14 estados implantaram novos regimes de previdência que já teriam superavit de R\$ 11,6 bilhões. Nos outros 13 estados, a situação é indefinida;

5º - Quantos ativos e inativos terão os 5.5 mil municípios, dos quais 58% devem à Previdência? O que se sabe deles tão somente é que as despesas com pessoal representaram (95) 38,3% da receita corrente;

6º - 3.044 mil dos 5.505 municípios possuem regimes próprios de previdência. Grande parte dos médios e pequenos municípios que adotaram o Regime Jurídico Único-RJU, têm regime próprio de previdência social, porém acham que estão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RGPS), o INSS. Atualmente, apenas 41,8% dos regimes próprios estão regulares, o que corresponde a 1.257. Outros 1.747 municípios estão em desacordo com a legislação. Os 2.556 municípios que não têm regimes próprios, estando filiados ao INSS, recebem o CRP automaticamente;

7º - A criação do Certificado de Regularidade Previdenciária para os municípios que adotaram o RJU previdência dos estatutários – foi uma tentativa de moralizar e regularizar o financiamento de aposentadorias e pensões públicas. Adotou-se inclusive a regra de que sem o Certificado, fornecido pelo MPS, o município fica impedido de receber recursos voluntários da União e de fazer convênios com o governo federal, a partir de 1º de novembro de 2001;

8º - O CRP atesta a regularidade dos regimes de previdência dos servidores dos estados e municípios. Para receber o Certificado, é preciso comprovar que os regimes de previdência têm caráter contributivo, estejam restritos apenas aos servidores públicos titulares de cargo efetivo,

utilizem recursos de contribuições apenas para pagamento de benefícios previdenciários, vedada a assistência médica e empréstimos, e garantam pleno acesso dos segurados às informações. Além disso, é preciso comprovar a existência de conta própria para o regime de previdência e o encaminhamento ao MPS dos seguintes documentos: demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e da despesa previdenciárias, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre; comparativo da despesa total com pessoal, distinguindo o valor gasto com inativos e pensionistas em relação à receita corrente líquida, até 30 dias depois do encerramento de cada quadrimestre. Fica vedado o pagamento de benefícios por convênios, consórcios ou associações e o cálculo de benefícios utilizando parcelas de remuneração referentes a cargos de confiança;

9º - O lamentável é que pretensos especialistas em previdência, eternos candidatos a consultores do FMI e do Banco Mundial, misturem os dados da União, dos Estados e dos Municípios, e concluam que o déficit público vai explodir. Quem pressiona o deficit público, ao contrário do que afirmam, não são ativos e inativos, mas a dívida externa de US\$ 200 bilhões e a dívida interna de R\$ 700 bilhões. Desprezam inclusive, no caso da União, que as despesas de pessoal, de 1995 a 2000, correram abaixo do teto de 60% da Lei Camata em relação à Receita Corrente Líquida, baixando de 56,2% em 95 para 39,7% em 00;

Nos Estados e Municípios, onde a administração financeira e contábil carece de transparência, principalmente nos municípios, a coisa é complexa. São, portanto, realidades distintas há mais de um século e que não podem ser unificadas num passe de mágica. É mais uma **múltipla inverdade**, fundada em dados falsos acredita, utilizada pelo marketing de fundo de quintal.

O mais simples de se fazer não se fez: restaurar o IPASE, o saudoso Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Poderá até retirar a Assistência e ficar só IPSE, com filiação obrigatória dos servidores civis da União, Estados e Municípios. Se não for o IPSE poderá ser um fundo de pensão fechado nacional para todos ou fundos de cada estado, desde que o governo não meta a mão, o que nos parece impossível. Criar outros 5,5 mil fundinhos seria um transtorno.

Como se constata, é uma questão complexa que vem sendo tratada com desprezo e raiva. Estamos atentos aos passos.

Só não aceitamos é que se usem os dados dos Estados e dos Municípios para se tripudiar sobre os servidores ativos e inativos federais.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1º a 15 de abril de 2002

Jornal: Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 27.05 de 2002

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data de Publicação: 28.05 de 2002

Jornal: Amazonas em Tempo/Manaus/AM, Data de Publicação: 20.06 de 2002

Jornal: Tribuna do Norte/Natal/RN, Data de Publicação: 21.06 de 2002

Jornal: Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 23.06 de 2002

Jornal: Tribuna do Brasil/Brasília/DF, Data de Publicação: 23.06 de 2002

Jornal: Jornal Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR, Data de Publicação: 21.06 de 2002

Jornal: Jornal Folha de Boa Vista, Boa Vista/RR, Data de Publicação: 22.06 de 2002

Jornal: Jornal do Tocantins/Palmas/TO, Data de Publicação: 25.07 de 2002

Jornal: Jornal do Brasil/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 29.07 de 2002

Jornal: A Gazeta/Rio Branco/AC, Data de Publicação: 20.07 de 2002

Jornal: O Liberal/Belém/PA, Data de Publicação: 02.10 de 2002

O QUE A PREVIDÊNCIA FAZ PELO PAÍS E OS BRASILEIROS DESCONHECEM

Por Paulo Cesar de Souza

É uma pena que os brasileiros da geração atual desconheçam o muito que a Previdência Social faz por todos nós. O Brasil tem uma das maiores e mais modernas previdências públicas do mundo, instituída em 1923, com Eloy Chaves; tem um dos maiores programas de valorização do idoso; tem o maior programa de renda mínima; e o INSS é a maior seguradora, considerados os países de economia capitalista.

O elenco de benefícios previdenciários e acidentários, mesmo depois da reforma que acabou com benefícios que foram conquistas sociais, é amplo: aposentadorias por tempo de contribuição, por idade, especial e por invalidez; auxílios-doença, acidente, funeral e reclusão; abono anual, salários-maternidade e família; pensão por morte.

Com uma contribuição que vai de R\$ 28,80 a R\$ 138,08 - na média R\$ 40 -, todos os brasileiros podem ter direito à proteção social e um dia se aposentar, garantindo tranquilidade a sua família.

O INSS, com 42 mil servidores ativos, trabalhando em 2.000 unidades, de Arrecadação e de Benefícios, concede por mês mais de 200 mil benefícios ou mais de 2,4 milhões por ano. O tempo médio de concessão que já foi de dois anos hoje é de 18 dias. Entre 1995 e 99, foram concedidos mais de 3 milhões de benefícios líquidos.

A receita anual do INSS, em 1999, foi de R\$ 68,4 bilhões, (US\$ 36 bilhões/US\$ a R\$ 1,80) - quatro vezes o PIB do Paraguai e duas vezes o do Uruguai! - dos quais R\$ 52,4 bilhões de contribuições de empregadores e trabalhadores, correspondendo a 5,17% do PIB de R\$ 901,6 bilhões.

São 2,5 milhões de empresas contribuintes e 22,3 milhões de empregados contribuintes do INSS - a população do Chile e da Bolívia! - distribuídos em 16,6 milhões de empregados, 4,5 milhões de contribuintes individuais e 1,0 milhão de empregados domésticos.

A Previdência tem 18,8 milhões de aposentados e pensionistas: 12,5 milhões são urbanos e 6,2 milhões são rurais. É a população do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia. Destes, 7,8 milhões - a população do Uruguai e do Paraguai - pouco ou quase nada contribuíram mas recebem R\$130 por mês, o que caracteriza o vigor da renda mínima, essencial à sobrevivência. O valor médio do benefício é de R\$ 272,73 - R\$339,06 na área urbana e R\$139,96 na rural. A relação contribuintes/beneficiários é de 1,23.

Os pagamentos de benefícios, em 1999, chegaram a R\$ 60,2 bilhões (US\$33,4 bilhões/US\$ a R\$ 1,80), - o valor do PIB do Uruguai, da Bolívia e do Paraguai! - representando 6% do PIB, de R\$901,6 bilhões.

Os pagamentos de benefícios representaram 3,9% do PIB da região Norte, 9,1% do Nordeste, 6,1 do Sudeste, 5,5% do Sul e 2,6% do Centro-Oeste. Nos casos da Paraíba e do Piauí representaram mais ainda: 14,2% e 13,2% respectivamente.

Os brasileiros estão vivendo mais. A expectativa de vida, que era de 43 anos em 1950 passou para 68,1 em 1988. A Previdência tem a ver com isso.

Em 1940, os maiores de 60 anos representavam 4% da população. Hoje, são 7,6%, em 2.020, 12%, com 25 milhões de pessoas.

Nada mais do que 84,6% da população com mais de 70 anos recebem benefícios

previdenciários. Dos que estão com mais de 60 anos, 50% recebem. Os idosos chegam a responder por 52%, em média, da renda de suas famílias. Esta é a valorização e o respeito ao idoso.

A participação da Previdência na renda dos homens idosos de 60 a 64 anos é de 46% e com mais de 80 anos é de 82%. No caso das mulheres, a dependência é maior: 89% das mulheres de 60 a 64 anos dependem da Previdência e 98% no caso das mulheres com mais de 80 anos.

A previdência funciona como instrumento de redistribuição de renda. A receita de contribuição de muitos estados, excluindo-se São Paulo, não cobre o pagamento de benefícios. No caso do Norte e do Nordeste, é mais do que redistribuição, é transfusão de renda.

Os pagamentos são feitos rigorosamente em dia. Em mais de três mil municípios a economia se movimenta de acordo com o calendário de pagamentos do INSS.

A Previdência é a maior âncora social do País: em mais de 90% dos 5.507 municípios o pagamento de benefícios supera a arrecadação municipal; em 57,3% dos municípios o pagamento de benefícios supera os repasses, proporcionais ao número de habitantes, do Fundo de Participação dos Municípios; o pagamento de benefícios representa 20,3% da renda monetária das famílias dos municípios com mais de 5 mil habitantes; no Nordeste, representa também 22,8% da renda monetária das famílias dos municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes.

No Rio de Janeiro, 81% dos 91 municípios têm o Fundo de Participação dos Municípios menor do que o valor do pagamento dos benefícios. No Espírito Santo, em 79%. Em Minas Gerais, 55%. Em São Paulo, 70% das cidades têm a Previdência como principal repassador de recursos federais. No Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a dependência da Previdência chega a 60%, em média.

É lamentável que este lado tão positivo da Previdência Social pública seja amplamente desconhecido dos brasileiros.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 30 de abril de 2002

Jornal: Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 01.12 de 2002

A PREVIDÊNCIA DE TODOS NÓS

Por Paulo Cesar de Souza

A questão da Previdência Social deve ser recolocada na sucessão presidencial.

Não é possível que uma questão dessa magnitude - o pacto de gerações - que diz respeito às gerações passadas, presentes e futuras - continue, como sempre aconteceu, fora da pauta da sucessão presidencial.

Uma questão que diz respeito à 20 milhões de beneficiários - aposentados e pensionistas; aos 26,7 milhões de contribuintes ativos, só no Sistema Geral de Previdência Social - o INSS, aos 60,0 milhões de brasileiros que estão na População Economicamente Ativa - PEA (86,9 milhões), mas excluídos do INSS, entre os quais os 40 milhões da economia informal; aos 4 milhões da Previdência Complementar aberta, aos 6,6 milhões da Previdência Complementar fechada - 1,7 milhões de participantes ativos, 4,4 milhões de participantes dependentes e 558 mil participantes assistidos; aos 10 milhões de servidores públicos civis e militares, da União (1,8 milhão), de estados (4,0 milhões, em 97) e municípios (4,0 milhões, em 97) - dados sujeitos a revisão.

Os candidatos raramente se manifestam sobre Previdência Social e quando o fazem revelam estarrecedor desconhecimento do que seja. Na maioria das vezes, expressam uma preocupante desinformação e um indisfarçável descompromisso com o que se representa uma aspiração legítima de direitos humanos e sociais, de segurança, de proteção, de tranqüilidade e de esperança de uma velhice digna. Além do mais, o fazem seguindo um roteiro elaborado por economistas identificados e atrelados a interesses privados, presos à especulação do mercado, à rentabilidade e à lucratividade do negócio, indiferentes às razões que induziram milhões de seres humanos em todo o mundo e que fascinam outros milhões a buscar a Previdência Social.

Muitos desconhecem que a Previdência Social há 80 anos paga rigorosamente em dia suas obrigações, em 10 estados, inclusive Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o peso da Previdência é grande, em 2.500 municípios, dos 5.700, a renda da Previdência é maior do que as receitas próprias e transferências.

A ANASPS - entidade de previdenciários, distancia-se dos interesses corporativos e chama a atenção dos candidatos à Presidência da República, em 2002, bem como os candidatos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, aos Governos Estaduais e às Assembléias Legislativas para os aspectos mais gerais da Previdência Social, envolvendo os atuais aposentados e pensionistas, os contribuintes, os participantes da Previdência Complementar, os servidores públicos ativos e inativos, civis e militares, da União, dos Estados e dos Municípios.

Acreditamos que o regime previdenciário brasileiro, que completará 80 anos, em 2003, instituído por Eloy Chaves no sistema de repartição simples - em que os trabalhadores de hoje pagam os trabalhadores de ontem - está longe de se esgotar (como alguns partidários da privatização do INSS querem fazer crer) e poderá ser recuperado e fortalecido, mesmo que o país não tenha taxa anual de crescimento de 5% e que não se altere o nível de emprego, a formalização e a massa salarial.

As dificuldades estruturais da Previdência Social, mal equacionadas nos últimos 20 anos com o aumento das contribuições e o achatamento dos benefícios, se agravaram por uma sonegação consentida de 40%, pela fraude, pela evasão, pela elisão, pelas brechas legais, pela corrupção, uma dívida crescente de mais de R\$ 150 bilhões e uma renúncia contributiva de R\$ 12,0 bilhões/ano.

A tão falada Reforma da Previdência foi feita de forma atabalhoada, simplesmente para atender a uma pressão externa, de privatização do INSS, que não ocorreu pelo fato de termos um colossal estoque de 20 milhões de aposentados e pensionistas, só no INSS, com dispêndios anuais de 6,04% do PIB, US\$ 26,2 bilhões, que não puderam ser transferidos à responsabilidade do Tesouro Nacional, como queriam os privatistas, interessados em pôr as mãos nos 5,11% do PIB arrecadados pelo INSS, que ascendem a US\$ 22,3 bilhões.

Usaram e ainda usam a globalização e a redução do déficit público para penalizar a Previdência Social pública e gerações de brasileiros - ninguém se aposenta mais com os 10 salários mínimos, mas tão somente com sete (tendência a seguir em queda) e o benefício mínimo continuará abaixo dos US\$ 100 - quando se sabe que o Estado brasileiro é refém de uma dívida externa de quase R\$ 700,0 bilhões e de uma dívida externa de quase R\$ 500 bilhões, que consomem todas as nossas poupanças e fazem a festa dos bancos e a miséria dos cidadãos.

A privatização forçada da Previdência Social Pública vem sendo induzida por sua desestabilização e o engessamento do INSS impedido de oferecer qualquer benefício acima de US\$ 500,00, o que fez emergir preocupação dos cidadãos com o seu futuro e com sua aposentadoria e

está favorecendo a Previdência complementar aberta, ainda tão falsa quanto uma nota de três dólares!

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade sem vinculação política e com 53 mil associados.

Jornal: Terceiro Tempo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1º a 15 de maio de 2002

Jornal O Globo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 22.07.2002

Jornal: Jornal A Gazeta/ Vitória/ES, Data de Publicação: 15.08 de 2002

Jornal: Tribuna do Norte/Natal/RN, Data de Publicação: 18.08 de 2002

Jornal: Jornal de Brasília/DF, Data de Publicação: 31.08 de 2002

Jornal: Diário Popular/Pelotas/RS, Data da Publicação: 31.08.2002

Jornal: Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 01.09 de 2002

Jornal: A Tarde/Salvador/BA, Data de Publicação: 01.09 de 2002

Jornal: Tribuna do Brasil/Brasília/DF, Data de Publicação: 09.10 de 2002

Jornal: O Imparcial/São Luís/MA, Data de Publicação: 17.10 de 2002

Jornal: Hoje em Dia/Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 21.10 de 2002

Jornal: A Razão/Santa Maria/RS, Data de Publicação: 24.10 de 2002

Jornal: Folha do Estado/Cuiabá/MT, Data de Publicação: 25.10 de 2002

Jornal: Folha do Estado/Cuiabá/MT, Data de Publicação: 11.11 de 2002

Jornal: Estado de Minas/Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 19.11 de 2002

A PRIVATIZAÇÃO DO INSS SEGUE SUA VIA RÁPIDA

Por Paulo César de Souza ()*

A privatização do INSS está indo de forma mais rápida do que pensaram seus idealizadores.

Enquanto de um lado, um empírico, lírico e musical Programa da Estabilidade Social cata à laço segurados excluídos socialmente, acenando com uma aposentadoria de um salário mínimo, daqui a 35 anos de contribuição, o que convenhamos é poético, bancos e seguradoras catam clientes com a generosidade da mídia (páginas e mais páginas de mídia gratuita) e campanhas bem estruturadas de marketing.

No primeiro caso, informa-se que mais de 1 milhão de excluídos foram incorporados ao INSS e se credita isso à formalização da economia – o que é absolutamente invisível, num país de 50 milhões de miseráveis contabilizados pelo IBGE. **Os dados são inclusive controversos, pois o MPAS informava em julho 20,3 milhões de vínculos, caindo para 19,6 milhões em agosto.** No segundo caso, comemora-se a participação de 3,9 milhões de brasileiros, o que fez a previdência privada registrar um crescimento exponencial de 40% em 2001, com previsão de chegar rapidamente a 5,5 milhões num universo potencial de 7,0 milhões.

Os reformadores da Previdência Social sonharam com a implantação do modelo chileno, mas o Tesouro Nacional não teve condições de segurar a massa velha, o estoque de aposentados e pensionistas que era de 17,0 milhões e hoje já passam dos 20,0 milhões. O objetivo seria sepultar, acabar com o INSS, passar tudo para bancos e seguradoras e dar como liquidado o regime de repartição simples que carregou a nossa Previdência Social em 70 anos (hoje às vésperas dos 78) e implantar o regime de capitalização.

Com o Tesouro voltado para atender os juros da dívida externa e interna, sugando toda a poupança nacional, para minar e frustrar o INSS e fazer florescer a previdência privada, passou-se a adotar mecanismos cruéis, em termos humanos e sociais:

- a) acabar com alguns benefícios e conquistas dos trabalhadores, como pecúlio, abono etc;
- b) implantar a idade mínima (ainda pendente);
- c) implantar o tempo mínimo de 35 anos de contribuição;
- d) criar barreiras e dificultar a concessão de benefícios;
- e) achatar o valor das aposentadorias e pensões estocadas, acima de um salário mínimo;
- f) achatar o valor das aposentadorias e pensões em processo, através do fator previdenciário.

O brasileiro que se aposentava pelo INSS com o teto de 10 salários mínimos, hoje se aposenta com sete e a tendência é que em dez anos esteja aposentando com um salário mínimo.

Paralelo a isso, foi posta em prática uma gigantesca operação para desmoralizar o INSS, com base nas seguintes variáveis:

- a) sonegação crônica de 40%;
- b) fraudes por todos os lados;
- c) déficit de R\$ 10 bilhões anuais;
- d) dívidas incobráveis de R\$ 150 bilhões;
- e) renúncias contributivas de R\$ 12 bilhões;
- f) criação da previdência sem servidores, via Internet;
- g) substituição dos servidores do quadro por terceirizados;
- h) má gestão deliberada e intencional de seus sistemas corporativos;
- i) entregou-se a gestão do INSS, inclusive a dívida ativa, a maus políticos.

Por último, desencadeou-se uma forte campanha contra o INSS e seus servidores.

A classe média brasileira, com rendimentos acima de R\$ 1.400,00 se viu de repente no meio de um turbilhão: com o INSS em frangalhos, como garantir o futuro? Depois de 75 anos de boas perspectivas, conseguiram destruir o INSS, sendo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem a maior parcela de culpa.

As perspectivas do INSS se transformaram num pesadelo para as novas gerações, que não contam com a alternativa da Previdência Complementar, fundos de pensão. Esta, largamente usada como instrumento de política fiscal, sofreu sólidos arranhões. A denúncia da fragilidade de seu equilíbrio atuarial, apesar de ativos de R\$ 153,0 bilhões, face à manipulação e corrupção deslavada, levou à demissão da ex-Secretária Solange de Paiva Vieira.

Houve então uma corrida à previdência privada aberta, com os PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e os VGBL (Vida Geradora de Benefícios Livres), ambos com incentivos fiscais de 12%, de bancos e seguradoras, que rapidamente chegaram a R\$ 20,0 bilhões de ativos, sem qualquer risco. Os segurados carregam todos os riscos e não têm qualquer garantia. Tanto podem receber ou não benefícios futuros. Qualquer turbulência no mercado lhes afetará. É a previdência de capitalização, com produtos de fantasia.

Não custa lembrar que se trata de uma reedição dos montepios e dos títulos de capitalização do passado, cujas contribuições construíram fortunas para inúmeras organizações e viraram pó para os incautos contribuintes.

Bancos “sólidos” como o Bamerindus, Econômico e Nacional venderam títulos de previdência privada.

Nós, servidores do INSS, vemos com tristeza que há toda uma arquitetura para embalar tal previdência privada e liquidar com o INSS e com a Previdência Social pública, cujo modelo está longe de estar esgotado. A globalização do capital é perversa. Para eles não está em jogo um princípio ético e humano do pacto de gerações, mas a lucratividade de um mercado de risco, volátil e especulativo.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS

Jornal: Terceiro Tempo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 15 a 31 de maio de 2002

Jornal: Diário Regional, Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 24.05 de 2002

Jornal: Jornal de Brasília/Brasília/DF, Data de Publicação: 19.06 de 2002

Jornal: Gazeta Mercantil/SP, Data de Publicação: 21.06 de 2002

Jornal: Gazeta Mercantil/Sul, Data de Publicação: 21.06 de 2002

Jornal: A Gazeta/Vitória/ES, Data de Publicação: 21.06 de 2002

Jornal: Estado de Minas, Data de Publicação: 21.06 de 2002

Jornal: Diário Popular, Pelotas/RS, Data de Publicação: 26.06 de 2002

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 24. 06 de 2002

Jornal: Jornal O Liberal/Belém/PA, Data de Publicação: 22.06 de 2002

Jornal: Jornal Folha de Londrina/Londrina/PR, Data de Publicação: 17.08 de 2002

Jornal: Jornal Jornal de Tocantins/Palmas/TO, Data de Publicação: 22.08 de 2002

Jornal: Diário da Amazônia/Porto Velho,RO, Data de Publicação: 22.08 de 2002

Jornal: Tribuna do Brasil/Brasília/DF, Data de Publicação: 25.10 de 2002

CONQUISTAS DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Poucos brasileiros conhecem dois movimentos silenciosos ocorridos na Previdência:

- a) a implantação definitiva da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP);
- b) a operacionalização prática do Cadastro Nacional de Informações Sociais-(CNIS).

A GFIP e o CNIS são instrumentos efetivos de gerenciamento estratégico e operacional.

De pronto, é preciso que proclamemos que os dois projetos resultaram da “cultura da casa”, principalmente o CNIS, nascido no velho IAPI, e não da cultura de “consultoria externa”, globalizada, terceirizada e multilateral.

Por que a GFIP é importante?

Integrou, a nível público, informações de receitas, de contribuições, de rendimentos, de formalização do emprego, da massa salarial etc., do INSS e do FGTS. Foi um passo muito importante para a Previdência do futuro. Já se sabe quanto uma empresa recolhe de um lado e, de outro, pode-se saber se há sonegação.

Mas vamos lá. A GFIP confirmou:

- a existência de 20,5 milhões de empregados celetistas no país, com remuneração de R\$ 15,0 bilhões, valor médio de R\$ 733,21, e que geram uma receita mensal de R\$ 5,0 bilhões para o INSS;
- a existência de 2,2 milhões de estabelecimentos empresariais, que pagaram R\$ 14,4 bilhões aos seus 19,4 milhões de empregados formais;

- o salário médio dos trabalhadores com carteira não teve desempenho favorável, em 2001;
- a renúncia contributiva do SIMPLES em torno de R\$ 3,2 bilhões;
- a estabilidade de dois empregados para cada empregado em experiência, com confirmação da existência de 4,8 milhões de contribuintes individuais.

Por que o CNIS é importante?

Além de ter a GFIP como “data enter”, o CNIS tem na alimentação de sua base de dados outros cadastros, como PIS, PASEP, RAIS, CAGED, CNPJ, mais os dados dos sistemas corporativos da DATAPREV (!).

O CNIS, desenhado em 1974, tinha como proposta a Previdência do futuro, com o papel para confirmar contribuições e vínculos dos segurados e das empresas, evitar sonegação, evasão, elisão e fraude, racionalizar e simplificar processos. Infelizmente, o projeto foi travado pelos demais sócios - Ministérios da Fazenda e do Trabalho, que não queriam fornecer dados ou queriam ficar com o gerenciamento. Uma loucura que durou quase 20 anos .

Mas o CNIS serviu para:

- inversão do ônus da prova do tempo de contribuição, prevista lá atrás. Antes, o trabalhador fazia uma romaria para provar seus vínculos empregatícios. Hoje, o CNIS mostra onde ele trabalhou de 1976 pra cá, quanto recebeu - 70% dos benefícios já são concedidos dessa forma automatizada;
- combates às fraudes na concessão de benefícios;
- controle da arrecadação e direcionamento da fiscalização;
- simplificação da coleta de informações sociais;
- gerenciamento racional das informações de órgãos do governo;
- subsídio ao planejamento de políticas públicas.

A GFIP e o CNIS foram dois passos importantes. O lamentável é que os sistemas corporativos da DATAPREV nunca foram bons, não se falam, não são tempestivos, continuam ruins e carecem de consistência e qualidade. Não se sabe porque!

Com um pouco de sorte, com acesso a RAIS e ao CAGED, o batimento seria de melhor qualidade, que somente será efetiva quando se puder confrontar com os dados da Receita Federal, dos Estados e dos Municípios. Mas isto é um sonho.

Se o governo considerasse que a Seguridade Social não é uma utopia constitucional, se cobrássemos os R\$ 125 bilhões (US\$ 42,0 bilhões) de dívidas, se acabássemos com as renúncias contributivas de R\$ 12,0 bilhões/ano (US\$ 4,0 bilhões), se reduzíssemos sonegação de R\$ 30,0 bilhões/ano, conforme o TCU, evasão, elisão, brechas legais e fraudes, se encontrássemos como colocar no INSS os 40,0 milhões de informais, teríamos, aí sim, a previdência que os brasileiros precisam. Mas já seria um bom começo.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade apolítica, com 53 dos 88 mil servidores da Previdência.

Jornal: Terceiro Tempo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1º a 15 de Junho de 2002

MAIS UMA CPI PARA A PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Mais uma CPI sobre a Previdência Social foi instalada na Câmara.

Temo que não chegue a lugar nenhum; temo que nem conclua seus trabalhos.

O instituto das CPIs foi duramente desmoralizado nos últimos oito anos pelo governo. Só se convoca quem nada tem a dizer e, na atual conjuntura, quem não cause problemas ao candidato que sustenta o risco Brasil abaixo da Argentina.

O Congresso, desde 1947, instalou 22 CPIs sobre a Previdência.

A primeira delas foi solicitada pelo deputado Café Filho, em 24 de junho de 1947, “destinada a investigar sobre a arrecadação e aplicação das reservas dos institutos de pensões e caixas de aposentadorias”. Café Filho mais tarde chegou à Presidência da República. Já naquela época, o governo desviava os recursos da Previdência, que tinha mais entradas de arrecadação do que saídas para pagamento de benefícios.

A atual CPI foi requerida pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), em 3 de fevereiro de 2000, com “a finalidade de investigar a apropriação indébita relativa às contribuições previdenciárias dos trabalhadores do setor privado, das eliminações, exclusões, quitações e parcelamentos de débito, bem como emissões de certidões negativas de débito realizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social”.

Passados dois anos e quatro meses foi instalada. Os fatos que a inspiraram são anteriores a 2000.

De lá pra cá tivemos três ministros da Previdência e três presidentes do INSS, a sonegação saiu do patamar histórico, de 40%, está em 60% com R\$ 30 bilhões/ano, a dívida saltou de R\$ 50 bilhões para R\$ 150 bilhões (R\$ 125 bilhões para o MPAS), cresceram as renúncias contributivas, acima de R\$ 10 bilhões/ano, as fraudes estão migrando do papel para a eletrônica, o déficit cresceu e pode passar dos R\$ 16 bilhões em 2002. O mais grave, o INSS está no chão: perdeu 14 mil servidores (tinha 53 mil em 1990 e hoje tem 39 mil), convive com quase 15 mil terceirizados, estagiários e cedidos que escrevem uma crônica anunciada de fraudes; floresceu a Previdência privada que promete fechar 2002 com 5 milhões de segurados.

Por enquanto, o MPAS espalha que demitiu 500 servidores envolvidos em fraudes. Proclama uma falsa vitória. Não fala porém de um grande empresário preso por sonegação e apropriação indébita, muito embora muitos tenham endereço certo e sabido. Mudaram o Código Penal, mas a impunidade segue campeã. Não se fala que a Previdência no governo FHC foi esartejada, em cada estado, e administrada por gente sem escrúpulos. Nem a dívida ativa escapou à voracidade dessa gente. Os servidores que ousaram enfrentá-los, acabaram execrados.

A Previdência tem quadros de excelência. A ampla maioria, no passado e no presente, é da maior dignidade. Numa área difícil e complexa, construiu uma cultura previdenciária que vem dos IAPs. Mas até isso, tentaram destruir, com a terceirização de nível médio e com as consultorias de alto nível. Pessoas sem vinculações com o INSS foram pinçadas para administrá-la nos Estados e fazer o jogo da destruição, da desmoralização e da privatização.

O deputado Miro Teixeira apontou o caminho. Basta a CPI continuar puxando o fio da meada, iniciado pela CPI imediatamente anterior, requerida pela ex-deputada Cidinha Campos.

Em passado recente a Previdência chegou a ter uma Inspeção Geral para combater a fraude, forças tarefas para combater fraudes, fizeram-se revisões monumentais de concessão de benefícios rurais fraudulentos, que um dia foram concedidos por Prefeituras (tal como se faz no

presente), chegou a ter no Rio de Janeiro um GT de Procuradores só para agir contra a fraude. Tudo isso foi desativado no governo FHC. Por que?

A CPI poderia revolver o entulho e identificar que estava à frente dos setores de arrecadação, fiscalização, procuradoria e dívida ativa do INSS nos grandes centros geradores de corrupção. Poderia apurar o que se esconde por trás do PROPREV, que deverá custar R\$ 188 milhões, dos quais R\$ 8 milhões foram liberados para um consórcio que pouco ou nada sabe de Previdência. Ou saber por que os procuradores estão indo para a AGU, os auditores fiscais poderão ir para a Receita Federal e a Previdência Complementar para a Fazenda!

Isto não devolverá ao INSS uma condição de solvência desejável.

O futuro governo terá que tomar uma decisão histórica em 2003, quando a Previdência comemorará seus 80 anos: mantê-la e reconstruí-la ou extingui-la.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1º a 15 de Julho de 2002

Jornal: Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 05.09 de 2002

Jornal: A Gazeta/Vitória/ES, Data de Publicação: 11.10. de 2002

Jornal: Jornal de Brasília/Brasília/DF, Data de Publicação: 22.10 de 2002

Jornal: Jornal de Tocantins/Palmas/TO, Data de Publicação: 06.11 de 2002

A PREVIDÊNCIA E O DÉFICIT PÚBLICO

Por Paulo Cesar de Sousa

Veza por outra, vai e volta ao noticiário “estudo feito por técnicos do BIRD” (Banco Mundial) sobre a Previdência Social no Brasil com visão catastrófica de que a Previdência vai explodir, falir, quebrar etc, se não seguir um receituário dos mais perversos, que liquidou com a nação e com o governo da Argentina.

Que lógica é essa de insistir em cobrar contribuição de inativos que gerariam ridículos R\$ 1,0 bilhão para um rombo estimado por eles em R\$ 22 bilhões, míseros 5%?

A lógica da Previdência é que os inativos já contribuíram e não têm mais pra que contribuir. O pior é que os inativos já estão contribuindo, quando retornam ao trabalho (são milhares) como autônomos. Antigamente, a contribuição se transformava em pecúlio, hoje é confisco puro e simples, não gerando contrapartida do INSS. Algo inimaginável à luz do Direito.

A crise estrutural da Previdência não está apenas na despesa controlada dos pagamentos da União aos seus servidores ativos e inativos. Esta respeita rigorosamente os rígidos parâmetros estabelecidos em lei. Ou melhor: correm abaixo dos mesmos parâmetros. O mesmo não ocorre em relação às despesas dos Estados e Municípios, em que pese a Lei Camata e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nunca ocorreu nem nunca ocorrerá, além de deverem mais de R\$ 25 bilhões ao INSS, que jamais pagarão.

O problema maior está nos Estados e nos Municípios que não têm o menor controle sobre os gastos com servidores ativos e inativos. Nunca tiveram. São mais de 5.700 entes federativos, com autonomia política administrativa. Todas as tratativas de enquadramento dos últimos 100 anos de Estados e Municípios acabaram com uma gigantesca rolagem de dívida superior a R\$ 200 bilhões. Novos apertos resultarão em nova rolagem.

A pretensa criação de fundos estaduais de Previdência Complementar para substituir os velhos institutos estaduais e alguns municipais de pensões e aposentadorias, saúde e assistência, todos pilhados e saqueados, como foram os bancos estaduais e como seriam os bancos municipais, se a aventura prosseguisse, não garante nada. Se tais fundos tiverem liquidez serão igualmente pilhados e saqueados.

A crise estrutural da Previdência está principalmente nas receitas que são cadentes e se descolaram das despesas. A Previdência já teve 10 contribuintes por beneficiário hoje é praticamente 1 para 1.

Além de cobrar mal e de estimular a cultura do calote com parcelamentos e reparcelamentos, agora com o novo rótulo de REFIS, a cobrança administrativa e judicial sempre teve forte intervenção política. Só as renúncias fiscais – consentidas – ultrapassam os R\$ 12,0 bilhões. O déficit caminha para R\$ 16,6 bilhões. A sonegação histórica é de 40%, mas está em 60% ou R\$ 30 bilhões/ano. Junto estão evasão, elisão, brechas legais e fraudes. A dívida para com a Previdência beira os R\$ 150 bilhões (R\$ 125 bilhões para o MPAS) (mais de 10% do PIB), sendo que estimativa do TCU, aponta para a monstruosidade de uma dívida de R\$ 500,0 bilhões em cinco anos!

Outra causa da crise estrutural está na redução em mais de 20% no número de trabalhadores com carteira assinada, na década de 90, baixando de 57,5% para 45,4%. Mais outra: 40,2 milhões de trabalhadores não contribuem para o INSS, mas um dia vão querer se aposentar! E por que não entram para o sistema? Por que praticamente destruíram o sistema .

Suprimir benefícios, reduzir a proteção previdenciária que deveria ser ampliada, colocar obstáculos à aposentadorias e pensões, achatar o valor dos benefícios atuais e reduzir o valor dos benefícios futuros, é de uma perversidade inaudita com as gerações que um dia começaram a contribuir na esperança de se aposentar. É frustrante, beira a uma violação aos direitos humanos, é odiosa, aética, discriminatória e repugnante.

Os sucessivos “ estudos feitos por técnicos do BIRD ” (Banco Mundial) na verdade visam a misturar dados da União, dos Estados e dos Municípios, e concluir que o déficit público vai explodir.

Quem pressiona o déficit público, ao contrário do que afirmam, não são ativos e inativos, mas a dívida externa de US\$ 200 bilhões e a dívida interna de R\$ 700 bilhões. Desprezam inclusive, no caso da União, que as despesas de pessoal, de 1995 a 2000, correram abaixo do teto de 60% da Lei Camata em relação á Receita Corrente Líquida, baixando de 56,2% em 95 para 39,7% em 00. Nos Estados e Municípios, onde a administração financeira e contábil carece de transparência, principalmente nos municípios, a coisa é complexa. São, portanto, realidades distintas há mais de um século e que não podem ser unificadas num passe de mágica. É mais uma múltipla inverdade, fundada em dados falsos.

O mais simples de se fazer não se fez: restaurar o IPASE, o saudoso Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Poderá até retirar a Assistência e ficar só IPSE, com filiação obrigatória dos servidores civis da União, Estados e Municípios. Se não for o IPASE poderá ser um fundo de pensão fechado nacional para todos ou fundos de cada estado, desde que o governo não meta a mão, o que nos parece impossível. Criar outros 5,5 mil fundinhos seria um transtorno.

O que não aceitamos é que se usem os dados dos Estados e dos Municípios para se tripudiar sobre os servidores ativos e inativos federais.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social ANASPS.

Jornal: Jornal de Brasília/DF, Data de Publicação: 30.09 de 2002

Jornal: Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 13.10 de 2002

Jornal: ASSISEFE INFORMA/Brasília/DF, Data de Publicação: Out de 2002

A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

Por Paulo César de Souza

Continuam as advertências aos presidenciáveis sobre os que não entendem de Previdência chamam de “megadívida oculta” quando se referem ao passivo previdenciário da União, dos Estados e dos Municípios.

Tornou-se obsessão de pseudos analistas, economistas, tributaristas, falar dessa “megadívida” estimada por um “expert” paulista em R\$ 2,0 trilhões, duas vezes o PIB. Isto não seria um esqueleto. Seria uma mega indústria de esqueletos.

Por trás de tudo isso, está uma grande ignorância sobre a Previdência do Servidor, que o Tribunal de Contas da União tentou desvendar, sem sucesso.

Pelo menos no capítulo da União, no que se refere ao Plano de Seguridade Social do Servidor, o TCU não conseguiu fechar as contas de 1991 a 1997 e certamente não fechará as de 1997 a 2002, relativas à contribuição-órgão (patronal) e contribuição-servidor.

O que pouca gente neste país sabe sobre a Previdência do servidor:

- a) até 1990, não se falava em Previdência do servidor. Civis e militares tinham o direito de se aposentar com o último salário. O civil estatutário não contribuía para aposentadoria, mas com 6% para pensão. Os militares não contribuía para a reforma, mas com 3% para pensão. Não havia contribuição patronal. Os servidores celetistas contribuía para o INSS, mas a União, que não recolhia os 20% sobre a folha, provavelmente descontava e não recolhia para o INSS.;
- b) em 1990, portanto há 12 anos, foi instituída a contribuição-órgão (patrão) e a contribuição servidor inicialmente com alíquota de 9% a 12%, até 1997, e desde então equalizada em 11%. Há dúvidas quanto aos recolhimentos da União nas duas contas, conforme auditorias do TCU;
- c) em 500 anos de Brasil Reino, Império e República, não houve contribuição para a Previdência do servidor e nem se falava no assunto;
- d) também em cem anos de República, não se falou em dívida interna, que hoje beira os 70% do PIB e drena toda a poupança nacional para girar a megadívida de R\$ 1,3 trilhão;
- e) hoje, só se fala em Previdência do servidor, e há um monte de “especialistas” dando palpite. Mas só falam dos efeitos. Em respeito à inteligência das pessoas, deveriam falar das causas, que desconhecem, por ignorância e má-fé;
- f) não se pode, em sã consciência, misturar as contas da União, com as dos Estados e dos 5.700 municípios, e apresentar como uma conta única, mesmo porque são entes federativos absolutamente distintos;
- g) tudo que aí está é um problema criado pelo Estado brasileiro, por seus sucessivos governos, do Brasil Reino, Império e República, com os servidores transformados em ícones de privilégios, que não criaram;
- h) se no passado tivesse sido instituída a contribuição de patrões e empregados na Previdência do servidor talvez o falatório de hoje derivasse para a pilhagem de tais recursos, tal como aconteceu em 80 anos de Previdência Social pública;
- i) as Previdências de Estados e Municípios não resiste à menor análise, já que foram criadas em épocas diferentes, com contribuições e finalidades diversas, inclusive saúde e assistência, não havendo dados contábeis minimamente confiáveis.

j) os Estados e Municípios cujos servidores celetistas descontavam para o INSS são devedores de R\$ 30 bilhões, de contribuições patronais e de apropriação indébita da contribuição dos servidores. Nunca pagaram e não pagarão. Rolarão as dívidas escada abaixo, como sempre o fizeram;

a) antes de mais nada, seria preciso parar um pouco e pensar:

1- vão desaposentar os servidores civis? Vão desreformatar os militares? Vão despensionizar pensionistas? Vão reduzir os valores dos benefícios? Vão instituir a contribuição de aposentados, reformados e pensionistas?

2- vão cobrar a contribuição da União devida desde o Brasil Reino, Império e República?

3 - por que não levantar a contribuição da União, de 1991 pra cá, nas duas pontas – órgão/servidor?

4- vão querer continuar colocando no mesmo saco União, Estados e Municípios, só por que um cobrador do FMI assim o exige?

Evidentemente que o passivo de R\$ 2 trilhões é uma ficção.

As contas não fecham. Os gastos são maiores que as receitas na Previdência do servidor.

O que está em jogo além da monstruosa dívida interna e externa e da corrupção avassaladora é que o Estado brasileiro, mesmo privatizado e terceirizado, perdendo dedos e anéis, quer que os servidores paguem a conta.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social -ANASPS.

Jornal: A Gazeta/Vitória/ES, Data de Publicação: 23.10 de 2002;

Jornal: Diário Popular/Pelotas/RS, Data de Publicação: 25.10 de 2002;

Jornal: A Tribuna/Natal/RN, Data de Publicação: 26.10 de 2002;

Jornal: Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 27.10 de 2002;

Jornal: O Liberal/Belém/PA, Data de Publicação: 30.10 de 2002;

Jornal: O Progresso/Dourados/MS, Data de Publicação: 31.10 de 2002;

Jornal: A Gazeta/Rio Branco/AC, Data de Publicação: 05.11 de 2002;

Jornal: O Jornal/Maceió/AL, Data de Publicação: 03.11 de 2002;

Jornal: Diário do Amapá/Macapá/AP, Data de Publicação: 14.11 de 2002

UM NOVO DESENHO PARA O INSS

Por Paulo César de Souza

Torcemos para que o novo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, corresponda às expectativas dos brasileiros inclusive no âmbito da Previdência Social, às vésperas de seus 80 anos, amargando uma grande crise estrutural agravada nos últimos oito anos de FHC, por uma reforma mal feita, pela corrupção, malversação, sonegação, fraude, evasão, renúncia, déficit, desrespeito aos contribuintes, aos aposentados, pensionistas e servidores. Se a Previdência fosse frágil não teria resistido a 80 anos de pilhagens, saques, roubos, 21 CPIs. Resistiu porque é forte.

Nada mais frustrante para as atuais gerações do que imaginar que sua aposentadoria será no máximo de R\$ 1.561,56 menos de oito salários mínimos, quando sonhava com dez. Para as futuras gerações a expectativa é sombria já que o INSS está impedido de oferecer benefícios acima de R\$ 1.561,56 o que lhes obriga a ir ao mercado comprar seguro previdência, sem qualquer garantia e arcando com todo o risco.

O INSS ainda é viável. O sonho de Eloy Chaves, que foi aspiração de uma geração de europeus, Bismarck à frente na Alemanha, o pacto de gerações, continua vivo. O homem precisa da proteção do Estado na velhice e ao longo de sua vida financeira –se, contribuindo. O regime de repartição simples, ao contrário do que proclamam os favoráveis ao regime de capitalização, é bem mais seguro.

Precisamos pois fortalecer o INSS e o sistema de repartição simples.

O que parece complexo é fácil. Basta fechar os ralos.

Acabar com as renúncias que ascendem a R\$ 12 bilhões/ano e que são crescentes.

Cobrar mesmo a mega dívida que era de R\$ 125 bilhões em 2001, fechará em R\$ 135/140 bilhões em 2002 e que chegará aos R\$ 500 bilhões, em 2005, conforme projeção do TCU.

Acabar com o parcelamento do parcelamento, que premia o caloteiro e pune o correto.

Acabar ou reduzir a sonegação, a evasão, as brechas legais, superior a 40%, conforme já constatou o TCU.

Prender sonegador. Todos tem endereços certos e sabidos, inclusive os grandes, mas nem o que pratica apropriação indébita é preso.

Acabar ou reduzir a fraude, inclusive com o PREVIDÊNCIA que autoriza prefeitos a conceder benefícios.

Implantar um rígido controle social público sobre investimentos e gastos, receitas e despesas.

Reestruturar o INSS com visão de futuro, assegurando-lhe competitividade no mercado da proteção social, permitindo que possa conceder benefícios acima do teto, com a garantia do Estado, com contribuição acima do teto, com conta de capitalização e portabilidade.

Trazer para o INSS os 40/60 milhões de brasileiros que estão fora, de forma compulsória, já que amanhã vão precisar se aposentar. O número de inscrição do INSS será tão importante quanto o da identidade e do CPF.

Derrubar as amarras impostas ao INSS que lhe causaram déficit conjuntural alarmante, de R\$ 16 bilhões nos últimos 12 meses. As amarras estão na forma de cobrar mal, de administrar mal, entregando a Arrecadação, a Dívida Ativa e a Concessão de Benefícios a “políticos inescrupulosos”.

A gestão do INSS deve ser profissionalizada, com Plano de Carreiras, Cargos e Salários compatíveis. Em 1990, o INSS tinha 53 mil servidores, hoje, 39 mil. Há 18 mil vagas na sua lotação ideal. Em 1995, tinha 10 milhões de beneficiários, hoje 20,8 milhões.

A conta de R\$ 16,0 bilhões/ano (mesmo valor do déficit) dos 6,7 milhões de benefícios rurais, concedidos inclusive por pressão política, deve ser transferida ao Tesouro, já que não houve contrapartida de contribuição. Para uma contribuição de R\$ 1,3 bilhões há despesas de R\$ 10,5 bilhões.

Aos 14,0 milhões de beneficiários urbanos e aos 26,7 milhões de contribuintes há que se acenar com um mínimo de expectativas.

O fator previdenciário deve ser revogado por embutir uma crueldade que passou despercebida mas que hoje afronta o país: empurrando cada vez mais pessoas para a faixa de um salário mínimo. Em dez de 2001, eram 12,9 milhões. Em set de 2002, já são 13,3 milhões.

Na era FHC, o saco de maldades predominou.

Na Previdência Complementar, tanto na era Collor como na era FHC, foi nefasta a utilização dos fundos de pensão das estatais para propósitos políticos mal intencionados dos corruptos e da base política. Se não acabarem com a corrupção ela vai acabar com a previdência complementar. As contas já não fecham e não fecharão.

(*) *Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade apolítica com 53 mil dos 90 mil servidores do INSS.*

*Jornal: A Gazeta/Rio Branco/AC, Data de Publicação: 17.11 de 2002,
 Jornal: A Razão/Santa Maria/RS, Data de Publicação: 18.11 de 2002,
 Jornal: Tribuna da Imprensa/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 14.11 de 2002,
 Jornal: A Gazeta/Vitória/ES, Data de Publicação: 19.11 de 2002,
 Jornal: Diário Regional/Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 20.11 de 2002,
 Jornal: Folha do Estado/Cuiabá/MT, Data de Publicação: 22.11 de 2002,
 Jornal: Jornal do Tocantins/Palmas/TO, Data de Publicação: 22.11 de 2002,
 Jornal: O Imparcial/São Luís/MA, Data de Publicação: 29.12 de 2002,
 Jornal: O Globo/Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 07/12 de 2002,
 Jornal: Tribuna do Brasil/Brasília/DF, Data de Publicação: 11.12 de 2002,
 Jornal: Diário do Comércio/Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 12.12 de 2002,
 Jornal: Jornal de Brasília/ Brasília/DF, Data de Publicação: 12.12 de 2002,
 Jornal: O Liberal/Belém/PA, Data de Publicação: 02.10 de 2002*

REFORMA DA PREVIDÊNCIA, MAS QUAL REFORMA?

Por Paulo César de Souza

Só se fala em reforma da Previdência. Mas qual reforma? FHC fez uma e cortou mais de 60 direitos e conquistas sociais, de trabalhadores privados e de servidores públicos.

Introduziu o conceito de tempo de contribuição e só faltou definir a idade mínima.

Só não implodiu de vez o INSS porque o Tesouro não pode segurar os R\$ 72 bilhões/ano de pagamento de benefícios. Mas deu passos significativos nesta direção. Vejam:

- O INSS acumulou créditos a receber de R\$ 150 bilhões, passou a renunciar anualmente a R\$ 12 bilhões, arca com R\$ 12 bilhões de benefícios de pessoas que nunca ou pouco contribuíram, manteve a sonegação, evasão, malversação, brechas legais e corrupção no patamar anual de 40% / ano, seus sistemas corporativos de informática não falam para dentro e para fora, contratou 4.200 terceirizados a um custo de R\$ 120 milhões/ano e 10 mil estagiários, acumulou 18 mil vagas na sua lotação ideal (precisa de 12 mil fiscais e tem 4 mil, precisa de cinco mil procuradores e tem dois mil), voltou a conceder benefícios através de prefeituras (Previdade) antecipando uma grande fraude, entregou sua gestão à voracidade da base política; deixou de conceder benefício máximo de 10 salários, achatando para sete/seis salários mínimos, implantou o “tanque” para atrasar a concessão e criou, por imposição do FMI, o fator previdenciário que empurrou quase 1 milhão de segurados para o salário mínimo e limitou o aumento dos que recebem acima do mínimo. A razão do déficit do INSS está aí.

A desgraça do INSS faz a alegria de bancos, públicos inclusive, e seguradoras. Quase 10 milhões de brasileiros, desesperados e inseguros, temendo o futuro, já compraram planos de previdência, que é uma aventura de altíssimo risco, sem qualquer segurança e uma fiscalização tão falsa quanto uma nota de três dólares!

A nova reforma da Previdência deverá ser feita para resolver o problema do déficit da previdência pública?

Claro que não.

Vamos por parte. Que déficit? De 1500 a 1990, o servidor (salvo os celetistas) não

contribuíam para se aposentar. Não se falava no assunto. Ser servidor público (civil e militar) era uma honra. Contribuíam com 6% os civis e 3% os militares (sem-teto) para pensões e assistência médica, assegurando às viúvas dignidade na velhice. Se não havia contribuição, como poderia haver déficit? O déficit surgiu depois que o Tesouro passou a ser drenado para pagar a dívida interna e externa.

Mais: colocar no mesmo saco os dispêndios de pessoal e Previdência da União, de Estados e Municípios é no mínimo uma grosseria contábil e uma estupidez atuarial. As despesas de pessoal na União entre set/2001 e ago/2002 estão em 36,6% da Receita Corrente Líquida, muito abaixo do limite de 50% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estão sob controle. Este é o ponto.

Há agravante já identificada pelo TCU que não conseguiu apurar, por deficiência do Tesouro e da Receita, se o governo recolheu alguma coisa entre 1990 e 2002, no Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS - órgão, e se efetivamente recolheu a contribuição do PSSS - servidor.

É mais do que óbvio que a contribuição do servidor ativo não cobre os gastos com os inativos. A conta não fecha. E mesmo que os inativos fossem obrigados a contribuir, FHC tentou nove vezes e perdeu todas, não fecharia.

Seria bom que as pessoas tomassem conhecimento das advertências técnicas do Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, (in memoriam) e jurídicas do mestre Evandro Lins e Silva, após parecer do prof. Celso Antônio Bandeira de Melo, para a Associação dos Magistrados Brasileiros, antes de continuar querendo aplicar o receituário do FMI que levou a Argentina à ruína e que nos ameaça levar ao fundo do poço.

A era FHC cassou as conquistas dos servidores públicos da era Vargas e das eras antes e depois dele.

A reforma que tanto se fala quer fixar teto único para servidores públicos e trabalhadores privados, acabar de vez com o direito adquirido fazendo com que o servidor que ainda não se aposentou não se beneficie da aposentadoria integral, o que será uma violência.

É bom que saibam que o sonho da previdência complementar fechada já é pesadelo nos Estados Unidos e que as experiências previdenciárias do FMI na América Latina estão em crise de solvência.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS, entidade de 53 mil servidores do INSS e do MPAS.

Jornal: A Gazeta/ Rio Branco/AC, Data de Publicação: 17.12 de 2002

Jornal: O Progresso/Campo Grande/MS, Data de Publicação: 19.20.12.2002

Jornal: A Gazeta/Vitória/ES, Data de Publicação: 19.12 de 2002

Jornal: Diário de São Paulo/São Paulo/SP, Data de Publicação: 25.12 de 2002

Artigos 2001

A CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INATIVOS

Por Paulo Cesar de Souza

Os ministros Pedro Malan e Martus Tavares, bem como o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, voltaram a insistir na cobrança da contribuição previdenciária dos inativos da Administração Pública Federal, como única alternativa para salvar o país de um desastre iminente. Uma insistência que constaria da Carta de Intenções e dos acordos com o Fundo Monetário Internacional.

A nova leva de argumentos tem a marca da múltipla inverdade, jogando-se para a platéia, com argumentos falaciosos de que são marajás, nunca contribuíram para o benefício integral e que o país não pode pagar servidores civis e militares que “sangram” o Tesouro Nacional. Tudo bem, não fossem tais senhores pagos para desempenhar o papel de recitar o texto escrito nas cercanias de Washington.

A classe política, os magistrados, as entidades de classe e o bom senso continuam reagindo, com maior ou menor indignação.

Em primeiro lugar, em nenhum país sério do mundo, quem já está aposentado ou é pensionista, contribui para o sistema previdenciário. Isto vem dos primórdios do “*welfare state*”, base estrutural da Previdência Social contemporânea. Seja pelo sistema de repartição simples, seja pelo de capitalização, aposentou-se ou entrou em regime de pensão, está fora.

Em várias oportunidades, o Presidente tentou instituir a cobrança da contribuição e o Supremo derrubou. Nem deveria ter proposto nem cobrado.

Em segundo, a cobrança é odiosa, é um atentado aos direitos humanos, aos direitos sociais, ao pacto entre gerações, é uma violação do princípio contributivo: ninguém deve contribuir para o que não lhe reverterá.

Em terceiro, os aposentados e pensionistas, públicos e privados, não podem nem devem ser responsabilizados pelo déficit fiscal. Não foram eles os causadores do desequilíbrio das contas

públicas. Como todos os cidadãos, estão punidos seja pelo imposto inflacionário, seja pelo confisco fiscal, pelo desemprego, pela recessão, pela falta de horizontes e perspectivas.

Em quarto, a contribuição reivindicada será uma gota d'água no oceano. Em termos de valores absolutos será inexpressiva. A contribuição dos ativos é de R\$ 3,5 bilhões para despesas de R\$ 23 bilhões com os inativos. A contribuição dos inativos seria de apenas R\$ 1,8 bilhão. Não será por essa trilha que o Tesouro terá suas contas arrumadas.

O que desorganiza o Tesouro é sonegação, a elisão, a evasão, a fraude, dos que deveriam pagar os Impostos e as Contribuições Sociais, bem como as renúncias fiscais e contributivas, estimuladas pelo próprio governo. A sonegação no INSS é de 40%, os créditos chegam a R\$ 100,0 bilhões, as renúncias contributivas beiram os R\$ 10,0 bilhões. O próprio Secretário da Receita Federal, Everaldo Maciel, admitiu que a sonegação do Imposto de Renda chega a R\$ 1 trilhão, sem que se saibam os valores da renúncia fiscal!

Se é certo que as contribuições de hoje não cobrem as despesas com os benefícios, na área pública e do INSS, isto não acontece só no Brasil, mas em todo mundo. As contas previdenciárias explodiram, como igualmente explodiram as contas de assistência médica. Tudo porque o mundo mudou, as pessoas passaram a viver mais, a demandar mais proteção e segurança social, com serviços previdenciários e de saúde. No caso brasileiro, há a registrar que o paternalismo, o fisiologismo e o assistencialismo, de nossa generosa elite política, colocaram o Estado ao alcance de suas vontades. Sem falar que a gestão previdenciária sempre foi desastrosa.

Quando a Previdência era jovem, com as entradas maiores que as saídas, o Estado apropriou-se do caixa para fazer o que quis. Hoje, faz o que quer. O patrimônio foi dilapidado. Várias CPIs confirmaram os desvios. Nunca puniram ninguém. Ainda hoje a Previdência Social está entregue ao que há de pior na nossa elite.

Os contribuintes nada tiveram com o quadro de falência que se instalou na Previdência.

No lado público, os servidores civis e militares não fizeram as leis. Se não estavam obrigados a contribuir, não contribuíam. Os civis, historicamente, descontavam 6% para a pensão de seus dependentes. Quando foram chamados a contribuir, a partir de 93, contribuíram e desde então contribuem. Sem se falar que há o grupo dos servidores celetistas (uns 400 mil) que sempre contribuíram. Os ajustes estão em processo, com dificuldades para o estoque de benefícios em manutenção e dos que asseguraram os benefícios integrais. Imputar-lhes a culpa não tem lógica. Obrigar os servidores ativos a pagar o déficit atual dos inativos e contribuir para que seus benefícios sejam pagos no futuro seria impossível. Obrigar os inativos a pagar a conta é uma vilania sem conta, além de contrariar as mais elementares regras do direito.

Nós da ANASPS, representando 53 mil servidores ativos e inativos da Previdência Social, estamos atentos.

Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data de Publicação: 14/01/01

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 22/01/01

Jornal: Jornal de Brasília, DF, Data de Publicação: 17/01/01

Jornal: Jornal de Brasília, DF, Data de Publicação: 17/02/01

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/ RJ, Data de Publicação: 16 a 31 de Dezembro

Jornal: Diário Catarinense, Florianópolis/SC, Data de Publicação: 23.08.01

Jornal: Diário Popular/Pelotas/RS, Data de Publicação: 10.12.01

A REFORMA DO ESTADO NO PAÍS DOS BOTOCUDOS

Por Paulo César de Souza

Desde o governo Fernando Collor que no Brasil ouve-se uma lengalenga, ditada pelo Palácio do Planalto, de que é preciso reformar o Estado, diminuir o tamanho do Estado, voltar o Estado para suas missões básicas – Defesa, Segurança, Saúde, Educação. O discurso continuou, sem muita ênfase, no governo Itamar Franco e foi retomado, com muita ênfase e muita ação, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Há 10 dez anos, portanto, que ouvimos o refrão e o bordão que o Estado faliu, morte ao Estado.

Por trás da guerra contra o Estado estão a globalização, o neoliberalismo, a social democracia, a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos. Também estão: a fraude endêmica, a evasão, a elisão, a renúncia e a sonegação fiscal; incentivos fiscais; remessa de dólares para paraísos fiscais; a corrupção; a impunidade, a baixa qualidade dos governos; a ausência de uma classe política séria, partidos políticos invertebrados, elites oportunistas e uma classe dominante insensível à mudanças sociais efetivas.

Os resultados da reforma do Estado são aterrorizadores:

- 1) redução do número de servidores públicos;
- 2) queda na qualidade dos serviços prestados;
- 3) redução do salário real de 1 milhão de servidores públicos, ativos e inativos, há seis anos sem aumento;
- 4) eliminação de 60 direitos e conquistas sociais dos servidores públicos, dos últimos 111 anos de República;
- 5) desmanche e sucateamento dos serviços públicos federais, inclusive dos setores essenciais como Defesa, Segurança, Educação, Saúde;
- 6) fechamento de mais de cinco dezenas de institutos, centros, fundações, empresas estatais;
- 7) terceirização de mão-de-obra na área pública, violando-se o princípio constitucional de concurso público;
- 8) privatização da defesa estratégica, com a entrega da EMBRAER e corte nos gastos militares, desativação do Projeto Calha Norte, abandonando-se milhares de quilômetros nas fronteiras;
- 9) privatização da segurança com a criação de centenas de empresas de segurança, com quase 500 mil pessoas trabalhando;
- 10) privatização da educação, com a criação de mais de um milhão de vagas em universidades privadas, pagas, e destruição progressiva e deliberada das universidades públicas;
- 11) privatização da saúde, com mais de 50 milhões de brasileiros sendo obrigados a se filiar aos serviços privados de saúde, para não morrer;
- 12) privatização das telecomunicações;
- 13) privatização de rodovias;
- 14) privatização dos transportes;
- 15) privatização da energia, produção e distribuição;
- 16) privatização de portos;
- 17) início da privatização da água;
- 18) início da privatização do saneamento básico;

- 19) baixa remuneração da poupança;
- 20) achamento dos benefícios previdenciários do INSS;
- 21) dificultamento na concessão dos benefícios previdenciários do INSS;
- 22) início da privatização da Previdência, com incentivos e renúncias à entidades abertas, de bancos e seguradoras;
- 23) ameaça de privatização do seguro de acidentes do trabalho, auxílio acidente e auxílio doença;
- 24) privatização dos bancos estaduais;
- 25) ameaça de privatização dos Correios, da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal;
- 26) criação de agências reguladoras que não regulam, não fiscalizam e não punem.

A sensação que temos é que estão nos destruindo, como Estado, Governo, Nação e Povo. Estão expropriando nossa riqueza econômica e agredindo nossa consciência e moralidade.

A década de 80 foi considerada uma década perdida, com um regime militar esgotado e um regime civil corrupto, com inflação galopante.

A década de 90 pode ser considerada igualmente perdida, com a continuidade de um regime civil corrupto, incapaz de gerenciar a globalização que viria com qualquer regime.

A dívida externa passou dos US\$ 100,0 bilhões e a dívida interna beira os US\$ 500,0 bilhões.

As exportações não cresceram tanto. O Brasil vende, por ano, menos que a GE, a WalMart, a SHELL, a EXXON.

A privatização não se fez para beneficiar os brasileiros, ex-donos do patrimônio público, mas se fez com uma intermediação suspeita para beneficiar um estamento empresarial corrupto, clientelista, fisiológico e incompetente. O patrimônio público, acumulado no Império e na República, foi doado às multinacionais, com financiamento do BNDES. Diziam que os recursos da privatização seriam destinados à Defesa, Segurança, Educação, Saúde. Os US\$ 100,0 bilhões (quase R\$ 200 bilhões) viraram pó. O PROER, o programa que transferiu mais de R\$ 100 bilhões do Banco Central para os bancos privados e públicos, teve a mesma lógica. A desvalorização cambial, idem.

O Estado provedor dos cidadãos foi substituído não por um Estado regulador da qualidade de serviços, mas por um Estado utilitário das classes dominantes.

Perguntamos: o que melhorou neste país?

Nada. caímos em quase todos os indicadores mundiais: de desenvolvimento humano, de direitos humanos, de respeito à vida, de poluição de mar, rios e lagoas, de infelicidade bruta e líquida, de devastação florestal, de qualidade de vida, de desemprego, de desespero, de insegurança, de falta de perspectivas e horizontes, de medo, de valorização da vida, de dignidade, de sobrevivência.

Alguns podem argumentar que aumentou o número de celulares, automóveis, televisões por assinatura e usuários de Internet. Sim, aumentou. Mas não cresceram: a renda, o emprego, a habitação, a oferta de alimentos, de água, de esgoto, de transportes e de oportunidades de uma vida digna. Pelo contrário, o que cresceu foram os desempregados, infelizes, assaltos, falências, corrupção, impunidade, indecência, imoralidade.

Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Folha de Rondônia, Ji-Paraná/RO, Data de Publicação: 25/26 de fevereiro

Jornal: O Popular, Goiânia/GO, Data de Publicação: 12/01/01
Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de Fevereiro
Jornal: A Notícia, Joinville/ SC, Data de Publicação: 02/03/01
Jornal: Diário Regional, Juiz de Fora/MG, Data de Publicação: 5.7.2001
Jornal: Correio do Sul, Varginha/MG, Data de Publicação: 22.05.2001
Jornal: Gazeta do Paraná, Cascavel/PR, Data da Publicação: 6.7.2001

UMA PROPOSTA OUSADA PARA A PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Sousa

O Ministério da Previdência vem há algum tempo, com alguma pirotecnia, querendo convencer 57 milhões de brasileiros à aderir à Previdência Social.

Dados objetivos:

- 1) A População Economicamente Ativa do país seria de 86,9 milhões;
- 2) A População Não Economicamente Ativa, 50,7 milhões;
- 3) A População Ocupada Segundo Posição no Trabalho Principal, 71,6 milhões;
- 4) Contribuintes para o INSS, 26,7 milhões;
- 5) Empregados com carteira assinada, 24,9 milhões;
- 6) Aposentados e pensionistas, 19,4 milhões.

A realidade é um pouco diferente:

- 1) Em relação à PEA, estão fora do INSS, 62 milhões de trabalhadores;
- 2) Em relação à População Ocupada, estão fora 46,6 milhões;
- 3) O prof. José Pastore, da USP, admite que sejam 40,0 milhões;
- 4) A relação entre contribuintes (segurados) e aposentados e pensionistas (beneficiários) é de quase um para um.

Vejam outros dados inquietantes:

- 1) Dos 36,8 milhões de empregados, 20,9 milhões estão no INSS;

O MPAS usa um número mágico de que 57% dos trabalhadores empregados estão fora da Previdência

2) Dos 16,6 milhões trabalhadores por conta própria apenas 2,5 milhões (15,06%) estão no INSS;

3) Dos 5,3 milhões de trabalhadores domésticos, apenas 1,3 milhão (24,52%) estão no INSS;

- 4) Dos 2,9 milhões de empregadores, 1,7 milhão (58,62%) estão no INSS.

Por que a massa dos trabalhadores está fora da Previdência? Boa pergunta. Falta informação? Segurança? Confiança? Credibilidade? Falta o que? Faltam os R\$ 30,20 para a contribuição mínima mensal.

Todos os dias, por todos os meios, com fila ou sem fila, bom ou mau atendimento, destrói-se um pouco do INSS, ao mesmo tempo em que se endeusam sistemas alternativos que não são de Previdência, mas assim são apresentados.

Dos atuais 19,4 milhões de beneficiários do INSS, 12,9 milhões são urbanos e 6,4 milhões são rurais, que certamente pouco ou nada contribuíram; sendo que 2,0 milhões são benefícios assistenciais sem nenhuma contribuição.

Há uma fuga consentida da Previdência.

As sucessivas ações de reforma da Previdência perderam o elo com as raízes da Previdência, com o pacto de gerações. O elo invocado foi meramente o fiscal. O Brasil tem pago um preço muito elevado pela visão fiscal do Estado. A visão fiscal não tem o homem como foco. Já se vão sete anos de um fiscalismo obstinado, que empobreceu o país e enriqueceu banqueiros, seguradoras e especuladores.

As ações de reforma não atacaram o cerne da questão previdenciária.

O nosso sistema de repartição simples, de 78 anos, não se esgotou, apesar do saque e da pilhagem sobre a montanha de recursos que entraram no Regime Geral de Previdência.

Hoje, está em crise, mas poderá ser revitalizado.

A ANASPS, uma entidade de servidores da Previdência Social com 53 mil associados, neste momento em que comemoramos os 78 anos da Previdência Social no Brasil, tem uma proposta mais concreta, bem mais efetiva do que ficar sentado esperando que milhões de brasileiros procurem o INSS. Isto não vai acontecer.

As ações juntos a homossexuais, prostitutas, camelôs, caciques, pajés, índios, pais de santo, babalaôs podem abrir espaço na mídia, favorecer a discussão, chega a ser rima mas não é solução.

É jogar para a platéia. O estoque de já excluídos é elevado e os ingressos anuais de pessoas na idade de trabalho, igualmente excluídos, são expressivos.

Vamos à objetividade:

- a) filiação compulsória dos brasileiros, homens e mulheres, à Previdência Social, a partir de 18 anos, inclusive com retroatividade;
- b) todo cidadão passará a ter o Cartão da Previdência, com um número de inscrição no INSS. Sem o Cartão, o cidadão nem poderia ser camelô;
- c) será criado o Fundo de Capitalização, com conta individual para cada segurado;
- d) será definida uma contribuição, inferior aos 20% atuais, e as contribuições atrasadas poderão ser parceladas, corrigidas pelo fator de remuneração da capitalização;
- e) depois de 35 anos de contribuição, com 420 contribuições quitadas, o segurado será aposentado e receberá um benefício ou renda mínima, não gerando o efeito de pensão;
- f) se o contribuinte morrer antes de se aposentar, seus familiares poderão resgatar a capitalização;
- g) os valores não resgatados serão incorporados ao patrimônio do Fundo;
- h) os atuais segurados do INSS podem migrar do atual sistema de repartição simples para o novo, de capitalização;
- i) o INSS dirigirá o Programa, o Fundo, fará a inscrição, expedirá o Cartão e, por auto-atendimento, os extratos da conta de capitalização; autorizará a abertura de contas na rede bancária, Correios e lotéricas;
- j) o Banco Central disciplinará as aplicações dos recursos capitalizados e fixará a remuneração mínima e máxima dos ativos;
- k) as contribuições e a remuneração serão dedutíveis do Imposto de Renda.

Paulo Cesar de Sousa é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS.

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data de Publicação: 26/01/01 - Jornal: A Gazeta, Cuiabá/ MT, Data de Publicação: 20/02/01 - Jornal: Cruzeiro do Sul, Sorocaba/SP, Data de Publicação: 21/02/01

Jornal: Estado de Minas, Belo Horizonte/ MG, Data de Publicação: 27/01/01 - Jornal: Folha de Rondônia, Ji-

Paraná/RO, Data de Publicação: 04/03/01 - Jornal: Folha do Estado, Cuiabá/MT,

Data de Publicação: 15/02/01

Jornal: Gazeta do Paraná, Cascavel/PR, Data de Publicação: 20/02/01 - Jornal: Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 29/01/01 - Jornal: Gazeta Mercantil, São Paulo/SP, Data de Publicação: 02/02/01 - Jornal: Jornal de Brasília, DF, Data de Publicação: 07/02/01 - Jornal: O Dia, Teresina/PI, Data de

Publicação: 07/02/01 - Jornal: O Estado, Blumenau/SC, Data de Publicação: 29/01/01

Jornal: O Estadão do Norte, Porto Velho/RO, Data de Publicação: 17/02/01 - Jornal: O Liberal, Belém/PA, Data de Publicação: 19/03/01 - Jornal: O Popular, Goiânia/GO, Data de Publicação: 03/02/01

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 28 de fevereiro de 2001

Jornal: Valor Econômico, São Paulo/SP, Data de Publicação: 21/02/01 - Jornal: Correio do Sul/Varginha/MG, Data da publicação: 22.08.2001 - Jornal: Diário de Natal/RN, Data da publicação: 06.10.2001

Jornal: Correio da Paraíba, Data da publicação: 25.10.2001

A PREVIDÊNCIA PÚBLICA SEGUE RESISTINDO

Por Paulo Cesar de Souza

A ANASPS está em plena ofensiva para oferecer alternativas para a sobrevivência da Previdência Social Pública.

Ao contrário do que proclamam alguns dos nossos críticos, menos esclarecidos, não defendemos a privatização da Previdência, mesmo porque entendemos que há espaços para o crescimento da Previdência Social pública, leia-se INSS.

Nisto, estamos na contramão do atual governo, mas na mão da história.

Claro que os cenários da Previdência Social Pública são aparentemente desanimadores:

- fraudes de 500 milhões, com a legião de fraudadores palitando os dentes em liberdade;
- renúncias fiscais de R\$ 10 bilhões/ano, com a pilantropia enriquecendo donos de empresas de ensino e de saúde;
- créditos a receber de R\$ 110 bilhões, com os devedores saltitantes no mercado;
- sonegação de 40% da receita de R\$ 60 bilhões o que pode alcançar R\$ 24 bilhões;
- déficit declarado de R\$ 10,0 bilhões.

O que faz o governo diante de tudo isso?

Além de seguir a cartilha-compromisso do FMI, pôs em prática muitas ações animadoras:

- exigiu do Congresso a ampliação da lei penal contra sonegadores e fraudadores, mas não aplicou, não há um só detentor de apropriação indébita preso;
- parcelou, reparcelou, reparcelou o que já reparcelou, o que os devedores devem e não pagam;
- criou mais burocracia para quem quer se aposentar;
- achatou o valor das pensões e aposentadorias, com a mágica e a engenharia do fator previdenciário;
- desestimulou os cidadãos de bem a sonhar com um benefício do INSS, mantendo fora do INSS cerca de 60 milhões de brasileiros;
- não corrigiu as pensões e aposentadorias dos 7 milhões que ganham mais de um salário mínimo, como deveria fazê-lo;
- desacreditou a Previdência Social Pública;

- impôs amplas e coercitivas limitações à Previdência oficial;
- está tentando implodir a Previdência complementar fechada, predominantemente pública;
- escrachou o regime de repartição simples, em benefício do regime de capitalização;
- demitiu 360 servidores do INSS, 90% de nível médio ou com salários de R\$ 800,00, acusando-os de fraudadores com processos e ritos sumários.

Desta maneira, o governo criou condições para que a crise da Previdência Social Pública tivesse duas agravantes: a falência do INSS e a desestabilização dos fundos de pensão, especialmente os fechados e patrocinados por entidades públicas.

É preciso ser muito tonto para não entender o que se passa sob os tapetes da Previdência: nos idos de 1994, falava-se com entusiasmo juvenil nas maravilhas do regime de Previdência do Chile. Este regime não resistiu a cinco anos. Virou pó. Hoje, a palavra de ordem dos portos-vozes alternos da liberalização e da globalização é a privatização da Previdência, sob a proteção de bancos e seguradoras.

Os fatos não nos deixam mentir e nos preocupam:

- a previdência privada experimentou em 2000, um crescimento de 34,7% na sua carteira de investimentos, que atingiu R\$ 17,1 bilhões;
- os R\$ 260 bilhões da carteira de investimentos da previdência complementar pública passarão a ser administrados por quatro bancos privados;
- está próximo o dia em que a gestão do INSS será privatizada, pois é crescente a impressão de que se o governo entregasse a quatro bancos privados a cobrança da dívida o déficit desapareceria,

O quadro que traço, com a minha vivência na Previdência, me leva a concluir que lamentavelmente estamos atravessando um período crítico, de turbulência, prevalecendo os interesses imediatos das grandes seguradoras e bancos, em detrimento do interesse público e do interesse social.

Podemos reverter tudo isso?

Claro que sim. Temos que acreditar que sim. Nossos governos não são eternos, felizmente. Eles passam.

O pacto de gerações e a proteção social, com aposentadoria, pensões e benefícios sociais, é um dos direitos do homem contemporâneo.

A Previdência Social envolve uma gestão profissional de recursos físicos, econômicos, financeiros, atuariais, humanos que transcende a um mandato presidencial. Nestes dois últimos mandatos, não há o que comemorar. Há 78 anos que a Previdência Social está presente neste país, resistindo a uma avalanche de pilhagem e saques patrocinados por uma elite oportunista. Tivemos o tempo de sua construção, de 1923 a 1994. Assistimos o seu desmanche, de 1994 a 2001. A social democracia associada a liberal democracia vangloria-se de ter destruído mais de 60 direitos e conquistas dos trabalhadores.

Teoricamente, há espaço para a Previdência Social pública e para a Previdência Social privada. Há espaço para ajustes e atualização nos regimes de repartição simples e de capitalização. Há espaço para o INSS, fundos de pensão estatais e privados, bancos e seguradoras, dentro de regras que se inspirem objetivamente em:

- assegurar o controle do Estado e da sociedade sobre as entidades previdenciárias;
- garantir aposentadorias e pensões dignas, com valores compatíveis e corrigidos.

() Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade que congrega 53 mil servidores ativos e aposentados da Previdência Social.*

Jornal: A Gazeta, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 10/03/01

Jornal: Estadão do Norte, Porto Velho/RO, Data de Publicação: 06/04/01

Jornal: Fôlha do Estado, Cuiabá/MT, Data de Publicação: 05/03/01

Jornal: Jornal de Brasília, DF, Data de Publicação: 04/04/01

Jornal: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 05/03/01

Jornal: O Dia, Teresina/PI, Data de Publicação: 24/03/01

Jornal: O Estado, Blumenau/SC, Data de Publicação: 13/03/01

Jornal: O Popular, Goiânia/GO, Data de Publicação: 20/03/01

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 16 a 31 de março

Jornal: Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro/RJ, Data de Publicação: 19/03/01

Jornal: Diário do Comércio, Belo Horizonte/MG, Data da Publicação: 11.07.2001

A PREVIDÊNCIA DE ALTO RISCO

Por Paulo César de Souza

É incrível a voracidade dos que querem acelerar a privatização da previdência sobre os escombros da reforma que já produziu grandes estragos nos direitos sociais dos brasileiros, sejam empregadores ou trabalhadores.

Vários argumentos são utilizados:

- as aposentadorias e pensões são baixas;
- a burocracia é grande;
- a corrupção é enorme;
- o déficit é exponencial;
- a sonegação, a evasão e a fraude são terríveis;
- a influência política estraga;
- a gestão é incompetente.

Todos os esforços se orientam para a previdência privada, não só a dos fundos de pensão, mas também para uma outra – dos substitutos dos montepios, patrocinados por bancos, seguradoras, associações, grêmios, clubes, etc, a chamada de previdência privada aberta.

Esta comemorou 2000 em grande estilo. O Superintendente da SUSEP, órgão do Ministério da Fazenda, não conteve seu entusiasmo: “as pessoas estão mais preocupadas em garantir o futuro. Perceberam que a previdência oficial não dá para cobrir o mesmo padrão da vida ativa”. No MPAS ninguém reagiu. O mercado da Previdência Privada fechou 2000 com investimentos em carteira, de R\$ 17,1 bilhões, contra R\$ 12,3 bilhões em 99, com um crescimento de 39%. Excelente.

Isto ocorreu enquanto todo o Governo federal se mobilizou para tripudiar sobre a Previdência Social pública, o INSS. O que fez o Superintendente da SUSEP foi verbalizar o que boa parte do governo fala à boca pequena.

Quer dizer: a previdência privada aberta vai bem, a previdência privada fechada vai bem para alguns, e a previdência pública (o INSS) vai mal!

E por que a Previdência pública vai sempre mal? Porque não pode ir bem, tem que ir mal

para que a previdência privada, fechada e aberta, se expanda de forma exponencial, como querem os bancos e as seguradoras.

É crescente inclusive a presença privada nos fundos públicos fechados, especialmente na sucção (captação) dos investimentos ou na administração das carteiras de investimentos. Eufemismos em inglês, “real state” e “corporate finance” ampliam a presença privada.

A previdência privada aberta, poucos se deram conta, é uma previdência que:

- tem risco zero;
- não oferece qualquer garantia;
- não tem fiscalização efetiva.

Uma previdência que não é bancada por seus gestores, mas pelos associados, que não são segurados. Os gestores ficam com todos os bônus, enquanto o modelo de mercado navega com relativa tranqüilidade. Qualquer turbulência, os segurados serão chamados a pagar a conta. Ainda recentemente, com a simples ameaça de se cobrar Imposto de Renda dessa previdência, seus financiadores anunciaram que quebrariam!

A história dessa previdência privada no Brasil é cheia de episódios de falências, concordatas, liquidações, químicas contábeis, calote etc. As novas gerações desconhecem o passado escabroso. Nada garante que a farsa não se repetirá. No meio deles, há empresas que deveriam ter sido proibidas de operar.

Nós da ANASPS advertimos que está em processo uma nova etapa de engodo, já que inexistem garantias para os associados. O Tesouro não garante, o INSS não garante, o Banco Central não garante, a SUSEP não garante. Quem garante? Ninguém. Sobram os riscos para as magras economias que vão sendo entregues a gestores, muito espertos, alguns com vários tombos no mercado e nas páginas policiais.

Já a Previdência que o INSS garante, todos os dias é mostrada aos brasileiros em crise, induzida pelas autoridades responsáveis pelo que aconteceu na saúde, na educação, na segurança.

É certo que há uma razão para que milhares de brasileiros corram para a previdência privada. Querem um futuro que o Estado, a Sociedade e o Governo já não lhes assegura.

Diante de perspectivas dramáticas na velhice resta-lhes a alternativa de recorrer às empresas que têm produto e rede (Itaú, Bradesco etc), empresas que não têm produto mas têm rede (Caixa, Banco do Brasil) e empresas sem produto e sem rede. Tais empresas usam e abusam do Marketing do sabão em pó e da cerveja para oferecer rentabilidade (no caso dos Planos Geradores de Benefícios Livres, PGBLs) um futuro tranqüilo, um ilusório pacto de gerações, sem a mínima segurança. A empresa privada pode até participar de uma ação desse tipo, desde que haja a garantia do Estado, como no caso da poupança, hoje já com garantias reduzidas. Na embalagem dos sonhos vai uma carga de nitroglicerina de riscos para os associados. O que lhes acontecer será uma fatalidade, não terão nada com isso. E tudo pode acontecer.

Os apelos são meramente ilusórios, mas valem. Um deles diz que as aplicações em PGBLs renderam mais do que os fundos de renda fixa e os DI. Outros apregoam que há incentivo fiscal com dedução de 12% no Imposto de Renda. “Muitos bancos e instituições usam a abordagem da aplicação financeira para atrair o cliente”, assinalam. Outro proclama que “O Estado é um péssimo administrador e gestor de recursos, principalmente quando esses recursos são dos outros e não do seu próprio cofre”.

Lamentamos que a destruição progressiva do INSS, em ritmo acelerado, anunciando-se a privatização do Seguro de Acidentes do Trabalho, do Auxílio Acidente e do Auxílio Doença, se faça de forma que fatalmente prejudicará os segurados, os servidores e o País, mas agradecerá em cheio a bancos e seguradoras e seus intermediários.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, ANASPS, entidade com 53 mil associados.

Jornal: Terceiro Tempo, Data de Publicação: 16 a 30 de abril de 2001

Jornal: Diário da Amazônia, Porto Velho/RO, 1ª parte, Data da publicação: 12.07.2001

Jornal: Diário da Amazônia, Porto Velho/RO, - 2ª parte, Data da publicação: 13.07.2001

Jornal: Correio da Cidade, Conselheiro Lafaiete, MG, Data da publicação: 09.06.2001

Jornal: Jornal da Manhã, Uberaba/MG, Data da Publicação: 19.07.2001

Jornal: Folha de Londrina/Londrina/PR, Data da Publicação: 15.10.2001

A FACE MAIS CRUEL DA CRISE DO INSS

Por Paulo César de Souza

A crise do INSS tem muitas faces cruéis, de que se aproveitam seus detratores para destruí-lo e abrir caminho para a privatização da Previdência. As crueldades são deliberadamente praticadas com o objetivo único e fatal de entregar o espólio do INSS a bancos e seguradoras.

Vejamos algumas dessas ações:

a) a dívida histórica:

Trata-se de um passivo que poderia ser de US\$ 400,0 milhões, como ser de US\$ 800 milhões. É o maior dos esqueletos que estão nos armários do Tesouro. No período de ouro da Previdência, quando se arrecadava muito e pagava-se pouco, torraram o caixa e transformaram-no em pó. A Previdência foi usada como instrumento de política monetária.

Certa vez, o ex-ministro da Previdência, Waldyr Pires, falou da dívida histórica.

Quase foi crucificado, mas deixou no ar a indignação sobre o que fizeram com suas reservas.

É importante falar-se nisso, pois hoje há uma notória má vontade do governo, do Tesouro, do Banco Central, da Fazenda, do FMI, dos fiscalistas etc, contra a Previdência.

Cerca de 21 CPIs, verificaram o saque e a pilhagem. Ficou por isso mesmo.

b) a sonegação:

Estimada em 40% da receita de contribuições e não da receita total.

A sonegação beira os R\$ 24,0 bilhões/ano, quase um terço da despesa com benefícios.

O que se faz contra a sonegação?

Muito pouco.

c) a fraude:

Esta é muito elevada, sendo que a última, levantada entre 1992/95, foi estimada em R\$ 500 milhões, dos quais apenas 10% foram recuperados. A fraude total dificilmente será dimensionada. Uma Inspeção criada para agir contra o crime organizado foi prudentemente desativada.

O que se faz contra a fraude?

Palanque. Muito palanque.

d) renúncia contributiva;

- Está estimada em R\$ 10,0 bilhões, alimentada por fontes que são muito próximas das que dominam o INSS, tais como entidades filantrópicas, SIMPLES, clubes de futebol, segurado especial (trabalhador rural autônomo), empregador rural (pessoa física e jurídica), empregador doméstico

O que se faz contra a renúncia contributiva?

Joga-se para a platéia.

e) dívida/calote:

Era de R\$ 50,0 bilhões, em 1998, chegou a R\$ 62,0 bilhões, em 1999. Ao final de 2000, alcançou R\$ 108,4 bilhões, que dificilmente serão cobrados. São mais de 772 mil débitos.

O que se faz com a dívida/calote?

Informa-se ao TCU, para registro contábil.

f) elisão contributiva ou vazios legais:

Uma forma inteligente de se descobrir brechas legais para não se pagar o que deve. Há escritórios de notórios especialistas nestas questões, que ajudam a arrombar o caixa da Previdência.

O que se faz contra a elisão contributiva?

Discurso.

g) dívida ativa:

Mudou-se o Código Penal, para nada.

O que se faz para não cobrar a dívida ativa?

Entrega-se aos políticos.

h) parcelamentos e reparcelamentos:

Todos os anos os devedores são solenemente advertidos que se não parcelarem ou reparcelarem o que já foi várias vezes parcelado e reparcelado poderão parar atrás das grades. Agora, inventaram o Programa de Recuperação Fiscal-REFIS, o refinanciamento do reparcelamento. Até out/2000, a arrecadação do REFIS chegou a pifios R\$ 190,0 milhões.

O que se faz contra os parcelamentos e reparcelamentos?

Estimula-se e de quebra alimenta o calote.

i) A evasão contributiva:

- A evasão agrega tudo quanto não é pago, derivado de todos os artifícios que induzem ao não pagamento.

Como o prezado leitor pode constatar a Previdência é uma peneira com muitos furos ou uma “boca de lobo” por onde somem suas receitas potenciais.

O que se faz contra a evasão?

Anúncios de que tudo vai mudar.

Não é difícil gerenciar a cobrança administrativa e fiscal, arrecadação e a fiscalização do INSS. Mas tem se tornado penoso e complicado.

A ANASPS, que é a entidade dos que fazem a Previdência, propõe mudanças radicais nos sistemas corporativos, sendo a principal delas o alijamento de políticos do comando. Outras medidas simples como profissionalização, implantação de sistemas com batimentos com a CAGED, o FGTS, o Imposto de Renda, o ICMs e o ISS complementar.

As mudanças na Lei Penal e as ameaças de prisão, num país que tem a impunidade, como “trade mark” (marca registrada), é brincadeira. Entregar os setores estratégicos do INSS à políticos profissionais não é sério. Os servidores não se sentem à vontade para o desempenho de sua missão, já que são inibidos, intimidados, coagidos, quando não punidos, se não rezam pela cartilha dos que patrocinam as crueldades e as atrocidades na Previdência Social.

Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

*Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/ RJ, Data da publicação:
1º a 15 de maio de 2001*

Jornal: O Tempo, Belo Horizonte/MG, Data de Publicação: 23/05/2001

Jornal: Folha de Rondonia, Ji-Paraná/RO, Data de Publicação: 03/06/2001

Jornal: Diário do Paraná, Data da Publicação: 1.06.2001

Jornal: Tribuna de Minas, Juiz de Fora/MG, Data da Publicação: 03.06.2001

Jornal: Jornal de Uberaba/MG, Data da Publicação: 05.07.2001

Jornal: Tribuna do Norte, Apucarana/PR, Data da Publicação: 01.06.2001

Jornal: Folha do Estado, Cuiabá/MT, Data da Publicação: 16/07/01

Jornal: O Popular, Goiânia, GO, Data da publicação: 23.08.2001

Jornal: A Gazeta, Vitória/ES, Data da Publicação: 25.08.2001

Jornal: Jornal de Brasília, Brasília/DF, Data da Publicação: 05.09.2001

A ANASPS E A PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Por Paulo César de Souza

O país tem 5.517 municípios.

Cerca de 2.740 tem previdência.

Os demais não têm.

Até 1990 os 628.505 servidores públicos federais não estavam obrigados a contribuir para a Previdência. Contribuíam com 6% para pensões ou dependentes.

De 1993 pra cá, os 592.898 servidores federais passaram a contribuir para aposentadoria e pensões. Inicialmente com uma alíquota entre 9 e 12%, unificada em 11%, em 1998. Os estaduais e os municipais contribuem com alíquotas variáveis.

Os celetistas nos três níveis pagaram o que o INSS estabeleceu, muito embora seus patrões tenham descontado e não recolhido e não tenham pago a sua parte sobre a folha, cometendo apropriação indébita e sonegação!

Como a União e os servidores não contribuíam para um benefício compatível com sua aposentadoria integral, fácil seria supor que um dia as contas não fechariam. Entendia-se que as despesas com os servidores civis e militares, ativos e inativos, eram dever do Estado, daí a renúncia contributiva da União.

Não tinha qualquer relação contributiva, nem do patrão – o Estado – nem dos empregados - servidores.

Durante mais de um século, ninguém falou no assunto. Criaram direitos e conquistas, muitos foram constitucionalizados, sem protestos. Pelo contrário, os políticos se rotulavam pais de algumas dessas benesses.

Com o fim da inflação e a transferência da poupança para o pagamento da dívida externa de US\$ 206,3 bilhões em ago/01 e da dívida líquida do setor público, de R\$ 641,2 bilhões em ago/01, correspondendo a 52,5% do PIB, alimentando o lucro dos bancos e dos especuladores, faltou dinheiro ao Tesouro para os compromissos de Estado.

Só de juros internos este ano serão pagos mais de R\$ 80 bilhões, que dariam para pagar quase duas folhas anuais de servidores ativos e inativos. Valor médio da aposentadoria R\$ 1.878 e da pensão R\$ 1.541. Pagariam com folga quase 50 milhões de aposentadorias e quase 55 milhões de pensões!

Examinando nossas contas públicas, **o FMI deixou de lado o rombo da dívida interna e externa apresentou um caderno de encargos contra os servidores**, que previa na área federal acabar com direitos e conquistas – 60 já acabaram; cobrar a contribuição dos servidores ativos e inativos e isentar a União; reduzir o tamanho do quadro – de 705,0 mil servidores em 1988 baixou a 486,0 mil em 2000, um corte de 30%; acabar com a estabilidade e a aposentadoria integral, o que levou 140 mil a se aposentar entre 94 e 00; achatam os salários, quase sete anos sem aumento e perdas de 78,45%; terceirização dos serviços públicos, o governo sonega os dados, não há quem consiga identificá-los ou dimensioná-los.

Enquanto não se enxerga o foco do rombo das contas públicas na dívida interna e externa, o governo federal passou a produzir estatística contra os servidores públicos, principalmente na previdência pública.

Há uma ilusão técnica grave de que os atuais inativos não devem receber o que recebem e devem pagar para receber. Pouco se falou que a União até 1990 nunca pagou sua contribuição de 20% sobre a folha. E de 1990 a 2001 continua não pagando. Se tivesse pago, a história seria diferente.

Há na União uma massa de 1.877.255 servidores civis e militares, ativos e inativos diariamente execrados.

O menos importante dos economistas que ganharam o Nobel de Economia concluiria que a crise da Previdência dos servidores públicos brasileiros é de responsabilidade do Estado e dos Governos, da Monarquia à República, e que não há solução à vista: como a União e os servidores não contribuíram, logo é desastroso e inconcebível comparar despesas com receitas. Todas as comparações com o PIB são no mínimo ridículas. Já se disse com seriedade que tal comparação é uma atitude de “vilania e injustiça”. Digo mais: é covardia.

Mas, objetivamente, temos diante de nós uma nova realidade. Nós da ANASPS, uma entidade de servidores da Previdência, decidimos abrir uma janela para o futuro, sem esquecer o passado.

Os 5.549.996 servidores ativos, sendo 562,0 mil da União, 2.700 mil dos Estados e 2.300 mil dos Municípios, terão que se ajustar aos novos tempos, promovendo ações que, no longo prazo, contribuam para corrigir os erros (!) do passado. Deverão existir contribuição do ente federativo e dos servidores para formação de um caixa, que terá equilíbrio e superávit na segunda metade do século XXI. Os passos nesta direção serão considerados esforços sérios de ajustes das contas públicas.

Junto com o BNDES produzimos uma cartilha: A Previdência Social dos Municípios. Entendemos que a Previdência não subsiste sem que haja contribuição. Entendemos que algo deve ser feito para haja uma relação mais justa entre os benefícios e a contribuição. Especialmente para se buscar o equilíbrio atuarial.

É evidente que os ajustes na previdência federal repercutem nas previdências dos estados e municípios, onde o descasamento é bem mais efetivo do que na União. Muito terá que ser feito com velocidade, seriedade, transparência e profissionalismo. Os regimes próprios não resistirão ao impacto. Muitos foram criados para se fugir ao INSS. Estados e Municípios só recolheram os 20% sobre a folha, quando exigidos, e sempre encontraram formas de adiar e rolar os pagamentos. Ainda hoje devem R\$ 25 bilhões ao INSS.

Agora a Lei de Responsabilidade Fiscal contém um mundo de exigências previdenciárias que merecem imediata atenção dos Estados e Prefeituras. Tememos que o descerto venha a ocorrer e que os fundos de previdência se transformem em vilão do novo modelo.

A ANASPS coloca-se à disposição dos Estados e das prefeituras para assessorá-los na busca de soluções tempestivas para olhar o futuro com seriedade para a causa previdenciária, na relação receita/despesa. Será um ajuste e tanto, que exigirá determinação, capacidade e gerenciamento na condução desses ativos e passivos. Demos o primeiro passo, associando-nos às ações e ao corpo técnico da Secretaria de Previdência Social do MPAS.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Gazeta Mercantil/Florianópolis/SC, Data da publicação: 25.05.2001

Jornal: Folha do Paraná/, Cascavel/PR, Data da publicação: 12.06.2001

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data da publicação: 1º a 15 de julho de 2001

Jornal: Folha de Rondonia, Ji-Paraná/RO, Data da publicação: 15.07.2001

Jornal: Jornal O Paraná, Cascavel/PR, Data da Publicação: 06.06.2001

ALERTA GERAL: ESTÃO ACABANDO COM A NAÇÃO!

Por Paulo Cesar de Souza

A voracidade do Estado regulador que administra o que restou do Serviço Público Federal é impressionante.

Desmontaram o Estado, estão desmontando o governo e querem desmontar a nação. Estão acabando conosco. E aí temos que nos indignar.

Querem liquidar com o Estado provedor e protetor, apesar da nova demagogia, que se agrupa em torno de bolsa básica, bolsa escola, bolsa creche, bolsa leite e pão, bolsa cidadão. A nova demagogia tem a cara da velha, do Estado novo, do fascismo, do clientelismo, da pilantropia, à custa do dinheiro público.

No popular, quer dizer: enganar o povão, privatizar o que é bom, implodir o que não presta, terceirizar o que restar, deixar roubar e não punir.

De um lado, entregou-se ao capital internacional o que era patrimônio da sociedade brasileira, fecharam-se mais de duas dezenas de órgãos públicos e sucateou-se mais de três centenas, reduzindo-se de forma espantosa a oferta de serviços públicos. Melhorou alguma coisa? Não. Despencou a qualidade do governo, expandindo-se a corrupção, a impunidade, a incompetência e a insatisfação.

De outro, em 10 anos, cortou-se 40% do efetivo de servidores, há seis anos que não se lhes dá aumento de salários e, acabou-se com 60 direitos, garantias e conquistas sociais, inclusive aposentadoria integral, isonomia e estabilidade.

Os efeitos à vista dos contribuintes, pessoas de bem e de boa-fé não existem mais: segurança pública; saúde pública; transportes públicos; educação pública; segurança pública; previdência pública; estradas; água; esgoto; pesquisa científica e tecnológica; pesquisa agropecuária; defesa do consumidor; justiça; respeito à vida; à dignidade e à privacidade. Na Previdência, retardam a concessão dos benefícios e achatam o valor das aposentadorias e pensões, iniciaram a privatização da Previdência, dando incentivo aos bancos para ganhar rios de dinheiro vendendo ilusões de aposentadorias e, agora, articulam a privatização do acidente do trabalho, para encher a caixa das seguradoras. Na Saúde, voltaram as doenças endêmicas e as epidemias. Na energia, o apagão é a expressão da falência do Estado e do Governo.

E mais: o dólar subindo, o real descendo, a produção descendo, o desemprego subindo, os impostos subindo e a renda per capita descendo.

Assistimos à progressiva destruição e o desmantelamento dos serviços públicos e a desmoralização do servidor público.

O que foi privatizado não é de qualidade melhor do que era estatal e ainda é muito caro. A inflação OFICIAL de 94 a 2001 é de 97,49%. Pois bem, o tarifaço explodiu de 40% a 400%. Os preços mal administrados pelo governo subiram 235%. Subiram: telefones, 344%, energia elétrica, 156%; combustíveis, 199%; gás, 273%; água 94%. Se as estatais tivessem a tarifa dada ao capital global, com correção em dólar, não precisariam ser privatizadas. O governo gastou R\$ 21 bilhões para sanear a Telebrás e a vendeu por R\$ 22,2 bilhões, quando o dólar valia 1 real. Hoje vale R\$ 2,30. O país perdeu tudo o que ganhou. Eles ganharam em dobro o que compraram.

Toda a poupança nacional deixou de se voltar para os 170 milhões de brasileiros. Está drenada e muito bem drenada para pagamento da rolagem da dívida interna de R\$ 600 bilhões e da dívida externa de R\$ 400 bilhões, alimentando a saciedade da banca internacional e do capital especulativo que manipula como bem entende as bolsas, a poupança e a nossa riqueza.

O contribuinte brasileiro tem 41 impostos e encargos e a carga tributária alcança 32% do PIB, uma das mais altas do mundo. Se os impostos pagos revertessem em seu benefício, tudo bem, mas está muito distante que isto aconteça. De um real que sai de Brasília para o Piauí ou qualquer estado ou município, por exemplo, chegam 40 centavos, quando chegam. 60 centavos são surrupiados no caminho.

Este quadro enseja, na outra ponta, padrões críticos de sonegação, fraude, evasão fiscal, apropriação indébita. Vejam os números: É de R\$ 110 bilhões no INSS, de R\$ 20 bilhões, no FGTS, de R\$ 700 bilhões na Receita Federal, de R\$ 1 trilhão nos Estados e de R\$ 2 trilhões nos 5.600 municípios. Não tem Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Responsabilidade Fiscal, Ministério Público, Justiça Especializada, Tribunal de Contas, Secretaria de Controle que resolva esta desobediência civil.

O governo federal usa e abusa dos tributos na fonte, como Renda e CPMF, para se garantir e fazer caixa. A receita da União, dos Estados e dos Municípios só cresce. O arrocho tributário é pesado. Para onde vão os recursos?

Acabam sumindo na montanha da dívida e nos rombos da SUDAM, da SUDENE, nas agências de fomento, nas agências reguladoras, nos fundos de pensão, nos tribunais inacabados, nas estradas superfaturadas do DNER, nos desperdícios do FUNDEF, do FAT e de tantos outros mundos, fundos e programas marketeiros lançados na plataforma de lançamento do Palácio do Planalto.

Diante desse quadro, nada otimista, o povo assiste de forma passiva o que se passa à sua volta. Essa passividade resulta do medo que nos aflige, nos desmobiliza, nos humilha e nos degrada.

Vivemos sob o estigma do medo e da insegurança. O medo tomou conta de nossas casas e dos nossos locais de trabalho. Não é apenas o medo da violência urbana, mas o medo do desemprego. Os trabalhadores parecem dizer: façam o que quiserem, nos neguem tudo o que sonhamos, mas nos deixem no emprego.

Nós, que representamos 53 mil servidores da Previdência Social, **temendo o desmanche da Previdência Pública e do INSS**, afirmamos que a auto-estima do brasileiro sumiu pelo ralo de um governo legítimo, mas incapaz, democrático, mas incompetente.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Gazeta Mercantil, Data da publicação: 26/27.05.2001

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/ RJ, Data da publicação: 16 a 30 de junho de 2001

Jornal: Mais Londrina, Londrina/PR, Data da publicação: 01.06.2001

Jornal: Correio Popular, Campinas/SP, Data da publicação: 10.08.2001

Jornal: Jornal de Piracicaba, Piracicaba/SP, Data da publicação: 11.08.2001

Jornal: A Gazeta/ Rio Branco/AC, Data da publicação: 26.08.2001

Jornal: O Liberal, Belém/PA, Data da publicação: 21.08.2001

ANASPS QUER MELHORIAS SALARIAIS PARA SERVIDORES DO INSS

Por Paulo César de Souza

A Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade com 53 mil associados, ativos e aposentados, deflagrou uma nova luta e empunhou uma nova bandeira pela criação da Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias (GDAP) – para a massa dos servidores da Previdência Social, e a extensão da Gratificação de Desempenho de Atividades Tributárias -GDAT aos auditores fiscais aposentados.

Na Previdência Social, os Auditores Fiscais, os Procuradores e os Médicos Peritos são dotados de carreira funcional própria e gratificações específicas. A criação dessas carreiras foi uma justa retribuição ao trabalho desenvolvido por essas categorias. Nada mais correto.

Entretanto, outros milhares de servidores previdenciários, exercendo cargo efetivo, ainda não foram contemplados com carreira própria, prometida desde 1986.

Pelos estudos da ANASPS que estão sendo apresentados aos Líderes dos Partidos políticos no Congresso e aos senadores e deputados membros da Comissão Mista que analisa a MP 2093 o impacto da GDAP, beneficiando 74.730 servidores ativos e inativos, de nível superior e médio, seria de R\$ 27,3 milhões mensais, assim discriminados:

- Ativos – 34.806 servidores, R\$ 15,9 milhões;
- Aposentados – 32.914 servidores, R\$ 9,3 milhões;
- Instituidores de pensão – 7.010, R\$ 2,0 milhões.

O custo anual seria, pois, de R\$ 327,6 milhões. O impacto sobre a folha de salários do INSS seria de apenas 12%.

Esse impacto poderá ser facilmente diluído no previsível aumento de receita e na redução de despesa em decorrência da implantação da GDAP, eis que ela, por sua própria natureza, estimulará grandemente as ações voltadas para o incremento de arrecadação, e, de outra parte, a redução de custos.

Todos reconhecem a extrema exigüidade dos salários pagos aos servidores previdenciários, do Ministro Roberto Brant a todos aqueles que tomam conhecimento da gravidade dessa situação. A grande maioria, 87% de 40 mil servidores do INSS, recebe salários médios da ordem de R\$ 600,00 mensais. Um despropósito, um absurdo e, sobretudo, uma inominável perversidade.

A Previdência movimentou, no ano passado, em receita e despesa, cerca de R\$ 153 bilhões, tendo pago benefícios previdenciários a cerca de 20 milhões de pessoas em todo o Brasil e arrecadado R\$ 56 bilhões de 27 milhões de contribuintes, empregados ou individuais, e de 4 milhões de empresas.

Todo esse volumoso trabalho foi realizado por apenas 40 mil servidores. Desses, 35 mil

não são integrantes de carreira funcional, têm carreiras apenas os Auditores Fiscais, os Procuradores e os Médicos Peritos. Embora representem quase 90% do quadro de pessoal, recebem uma remuneração total equivalente a 58% da folha mensal de salários, ou, de outra maneira, esses servidores, que representam em grande parte a sustentação do regime previdenciário, percebem o equivalente a 0,39% de toda a movimentação financeira do INSS.

A magnitude dos recursos envolvidos no sistema previdenciário público não encontra qualquer correspondência na valorização funcional e salarial de seus servidores, cuja remuneração encontra-se altamente aviltada, há seis anos sem aumento, a merecer urgente reparação por parte do Governo Federal.

Reconhecer o problema e tomar uma providência corretiva foi a proposta do Deputado Wilson Braga, mediante emenda à MP n.º 2093-23, de 2001, propondo a criação da Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias - GDAP, a ser paga a esses servidores segundo a respectiva produção individual e a coletiva de sua unidade funcional. O Relator da MP 2093, Deputado Roberto Pessoa, diante dos argumentos que lhe foram apresentados e da justeza da causa, considerou “em princípio, justas e razoáveis as propostas formuladas pela ANASPS” e comprometeu-se a acolher a referida emenda em seu Relatório, evidentemente com o apoio dos demais integrantes da Comissão Mista e das lideranças do Congresso Nacional.

A luta da ANASPS não é recente.

Em 1995, em dois encontros com o então ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, apresentamos propostas de criação da Gratificação de Desempenho e Produtividade Previdenciária-GDPP.

Em 1998, através do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC), propusemos a criação da Gratificação de Desempenho e Produtividade Previdenciária-GDPP, como emenda à MP 1.588-6/98.

Em 1999, em audiência com o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, sugerimos a criação e estruturação das carreiras do Instituto Nacional do Seguro Social –INSS, inclusive instituindo a Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária-GDAP.

Em 1999, através dos deputados Osmânio Pereira (PMDB-MG) e Roberto Pessoa (PFL-CE), defendemos a organização da Carreira Auditoria Fiscal da Previdência Social, afinal aprovada.

Em 2000, o ministro da Previdência, Senador Waldeck Ornelas, apresentou o seu anteprojeto de plano de carreira de técnico previdenciário, com solução implícita para o passivo do PCCS, que até hoje se encontra no Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. A ANASPS reconheceu a importância da proposta, encaminhando sugestões ao ministro, no sentido de que o anteprojeto se estendesse ao MPAS, que fossem contempladas as categorias de nível auxiliar, que as vantagens fossem estendidas aos aposentados e pensionistas e que fosse instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias-GDAP.

Em 2000, encaminhamos aos Senadores e Deputados Federais o documento “Carreira Previdenciária: a necessidade de sua aprovação urgente”.

Em 2001, retomamos a luta junto a Senadores e Deputados, ao ministro Roberto Brant, ao deputado Roberto Pessoa (PFL-CE), relator da MP 2093-23, e ao deputado Wilson Braga (PFL-PB) que apresentou a emenda sobre a GDAP.

Em 2001, mais recentemente, recebemos comunicação da Secretária de Gestão, do Ministério do Planejamento segundo a qual a proposta do Plano de Carreira Previdenciária está dentre aquelas que serão analisadas em 2001.

Não será sem tempo. Estamos aguardando. Com avanços e recuos, incompreensões e dificuldades, a ANASPS tem lutado diuturnamente para que tenhamos um Plano de Carreira. Não

se trata de uma luta corporativa, mas de uma luta de dignidade, de respeito, de valorização, de produtividade, de qualidade, de eficiência, de resultados.

A maior seguradora do Brasil e da América Latina – o INSS - terá que mudar sua política de recursos humanos.

A não correção das distorções salariais dos servidores do INSS pode agravar as dificuldades de todo o regime geral de previdência no Brasil, com graves consequências para todos, e, presumivelmente, com sérios danos para a tranquilidade social, dada a importância da Previdência na manutenção dessa tranquilidade.

Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data da publicação: 1º a 15 de junho de 2001

A ANASPS E A DEFESA DO PCCS

Por Paulo César de Souza

Todos sabem que a ANASPS não tem uma postura sindical.

Os sindicatos existem e sempre exerceram um papel da maior importância, na defesa dos interesses dos servidores.

Nossa postura é diferenciada, porque nossa missão é outra.

Transcendemos ao universo sindical.

Somos, de longe, a maior e mais importante entidade dos servidores da Previdência Social, com 53 mil associados entre os 80 mil servidores, ativos e inativos do MPAS e do INSS.

Isto respalda o trabalho da ANASPS, sem diminuir o papel dos sindicatos.

Vejam o caso da defesa do PCCS.

A Diretoria Executiva da ANASPS, ao tomar conhecimento que o Ministério do Planejamento deflagrou uma caça às bruxas, determinando ao INSS auditar as rubricas de pagamento relativas ao PCCS em todos os Estados. Criou inclusive um novo Sistema de Acompanhamento e Pagamento de Vantagens Decorrentes de Decisões Judiciais (SICAJ) para cadastrar todas as ações judiciais que vinham sendo pagas, em rubricas específicas – como as do PCCS - que não mais seriam cadastradas, cessando os pagamentos, fez o que deveria fazer:

1. Em 29.05.2001, solicitamos por ofício Advogado Geral da União, dr. Gilmar Ferreira Mendes a emissão de nova Súmula Administrativa sobre o pagamento do passivo trabalhista dos servidores, em especial o PCCS, ameaçado por decisão do Ministério do Planejamento de retirar de folha em 180 dias.

O pedido da ANASPS se baseou em três premissas:

- a) Ao invés de se pretender tirar o PCCS dos servidores do INSS, atingindo 25 mil em todo o país, cortando 58,29% dos rendimentos, que em média são de R\$ 600,00, o governo deveria era pagar os restantes 47,11% e estender aos demais 55 mil servidores do Instituto.
- b) A Procuradoria Geral do INSS por não ter limites da aplicação da Súmula acaba prejudicando os servidores.
- c) A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

desenvolveu um sistema e está intimando a área de recursos Humanos do INSS a retirar o PCCS de quem já tem.” .

d) Estamos aguardando uma resposta do Dr. Gilmar.

Em 30.05.2001, a ANASPS distribuiu comunicado para a mídia brasileira, denunciando a manobra sorrateira de retirada do PCCS, instituído em setembro de 1987, como “empréstimo patronal especial”, parcela correspondente a 100% da remuneração do servidor que implicaria em prejuízos irreparáveis para 25 mil servidores, ativos e inativos do INSS.

O “Empréstimo Patronal Especial”, foi instituído em 1987, por ato do então ministro da Previdência, depois de uma longa greve dos servidores pela criação do Plano de Carreiras Cargos e Salários, previsto para o INSS pela Lei nº 7.604/87, de 26.05.87, - e não implantado até hoje, muito embora o Ministério tenha concluído a elaboração do PCCS à época, o mesmo não foi encaminhado ao Congresso pelo Presidente da República. O PCCS foi pago em valores fixos.

Em 1988, em janeiro passou a denominar-se “adiantamento pecuniário do PCCS” e a Lei nº 7.686/88, de 2.12.88, deu forma legal a essa vantagem, mandando que sobre ela incidissem os reajustes concedidos aos salários, as URP's previstas no Decreto Lei nº 2.355/87, de 27.08.87, e determinou que o adiantamento fosse incorporado à aposentadoria.

Em 1988, ainda, o Ministério da Previdência entendeu pelo MEMO/CIRCULAR/MPAS/GM Nº 2829/89, que os valores fixos pagos de fevereiro a outro de 1988 deveriam ser reajustados pela URP's, deixando em aberto um passivo de 47,11% relativo a dezembro de 1987, que passou a ser buscado por via judicial.

Os servidores receberam efetivamente 52,89% de sua remuneração.

Em 1989, a Lei nº 7.923/89, de 12.12.89, no seu item XXIII, parágrafo 3º do art. 2º, estabeleceu a absorção na remuneração dos servidores das gratificações, auxílios, abonos, adicionais, indenizações e quaisquer outras retribuições, mas excluiu “o adiantamento pecuniário do PCCS”.

Em 1992, a Lei nº 8.460/92, ao conceder a antecipação de reajuste de vencimentos aos servidores civis, determinou, em seu art. 4º, a incorporação de algumas vantagens aos vencimentos, entre elas, o “adiantamento pecuniário do PCCS”, mas suprimindo a parcela dos ganhos judiciais dos servidores.

2) Ainda em junho, a ANASPS fez ver ao ministro da Previdência Social, Roberto Brant, e ao presidente do INSS, Fernando Fontana, que a retirada do PCCS implicaria de imediato na perda de quase 50% dos rendimentos dos servidores – há seis anos sem aumento de salários. É no mínimo uma atitude odiosa contra os servidores, especialmente quando sabemos que a remuneração média de 87 % dos servidores do INSS é de R\$ 600/mês, 66% estão na faixa de idade acima de 41 anos, 66% tem mais de 16 anos de serviço e 48% não tem nível superior;

3) Em 06.07.2001, relatamos aos nossos companheiros de Diretoria Executiva e aos associados, por nossos meios internos de comunicação, as conversações mantidas com o Presidente do INSS e o Diretor de Recursos Humanos, que inclusive estiveram com os dirigentes da área de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, a pedido nosso, para encaminhar uma proposta que solucione – por via administrativa - o PCCS, de forma definitiva;

4) A ANASPS foi a primeira entidade dos servidores a cobrar a extensão – e não a retirada – do PCCS aos demais 55 mil servidores que não a recebem;

5) A ANASPS sempre entendeu que a solução do passivo do PCCS poderá ser resolvido por via administrativa, com o Ministério da Previdência recompondo os salários dos

servidores e nele embutindo o PCCS, na forma que considerar juridicamente correta;

- 6) A ANASPS recebeu do ministro Roberto Brant e do presidente do INSS, Fernando Fontana, a informação de que o PCCS não seria retirado de folha e que estavam negociando uma solução política, através de Medida Provisória, que criaria uma Gratificação correspondente ao valor do PCCS, através da criação da carreira de Técnico Previdenciário, retomando-se uma proposta em curso no MPAS há dois anos. A ANASPS manifestara-se sobre a proposta, acreditando que poderia ser complementada com a instituição da Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária-GDAP. Sempre sonhamos com uma solução administrativa do PCCS, já que na esfera judicial além das diferentes interpretações, há sempre um burocrata na área de Recursos Humanos do Governo querendo e torcendo pela desgraça de seus colegas;
- 7) A ANASPS entendeu que ao longo de 14 anos de disputas judiciais tudo mudou para pior contra os servidores. Memoráveis conquistas foram suprimidas. Seria mais um golpe que os servidores que ganharam na Justiça fossem duramente punidos. "No INSS há estados onde muitos servidores recebem o PCCS e outros não, como é o caso do Maranhão e do próprio Ministério. Há servidores de uma carreira recebendo e outros não, gerando um desnível salarial e insatisfação. Agora, o clima é de pânico e de terror, face às ameaças de retirada do PCCS.

Mas entendemos que não podemos adotar uma postura de "monopólio de causa". Muito pelo contrário, todo o esforço sindical, em defesa do PCCS, adotado pela CNTPS/FENASPS, seria oportuno, já que precisamos, como nunca neste momento, unir esforços em favor de uma causa comum, quando o governo federal adota as mais cruéis decisões contra os servidores públicos e em especial da Previdência Social.

A ANASPS participará de toda a mobilização política que se faça em defesa do PCCS. Acreditamos que a mobilização deve ser intensificada logo após a reabertura dos trabalhos na Câmara e no Senado.

Reafirmamos que o governo continua absolutamente insensível a apelos e continua batendo nos servidores.

Paulo César de Souza é Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data da publicação: 16 a 31 a 15 de julho de 2001

APOSENTADORIA VIA INTERNET E A VIA DA SONEGAÇÃO

Por Paulo César de Souza

O Secretário Executivo do MPAS saiu com uma notícia revolucionária: vem aí a aposentadoria "on line", a partir do ano 2002. É bonito, é visão estratégica, de futuro, voltada para o gasto. Lamenta-se que não hajam surtos em direção à receita do INSS.

Aliás, estamos bem: o Secretário foi o idealizador do SIMPLES, que engrossa a renúncia contributiva do INSS e fortalece a Receita Federal e o ministro da Previdência defende a redução da contribuição das empresas.

A idéia até que não é má. Vendo do lado dos 20 milhões de segurados do INSS é ótima.

Sabemos, porém, que grande parcela deles, talvez uns 60%, não têm e não terão Internet nos próximos anos.

O déficit deste ano já foi revisto para R\$ 12,9 bilhões pelo próprio Secretário. A renúncia contributiva caminha para outros R\$ 12 bilhões. A evasão contributiva está em R\$ 14 bilhões. A dívida incobrável – administrativa e judicial - ao final de 2000, uma montanha de 772 mil créditos, chegava a R\$ 110 bilhões. O setor público, com 27 mil créditos, 19%, deve R\$ 20,3 bilhões. O setor privado, com 645 mil créditos, 81%, deve R\$ 88,1 bilhões.

Além disso, os sistemas corporativos do INSS são muitos bons como operativos restritos e muito ruins como operativos amplos.

- a) A Arrecadação, Benefício e Procuradoria não se falam, são estanques;
- b) Não falam com outros sistemas do Governo, como Receita e Procuradoria (CNPJ e CNPF), CAGED e FGTS;
- c) Não falam com outros sistemas dos Estados e Municípios, como ICMS e IPTU;
- d) A Arrecadação continua contaminada com o “vírus” da sonegação, da evasão e das fraudes. O número de fiscais é insuficiente. Há oito anos brigam por simples “notebooks”;
- e) O Benefício é uma peneira 40, com ralos de 300 fraudes;
- f) A Procuradoria não administra a sonegação, a evasão, as “brechas legais” e as fraudes. É pequeno o número de procuradores;

Não há um mísero caloteiro na cadeia.

Com muita dificuldade, a Previdência Social brasileira formou, nos seus Postos, no dia a dia, pessoal para o Benefício. Ninguém aprendeu na escola. Essa cultura se transmite de geração a geração desde 1923, com a legislação que muda todos os dias, seja por pressão do paternalismo, dos interesses políticos e do FMI.

Com a Web, a cultura de concessão e manutenção de Benefícios, o INSS etc, vai pro espaço. O servidor – despojado de 60 direitos e conquistas sociais e há quase sete anos, 100 meses, 3000 dias, sem aumento – mais uma vez será punido.

Pergunta inocente: não seria mais um passo em direção à privatização do INSS?

Perguntar não ofende: não seria mais uma proposta das consultorias que vicejam em Brasília, como uma que o INSS contratou por 1 milhão de reais para mudar sua estrutura, atualizada quase todos os anos?

Se a Lucent Technologies dispensou 20 mil trabalhadores, o INSS poderia dispensar 30.000, fechando as 800 Agências e as 325 Unidades Avançadas de Atendimento.

Não é visão estratégica reconhecer que o INSS foi um dos primeiros a sair na frente na era da informática, no começo da década de 70. Esteve sempre na vanguarda. A Previdência é toda informatizada, há tempos, o que não impediu o florescimento da “fraude eletrônica”. A fraude manual é residual.

Anunciar que os benefícios via Web serão concedidos com o CNIS, que tem os dados de 110 milhões de trabalhadores desde 1976 é jogar para a arquibancada:

- a) não há 110 milhões de brasileiros com carteira assinada;
- b) na PEA, População Economicamente Ativa, estão 86,9 milhões;
- c) a população ocupada no trabalho principal é de 71,6 milhões;
- d) há 40 milhões de brasileiros fora da Previdência e que precisam ser integrados. Há muito lero e nada prático. Aliás, nós da ANASPS temos um projeto para resolver o problema. Oferecemos, de graça, ao Ministério;

e) o CNIS poderia conceder benefícios, automaticamente, a partir de seus próprios registros, em 2006, para as mulheres, com 30 anos de contribuição, e, em 2.011, para os homens com 35 anos;

f) o CNIS não foi desenhado apenas para conceder benefícios. Seria relevante para Arrecadação e Procuradoria, cruzando informações fiscais e contributivas. Este lado parou, tornou-se a via-crucis do CNIS. A Fazenda e o Trabalho não aceitaram o CNIS.

O modelo atual de concessão de benefícios não é medieval. É o modelo histórico. Não se joga pedra na História.

A Previdência tropeça nas suas prioridades. Gastar é mais fácil, conceder isenção é fácil. Trocar a contribuição patronal das *pilantropicas* por bolsas, que serão concedidas a dedo, é mais estratégico, fácil.

Cobrar e arrecadar é difícil. Chateia, incomoda, desagrada. A cultura do calote agradece.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade apolítica com 53 mil associados.

Jornal: Gazeta Mercantil/, Data da publicação: 07.08.2001

Jornal: Valor Econômico, São Paulo/SP, Data da publicação: 09.08.2001

Jornal: Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, Data da publicação: 28.08.2001

Jornal: O Imparcial, São Luis/MA, Data da publicação: 23.08.2001

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data da publicação: 16 a 31 de agosto de 2001

Jornal: Mais Londrina/Londrina/PR, Data da Publicação: 10.09.2001

Jornal: Diário Popular, São Paulo/SP, Data da Publicação: 13.09.2001

Jornal: O Popular, Goiânia/GO, Data da Publicação: 23.09.2001

Jornal: Gazeta Mercantil, Data da Publicação: 10.10.2001

Jornal: A Tribuna/Natal/RN, Data da Publicação: 10.10.2001

Jornal: Jornal do Tocantins/Palmas/TO, Data da Publicação: 01.12.2001

UMA NOVA PROPOSTA PARA O INSS

Paulo Cesar de Souza

Insistimos que o INSS é viável, que o governo federal está absolutamente equivocado no direcionamento da política previdenciária, que nada, absolutamente nada, justifica o pavor em relação ao futuro da Previdência Social pública do nosso país.

É muita incompetência do governo atual pintar a Previdência Social pública com as tintas do terror.

Terror de sua má fé na perspectiva de uma privatização ainda impossível e terror na perspectiva de frustrar as esperanças de gerações, acenando com benefícios ridículos e ameaças de não recebê-los.

Tudo não passa de uma manipulação estúpida, com o uso intenso do saco de maldades.

Vamos explicar passo a passo:

Mesmo desconsiderados os superavitários recursos da Seguridade Social, o INSS ainda é viável, por várias décadas.

Sua privatização não ocorrerá tão cedo, pois o Tesouro Nacional não tem como assumir o passivo dos atuais 20 milhões de beneficiários da ordem de R\$ 60 bilhões anuais. Todos os magos do governo tentaram uma solução para isso e não acharam, nem com a ajuda do FMI. Restou, então, achatar os benefícios, com o fator previdenciário, dificultar a concessão, ampliar as isenções,

favorecer a fraude, enfim argentinizar o INSS para num futuro próximo, quem sabe?, reduzir o valor dos benefícios e desapossentar quem não tiver 70 ou 80 anos!

Como o INSS não será privatizado da noite pro dia, seria possível viabilizá-lo?

Apresentamos duas propostas:

A primeira, permitir que o INSS possa operar com os mesmos títulos de capitalização de previdência privada, autorizados para bancos e seguradoras. Ou seja, quem pode pagar, compraria planos de capitalização lançados pelo INSS para aposentadorias acima do teto atual: 1.300 reais. Se o cidadão quisesse uma aposentadoria de 2 mil, 3 mil, 4 mil, 5 mil contribuiria para isso, no INSS.

Cerca de 3,5 milhões de brasileiros já embarcaram neste regime, **correndo todos os riscos** destes bancos e seguradoras repetirem o que fizeram os montepios de triste memória: sumir no ralo. O risco existe.

Bastaria que se dissesse que o INSS arcaria com os riscos, garantiria a capitalização oferecida, e se adotasse a portabilidade, isto é, a possibilidade dos atuais titulares migrar com seus ativos para o INSS.

O INSS receberia um fluxo generoso de recursos.

Claro que seria necessário adotar como salvaguarda que a base política do governo não pudesse avançar sobre esta nova carteira com a voracidade com que avança no orçamento público. Os recursos ficariam no Banco Central e seriam movimentados com a remuneração dos títulos públicos federais e não do FGTS, um escárnio para seus contribuintes.

A segunda, determinar que o INSS incorpore os 40 milhões de brasileiros que estão fora do sistema previdenciário.

O MPAS precisaria acabar com a pirotecnia de sair catando a dedo, camelôs, carroceiros, prostitutas, aliados do sistema, mesmo porque essas pessoas, amanhã, na velhice, precisarão da Previdência.

Já que eles não vêm e não virão, enquanto o próprio governo denigre a Previdência, entregando sua gestão à sua base aliada, tornando-a instrumento de fraudes, elisão, evasão, sonegação e renúncia contributiva, o correto é ir ao encontro deles, onde estiverem. De preferência de forma compulsória.

Basta obrigá-los a contribuir para o INSS, não importa, se pelo salário mínimo ou que se estabeleça um mínimo de contribuição e que se permita que eles possam regularizar suas contribuições a partir de 18 anos de idade ou da data do primeiro contrato de trabalho.

O INSS receberia um fluxo generoso de recursos.

Todos os ministros da Previdência fazem média com os aposentados e a sociedade dizendo que o INSS é a maior seguradora da América Latina, a maior distribuidora de renda do país, patrocinam estudos sobre a manutenção e sobrevivência de famílias e até de municípios por conta dos benefícios que paga.

Porém nada têm feito para reerguê-la do caos em que a meteram, por omissão, descaso e ignorância.

A ANASPS tem essas propostas concretas, detalhadas e fechadas, que serão apresentadas a quem se dispuser salvar a Previdência Social pública, hoje com 4 mil servidores terceirizados e 5 mil estagiários, créditos a receber de R\$ 110 bilhões, déficit previsto para 2001 de R\$ 12 bilhões, renúncias contributivas de R\$12 bilhões (sendo de R\$ 2,2 bilhões do SIMPLES), sonegação estimada em R\$ 14 bilhões (40% da receita), 35 mil servidores recebendo 850 reais em média, 20 milhões de aposentados e pensionistas, sendo que 13 milhões recebem 180 reais, 23 milhões de segurados contribuintes com uma guilhotina no pescoço já que, ano a ano, por ordem do FMI, o valor dos benefícios vai cair em termos reais.

Há muito espaço para recuperarmos o INSS. O que falta é coragem ou vergonha.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data da publicação: 16 a 30 de setembro de 2001

AS PRÓXIMAS VÍTIMAS DO INSS

Paulo César de Souza

O governo continua insistindo em cobrar contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público federal. Também são reiteradas as propostas (exigências?) do FMI a esse respeito. O governo insiste na sua cobrança apesar de já ter sido recusado pelo Congresso e julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Em primeiro lugar, os aposentados pagaram religiosamente as contribuições previdenciárias exigidas pela legislação pertinente. Mais do que isso, as contribuições foram descontadas diretamente de seus contracheques, quando na ativa, e tornaram-se receita do Tesouro Nacional. Portanto, o aposentado cumpriu rigorosamente a sua parte no que se refere a sua própria aposentadoria.

E a União? Esta, no curso dos anos, dilapidou a receita obtida com essas contribuições e não constituiu as reservas a que estava obrigada para atender as aposentadorias/pensões dos servidores que ela contratou e a quem, dentro do contrato, estava garantida a aposentadoria integral.

No regime geral da Previdência Social (INSS), o trabalhador paga a contribuição, que representa cerca de 25% do necessário para o pagamento das aposentadorias e pensões desse regime – os outros 75% são encargos das empresas (no caso dos servidores federais, a União).

Não querer a União, a essa altura, cumprir sua parte é um verdadeiro calote, um calote perverso, porque recai sobre um grande número de pessoas quase indefesas, boa parte com idade avançada e saúde debilitada. A cobrança de contribuição a esses aposentados, pela via da reforma constitucional, é uma agressão grosseira e malvada, pois a única culpa que têm é ter trabalhado pelo País e cumprido plenamente suas obrigações funcionais e previdenciárias. A medida perversa que se pretende adotar contra os aposentados e pensionistas da União em seguida será tentada, também, contra os 20 milhões de aposentados/pensionistas do INSS.

O instrumento, nos dois casos, é o mesmo: emenda constitucional – no caso dos servidores, ela já existe. Nisso, o governo é eficiente: cortar direitos, reduzir aposentadorias, congelar salários, aumentar o desemprego. Um exemplo, apenas um, pode evidenciar a brutalidade da proposta do governo de atingir os aposentados do serviço público e, em seguida, os do INSS: a arrecadação prevista com a contribuição alcançaria R\$ 10 bilhões/ano, significando, portanto, expressiva redução para um contingente de 21 milhões de pessoas, a maioria, repito, em idade avançada.

Por outro lado, segundo estimativas conservadoras de autoridades do próprio governo, a cada ano deixam de entrar nos cofres do Tesouro, fruto da sonegação, da elisão e da fraude de impostos e contribuições, cerca de 20% da receita, ou seja, algo em torno de 60 bilhões, várias vezes maior do que se quer subtrair dos aposentados. O que dizer dessa monstruosidade?

E por que isso? Por que toda a poupança passou a financiar a dívida pública, interna (R\$ 641,29 bilhões) e externa (206,3 bilhões), eixo da questionada política monetária do Banco Central, com o aval do FMI. Dinheiro pouco, o governo elegeu os servidores como causa de todos os males do País. Manipulando dados falsos, utilizando a mentira como regra – comparando renda per capita, idade mínima para aposentadoria e expectativa de vida dos Estados Unidos e Brasil ou

pinçando dados de desvio padrão entre aposentadorias do INSS e dos servidores – e construindo sua maioria no Congresso com liberação de verbas de bancada e individuais no Orçamento, acabou com os direitos dos servidores.

A contribuição dos inativos é só mais um passo na escalada de violência e das maldades contra os servidores. O governo só quer arrancar dinheiro na fonte. É mais fácil e seguro. Veja o que aconteceu com a CPMF, que seria provisória e acabou eternizando-se para financiar a nova *pilantrópia*.

A previdência, desde sempre, é estruturada sobre uma nobre virtude humana: a solidariedade. A solidariedade, especialmente a solidariedade na luta, acabará por prevalecer sobre os privilégios patrocinados pelo neoliberalismo imposto ao País.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS

Jornal: Gazeta Mercantil, Florianópolis/SC, Data da publicação: 17.09.2001

Jornal: O Liberal/Belém/PA, Data da publicação: 23.09.2001

Jornal: Correio do Sul, de Varginha/MG, Data da publicação: 15 e 16.09.2001

Jornal: Gazeta do Paraná, Cascavel, PR, Data da publicação: 18. 09.2001

Jornal: Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ, Data da publicação: 1 a 15 de outubro de 2001

Jornal: A Gazeta/MT, Data da publicação: 06.10.2001

Jornal: O Popular/GO, Data da publicação: 10.10.2001

Jornal: A Gazeta/AC, Data da publicação: 06.11.2001

QUEM GANHOU E QUEM PERDEU COM A GREVE NA PREVIDÊNCIA.

Paulo César de Souza

Os 106 dias de greve na Previdência Social tiveram ganhadores e perdedores.

Ganhadores: o governo; a justiça; os servidores; a sociedade.

Perdedores: o governo; a justiça; os servidores; a sociedade.

Não parece, é redundante mesmo.

Entramos em greve por uma causa existencial: a reposição de salários, manutenção de direitos, criação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários, instituição de uma Gratificação de Desempenho e contra a terceirização. Somos 35 mil servidores ativos excluídos da “política de recursos humanos” do governo federal. Entramos também por uma causa, a defesa da previdência social pública, ameaçada pelo desmanche do Estado brasileiro, globalização e avidez de lucros de bancos e seguradoras.

Não tínhamos, como ainda não temos, a regulamentação do direito de greve no setor público.

O governo não deu importância inicial à greve, por acreditar que a desmobilização dos servidores por ele induzida se encarregaria de matá-la. Além do que sempre tratou com desprezo olímpico os servidores ativos e com humilhação (“vagabundos”) e deboche os aposentados e pensionistas! Mais do que isso, diante da proposta de reposição de 75,48% respondeu anunciando para 2002 apenas 3,5% e mandando pagar os 3,17% determinados pelo Supremo. Não é assim que o governo trata bancos, empreiteiros, seguradoras, montadoras, especuladores, etc.

Mas a greve interessava ao governo: 300 mil pessoas/dia deixaram de ir aos postos do INSS, mais de um milhão de benefícios deixaram de ser concedidos, contribuindo para a redução

do déficit inicialmente estimado em R\$ 12 bilhões. O INSS já represava e a montanha represada só vai impactar o déficit de 2002.

Os esforços de se criar a Previdência sem servidores, via Internet, não adiantaram, mesmo porque os botões de ferro e os olhos de vidro dos computadores ainda não concedem benefícios! Nem os esforços de se inundar a Previdência de temporários e terceirizados, já são mais de 5 mil, sem licitação, igualmente adiantaram pois eles não concedem benefícios. Já vimos este filme. Alguns anos atrás a sociedade assistiu ao desmonte da saúde (ex-INAMPS). A responsabilidade federal passou para os Estados que passou para os Municípios. O resultado: a sociedade não sabe a quem recorrer. No INSS, o desmonte começou pela Internet, pelos terceirizados e agora, pasmem, pela concessão de benefícios através de prefeituras, com servidores contratados pelos prefeitos. (Se não for do partido no poder não será atendido).

Não tardará a explosão de fraudes e bandalheiras.

A sociedade aparentemente foi prejudicada pelo retardamento na concessão de benefícios. Mas isto que traz desconforto, indignação e repulsa – ampliados pela mídia, na dimensão das emoções das notícias – tem uma importância menor na tragédia. O trágico – que não emociona a mídia – é o desmanche da previdência social pública, do INSS. Os já aposentados e pensionistas continuam tendo perdas e muitos estão na Justiça tentando recuperá-las; os que estão se aposentando enfrentam o fator previdenciário, criado para reduzir o déficit, e achatar seus benefícios. Os contribuintes - de hoje as novas gerações perdidas - têm um futuro incerto e absolutamente intranquilo quanto às suas aposentadorias.

É o governo que faz e acontece na Previdência. Não é a justiça, nem os servidores, nem a sociedade.

A Previdência do governo FHC é um lado sombrio, nebuloso, perverso. O seu rombo (dívidas não cobradas) que em 1994 era de R\$ 30 bilhões fechará 2001 com R\$ 150 bilhões. Se algum passo tivesse sido dado para reverter este quadro e outros – pois a sonegação continua de 40% e a renúncia fiscal do período passa dos R\$ 50 bilhões - muita coisa poderia ter sido evitada.

Os servidores não tinham mais o que perder. A última atitude nefasta do governo – em silenciosa ofensiva contra a Ordem Jurídica e o Estado de Direito – tinha sido a criação de um sistema no Ministério do Planejamento para não pagar as ações judiciais concedidas pela Justiça desde 1987 e que dão 47% em um contracheque médio de R\$ 800,00. Sem os 47,11% do PCCS, o servidor receberia um pouco mais de R\$ 400,00.

Com a greve fluindo, tendo chegado a 100% das 1.135 unidades do INSS, e o governo de braços cruzados, começamos uma batalha judicial. O governo mandou cortar o ponto, sem apoio legal, pois o direito de greve não está regulamentado. Perdeu. Recorreu. Perdeu. Desesperou-se. Mandou suspender o pagamento. Perdeu. Desesperou-se. Desrespeitou o Superior Tribunal de Justiça. Baixou um pacote antigreve, truculento, anti-democrático, com um leque de ameaças. Numa semana, baixou três atos de força, inaugurando um “manicômio legal” no Avança Brasil.

Em todos os momentos em que fomos convocados, apresentamos propostas conciliatórias, no Plano de Carreiras, na criação da GDAP, na busca de recursos para financiamento dos custos de implantação, no estancamento da terceirização. Procuramos quase 400 senadores e deputados, um a um, mostramos nossos pleitos e pedimos apoio. Nossas propostas, foram repassadas ao campeão do desrespeito aos servidores, ministro Martus Tavares, e ao sensível ministro Roberto Brant.

Na corrida por seu próprio mandato, o ministro Brant rompeu a omissão do governo e negociou. Certamente teve que vencer resistências internas no governo para fechar o acordo com os previdenciários.

Acreditamos, honestamente, que tivemos conquistas tais como o Plano de Carreiras, a GDAP, a manutenção do PCCS para quem tem direito adquirido judicialmente, extensão da parte fixa da GDAP para os aposentados e pensionistas, a realização de concurso o que ocorrerá pela primeira vez em 27 anos, sendo que temos 18 mil vagas na lotação ideal. Não ganhamos evidentemente os 75,48%, mas certamente, teremos novas perspectivas para continuarmos na luta em defesa da previdência social pública.

A sociedade brasileira pode ter certeza de que os servidores do INSS continuarão lutando, resistindo à pilhagem e ao desmanche do INSS. Retornaremos ao trabalho com mais disposição de enfrentar a pressão externa. Tememos principalmente pelo futuro das gerações perdidas, aí se incluindo 4 milhões de desesperados que embarcaram na canoa furada da previdência fechada privada, correndo todos os riscos, inclusive de nada receber na velhice.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: A Gazeta/AC, Data da publicação: 04.12.2001

Jornal: Correio do Sul, Varginha/MG, Data da publicação: 11.12.2001

Artigos 2000

A CRISE DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Volta e meia o país – este gigante adormecido, como diz a lenda - é acordado para um punhado de inverdades sobre a crise da Previdência Social.

Inverdades ditas como verdades e que, muitas vezes repetidas, podem se transformar em verdades. Não importa que cedo ou tarde voltem a ser inverdades, ou simplesmente mentiras.

Os marqueteiros locais, com o dinheiro público ou para agradar o governo, elegeram como alvo o serviço público e o servidor público. Ambos se tornaram expressões do Brasil do atraso. Se é público, não presta, é ruim. O negócio é implodir o setor público e acabar com o servidor, privatizando e terceirizando tudo.

Além do que Previdência é um negócio que mexe com a cabeça de investidores, pelo lado mágico da poupança de longo prazo que financiaria o desenvolvimento, movimentaria bolsas, empresas, empregos, consumo.

Há 30 anos que a previdência está em crise em todo o mundo.

Os marqueteiros tentam vender como verdade a mentira de que a crise só existe aqui.

A crise da previdência (INSS) tem causas estruturais.

Não foi o regime de repartição simples, como apregoam.

Quando a previdência era nova, as receitas eram bem maiores que as despesas, pegou-se o dinheiro e gastou-se. Primeiro, em habitação nos famosos conjuntos dos IAPs. Depois, em alimentação, no saudoso SAPS. Mais tarde, na assistência médica, a partir do inesquecível SAMDU ao INAMPS e que teve no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, SUDS, que custou uns US\$ 20 bilhões de dólares, de acordo com o TCU, - o maior monumento ao desperdício em toda a história da República. De quebra, entraram os benefícios dos trabalhadores rurais, através do FUNRURAL, e assistência social, em que a Renda Mensal Vitalícia, foi a alavanca, vindo depois a atenção aos deficientes. O leque dos benefícios foi ampliado, do auxílio funeral ao auxílio reclusão,

passando pelo popular “pé na cova”, cujo nome técnico era Abono de Permanência em Serviço, na era Vargas e no pós-Vargas, com o sortilégio do populismo e do assistencialismo. Houve também muita roubalheira, como comprovaram as duas dezenas de CPIs promovidas pelo Congresso. O que foi investido em obras públicas, Volta Redonda, Brasília, Itaipu, Ponte Rio Niterói, Embratel, Telebrás, Portobrás, Nuclebrás, etc.etc. poderia ter sido contabilizado como empréstimo. Não se fez isso e o dinheiro da contribuição virou pó.

O sistema de repartição não foi inventado por brasileiros. Pelo contrário, ele é correto, em termos atuariais, demográficos e financeiros, desde que não haja desvio nas contribuições.

Procede a causa de que houve uma redução na relação de contribuintes/beneficiários. Mas esta é uma questão estrutural, pois há 40 milhões de brasileiros economicamente ativos não contribuindo para o INSS. Preferem não pagar e pagam pra ver se, no futuro, não serão assistidos pelo Estado.

Alguns bobões, dizem que se o regime fosse de capitalização isso não ocorreria. Brincadeira! Já estão o FGTS, o PIS/PASEP e Caderneta de Poupança, contas de capitalização, com remuneração ridícula e intervenção permanente do Estado, sujeitos a todas as fraudes. Os fundos de pensão também são contas de capitalização, sofrem pressões e manipulações igualmente do Estado.

O nosso problema é o intervencionismo do Estado.

A crise da previdência (pública) também tem causas estruturais.

O regime não é de repartição nem de capitalização.

O Estado brasileiro sempre foi protetor, paternalista e assistencialista.

Não houve preocupação atuarial para a formação de receita destinada a cobrir os benefícios de aposentadorias (civis), reformas (militares) e pensões (de ambos). Em relação aos militares, exagerou-se na eternização dos benefícios, através de gerações. Estados e Municípios, idem. Legislativos e Judiciários, idem. Tudo posto na conta dos contribuintes. Em determinados momentos, criaram-se direitos (mais do que benefícios), sem que ninguém (da Fazenda e do FMI) fizesse restrições. O Tesouro assumiu o gerenciamento do programa previdenciário, que jamais passou pelo Ministério da Previdência, pelo menos de 1974 a 2000. Houve época, em que os servidores federais tinham seu IAP, o IPASE. Os institutos de previdência dos Estados e dos Municípios foram consequência do modelo federal.

Houve excessos, como aposentadoria de professores universitários com 25 anos de serviço, de senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos, vereadores com quatro anos! Artifícios legais ampliaram os benefícios. Afinal, a viúva bancava tudo no Estado utilitário, irmão siamês do Estado protetor.

Afirmar que os servidores nunca contribuíram é uma mentira. De alguma forma contribuíram. Muitos com 6%, (estatutários até 1990), e muitos com as alíquotas do INSS (celetistas). Esse grupo por sinal é elevado, no estoque, cerca de 500 mil no universo de 1 milhão. De 90 pra cá todos do RJU contribuíram com 11%. Até os militares, com 2%.

O mais correto será afirmar que o Tesouro não se preocupou com contribuição e que nunca contribuiu, como empregador. Onipotentemente sempre julgou isto descartável. Isto comprova que o Estado não reconhecia regime de repartição que pressupõe a contribuição bipartite, do contribuinte e da empresa. O Estado se contentava com a contribuição do servidor. Este Estado não reconhece também o regime de capitalização, pois arrogantemente mexe pra lá e pra cá na Poupança, do FGTS e no PIS/PASEP, como se fossem instrumentos de política monetária.

Os arautos da nova ordem, difundem a crença de que a Previdência faliu. Ora quem faliu foi o Estado, que teve que desviar toda a poupança interna para financiar a dívida interna e a dívida

externa. Este o foco do problema, o resto é manobra diversionista para confundir a opinião pública. Deste complexo participam os políticos pendurados nos cofres públicos. Como não querem explicar os PROERS dos bancos privados e públicos, as privatizações, os perdões de devedores de bancos públicos, os destrambelhamentos fiscais da União, Estados e Municípios, as rolagens de dívidas – ninguém jamais pagou um centavo dos R\$ 15 bilhões do FGTS destinados a saneamento - os desvios, as roubalheiras, elegeram a Previdência como bode expiatório.

Com repartição ou capitalização, mas com intervenção do Estado, qualquer Previdência vai para o mesmo saco em que estão as dívidas interna e a externa.

É fácil convocar alguns especialistas amestrados no circo dos horrores para bater bumbo contra a Previdência. Basta acenar com algum troco.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal, Estado de Minas, MG – Data de Publicação: 07/04/00

Jornal, Folha do Estado, MT – Data de Publicação: 24/04/00

Jornal do Comércio, RJ-Data de Publicação: 15//04/00

Jornal, O Regional, MG – Data de Publicação: 29-06 a 05 de julho de 2000

Jornal, Terceiro Tempo, RJ – Data de Publicação: 16 a 30/04/00.

O QUE A PREVIDÊNCIA FAZ PELO BRASIL E QUE OS BRASILEIROS DESCONHECEM

Por Paulo César de Sousa

É uma pena que os brasileiros, da geração atual, desconheçam o muito que a Previdência Social faz por todos nós.

O Brasil tem uma das maiores e mais modernas previdências públicas do mundo, instituída em 1923, com a Lei Eloy Chaves; tem um dos maiores programas de valorização do idoso; tem o maior programa de renda mínima e o INSS é a maior seguradora, considerados os países de economia capitalista.

O elenco de benefícios previdenciários e acidentários, mesmo depois da reforma que acabou com benefícios que foram conquistas sociais, é amplo: aposentadorias por tempo de contribuição, por idade, especial e por invalidez; auxílios doença, acidente, funeral e reclusão; abono anual, salários-maternidade e família; pensão por morte.

Com uma contribuição que vai de R\$ 28,80 a R\$ 138,08, na média R\$ 40,00, todos os brasileiros podem ter direito à proteção social e um dia se aposentar, garantindo tranquilidade a sua família.

O INSS, com 42 mil servidores ativos, trabalhando em 2.000 unidades, de Arrecadação e de Benefícios, concede por mês mais de 200 mil benefícios ou mais de 2,4 milhões por ano. O tempo médio de concessão que já foi de 2 anos hoje é de 18 dias! Entre 1995 e 99, foram concedidos mais de 3 milhões de benefícios líquidos.

A receita anual do INSS, em 1999, foi de R\$ 68,4 bilhões, (US\$ 36 bilhões/US\$ a R\$ 1,80) – quatro vezes o PIB do Paraguai e duas vezes o do Uruguai! - dos quais R\$ 52,4 bilhões de contribuições de empregadores e trabalhadores, correspondendo a 5,17% do PIB de R\$ 901,6 bilhões.

São 2,5 milhões de empresas contribuintes e 22,3 milhões de empregados contribuintes do INSS - a população do Chile e da Bolívia! - distribuídos em 16,6 milhões de empregados, 4,5 milhões de contribuintes individuais e 1,0 milhão de empregados domésticos.

A Previdência tem 18,8 milhões de aposentados e pensionistas: 12,5 milhões são urbanos e 6,2 milhões são rurais. É a população do Uruguai, Paraguai e Bolívia. Destes, 7,8 milhões – a população do Uruguai e do Paraguai – pouco ou quase nada contribuíram mas recebem R\$ 130,00 por mês, o que caracteriza o vigor da renda mínima, essencial à sobrevivência. O valor médio do benefício é de R\$ 272,73 – R\$ 339,06 na área urbana e R\$ 139,96 na rural. A relação contribuintes/benefícios é de 1,23.

Os pagamentos de benefícios, em 1999, chegaram a R\$ 60,2 bilhões (US\$ 33,4 bilhões/US\$ a R\$ 1,80), - o valor do PIB do Uruguai, Bolívia e Paraguai! - representando 6% do PIB, de R\$ 901,6 bilhões.

Os pagamentos de benefícios representaram 3,9% do PIB da região Norte, 9,1% do Nordeste, 6,1 do Sudeste, 5,5% do Sul e 2,6% do Centro Oeste. Nos casos da Paraíba e do Piauí representaram mais ainda: 14,2% e 13,2% respectivamente.

Os brasileiros estão vivendo mais. A expectativa de vida que era de 43 anos em 1950 passou para 68,1 em 1988. A Previdência tem a ver com isso.

Em 1940, os maiores de 60 anos representavam 4% da população. Hoje, são 7,6% e em 2.020, 12%, com 25 milhões de pessoas.

Nada mais do que 84,6% da população com mais de 70 recebem benefícios previdenciários. Dos que estão com mais de 60 anos, 50% recebem. Os idosos chegam a responder por 52%, em média, da renda de suas famílias. Esta é a valorização e o respeito ao idoso.

A participação da Previdência na renda dos homens idosos de 60 a 64 anos é de 46% e com mais de 80 anos é de 82%. No caso das mulheres, a dependência é maior: 89% das mulheres de 60 a 64 anos dependem da Previdência e 98% no caso das mulheres com mais de 80 anos.

A Previdência funciona como instrumento de redistribuição de renda. A receita de contribuição de muitos estados, excluindo-se São Paulo, não cobre o pagamento de benefícios. No caso do Norte e Nordeste é mais do que redistribuição é transfusão de renda.

Os pagamentos são feitos rigorosamente em dia. Em mais de 3 mil municípios a economia se movimenta de acordo com o calendário de pagamentos do INSS.

A Previdência é a maior âncora social do país: em mais de 90% dos 5.507 municípios o pagamento de benefícios supera a arrecadação municipal; em 57,3% dos municípios o pagamento de benefícios supera os repasses, proporcionais ao número de habitantes do Fundo de Participação dos Municípios; o pagamento de benefícios representa 20,3% da renda monetária das famílias dos municípios com mais de cinco mil habitantes no Nordeste, e representa também 22,8% da renda monetária das famílias dos municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes.

No Rio de Janeiro, 81% dos 91 municípios têm o FPM menor do que o valor do pagamento dos benefícios. No Espírito Santo, em 79%, em Minas Gerais, 55%. Em São Paulo, 70% das cidades tem a Previdência como principal repassador de recursos federais. No Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a dependência da Previdência chega a 60%, em média.

É lamentável que este lado tão positivo da Previdência Social pública seja amplamente desconhecido dos brasileiros.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS

*Jornal, A Gazeta, ES, Data de Publicação: 07/06/00
Jornal: A Notícia, SC, Data de Publicação: 20/05/00*

Jornal, Correio da Paraíba, PB, Data de Publicação: 03/06/00
Jornal: Diário Do Grande ABC, SP, Data de Publicação: 28/05/00
Jornal: Folha do Estado, MT, Data de Publicação: 05/06/00
Jornal: Folha de Londrina/Folha do Paraná, PR, Data de Publicação: 09/05/00
Jornal: Gazeta do Povo, PR, Data de Publicação: 19/05/00
Jornal: Gazeta Mercantil, SP, Data de Publicação: 17/04/00
Jornal: Gazeta Mercantil, RJ, Data de Publicação: 12/05/00
Jornal: Hoje em Dia, MG, Data de Publicação: 28/06/00
Jornal: Jornal de Brasília, DF, Data de Publicação: 06/05/00
Jornal: O Popular, GO, Data de Publicação: 17/05/00
Jornal: O Regional, MG, Data de Publicação: 25 a 31/05/00
Jornal: Terceiro Tempo, RJ, Data de Publicação: 01 a 15/04/00

APOSENTADORIA É COM A PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Nota-se, nos bastidores, uma feroz disputa entre os Ministérios da Previdência e da Fazenda para saber qual o órgão vai ser controlador e fiscalizador da previdência complementar, ora em fase de exame final pelo Senado.

A disputa que sempre existiu – Secretaria de Previdência Complementar (Previdência) e SUSEP (Fazenda) - tende a crescer, na proporção em que poderão crescer os recursos que a Previdência Complementar venha a movimentar.

Já se fala, agora, que o Banco Central entrou na disputa, de olho no bolo dessa poupança de longo prazo, atualmente com ativos de R\$ 125 bilhões, mas que poderão chegar a R\$ 550 bilhões, nos próximos dez anos, em decorrência das ações em processo.

A Previdência Complementar fechou muito bem obrigado. Os fundos fechados estão com patrimônio de R\$ 112,7 bilhões, equivalente a 11,5% do PIB, com 2,2 milhões de segurados. As entidades abertas encerraram 99 com R\$ 11,4 bilhões de patrimônio, contra apenas R\$ 3,0 bilhões, em 94, com crescimento de 280% no período.

Além dos 2,2 milhões de segurados dos fundos de pensão fechados, há não se sabe quantos segurados nas entidades abertas, carregadas pelas seguradoras. Os fundos fechados não cresceram em termos de segurados, entre 94 e 99, muito pelo contrário, perderam 10% de sua massa. Mas cresceram o patrimônio em 154%. Com a reforma em pauta, deverá se expandir; já as entidades abertas cresceram 30%, no mesmo período. Estas tendem a um crescimento exponencial. Calçam-se num bom marketing, investem na venda de seu produto, o governo dá isenção fiscal e o potencial é infinito. Ou como eles argumentam: apenas 2 milhões dos 13 milhões de brasileiros que ganham acima de dez salários-mínimos têm planos de previdência privada.

Os interesses envolvidos, como se depreende, são muito relevantes. Grandes e médias empresas, bancos, seguradoras, bolsas, investidores e poupadores estão se armando para uma disputa. No governo, a briga é de foice. Uma solução tão somente virá quando se examinar a legislação sobre previdência complementar.

Nós da ANASPS temos duas propostas muito simples, que devem ser objeto de reflexão:

- a) o acompanhamento, a fiscalização, o controle e auditoria das entidades abertas e fechadas de Previdência devem caber ao Ministério da Previdência, responsável pela gestão governamental dos programas previdenciários.
- b) poderia ser criada uma autarquia especial, como é o Banco Central, no âmbito do MPAS

para a gestão dos fundos fechados e das entidades abertas.

O Ministério tem uma história, desde 74, há 26 anos, portanto, administrando com competência a previdência complementar. Os problemas estruturais, ora objeto de revisão pelo Congresso Nacional, não nasceram no âmbito da SPC e do MPAS. A ação da SPC se mostrou bem mais efetiva do que a da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, do Ministério da Fazenda, na mão de quem as aposentadorias e pensões dos montepios – precursores das atuais entidades abertas – literalmente se evaporaram. Milhares de brasileiros perderam o que pouparam.

Poucos sabem que a SPC tem uma estrutura muito enxuta, competente, profissional, mas terá que se capacitar para a nova ordem que virá, abrindo espaços para que os fundos efetivamente desempenhem, no Brasil, o que desempenham em tantos países, como alavancadores de poupança de longo prazo para financiar o desenvolvimento.

Essa nova autarquia especial que não poderia ter o formato das agências reguladoras – todas elas vergando sob o peso da incompetência administrativa – agregaria ainda três componentes novos:

- a) um Contrato de Gestão, com a União Federal, através do MPAS, auditado pelo Tribunal de Contas da União;
- b) uma Diretoria Executiva que se responsabilizaria pela execução do Contrato de Gestão, com metas e compromissos a cumprir, e que seria responsabilizada, em caso de não cumprimento;
- c) um Conselho de Administração, composto por representantes do governo, empregadores, trabalhadores, profissionais liberais e aposentados, a quem caberia aprovar as metas e compromissos da Diretoria Executiva.

O importante é que o cidadão brasileiro tenha segurança no sistema de previdência complementar.

É igualmente importante que haja transparência na previdência complementar. O estigma da caixa preta – de negócios não muito claros – terá que acabar.

Se a maior distorção do sistema – a contribuição do Estado maior que a do cidadão – está acabando, com os benefícios definidos – respondendo os associados pelas eventuais crises financeiras dos fundos e entidades – é justo que se inaugure uma etapa de visibilidade em todas as operações. Um Conselho de Administração deve zelar para que a credibilidade esteja presente no mercado, retirando-se as suspeitas que cercam suas operações.

A ANASPS, que reúne 53 mil servidores da Previdência Social, quer participar deste debate. A SUSEP poderia continuar suas operações na área de seguro e o Banco Central na sua missão no mercado financeiro. Previdência é com a Previdência. Essa é a melhor alternativa.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS.

Jornal: Alto Madeira, Porto Velho, RO, Data de Publicação: 07/04/00

Jornal: Amazonas em Tempo, Manaus, AM, Data de Publicação: 14/04/00

Jornal: Diário da Amazônia, RO, Data de Publicação: 21/03/00

Jornal: Diário da Manhã, Pelotas- RS, Data de Publicação: 30/03/00

Jornal: Diário, SP – (E), Data de Publicação: 12/04/00

Jornal: Diário do Povo, PI, Data de Publicação: 16/03/00

Jornal: Estado de Minas, MG – (E) Data de Publicação: 31/03/00

Jornal: Gazeta Mercantil, RJ – (E), Data de Publicação: 04/04/00

Jornal: Jornal A Cidade, Votuporanga- SP, Data de Publicação: 31/03/00

Jornal: Jornal de Natal, RN, Data de Publicação: 03/04/00

Jornal: Jornal do Comércio, Manaus, AM, Data de Publicação: 23/03/00

Jornal: Jornal do Commercio, RJ, Data de Publicação: 03/04/00

Jornal: Jornal do Tocantins, TO, Data de Publicação: 12/04/00

Jornal: O Regional, MG, Data de Publicação: 30/03 a 05/04/00

Jornal: Terceiro Tempo, RJ, Data de Publicação: 16 a 31 de Março

Jornal: Tribuna da Imprensa, RJ - (E), Data de Publicação: 03/05/00

Jornal: Tribuna do Norte, RN, Data de Publicação: 28/03/00

A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo Cesar de Souza

A Previdência Social pública do Brasil fez 77 anos. A privada tem mais de cem.

Não fechou bem o ano de 99, já que se confirmou o déficit de R\$ 9,8 bilhões. Em 2000, será maior.

O INSS tem 27,9 milhões de segurados e 18,8 milhões de beneficiários. Menos de dois contribuintes para cada beneficiário. Já teve cinco por um. Entre os beneficiários, há 7,8 milhões que pouco ou quase nada contribuíram, o que se leva a afirmar, sem constrangimentos, que é um dos maiores programas de renda mínima do mundo. Só estes 7,8 milhões custaram mais do que os R\$ 9,8 bilhões de déficit, em 99, e acabaram impactando os 11,0 milhões de beneficiários que contribuíram mas que tiveram, têm e terão seus benefícios achatados.

A Previdência Social privada, que nasceu com os montepios no final do século XIX, fechou 99 muito bem obrigado. Os fundos fechados estão com patrimônio de R\$ 112,7 bilhões, equivalente a 11,5% do PIB, com 2,2 milhões de segurados. Os fundos abertos encerraram 99 com R\$ 11,4 bilhões de patrimônio, contra apenas R\$ 3,0 bilhões, em 94, com crescimento de 280% no período.

As discussões, em pauta, se voltam contra a previdência social pública e o estímulo à previdência privada.

A primeira com uma arrecadação de R\$ 45,0 bilhões/ano não é formadora de poupança, uma vez que o que arrecada não paga os benefícios. A segunda é formadora de poupança, - R\$ 225,6 bilhões, ao final de 99 - portanto, deve ser favorecida.

Há 77 anos atrás, o Brasil optou por um sistema de repartição simples, em que os contribuintes de hoje pagam os aposentados de ontem. O Brasil poderia ter optado pelo sistema de capitalização, característica da previdência privada, mas não o fez.

O INSS segue com a repartição simples e a previdência privada com a capitalização, sem transparência e com forte intervenção do governo, especialmente nos fundos fechados públicos.

A crise estrutural dos modelos previdenciários do mundo tem duas causas: a) o aumento da sobrevida dos beneficiários, com custos inicialmente não previstos nos modelos atuariais de contribuição; b) concepção errônea do modelo, com benefícios sem financiamento, mal gerenciamento e má gestão dos entes públicos.

As duas causas afetam medularmente a nossa Previdência Social Pública. O ministro Waldeck Ornelas é sincero quando diz que a Previdência cobre apenas 43% dos 64,8 milhões dos brasileiros ocupados. Há 37,0 milhões fora do sistema, mas que fatalmente a ele recorrerão, no futuro. Este é um problema sério, mas que está timidamente em pauta.

A Previdência tem dois pilares: tempo de contribuição e idade mínima.

Na tão falada reforma, adotou-se apenas o tempo de contribuição. A idade mínima foi derrotada por duas vezes.

O fator previdenciário não é reforma, mas uma fórmula, como tantas outras, de se reduzir o benefício por não se poder aumentar a contribuição. A contribuição dos inativos também não é reforma, mas uma vingança do governo contra os inativos.

Em pauta mesmo, está a crescente desmoralização da Previdência Social Pública – apontada como fonte de todos os males da República - para favorecer a Previdência Social Privada.

A Previdência Pública continuará, portanto, no eixo da crise ou na boca do vulcão. Mesmo porque o objetivo central é a privatização acelerada, em nome da globalização.

A Previdência privada é restrita, elitista, seletiva e nunca será universal. Além dos 2,2 milhões de segurados dos fundos de pensão fechados, não se sabe quantos segurados teria nos fundos abertos, de balcão, carregados pelas seguradoras. Os fundos fechados não cresceram em termos de segurados, entre 94 e 99, muito pelo contrário, perderam 10% de sua massa. Mas cresceram o patrimônio em 154%. Já os fundos abertos cresceram 30%, no mesmo período. Estes tendem a um crescimento exponencial. Calçam-se num bom marketing, investem na venda de seu produto, o governo dá isenção fiscal e o potencial é infinito. Ou como eles argumentam: apenas 2 milhões dos 13 milhões de brasileiros que ganham acima de dez salários-mínimos tem planos de previdência privada.

O governo poderia muito bem definir melhor o foco de seu discurso.

Não adianta jogar pedras em Eloy Chaves, Getúlio Vargas, nos IAPS, na universalização de Geisel ou na cidadania da Constituição de 88, etc. Jogar pedras neste passado e ferir a própria sombra. Pessoas e não pedras dele se beneficiaram. Contribuintes ou não.

Nós da ANASPS, que conhecemos a Previdência Social pública e privada, por dentro, julgamos importante reacender o debate sobre a reforma, antes que seja tarde.

A privatização, como se processa, tende a ampliar a distância que separa os brasileiros entre os que podem e têm privilégios e os deserdados.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: A Gazeta, ES – (E), Data de Publicação: 10/04/00

Jornal: A Gazeta, MT – (E), Data de Publicação: 31/03/00

Jornal: A Notícia, SC – (E), Data de Publicação: 31/03/00

Jornal: A Razão, RS – (E), Data de Publicação: 01/04/00

Jornal: Cruzeiro do Sul, SP – (E), Data de Publicação: 28/03/00

Jornal: Diário de Cuiabá, MT – (E), Data de Publicação: 27/04/00

Jornal: Diário do Povo, SP - (E), Data de Publicação: 02/05/00

Jornal: Diário Popular, SP – (E), Data de Publicação: 17/04/00

Jornal: Gazeta Mercantil, RS – (E), Data de Publicação: 10/04/00

Jornal: Hoje em Dia, MG – (E), Data de Publicação: 30/04/00

Jornal: Jornal de Brasília, DF – (E), Data de Publicação: 15/04/00

Jornal: Terceiro Tempo, RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de Maio

Jornal: Diário do Povo, PI – (E), Data de Publicação: semana de 17/04/00

O LADO ESQUECIDO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Tudo tem o seu lado bom.

O da Previdência pública, leia-se INSS, é especialmente bom.

A recente, recorrente e maciça campanha movida contra ela, sob o elevado patrocínio dos que sonham com a sua privatização, tentou reduzir a importância da Previdência pública.

Buscaram alarmar, com isso, o bravo e generoso povo brasileiro com notícias inverídicas – melhor dizendo, mentirosas – a respeito da Previdência. O déficit do Órgão, no dizer desses “**interessados**”, era alarmante, gigantesco e levaria ao fundo o próprio Estado brasileiro.

A mentira tem pernas curtas: recentemente, o Banco Mundial, em documento publicado na imprensa, estimou que a Previdência Social terá superávit financeiro já a partir de 2003.

Essa discussão toda, focada numa inverdade, desviou a atenção sobre o que é efetivamente relevante na Previdência, o seu lado bom, o lado que assegura a milhões de trabalhadores e suas famílias o necessário apoio nos difíceis momentos da invalidez, do acidente no trabalho, da perda da capacidade laborativa.

A Previdência é companheira solidária nos momentos de infortúnio (a prisão e a morte, por exemplo) e nos de grande alegria (a gravidez e a natalidade). Ela não falta nunca.

Pouco falado, o salário maternidade, quando instituído anos atrás, representou a carta de alforria da mulher no mercado de trabalho. Esse programa previdenciário assegurou à mulher trabalhadora uma gravidez tranqüila, devidamente remunerada, e a garantia de retorno a seu emprego. A gravidez, antes punida no mercado de mão-de-obra, passou a merecer o justo e devido apoio social. As mulheres, hoje aos milhões, trabalham rotineiramente e, milhares delas, resguardadas em sua gravidez recebem, a cada mês, seus salários da Previdência Social.

Ao mesmo tempo, cerca de 19 milhões de brasileiros, em todos rincões do Brasil, nas cidades e no campo, recebem, com absoluta regularidade, qual relógio suíço, suas aposentadorias e pensões. Em outras palavras: 12% dos brasileiros, todos os meses, vão à agência bancária mais próxima de suas residências e ali, no dia marcado previamente no começo de cada ano, recebem os benefícios previdenciários que lhes são devidos. É difícil encontrar, no mundo, um sistema de tal vulto que funcione com igual regularidade e há tanto tempo.

O programa de renda mínima, tão ardorosamente discutido, ainda hoje, encontra-se implantado há muito na Previdência Social. Mais de 7 milhões de brasileiros, entre idosos, portadores de deficiência ou aqueles que trabalharam mas não contribuíram (ou pouco contribuíram) recebem um salário mínimo por mês da Previdência. Em dia, sem qualquer atraso.

Se o leitor quiser falar em repartição de renda entre regiões e entre pessoas, fale com a Previdência. Ela é a maior especialista brasileira nesse assunto, na teoria e na prática. Um exemplo, apenas, demonstra isso: em mais de 60% dos municípios brasileiros, exatos 3.358, o montante do pagamento dos benefícios previdenciários supera o valor das transferências do Fundo de Participação dos Municípios.

O lado amplamente bom da Previdência Social tem outros importantes programas, como o auxílio natalidade, o auxílio funeral, o auxílio reclusão, além da sempre necessária assistência social, especialmente nesses tempos bicudos. Existem outras coisas (boas) a falar, mas, por ora fiquemos apenas nesses aspectos levantados.

Quanto custa tudo isso para o trabalhador? Dependendo do seu nível de renda e de sua relação de trabalho (empregado, autônomo etc.) o valor da contribuição varia, mas, em média, ele é de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) por mês. Aqueles que ganham o salário mínimo, pagam R\$ 12,00 (doze reais), garantindo a si mesmo e a sua família a ampla cobertura do regime de previdência pública brasileiro.

Para dar o fecho de ouro nesse lado bom da Previdência Social é preciso dizer e destacar que todo esse sistema complexo e vasto é mantido por cerca de 42 mil servidores distribuídos por

todo o Brasil, e que custam, em termos salariais, apenas 1,5 % (um e meio por cento) da receita previdenciária. Um percentual baixíssimo, não encontrável nem mesmo em empresa privada de alta tecnologia e pequena utilização de mão-de-obra.

Nenhuma mentira, por mais bem patrocinada que seja, conseguirá, jamais, esconder o amplo lado

bom – ainda que esquecido - da Previdência.

Paulo Cesar de Souza é Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS, entidade apolítica e com 53 mil associados.

Jornal: A Gazeta, AC, Data de Publicação: 03/06/00

Jornal: Cruzeiro do Sul, SP, Data de Publicação: 17/05/01

Jornal: Diário da Manhã, GO - (E), Data de Publicação: 08/10/00

Jornal: Diário do Povo, PI, Data de Publicação: 16/05/00

Jornal: Gazeta do Povo, PR, Data de Publicação: 17/05/00

Jornal: Jornal A Cidade, Votuporanga - SP, Data de Publicação: 21/05/00

Jornal: Jornal de Natal, RN, Data de Publicação: 15/05/00

Jornal: Jornal do Tocantins, TO, Data de Publicação: 19/05/00

Jornal: O Liberal, PA, Data de Publicação: 17/05/00

Jornal: Terceiro Tempo, RJ - Data de Publicação: 15 a 31 de Maio

A RECEITA PARA UM BOM REGIME

Paulo Cesar de Souza

Não se trata, como pode parecer à primeira vista, de uma receita milagrosa para um regime de emagrecimento. O assunto, aqui, não é o corpo físico, mas sim o corpo social, a merecer uma atenção maior e mais prestante dos governos.

A boa receita, aqui preconizada, é a receita previdenciária, destinada a fazer face às despesas com o pagamento de aposentadorias e pensões a quase 19 milhões de pessoas em todo o Brasil, ou seja, cerca de 12% da população nacional.

O regime geral de previdência social, administrado pelo INSS, é dos maiores do mundo em número de segurados e em valores movimentados a cada ano, nas pontas da receita e da despesa. Entretanto, embora o gigantismo desse sistema, ele é quase sempre tratado de forma amadora, ou, até mesmo desastrada.

Muito se tem falado nos últimos anos sobre as aposentadorias e pensões, sobre a estreiteza de seus valores, sobre as fraudes que pipocam em boa parte do país, sobre a incapacidade da Previdência Social de pagar um salário mínimo mais elevado etc.

É essa uma discussão válida e necessária. Mas não suficiente.

Temos que incentivar um debate mais amplo e mais profundo sobre a receita previdenciária, examinar sua real potencialidade, sua capacidade de financiar o programa previdenciário que todos desejamos e, especialmente, de buscar formas de eliminar a inadimplência e a sonegação elevadas, que minam o sistema.

Há pouco tempo, o ilustre Secretário da Receita Federal denunciou que para cada Real arrecadado pela União, um outro Real é perdido sob a forma de sonegação, elisão e renúncia fiscal. Esse dado, vindo de autoridade tão importante, deveria merecer a justa repulsa de todos quantos contribuem religiosamente com sua parcela de impostos e contribuições para custear os programas a cargo do Estado. Infelizmente, tal não aconteceu.

Na área da Previdência Social as coisas não são diferentes: as despesas, notadamente com aposentadorias e pensões, cresceram exponencialmente. Entre 1991 e 2000 a quantidade de benefícios previdenciários subiu de 13 milhões para quase 19 milhões, enquanto a receita crescia moderadamente, aumentando o risco de crise financeira no sistema.

Apesar da conjuntura desfavorável, em que pese a redução do número de postos de trabalho e da renda média dos salários, ainda assim cabe a pergunta: a Previdência Social realiza plenamente a arrecadação das contribuições incidentes sobre a folha de pagamento? A resposta é um sonoro **não** e vale a pena refletir sobre ele.

A receita previdenciária raramente mereceu a devida atenção das autoridades da área. Não se trata de exceção: em regra geral os administradores públicos brasileiros não conferem grande importância à arrecadação de impostos e contribuições. É esse um setor que, no varejo, rende muita dor de cabeça e pouco ou nenhum voto. Melhor é deixar o assunto para os técnicos. Essa visão quase corriqueira importa em grave e injusta punição aos contribuintes que cumprem suas obrigações fiscais e, por outro lado, produz, uma perversa distorção no mercado, que acaba por premiar não quem é mais competente, mais competitivo, mas sim aquele que mais sabe sonegar, função essa pomposamente denominada **planejamento fiscal**.

É hora de o Brasil se voltar para essa temática, buscando explorar na plenitude suas fontes de receita, realizando melhor sua arrecadação e praticando justiça tributária. Onde todos pagam, todos pagam menos: essa máxima é um esteio dos regimes democráticos e há que se perseguí-la permanentemente, em especial por parte daqueles que têm a responsabilidade de administrar a coisa pública.

Na Previdência Social, falta receita e sobra abnegação e competência daqueles servidores encarregados da árdua e penosa tarefa de arrecadar e fiscalizar. Trabalham eles, quase sempre, em condições bastante precárias, onde tudo falta, das coisas mais mezinhas às mais sofisticadas. É um embate duro, cotidiano, entre um contribuinte preparado, equipado, dotado de todos os recursos modernos e uma máquina arrecadadora/fiscalizadora/cobradora/precária, despojada, fazendo um esforço inaudito para realizar seu trabalho desgastante e estressante, mas fundamental para a sustentação do regime previdenciário.

As soluções para resolver esse problema não são caras nem demoradas. Basta decisão política, basta a vontade de arrecadar mais e melhor, ao mesmo tempo em que se pratica justiça fiscal.

Na área previdenciária, é necessário, de vez, investir na DATAPREV, permitindo que ela rapidamente se modernize, tornando-se um pólo efetivo de informatização de todos os setores da Previdência Social, com ênfase na arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sobre a folha de salários.

Nesses setores, é urgente a elaboração e rápida implantação de um amplo projeto de modernização (física e gerencial), capacitação funcional, adequação de quadros, etc, capaz de permitir a pronta, rápida e eficaz ação dos servidores da área na busca da plena realização da receita.

Os investimentos citados — neles incluídos a necessária correção dos salários dos servidores — são infinitamente menores que o crescimento adicional da receita previdenciária no médio prazo, estimado em trinta por cento do seu valor anual.

O que a sociedade brasileira não mais tolera é o recorrente noticiário de que um salário mínimo maior quebraria a Previdência Social ao mesmo tempo em que se divulgam cifras milionárias de devedores contumazes, cujo montante ascende à casa dos R\$ 60 bilhões.

É preciso agir e agir rápido: a recente aprovação, pela Câmara Federal, por unanimidade, de

projeto de lei que altera o Código Penal com a finalidade de melhor tipificar os crimes contra a Previdência Social, para coibi-los de maneira mais efetiva e rigorosa, é uma feliz e oportuna iniciativa do Executivo federal, com a plena aprovação do Legislativo.

Entretanto, isso apenas não basta: é preciso aviar outras e inadiáveis **receitas** para que a receita previdenciária cumpra seu nobre papel institucional de financiar o regime previdenciário público.

Paulo Cesar de Souza, Presidente da ANASPS

Jornal: Terceiro Tempo, RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de Julho

A ANASPS E A GREVE DOS SERVIDORES FEDERAIS

Paulo César de Souza

A ANASPS foi criada há pouco mais de 7 anos com o objetivo de ser uma alternativa democrática de defesa dos justos e legítimos interesses dos servidores previdenciários, àquela época desprovidos de uma representação específica e sujeitos quase sempre à voz de comando de lideranças externas que não coadunava com o **espírito da Casa**.

O recurso à greve, então uma rotina na vida dos servidores, notadamente os da saúde e da previdência social, deixou seqüelas graves, tanto no âmbito interno da classe, como, também, na sua relação com a sociedade brasileira, notadamente dos setores usuários desses serviços públicos essenciais.

Mudar o estilo de reivindicar, não causar traumas adicionais a uma população já de si sofrida, passou a ser uma palavra de ordem, uma exigência dos previdenciários. A ANASPS, por ser intérprete fiel desses anseios, cresceu exponencialmente, passando de 94 a 53.000 associados em curto prazo de tempo, apesar do quadro adverso vivido pela categoria nesse período.

Entretanto, o governo federal, preso a compromissos os mais retrógrados, os mais perversos e desumanos, não teve a mesma sabedoria dos servidores: passou a interpretar a mudança de comportamento dos funcionários como acomodação, fraqueza e, até mesmo, subserviência.

Essa visão vesga, antidemocrática, sustentada pelos acólitos e puxa-sacos de ocasião e praticada pelo governo, vem significando, especialmente para a grande maioria dos servidores **civis** do Poder Executivo, arrocho salarial jamais visto, desprezo olímpico em relação a seus pleitos e campanha sistemática de aviltamento do papel do servidor na sociedade contemporânea. O sociólogo-presidente, sem qualquer explicação razoável, espezinhou seu brilhante passado político-social e tornou-se, em relação à grande massa de seus servidores **civis**, um verdadeiro patrão feudal, confundindo deliberadamente servidor com servo.

O Governo distendeu demasiada e irresponsavelmente a **corda** que o liga ao Serviço Público e a seus servidores. Ela está prestes a ser rompida, com danos gerais para o país, por culpa de quem tem reiteradamente demonstrado verdadeira cegueira e notória surdez para com os justos reclamos sociais.

Os servidores federais civis, dentro dos preceitos democráticos, tentaram dialogar com racionalidade. Demonstraram à sociedade o sofrimento, o longo e duro sofrimento a que estão expostos. Mostraram com detalhes a crescente estreiteza de seus salários, tornados menores a cada ano, ao passo que crescem a responsabilidade, a complexidade e o risco de suas tarefas específicas.

O Governo não deu bola, desconheceu solenemente pleitos tão justos. Não percebeu,

sequer, que os servidores, em janeiro de 1995, tinham salários pouco expressivos e que estão, em maio deste ano, 63% mais pobres, ou seja, beirando a insubsistência.

O servidor não queria a greve, especialmente pelas suas severas consequências para a população mais desassistida.

O Governo, entretanto, pela sua insensibilidade, induziu, conduziu o servidor à greve.

A responsabilidade, toda a grave responsabilidade dessa greve, cabe ao patrão feudal, aquele que vê o Brasil e seus servidores exclusivamente pela visão míope e anti-social do FMI.

Ainda é tempo de mudar.

Paulo César de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: Terceiro Tempo, RJ, Data de Publicação: 16 a 30 de Junho

Jornal: Jornal da ANASPS, Data de Publicação: Março / Abril de 2000

A PREVIDÊNCIA SOCIAL PODERIA ARRECADAR MAIS?

Por Paulo Cesar de Souza

A resposta é sim.

Por que não arrecada? Ai, a coisa pega.

A Previdência arrecada bem? Não. Aliás, os governos, em geral, arrecadam mal.

A arrecadação bancária não tem crescido substancialmente. Em 99, foi de R\$ 50,2 bilhões e as transferências da União alcançaram R\$ 15,5 bilhões.

Há espaço para crescer? Há.

Há fiscais, de mais ou de menos? Há procuradores demais ou de menos?

A nosso ver o problema não é de fiscais nem de procuradores.

Dever à Previdência é um bom negócio. Cobra mal, arrecada pior, bons (?) políticos ajudam a não pagar ou a apagar o débito, nas esferas administrativa e de cobrança de dívida ativa, bons parcelamentos e reparcelamentos alimentam a cultura do calote e bons advogados (?) esticam a dívida para as calendas e praticam o que chamam de “política fiscal agressiva”, identificando brechas legais para pagar quase nada ou não pagar o que devem.

Ainda agora, o governo lançou o REFIS, com toques de clarins e cornetas. Refizeram os parcelamentos e reparcelamentos que não serão pagos. No próximo ano, teremos o REFIS II, a volta.

Foram inúteis os procedimentos de divulgar a relação de devedores, levar montanhas de processos ao Ministério Público, criar varas de Previdência, delegacias de Previdência.

Os tribunais estão abarrotados de ações.

Ninguém paga o principal, a multa, a correção, ninguém é preso.

Em agosto de 99, o TCU divulgou um informe que dizia que ao final de 97, a Previdência tinha 418 mil dívidas a receber no valor de R\$ 30,74 bilhões e que ao final de 98 o total das dívidas passara para 476 mil no valor de 49,91 bilhões. Crescimento de quase 15% no volume e de 60% no valor. Não temos os dados de 99.

Em fevereiro de 2000, o Jornal do Brasil revelou que a dívida chegaria a R\$ 105,0 bilhões ou a 11% do PIB. Isto equívale a dois anos de receita da Previdência.

Estes números confirmam a velocidade do crescimento da dívida.

Deste total R\$ 80,1 bilhões (quase 80%) estão em cobrança judicial; R\$ 14,6 bilhões em cobrança administrativa e R\$ 14,4 bilhões em cobranças parceladas e reparceladas.

A Previdência acredita que R\$ 50,0 bilhões dos R\$ 80,0 bilhões em cobrança judicial foram entregues à Deus. Os devedores sumiram do mapa, faliram, acabaram, não podem e não querem pagar, mas continuarão com seus patrimônios intactos. Certamente abrirão novos negócios e novamente darão calote.

Há segmentos que se especializaram em não pagar, e não é de hoje: no setor público, muitos não pagam, questionam na justiça, estados e municípios rolam as dívidas. A dívida da União, estados e Municípios chegaria a R\$ 7 bilhões. Parece pouco mas não é.

No setor privado, os campeões emblemáticos são os clubes de futebol. Não pagam. Já tiveram vários parcelamentos e reparcelamentos, mas não pagam. Mas tem as micro ou “mico” empresas, as filantrópicas ou “pilantrópicas”; empresas de aluguel de mão-de-obra, conservação, limpeza, vigilância, segurança, prestadoras de serviços, cooperativas de todos os calibres, de produtores rurais, de habitação, de consumo etc. Tem ainda os ralos do pró-labore, das retiradas, mesadas, participações, etc.

Os sistemas de cobrança esbarram na incapacidade do governo de querer cobrar de forma mais efetiva.

A contribuição é declaratória, portanto, altamente permeável à sonegação, à evasão e à fraude. Os ralos são muitos.

O que fazer para arrecadar mais? Criar sistemas inteligentes, através de uma base única de dados na área federal, que possam falar com a Relação de Empregados, a RAIS, o FGTS e o Imposto de Renda.

Ao invés dos fiscais e procuradores do INSS se dirigirem às empresas, para verificar livros, ouvir explicações de contadores e auditores treinados em sonegação e fraude, anotar depoimentos de empresários falsamente surpresos, os sistemas leriam as informações mensais de contribuições sociais, fariam o batimento e, aí sim, fiscais e procuradores já se dirigiriam às empresas para entregar a guia de pagamento do que deixou de ser recolhido. Certamente, este seria um passo.

Outro passo seria impedir que sonegador de qualquer contribuição social pudesse abrir novo negócio, enquanto não saldasse seus débitos.

É princípio básico de arrecadação o de que onde todos pagam, todos pagam menos.

Novos programas e novas guias pouco acrescentam. Tipificação de crimes contra a Previdência, com detenção, reclusão e multas também não ajudam.

O não recolhimento das contribuições dos empregados, segundo a lei, implica em apropriação indébita. E daí? Grandes organizações praticam a apropriação e mantêm negócios com os governos.

Nós da ANASPS sabemos onde estão os ralos. Não fazemos da crítica um discurso.

A nossa proposta é incisiva.

É preciso que aqui se faça o que é feito em outros países, mais ou menos desenvolvidos do que o nosso, que não priorizaram a cultura do calote e do tapetão.

Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade com 53 mil associados, ativos e aposentados.

Journal: A Gazeta, ES – (E), Data de Publicação: 23/06/00

Journal: A Notícia, SC – (E), Data de Publicação: 13/06/00

Journal: A Tarde, BA – (E), Data de Publicação: 27/06/00

Jornal: Diário da Região, SP – (E), Data de Publicação: 24/06/00
Jornal: Diário do Grande ABC – (E), Data de Publicação: 13/06/00
Jornal: Diário do Nordeste, CE – (E), Data de Publicação: 20/08/00
Jornal: Folha do Estado, MT – (E), Data de Publicação: 08/06/00
Jornal: Folha do Paraná, PR – (E), Data de Publicação: 24/06/00
Jornal: Gazeta do Paraná, PR – (E), Data de Publicação: 29/06/00
Jornal: Gazeta do Povo, PR – (E), Data de Publicação: 27/06/00
Jornal: Gazeta do Sul, RS – (E), Data de Publicação: 01/07/00
Jornal: Hoje em dia, MG – (E), Data de Publicação: 08/06/00
Jornal: Jornal de Santa Catarina, SC – (E), Data de Publicação: 02/08/00
Jornal: Jornal do Brasil, RJ – (E), Data de Publicação: 29/05/00
Jornal: Jornal do Tocantins, TO – (E), Data de Publicação: 17/06/00
Jornal: Meio Norte, PI – (E), Data de Publicação: 11/07/00
Jornal: O Imparcial, MA – (E), Data de Publicação: 05/07/00
Jornal: O Popular, GO – (E), Data de Publicação: 13/06/00
Jornal: O Regional, MG, Data de Publicação: 22 a 28/06/00
Jornal: Valor Econômico, SP – (E), Data de Publicação: 14/05/00 -
 *trecho em cartas de leitores

O ROMBO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo Cesar de Souza

Em (13.3), um grande jornal de circulação nacional informava, com seriedade, a partir de dados do IPEA, que o déficit da Previdência Social pública (INSS), que foi de 1,0% do PIB em 1999 (quase R\$ 10 bilhões) poderia chegar a 2% do PIB em 2015 e a 3% do PIB em 2030. Projeções da própria Folha de São Paulo indicavam que será de 1,88% do PIB em 2020 e se não fora o fator previdenciário seria de 2,6% do PIB em 2020.

Dias depois, 29.3, uma revista de grande circulação nacional mostrou a quantas anda a má vontade contra a Previdência Social pública. Um texto sob encomenda transformou o *rombinho* da Previdência de R\$ 10,0 bilhões num **rombão** de R\$ 54,0 bilhões. Num passe de mágica. Por absoluta incapacidade de tratar do assunto com a devida seriedade, o rombo foi superdimensionado. Fabricou-se uma mentira em nome da verdade. Entretanto, o objetivo era o de desmoralizar a Previdência pública, para que seja privatizada o mais depressa possível.

De qualquer forma, o *rombinho* da Previdência, que arrecadou de contribuições R\$ 50,0 bilhões e pagou R\$ 60,8 bilhões de benefícios, pode ser comparado:

1) Ao **rombão** de R\$ 800,0 bilhões da sonegação de impostos federais, admitida pelo Secretário da Receita Federal e quase do valor do PIB.

Este **rombão** daria:

- para pagar a folha do INSS por 14 anos;
- para pagar 186 milhões de aposentadorias e pensões do INSS;
- para pagar mais de 5 bilhões de benefícios de R\$ 151,00;
- para pagar os atuais 12 milhões de aposentados e pensionistas que recebem R\$ 151,00 por quase 40 anos.

2) ao **rombão** da dívida interna que saltou de R\$ 60 bilhões para R\$ 600 bilhões entre 1994 e 1999.

Este **rombão** daria:

- para pagar a folha do INSS por 10 anos;
- para pagar 180 milhões de aposentadorias e pensões do INSS;
- para pagar os atuais 12 milhões de aposentados e pensionistas que recebem R\$ 151 por quase 30 anos;
- para pagar 4 bilhões de benefícios de R\$ 151;

3) ao **rombão** dos R\$ 110,3 bilhões dados aos bancos públicos e privados, em PROER.

Este **rombão** daria:

- para pagar quase duas folhas do INSS;
- para pagar 36 milhões de aposentadorias e pensões do INSS por dois anos;
- para pagar quase 750 milhões de benefícios de R\$ 151,00.

4) ao **rombão** da sonegação do próprio INSS, de R\$ 105,0 bilhões;

Este **rombão** daria:

- para pagar quase duas folhas do INSS;
- para pagar quase 36 milhões de aposentadorias e pensões do INSS por dois anos;
- para pagar 700 milhões de benefícios de R\$ 151,00.

5) ao **rombão** de R\$ 90,0 bilhões dados aos bancos públicos.

Este **rombão** daria:

- para pagar uma folha e meia do INSS;
- para pagar 36 milhões de aposentadorias e pensões do INSS por dois anos;
- para pagar 600 milhões de benefícios de R\$ 151,00;

6) ao **rombão** de R\$ 56,0 bilhões dados aos bancos paulistas, (Banespa e Nossa Caixa).

Este **rombão** daria:

- para pagar quase uma folha do INSS;
- para pagar quase 18 milhões de aposentadorias e pensões do INSS;
- para pagar quase 360 milhões de benefícios de R\$ 151,00.

7) ao **rombão** de R\$ 45,0 bilhões dados só ao Banespa.

Este **rombão** daria:

- para pagar 75% da folha anual do INSS;
- para pagar quase 15 milhões de aposentadorias e pensões/ano;
- para pagar 300 milhões de benefícios de R\$ 151,00.

8) ao **rombão** de R\$ 23,0 bilhões dados aos bancos privados.

Este **rombão** daria:

- para pagar 6 meses da folha do INSS;
- para pagar 9 milhões de aposentadorias e pensões/ano;
- para pagar 150 milhões de benefícios de R\$ 151,00.

Há outros **rombões** por aí:

- R\$ 288,0 bilhões das previdências dos Estados, equivalente a 33,5% do PIB;
- R\$ 14,6 bilhões do Banco Central em 99;
- R\$ 7,6 bilhões do Banco Central só para a defesa do real;
- R\$ 6,5 bilhões de renúncias, subsídios e incentivos do INSS;

- R\$ 3,0 bilhões de desvios no FUNDEF;
- R\$ 2,4 bilhões de bancos e seguradoras.

É preciso que se acentue que pelo Orçamento da União para 2000, aprovado em 13/4 pelo Congresso, o Executivo gastará R\$ 55,0 bilhões de amortizações de dívidas (uma folha do INSS/ano) e gastará ainda R\$ 78,1 bilhões com juros (mais de uma folha do INSS/ano).

Dizer portanto que o rombo do INSS atrapalha as contas públicas é zombar da capacidade de entendimento das pessoas. As contas públicas merecem, no mínimo, uma auditoria contábil. Ou uma auditoria social, que seja acompanhada de definição de prioridades. Será que a dívida interna é mais importante que a vida das pessoas? Ou será preciso que a humanidade altere o conceito de holocausto, para nele incluir o sacrifício de vidas humanas por políticas monetárias que têm no desemprego e na recessão a sua razão maior de ser?

Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.

Jornal: A Gazeta, ES - (E), Data de Publicação: 06/08/00

Jornal: A Gazeta, MT - (E), Data de Publicação: 02/08/00

Jornal: Diário da Amazônia, RO - (E), Data de Publicação: 02/08/00

Jornal: Estado de Minas, MG - (E), Data de Publicação: 30/08/00

Jornal: Folha do Estado, MT- (E), Data de Publicação: 24/07/00

Jornal: Gazeta do Paraná, PR - (E), Data de Publicação: 06/07/00

Jornal: Gazeta do Sul, RS - (E), Data de Publicação: 02/08/00

Jornal: Gazeta Mercantil, RJ - (E), Data de Publicação: 07/08/00

*Jornal: Gazeta Mercantil, SP - (E), Data de Publicação: 10/08/00 - *trecho em cartas e opiniões*

Jornal: Jornal do Tocantins, TO - (E), Data de Publicação: 26/07/00

Jornal: O Dia, PI - (E), Data de Publicação: 10/08/00

Jornal: O Imparcial, MA - (E), Data de Publicação: 19/07/00

Jornal: O Popular, GO - (E), Data de Publicação: 14/07/00

Jornal: Terceiro Tempo, RJ - (E), Data de Publicação: 1 a 15 de Agosto

Jornal: Tribuna da Imprensa, RJ - (E), Data de Publicação: 22/07/00

O LADO BOM E ESQUECIDO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César de Souza

Tudo tem o seu lado bom.

O da Previdência pública, leia-se INSS, é ótimo. Apesar da violenta campanha desfechada contra, sob alto patrocínio dos que sonham com a privatização.

Infelizmente, o bravo e generoso povo brasileiro vive sobressaltado com os propósitos de alguns setores de destruir a Previdência pública. Fizeram, por exemplo, do déficit (que é ridículo e explicável)um cavalo de batalha, desconhecendo o papel generativo que apresenta.

Com toda a reforma, pessimamente formulada e desastrosamente conduzida, com ofensiva aos direitos sociais dos brasileiros, nem por isso a Previdência pública perdeu sua expressão e representatividade.

Como os números não mentem, vejamos alguns deles, que atestam o lado positivo, de valor e de qualidade da Previdência pública.

- 1)INSS segue sendo uma das maiores seguradoras do mundo.
- 2)Paga em dia.

- 3) Paga 19 milhões aposentados e pensionistas/mês. São 226 milhões de beneficiários/ano.
- 4) Os beneficiários correspondem à população do Uruguai, Paraguai e Bolívia.
- 5) São 12,5 milhões de beneficiários urbanos e 6,2 milhões, rurais.
- 6) Cerca de 12 milhões recebem o piso de R\$ 151,00.
- 7) Mantém um dos maiores programas de renda mínima, pagando benefícios de R\$ 151 a 7,0 milhões de brasileiros que pouco ou nada contribuíram.
- 8) Paga o 13º benefício, como bônus de Natal.
- 9) valor médio do benefício é de R\$ 272,73 – R\$ 339,06 na área urbana e R\$ 139,96 na rural.
- 10) Nunca atrasa.
- 11) Os benefícios pagos equivalem a 6% do PIB nacional.
- 12) No Nordeste, equivale a 9,1% do PIB, e m alguns estados, como a Paraíba e o Piauí, equivalem a 14,2 e 13,2% respectivamente do PIB regional.
- 13) É redistribuidora de renda, transferindo das regiões que pagam para as que não podem pagar e ainda recebem.
- 14) Paga benefícios em 4.758 dos 5.507 municípios brasileiros.
- 15) Em 90% dos municípios, a arrecadação previdenciária supera a do próprio município.
- 16) Em 3.358 (60,7%) os pagamentos de benefícios são maiores que as transferências do Fundo de Participação dos Municípios.
- 17) Reúne 2,5 milhões de empresas contribuintes;
- 18) Reúne 23,0 milhões de trabalhadores contribuintes, distribuídos em 16,6 milhões de empregados, 4,5 milhões de contribuintes individuais e 1,0 milhão de empregados domésticos.
- 19) Os contribuintes do INSS correspondem à população do Chile e da Bolívia!
- 20) É desconcentradora de renda, ao fixar o teto máximo de R\$ 1.235,00.
- 21) Socorre a mulher trabalhadora quando seu filho nasce, com o salário maternidade.
- 22) Socorre a família do trabalhador com o auxílio natalidade.
- 23) Socorre a família do trabalhador, quando ele morre, com o auxílio funeral.
- 24) Socorre o trabalhador no infortúnio do acidente de trabalho.
- 25) Socorre o trabalhador no infortúnio da prisão, com o auxílio reclusão.
- 26) O trabalhador paga relativamente pouco, entre R\$ 30 e R\$ 120, para ter uma proteção social moderna.
- 27) A receita total do INSS, em 1999, foi de R\$ 68,4 bilhões, (US\$ 36 bilhões/US\$ a R\$ 1,80)! - correspondendo a 5,17% do PIB brasileiro, de R\$ 901,6 bilhões.
- 28) A receita do INSS corresponde a quatro vezes o PIB do Paraguai e duas vezes o PIB do Uruguai.
- 29) Os brasileiros não se deram conta de que, pagando uma contribuição que vai de R\$ 28,80 a R\$ 138,08, terão direito a benefícios previdenciários e acidentários.
- 30) valor médio da contribuição é de apenas R\$ 40,00.
- 31) Os pagamentos de benefícios, em 1999, chegaram a R\$ 60,2 bilhões (US\$ 33,4 bilhões/US\$ a R\$ 1,80).
- 32) Os pagamentos representaram 6% do PIB brasileiro, de R\$ 901,6 bilhões.

- 33) Os pagamentos feitos com benefícios, em 1999, equivaleram ao PIB do Uruguai, Bolívia e Paraguai.
- 34) É um dos maiores programas de proteção ao idoso.
- 35) 84,6% da população com mais de 70 anos recebem benefícios previdenciários.
- 36) 50% da população com 60 anos recebem benefícios previdenciários.
- 37) Os idosos já respondem por 52%, em média, da renda familiar.
- 38) As famílias com idosos apresentam, em média, renda 14,5% maior do que as famílias sem idosos.
- 39) Nas famílias com idosos, a idade média do chefe é de 66 anos, e o próprio idoso é o principal responsável pela manutenção da renda familiar, que é de R\$ 322,92.

Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social -ANASPS, entidade apolítica e com 53 mil associados.

Jornal: A Gazeta, MT - (E), Data de Publicação: 20/09/00

Jornal: A Notícia, SC - (E), Data de Publicação: 23/09/00

Jornal: Diário do Grande ABC - (E), Data de Publicação: 22/10/2000

Jornal: Estado de Minas, MG - (E), Data de Publicação: 25/09/2000

Jornal: Gazeta do Paraná, PR - (E), Data de Publicação: 17/09/00

Jornal: Gazeta do Sul, RS - (E), Data de Publicação: 21/09/00

Jornal: Gazeta Mercantil, RJ - (E), Data de Publicação: 27/09/00

Jornal: Gazeta Mercantil, SP - (E), Data de Publicação: 06/09/00

Jornal: Jornal de Piracicaba, SP - (E), Data de Publicação: 27/09/00

Jornal: Jornal do Commercio, AM - (E), Data de Publicação: 08/09/00

Jornal: O Dia, PI - (E), Data de Publicação: 21/09/00

Jornal: O Popular, GO - (E), Data de Publicação: 18/08/00

A REVOLUÇÃO SILENCIOSA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Paulo César de Souza

A Previdência Social sempre esteve presente na mídia nacional, em razão das discussões muitas vezes acaloradas e emocionais que o tema provoca, por se tratar de um programa social de elevado interesse da população brasileira, mobilizando 2,5 milhões de empresas, 26 milhões de contribuintes e 19,2 milhões de aposentados e pensionistas.

A partir da proposta de emenda constitucional, no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique, a presença na mídia se intensificou.

A tramitação da matéria no Congresso Nacional representou um dos grandes momentos do regime democrático no País, pois todas as correntes de pensamento participaram dos debates, muito embora pouco puderam influir nas mudanças que liquidaram com conquistas e direitos sociais duramente alcançados ao longo de mais de 70 anos. O rolo compressor da maioria confirmou as propostas do governo, compondo o que se chama de modelo previdenciário brasileiro.

Se a emenda constitucional aprovada é boa ou ruim depende da avaliação de cada um dos grupos de opinião que se formaram durante os cerca de três anos em que ela esteve na pauta do Congresso Nacional.

Emenda promulgada, encaminhados os projetos de regulamentação, — parte já transformada em lei — é preciso dotar os órgãos da Previdência Social dos instrumentos que a

capacitem ao pleno exercício das funções a seu cargo, notadamente diante das profundas mudanças promovidas pela reforma constitucional.

Essa é a parte silenciosa do processo, aquela que não ganha repercussão na mídia, mas que é fundamental para que os direitos dos segurados sejam atendidos a tempo e a hora, exigindo, para tanto, um rol de providências, medidas, atos e ações capazes de promover uma mudança interna bastante acentuada, o que provoca naturais (e muitas vezes justas) reações.

A Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, representando seus 53 mil associados, tem levado ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Senador Waldeck Ornélas, suas divergências em relação a várias medidas adotadas e, em todos os casos, apresentado alternativas.

Não basta criticar, é preciso contribuir com sugestões. Essa tem sido a prática da ANASPS em seus oito anos de existência.

A ANASPS não é uma entidade sindical. Somos defensores intransigentes da Previdência pública, duramente golpeada na reforma. Não somos corporativos, no sentido estrito e rasteiro. Defendemos a missão da nossa organização e postulamos condições para que possamos alcançar nossos objetivos e metas. A ANASPS não quer mudar o Governo, nem suas políticas nem a estrutura ideológica de seus dirigentes. Respeita-as, no contraditório da democracia, e exige respeito.

Embora nossas eventuais divergências com o Ministro Waldeck Ornélas, reconhecemos seus esforços para administrar os escombros do INSS.

Duas ações internas, ora em curso, são exemplos vivos desse processo transformador: o programa de modernização gerencial e administrativa e o anteprojeto de plano de carreira dos servidores. Essas duas ações, combinadas com outras já adotadas ou em vias de concretização, significam, sobretudo, previsível e rápida melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços previdenciários para os segurados da Previdência Social.

A adoção do modelo de Gerências Executivas, com a profissionalização dos servidores, contra o qual fizemos restrições iniciais, começa a dar resultados, e envolve uma grande estrutura de treinamento, formando uma vasta rede composta por treinadores da Casa e por entidades de elevada competência na área. Como a capacitação funcional é hoje reconhecida como instrumento por excelência do processo transformador de pessoas e instituições, pode-se afirmar, que a Previdência Social realiza o maior programa de todos os tempos destinado a bem qualificar seus servidores para atender aos desafios e demandas do presente e do futuro.

O Programa de Modernização Administrativa encontra-se em plena execução em todo o Brasil, com melhorias das instalações físicas, adoção de novos processos e métodos de operação, incorporação de novas tecnologias e melhoria da qualidade de atendimento, com rapidez e eficiência. Há um aspecto no Programa que a ANASPS restringe, como a contratação de mão de obra terceirizada em detrimento dos servidores, um desvio que poderá ser corrigido no futuro.

Por outro lado, todo esse esforço seria em vão se, paralelamente, não se estimulasse o servidor no exercício de suas atribuições, mediante adequada valorização funcional e salarial. Isso está sendo feito por meio de proposta de criação de carreira específica para os servidores previdenciários, encaminhada recentemente ao exame do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo Ministro Waldeck Ornélas. Trata-se, além de tudo, do cumprimento de uma promessa sempre reiterada, mas somente agora viabilizada, prestes a completar 15 anos.

Todo esse conjunto de medidas legais, gerenciais e administrativas objetivam transformar a Previdência Social numa agência exemplar de prestação de serviços públicos.

Quem é imparcial na crítica, e a exerceu nos momentos apropriados, credita-se para, com igual isenção, também elogiar a quem merece.

A ANASPS reconhece, também publicamente, o trabalho que o Ministro Waldeck Ornélas e sua equipe vêm desenvolvendo na Previdência Social, em proveito dos segurados, dos beneficiários e dos servidores.

Paulo César de Souza é Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS

Jornal: Correio da Bahia, BA - (E), Data de Publicação: 12/09/00

Jornal: Jornal de Brasília, DF - (E), Data de Publicação: 19/10/00

Jornal: Terceiro Tempo, RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de Setembro

28 DE OUTUBRO: DIA DO SERVIDOR ?

Paulo César de Souza

O servidor público federal vive uma longa noite de intranqüilidade e desesperança desde os primeiros dias do atual governo que, nítida e claramente, cumpriu rigorosamente os ditames do FMI, Banco Mundial e assemelhados, promovendo diversas **reformas**, dentre elas a **reforma** do Estado.

O primeiro item dessa **reforma** é o de reduzir os custos da **máquina** estatal, ou seja, dispensar servidores e congelar seus salários, posto que a Constituição veda a redução dos vencimentos. Seis anos de não-reajuste e de aplicação dos famigerados PDV's produziram um enorme desgaste e desestímulo no seio do funcionalismo.

Ruim para os servidores, a **reforma** foi desastrosa para a sociedade brasileira. Os índices sociais, embora as negativas do governo, recuaram no tempo e o Brasil, hoje, nesse item, disputa os últimos lugares do ranking mundial, com pequenos e pobres países da África e da Ásia. O neoliberalismo verde/amarelo produziu concentração de renda e aumento do nível de pobreza de grande parcela dos brasileiros.

Mas não parou aí, eis que muita coisa mais aumentou: a violência urbana, a violência no campo, a desassistência, o desemprego, a marginalização e tantas outras mazelas que infernizam o povo brasileiro. O **modelo importado** (FMI, Banco Mundial, etc) está fazendo água no Brasil e em diversos países pobres ou emergentes no mundo, pois ele é perverso em sua essência.

As reações contra essa política espocam em várias nações, mesmo as mais ricas, fruto de movimentos populares amplamente registrados pela imprensa internacional.

Vejamos duas das várias conseqüências das **reformas** adotadas pelo governo brasileiro:

- a segurança privada (que defende os ricos e seus patrimônios) tem mais agentes do que a própria polícia pública. Quem paga a conta da segurança privada somos todos nós, posto que os **defendidos** embutem em seus custos a segurança que contratam, custos esses repassados para nós, pobres e indefesos consumidores;
- em lugar do serviço público tradicional, o governo criou as agências reguladoras e fiscalizadoras, também **modelo importado**. Essas agências são basicamente custeadas pelas empresas a serem fiscalizadas, algo pelo menos muito estranho, para não dizer promíscuo. As maiores altas nos preços das tarifas públicas, que massacram os consumidores, são na área de telefonia, energia elétrica, combustível, remédios, planos de saúde etc, sintomaticamente **regulados** e **fiscalizados** por agências da área respectiva, ou seja, ANATEL, ANEEL, ANP, ANVISA, ANS etc. Coincidência ?

Implodiram o conceito de **servidor público**, voltado para os interesses da comunidade, criando a figura do **servidor privado**, que defende o patrão, qualquer que seja o patrão. Em decorrência, a sociedade pena e sangra em dificuldades crescentes na área da saúde, do medicamento, da educação, da assistência social, da justiça, da segurança, do emprego etc etc etc.

Nesses últimos tempos vários dirigentes do FMI, Banco Mundial, etc., vêm fazendo um **mea-culpa** público, arrependidos dos males que suas políticas provocaram em escala mundial, empobrecendo ainda mais os pobres e enriquecendo de forma exponencial os mais ricos. Um desses dirigentes, possivelmente envergonhado, num verdadeiro ato de contrição, aliou-se ao Vaticano na defesa do não pagamento da dívida externa dos países pobres. Se a moda pega...

Se a moda pega, teremos em breve no país a reforma da **reforma**, ou seja, a volta ao ninho antigo, com servidores públicos, capacitados profissionais do Serviço Público, prestando com agilidade e presteza os serviços públicos de obrigação do Estado, capazes de promover e contribuir para o soerguimento da sociedade brasileira, a partir de valores sociais relevantes, absolutamente diversos daqueles que hoje predominam no **mercado** (???)

Quem sabe, o próximo 28 de outubro seja o marco dessa mudança de rumos essencial que resgate, para todos nós, uma sociedade justa, livre e soberana.

A esperança não morre jamais...

Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS

Jornal: A Gazeta, MT - (E), Data de Publicação: 28/10/00 - Jornal: A Notícia, SC - (E), Data de Publicação: 28/10/00 - Jornal: Diário do Grande ABC, SP - (E), Data de Publicação: 08/11/00 - Jornal: Gazeta do Sul, RS - (E), Data de Publicação: 27/10/00 - Jornal: Jornal de Brasília, DF - (E), Data de Publicação: 26/10/00 - Jornal: O Popular, GO - (E), Data de Publicação: 28/10/00 - Jornal: O Regional, MG - (E), Data de Publicação: 16 a 22 de Novembro

A PREVIDÊNCIA SE MANTÉM DE PÉ

Por Paulo Cesar de Souza

Já mostramos em outra oportunidade os estragos produzidos pela reforma da Previdência Social, em nome do ajuste das contas públicas.

Ou se reformava ou a Previdência explodiria. Com 19,5 milhões de beneficiários – uma população maior que a de vários países latinos americanos – a Previdência chegou ao seu limite de financiamento. No passado, havia cinco contribuintes para cada beneficiário. Hoje a relação é de 1,2 para 1.

A reforma da Previdência cortou direitos e conquistas e acabou com benefícios.

Com falhas heróicas nas entradas de recursos (arrecadação, fiscalização, cobrança da dívida ativa), em que a sonegação, renúncia contributiva, evasão e fraude fazem a festa de R\$ 110 bilhões – equivalentes a duas folhas anuais – com falhas dramáticas nos seus sistemas de concessão e manutenção de benefícios; com falhas históricas na administração, gerência e gestão, face à manipulação política do INSS, nem assim conseguiram implodir a Previdência.

Estão abrindo as comportas devagar, para não assustar a massa – os 23,0 milhões de contribuintes e os 19,5 milhões de beneficiários – inicialmente com a Previdência privada aberta, um troço velho e desmoralizado neste país com os falidos montepios, que estão retornando com bancos e seguradoras, oferecendo mundos e fundos a uma legião de incautos. E já se prepara um

novo passo, com a privatização do Seguro de Acidente do Trabalho, do Auxílio Acidente e Auxílio Doença e a terceirização da Perícia Médica, da Reabilitação Profissional e do atendimento de público. Faz parte do processo a terceirização de trabalhadores, hoje representados por quase 30% da força de trabalho: para 40 mil servidores do quadro há 12 mil contratados de forma no mínimo suspeita.

O INSS foi confinado a pagar benefícios com um teto de R\$ 1.325,00, o que leva milhões de brasileiros ao desespero de não poder sonhar com uma velhice com dignidade. Com isso perde-se o sentido, o significado da vida, e instala-se a tortura que atormenta o ser humano até seus últimos dias na terra. O pacto de gerações, o welfare state, o seguro social, está sendo substituído por uma promessa de benefício livre, sem qualquer garantia do Estado ou do mercado. Aliás, o mercado não garante nada. Algo fluante, especulativo e volátil.

Quem quiser, no futuro, uma aposentadoria maior, terá que buscar no mercado. Troca-se a proteção social do Estado pela proteção do mercado, que não protege nada nem ninguém. Ativos e aplicadores operam no fio da guilhotina. Os bônus ficam com os banqueiros e seguradores, que vão captando recursos da poupança popular e investindo em seus negócios. Os riscos sobram para os tomadores, que não são segurados. Tudo poderá virar pó, como já aconteceu no passado!

O INSS também foi induzido a pagar benefícios assistenciais, para os que nunca contribuíram para o sistema previdenciário. Vão receber o benefício mínimo, cada vez menor, enquanto a crise fiscal não se resolve. Já a política assistencialista, paternalista e fisiologista se encarrega de ampliar os beneficiários.

Nós servidores do INSS temos justas preocupações com o futuro institucional do INSS, não pelo aspecto menor do corporativismo. Somos todos filhos, netos e bisnetos dos que idealizaram um sistema de repartição simples que é bom, na sua concepção, e está longe de ter se esgotado. O princípio do sistema é que os trabalhadores de hoje pagam as aposentadorias e pensões para os trabalhadores de ontem. O problema é que sumiram com US\$ 400 bilhões arrecadados pelos institutos que antecederam ao INSS, inclusive pelo INPS e pelo próprio INSS na década de 90.

Todos os problemas estruturais da Previdência têm solução. Falta vontade política de um Estado que está deixando de ser provedor para ser regulador e utilitário de interesses, não do povo, mas das classes dominantes.

No caso da Previdência, há pelo menos duas alternativas que poderiam novamente reequilibrar o sistema:

1) Permitir que o INSS possa oferecer benefícios livres, nas mesmas condições de bancos e seguradoras, com a garantia do Estado. Por que não? Mais: tais benefícios poderiam ser inclusive “comercializados” pelas redes dos bancos e seguradoras privados, que teriam um nicho de ganhos, sem risco!

2) Tornar compulsória a contribuição previdenciária de todos os brasileiros, ao completar 18 anos, criando-se o Cartão da Previdência, documento tão importante quanto o CIC do Imposto de Renda. O motivo é simples: um dia, vai se aposentar, portanto deve começar a sua contribuição de 35 anos.

A ANASPS sabe das dificuldades impostas à Previdência Social nesta década perdida de 90, em que um triturador passou por sobre o INSS, frustrando seus servidores e reduzindo as expectativas de seus contribuintes e beneficiários.

Milhões de brasileiros foram arrastados à desesperança, mas ainda não chegamos à redução dos benefícios e à “desaposentadoria” – estágios em que poderemos entrar, mantidas as âncoras

da política econômica – é importante ressaltar que a Previdência exerce um papel catalizador na nossa sociedade. Tivesse uma dimensão menor, teria ido para o espaço, nos embalos de sábado à noite da globalização.

A Previdência Social pública resiste. Resistiu por 77 anos à voracidade política, à pilhagem, aos saques e à rapinagem de pessoas mal intencionadas e centenas de dirigentes incompetentes e desonestos, à quase 30 CPIs, à quase 300 tipos de fraude. A Previdência segue sendo uma artéria aberta por onde corre o sangue de gerações de brasileiros.

Paulo Cesar de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS, entidade com 53 mil associados.

Jornal: A Gazeta, MT – (E), Data de Publicação: 04/12/00

Jornal: Diário da Tarde, MG – (E), Data de Publicação: 22/11/00

Jornal: Diário do Grande ABC, SP – (E), Data de Publicação: 01/12/00

Jornal: Folha do Estado, MT – (E), Data de Publicação: 30/11/00

Jornal: Folha do Paraná, PR – (E), Data de Publicação: 4/12/00

Jornal: Hoje em Dia, MG – (E), Data de Publicação: 19/12/00

Jornal: Jornal do Brasil, RJ – (E), Data de Publicação: 14/11/00

Jornal: Jornal do Commercio, PE – (E), Data de Publicação: 20/12/00

Jornal: Jornal de Brasília, DF – (E), Data de Publicação: 18/12/00

Jornal: O Dia, PI – (E), Data de Publicação: 06/12/00

Jornal: Terceiro Tempo, RJ, Data de Publicação: 1 a 15 de Dezembro
